

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS
Programa de Pós-graduação em Psicologia

Carolina Costa Resende

O TRABALHADOR DO CORTE MANUAL DE CANA-DE-AÇÚCAR:
sofrimento e vulnerabilidade

Belo Horizonte
2014

Carolina Costa Resende

**O TRABALHADOR DO CORTE MANUAL DE CANA-DE-AÇÚCAR:
sofrimento e vulnerabilidade**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Psicologia.

Orientador: José Newton Garcia de Araújo

Belo Horizonte
2014

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pela Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

R433t	Resende, Carolina Costa O trabalhador do corte manual de cana-de-açúcar: sofrimento e vulnerabilidade / Carolina Costa Resende. Belo Horizonte, 2014. 214f.: il. Orientador: José Newton Garcia de Araújo Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. 1. Trabalhador rural – Condições sociais – Minas Gerais. 2. Trabalhadores da agroindústria açucareira – Aspectos sociais. 3. Trabalho – Aspectos psicológicos. 4. Estabilidade no emprego. I. Araújo, José Newton Garcia de. II. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. III. Título.
-------	---

SIB PUC MINAS

CDU: 331.013

Carolina Costa Resende

O TRABALHADOR DO CORTE MANUAL DE CANA-DE-AÇÚCAR: sofrimento e vulnerabilidade

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Psicologia.

Prof. Dr. José Newton Garcia de Araújo (Orientador) PUC Minas

Profa. Dra. Vanessa Andrade de Barros - UFMG

Prof. Dr. Mário César Ferreira - UnB

Profa. Dra. Maria Ignez Costa Moreira – PUC Minas

Profa. Dra. Mara Marçal Sales – PUC Minas

Belo Horizonte, 04 de abril de 2014.

*Aos meus mestres¹,
letrados ou não,
com carinho e gratidão.*

¹Mestre: do latim *magister*, refere-se a uma autoridade sábia, tida como inquestionável. Autoridade sábia é aquela pessoa que conquista o poder de exercer influência na vida de outrem, não em função de uma hierarquia pré-estabelecida, mas pela maestria em saber lidar com a vida e suas adversidades, em um equilíbrio existencial *continuum*. Ex: Deus, minha analista, meus pais, o Edu, as pequenas Maria Eduarda e Mariana, meus avós, sogros, tios, comadres, o José Newton, as amigas Débora, Marcela e Natália.

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, professor José Newton, pelos ensinamentos e exemplo de pessoa e de vida acadêmica.

Aos professores, funcionários e colegas do Programa de Pós-graduação em Psicologia e também aos chefes, colegas e alunos da PUC Minas. Muito obrigada pela compreensão e apoio e que Deus continue iluminando o caminho de vocês.

À CAPES, pelo financiamento do estágio de doutorado sanduíche (PDSE) no CERSES - Centre de Recherche Sens, Éthique, Société na Universidade Paris Descartes/CNRS.

À professora Edwige Rude-Antoine, pela co-orientação e acolhida. Aos funcionários do CERSES pelos inúmeros esclarecimentos e serviços de orientação ao estudante estrangeiro.

Agradeço também ao sindicato dos trabalhadores que ajudou a viabilizar a pesquisa de campo e aos trabalhadores pela coragem e disponibilidade.

Gratidão é certamente o principal afeto ao término deste percurso. Sou tomada por uma espécie de reconhecimento e por uma vontade oceânica de agradecer a Deus e a cada pessoa que esteve comigo ao longo dessa travessia. Além da longa duração, essa jornada alcançou um sentido existencial em minha vida, cuja possibilidade de retribuição extrapola os limites acadêmicos e a capacidade de sintetizar em palavras toda a intensidade desses quatro anos de busca, estudo, trabalho e aprendizado.

Agradeço à minha família, luz e força da minha vida, em especial, ao Eduardo, pelo amor e paciente presença ao meu lado. Às incansáveis mulheres que se revezaram na tarefa de me ajudar a estender o manto da maternagem sobre minhas filhas, para que eu pudesse trabalhar na pesquisa e ainda (sobre) viver (minha sogra, minha mãe e minhas comadres).

Ao Luiz Paulo, meu eterno menino, que sempre me socorre nos apuros burocráticos e tecnológicos. Aos meus ex-alunos Tamires e Hélder, que aceitaram prontamente trabalhar na pesquisa de campo.

Aos ilustres vizinhos do 1er étage da Maison du Brésil, que nos ajudaram (minha família e eu) a aquecer o gelo que brota no coração de quem se afasta da terra onde todos sabem o significado da palavra saudade.

*O trabalhador de hoje não tem sossego, porque ele
fica o tempo todo pensando no ganho, no quanto
ele tem que produzir. Então a mente dele não
descansa, e o corpo dele adocece também, porque
ele tem que ir ao limite para conseguir aquela
produção que ele precisa.*
(Depoimento de uma cortadora de cana)

RESUMO

O tema central desta pesquisa diz respeito à vulnerabilidade e ao sofrimento do trabalhador do corte manual de cana-de-açúcar, no Brasil atual, mais especificamente, no interior do Estado de Minas Gerais. Analisamos os paradigmas atuais das relações de trabalho, contextualizando-os na realidade sociohistórica e na percepção do trabalhador, de forma dialogada com a análise das condições de trabalho estudadas e com o contexto mais amplo do setor sucroalcooleiro brasileiro. O recorte temporal da investigação se refere, em especial, às duas últimas safras (2011-2012 e 2012-2013), período fortemente marcado pela expansão da mecanização dos processos de produção, tanto no plantio quanto na colheita da cana-de-açúcar, gerando drástica redução do número de empregos no corte manual da cana. Tal contexto tem agravado o sofrimento e o risco social dessa categoria de trabalhadores, em função de suas precárias condições de trabalho, além das dificuldades financeiras, da baixa escolaridade e da constante ameaça de desemprego. Observamos que as novas tecnologias na produção provocaram mais intensificação e precarização do trabalho. A proposta deste estudo é analisar os impactos de tais transformações na vida do cortador de cana-de-açúcar, uma vez que os recordes de produção, ostentados nesse setor, foram acompanhados também pela maior exploração do trabalhador, cada vez mais forçado a aumentar sua produtividade. Esse contexto é permeado de contradições e conflitos, o que requer uma postura crítica, que questiona a naturalização das relações de trabalho, investigando como o lugar do trabalhador rural na indústria sucroalcooleira vem sendo socialmente construído.

Palavras-chave: condições de trabalho. Vulnerabilidade. Sofrimento Corte manual de cana-de-açúcar.

ABSTRACT

The central problem highlighted in this research concerns the vulnerability and suffering of the manual cutting worker of cane sugar in Brazil, more specifically, in the State of Minas Gerais. We analyze the current paradigms of labor relations, contextualizing them in socio-historical reality and the perception of the worker, in a dialogue form with the analysis of the working conditions studied and the wider context of the Brazilian sugarcane sector. The chosen time for this research is concerned, particularly, are the last two seasons (2011-2012 and 2012-2013), a period strongly marked by the expansion of mechanization, in the sowing or harvesting of cane sugar, causing drastic reduction of the number jobs in manual cane cutting. This context has compounded the suffering and social risk that category of workers in the light of precarious working conditions, financial difficulties, low level of education and also the constant threat of employment. We observed that new technologies in production caused more intensification and precarization of labor. The purpose of this study is therefore to examine the impacts of such transformations in the life of cutter cane sugar, as the production records, flaunted in this sector, were also accompanied by the exploitation of the worker, more and more forced to increase their productivity. This context is fraught with contradictions and conflicts, which requires a critical, questioning the naturalization of labor relations, investigating how the place of rural workers in the sugar industry has been socially constructed.

Keywords: working conditions. Vulnerability. Suffering Manual cutting of cane sugar.

LISTA DE GRÁFICO

GRÁFICO 1 - Número de empregados do setor sucroenergético mineiro (1.000).....	4432
--	------

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - Prática de QVT adotada pela empresa - ônibus/banheiro	67
FIGURA 2 - Prática de QVT adotada pela empresa - cartazes/informativo	67
FIGURA 3 - Prática de QVT adotada pela empresa - cartazes/campanha por hidratação	68
FIGURA 4 - Podão	69
FIGURA 5 - Trabalhador com uniforme e EPIs no momento do trabalho	70
FIGURA 6 - Procedimentos - qualidade de vida no trabalho do corte de cana - Garrafão/embornal.....	71
FIGURA 7 - Método de trabalho, utilização do gancho.....	120
FIGURA 8 - Refeições	128
FIGURA 9 - Eito	140
FIGURA 10 - Alinhamento da cana cortada no eito	141
FIGURA 11 - Fileiras de cana cortada	141
FIGURA 12 - Compasso	142
FIGURA 13 - Trabalhador na atividade de ‘bater ponteira’	142
FIGURA 14 - Quadro de aviso.....	149
FIGURA 15 - Informativo sobre cálculo do valor a ser pago pela cana cortada	149
FIGURA 16 - Páginas caderno/contracheque de trabalhadores	150
FIGURA 17 - Quadro de aviso.....	154
FIGURA 18 - Registro da Produtividade	157
FIGURA 19 - Contracheques	163
FIGURA 20 - Contracheques	164

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - Controle de Ativos	80
QUADRO 2 - Roteiro de Pesquisa de campo.....	90
QUADRO 3 - Localização de São João das Missões em Minas Gerais	93

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - Informação nutricional do ‘sudrat’	120
TABELA 2 - Registro de CATs no sindicato.....	135
TABELA 3 - Safra 2012-2013 Conversão de toneladas em metros lineares	147
TABELA 4 - Produtividade.....	158

LISTA DE SIGLAS

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CATs - Comunicações de Acidente no Trabalho

CBO- Código Brasileiro de Ocupações

CLT- Consolidação das Leis do Trabalho

DDS- Diálogo Diário de Segurança

Dieese- Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

DSR/Fer- Descanso Semanal Remunerado de Feriado

DSR/FerVar. A. Extra - Descanso Semanal Remunerado /Férias, Variável e Adicional de Horas Extras

EPIs- Equipamento de Proteção Individual

IAA- Instituto do Açúcar e do Alcool

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano

IEF - Instituto Estadual de Florestas

INSS- Instituto Nacional do Seguro Social

IPVS - Índice Paulista de Vulnerabilidade Social

LER - Lesão por Esforço Repetitivo

MDS - Ministério de Desenvolvimento Social

MTE - Ministério do Trabalho e do Emprego

NR- Norma Regulamentadora

OIT - Organização Internacional do Trabalho

ONGs- Organizações Não Governamentais

ONU - Organização das Nações Unidas

PIB- Produto Interno Bruto

PUC Minas- Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

QVT- Qualidade de Vida no Trabalho

SEADE - Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados e Estatísticas do Governo do Estado de São Paulo

SESMT - Setor de Segurança e Medicina do Trabalho

SIAMIG- Associação das Indústrias Sucroenergéticas de Minas Gerais

SINE - Serviço Nacional de Emprego

UNICAMP- Universidade de Campinas

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	29
1.1 Justificativa	36
1.2 Objetivos.....	385
2 REVISÃO DE LITERATURA.....	406
2.1 O trabalho no corte manual de cana no Brasil e em Minas Gerais	407
2.2 Pobreza e escravidão no canavial brasileiro: breve contextualização sóciohistórica.	46
2.3 O conceito de trabalho	48
2.3.1 O sofrimento no trabalho.....	39
2.4 Qualidade de vida no trabalho x condições de trabalho	57
2.5 Vulnerabilidade	74
2.5.1 Vulnerabilidade fenomenológica e ecológica	74
2.5.2 Vulnerabilidade social.....	78
2.5.3 A vulnerabilidade em questão	89
3 METODOLOGIA.....	96
3.1 Ferramentas metodológicas	100
3.2 A pesquisa de campo	103
3.2.1 Trabalhadores do corte de cana	104
<u>3.2.1.1 Trabalhadores migrantes.....</u>	<u>105</u>
3.3 Dados da empresa pesquisada	109
4 EXPOSIÇÃO DA PESQUISA DE CAMPO	113
4.1 Condições de trabalho	113
4.1.1 O Sistema de contratação e o risco de desemprego	113
4.1.2 A jornada de trabalho	118
4.1.3 Condições de (in)salubridade	122
<u>4.1.3.1 Sobre o caráter penoso das condições de trabalho.....</u>	<u>122</u>
<u>4.1.3.2 Sobre a má qualidade das refeições</u>	<u>124</u>
<u>4.1.3.3 Sobre a vida no alojamento de trabalhadores migrantes</u>	<u>129</u>
<u>4.1.3.4 Sobre os acidentes no trabalho e direitos trabalhistas</u>	<u>132</u>
4.1.4 A remuneração.....	139
<u>4.1.4.1 Sobre o cálculo da remuneração por produção</u>	<u>140</u>
<u>4.1.4.2 Uma conta que não fecha: sobre as contradições no processo de remuneração por produção.....</u>	<u>153</u>
<u>4.1.4.3 Sobre as horas in itinere.....</u>	<u>159</u>
<u>4.1.4.4 Sobre o descanso semanal remunerado</u>	<u>160</u>
<u>4.1.4.5 Sobre o pagamento de prêmios e benefícios.....</u>	<u>161</u>
4.2 Os sentidos do trabalho.....	168
4.2.2 Temporalidade e trabalho.....	169
4.2.2 Aspectos identitários e imaginários	171
4.2.3 Sobre o grau de escolarização dos trabalhadores.....	176
4.3 Micropráticas de resistência: a voz infrassônica ² do trabalhador precarizado.....	161
4.3.1 O Desafio da representação sindical	186
4.3.2 Queimadas clandestinas	188
4.4 O empoderamento em questão	190

² Voz infrassônica: conceito criado por mim para designar a voz que não tem lugar social, embora exista e insista em se manifestar, ainda que não seja ouvida.

4.4.1 Cuidado x empoderamento.....	192
4.4.2 Cidadania: uma saída possível	195
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	198
REFERÊNCIAS	202
APÊNDICES	214
APÊNDICE A - Roteiro de entrevista	196

1 INTRODUÇÃO

O problema central destacado nesta pesquisa diz respeito ao sofrimento decorrente da condição de vulnerabilidade do trabalhador do corte manual de cana-de-açúcar diante de suas condições de trabalho, no Brasil atual, mais especificamente, numa cidade do interior do Estado de Minas Gerais. A abordagem psicossocial foi escolhida com o intuito de compreender a dinâmica subjetiva, econômica, social e histórica do trabalho, seus paradoxos e conflitos, além de discutir suas possíveis transformações. Interessa-nos pensar a subjetividade humana na relação com o trabalho.

Partimos do pressuposto de que as relações de trabalho trazem consigo uma dimensão de materialidade social e histórica, cujas contradições e tensões se enfrentam dialeticamente, num território ocupado simultaneamente pelas forças do capital e do trabalho. Em outras palavras, as relações de trabalho transformam a realidade e são por ela transformadas, produzem e reproduzem história, ao mesmo tempo em que são por ela (a história) produzidas e reproduzidas.

Ao realizarmos uma retrospectiva histórica do cultivo da cana-de-açúcar no Brasil, podemos constatar que este passou, desde o seu nascedouro, no século XVI, por vários ciclos e crises, imprimindo, a cada época, novos paradigmas de trabalho. Portanto, desde o Brasil Colônia, a cana está presente e integra a história nacional, reiterando o perfil agrícola do País, sempre dependente do mercado externo, cujo modo de produção é baseado na intensa exploração do trabalhador, na apropriação privada de recursos naturais e de extensas faixas de terra. Nesta pesquisa, o recorte temporal focalizado diz respeito ao atual ciclo produtivo da cana-de-açúcar, em especial nas duas últimas safras (2012 e 2013), fortemente marcado pela mecanização e redução do número de empregos no seu corte manual.

Atualmente, a cana tem novo prestígio no mercado das *commodities*, como fonte de energia ecologicamente viável, incluindo-se aí a sua biomassa (bagaço). Segundo Jank (2009), a cana-de-açúcar é a segunda fonte de geração de energia elétrica do Brasil, responsável por 16% da matriz energética nacional. Ainda segundo Jank (2009), o uso de etanol, seja em detrimento da gasolina, ou misturado a ela, aumenta o crédito de carbono, evitando emissões de CO₂ equivalentes a 60% do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) brasileiro.

O MDL é um “projeto em um país em desenvolvimento com o objetivo de reduzir as emissões de gases do efeito estufa (GEEs) e contribuir para o desenvolvimento sustentável local” (INSTITUTO CARBONO BRASIL, 2012, art. 12). Ele foi proposto pela Organização

das Nações Unidas (ONU) para servir de referência e ajudar os países em desenvolvimento a cumprirem o protocolo de Quioto.

Graças ao cultivo da cana-de-açúcar, “o Brasil foi primeiro país do mundo a eliminar totalmente o chumbo tetraetila de sua matriz de combustíveis em 1992” (NOVA CANA, 2010, p.02). Tal fato fez com que a bem-sucedida experiência brasileira com o uso do álcool anidro³ como substituto ao chumbo tetraetila fosse indicada como referência para outros países, na Cúpula das Américas, realizada em 1994. Outro fator ambiental importante se refere à emissão de óxido de enxofre (SOx) que é emitido por automóveis movidos a gasolina e “que entra em reação química com o vapor d’água na atmosfera, resultando em H₂SO_x, o que provoca a chuva ácida. Entretanto, a queima de álcool não emite SOx, sendo esta mais uma vantagem ambiental desse combustível” (NOVA CANA, 2010, p. 03). Além disso:

[...] em relação aos riscos de mudança climática global, o balanço final é altamente positivo, uma vez que o processo de fotossíntese da cana absorve um volume de gás carbônico equivalente ao da queima do álcool e do bagaço, pois o dióxido de carbono proveniente da combustão é absorvido da atmosfera pelas plantas durante a fotossíntese. Contudo, há emissões de gases de efeito estufa na produção agrícola (devido ao uso de fertilizantes e queima para a colheita) e no transporte da cana do campo para a usina. Como consequência, a redução líquida na taxa de emissão de CO₂ é da ordem de 2,46 t CO₂ equivalente por m³ de etanol consumido (NOVA CANA, 2010, p. 07).

Portanto, “a produção do etanol é feita com um consumo de energia bastante inferior ao que ela produz” (NOVA CANA, 2010, p. 10). Tal contexto trouxe novas perspectivas para o setor sucroalcooleiro, que passou a crescer, apoiado por incentivos governamentais e internacionais. Como exemplo disso, tem-se a medida estatal, repetida em vários países do mundo, de aumentar o percentual de etanol (álcool combustível, obtido a partir da cana-de-açúcar) na gasolina e o lançamento de carros ‘flex’, movidos tanto a etanol como a gasolina. Este tipo de automóvel já é hegemônico no mercado nacional e conta com perspectivas de expansão de fronteiras.

Atualmente, o Brasil é o maior produtor mundial de cana-de-açúcar, seguido por Índia, Tailândia e Austrália. Ocupa também o primeiro lugar no *ranking* mundial de consumo, produção e exportação de açúcar, respondendo por 20% da produção e 40% das exportações mundiais do produto. Em 2010, isto correspondia a aproximadamente 2% do Produto Interno Bruto (PIB)- nacional. O cultivo da cana ocupa, aproximadamente, oito milhões de hectares

³O álcool anidro é caracterizado pelo teor alcoólico máximo de 99,3° que é misturado à gasolina. Já o etanol ($\text{CH}_3\text{CH}_2\text{OH}$), também chamado álcool etílico, é o álcool anidro hidratado, utilizado também como combustível no Brasil.

de terra, concentrados principalmente no Sudeste, Centro-Sul e Nordeste do País (FRANÇA..., 2010).

O complexo industrial canavieiro nacional é composto por 450 usinas e, em 2010, chegou a gerar aproximadamente dois milhões de empregos diretos e indiretos. As diferenças climáticas entre as regiões produtoras permitem que a safra dure o ano todo. No Nordeste, o período de colheita vai de novembro a abril, enquanto que, no Sudeste e Centro-Sul, a safra acontece entre abril e novembro/dezembro (FRANÇA..., 2010). O setor ainda apresenta perspectivas para crescente expansão e desenvolvimento. Segundo dados publicados pela Associação das Indústrias Sucroenergéticas de Minas Gerais (SIAMIG) (2009), o volume total de cana processado nas usinas brasileiras era de, aproximadamente, 258 milhões de toneladas na safra 2000-2001. Já a safra 2004-2005 apresentou uma moagem total de cerca de 386 milhões de toneladas. Estes dados demonstram que o setor, em cinco anos, ampliou em 49,6% a sua capacidade produtiva. A safra 2008-2009 apresentou uma moagem total de 586 milhões de toneladas de cana, aproximadamente, o que demonstra que, em um intervalo de apenas três safras, a capacidade produtiva cresceu 51,8%. No acumulado da década 1999-2009, o processamento total de cana, ou seja, a moagem e o beneficiamento da cana-de-açúcar cresceram 86,6% no Brasil, passando de 314 milhões de toneladas, na safra 1998-1999, para 586 milhões de toneladas, na safra 2008-2009.

A safra 2009-2010 apresentou uma moagem de 612 milhões de toneladas, volume 7,1% superior à safra anterior. Já em 2010-2011, o total da moagem de cana-de-açúcar foi de 652 milhões de toneladas, com o acréscimo de 7,8%, em relação à safra anterior. A moagem de cana-de-açúcar na região Centro-Sul do Brasil, até o dia 16 de julho de 2010, atingiu 255,19 milhões de toneladas, crescimento de 20,26% em comparação com o mesmo período da safra 2009 - 2010. No entanto, em função da variação climática e da falta de chuva no período de entressafra, a safra 2011-2012 apresentou queda de produção: no total, foram 560 milhões de toneladas, aproximadamente 100 milhões a menos que a safra anterior. (ACOMPANHAMENTO..., 2010). Mas a safra 2012-2013 registrou uma moagem de, aproximadamente, 590 milhões de toneladas de cana. Tais dados apontam para a recuperação da capacidade de crescimento do setor (COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO, 2012b). Já para a safra 2013-2014 é esperado um crescimento de 12% no volume de moagem de cana, fazendo com que a produção atinja o patamar de 660 milhões de toneladas (COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO, 2013).

O Brasil tem uma posição estratégica privilegiada nesse segmento devido especialmente ao clima favorável, com cerca de 200 milhões de hectares de terras

potencialmente disponíveis, com força de trabalho abundante e barata, além de conhecimento técnico e experiência na extração do etanol da cana-de-açúcar (MACIEL, 2010). Entretanto, Carvalho (2007) chama a atenção para as pretensões das megaempresas e dos governos de diversos países industrializados sobre o território brasileiro. Especialmente no que se refere às supostas áreas passíveis de serem ocupadas com culturas que forneçam matérias primas para a produção de agrocombustíveis, é comum a utilização de várias táticas e discursos que negam a presença, nesses territórios, de populações originárias, de camponeses, de vilas e áreas de proteção ambiental para, assim, conseguirem a desapropriação e licenças ambientais. Como consequência, tem-se a degradação ambiental e a expropriação de terras de pequenos produtores, entre outros problemas causados pela monocultura.

Ademais, as novas tecnologias de produção introduzidas no setor sucroalcooleiro por grandes corporações trouxeram, além de inovações na gestão corporativa, a intensificação do trabalho. Tais inovações supõem novas estratégias relativas às relações de trabalho, que resultam em maior pressão por produção. Segundo Gaulejac (2007), a gestão empresarial é um sistema de organização do poder que se legitima através de práticas de gerenciamento e de discursos sobre os modos de organizar a produção, além de técnicas e procedimentos que definem as regras de funcionamento da organização. Tais procedimentos atuam na construção de uma representação do fator humano, do sujeito trabalhador, como um recurso a serviço da empresa. A proposta deste estudo é, pois, discutir os impactos de tais transformações no trabalho e na vida do cortador de cana-de-açúcar, uma vez que os recordes de produção, citados anteriormente, foram acompanhados também pela intensificação do trabalho e barateamento da mão de obra o que resulta em sofrimento.

Alves (2006), ao analisar os processos de produção e de trabalho canavieiros, constata uma rápida intensificação do trabalho entre os anos de 1950 e a atualidade. As empresas do ramo, subordinadas às leis do mercado, precisavam produzir cada vez mais. Por sua vez, para ter melhor salário, o trabalhador precisou, nas últimas décadas, aumentar drasticamente seu ritmo de trabalho. Vejamos: nos anos de 1950, cada trabalhador cortava, em média, três toneladas de cana por dia. Nos anos de 1980, essa média passou para seis toneladas, “e no final da década de 1990 e início dos anos 2000, atingiu 12 toneladas de cana por dia” (ALVES, 2006, p. 92). No entanto, apesar desse enorme salto da produtividade individual, o salário da categoria se deteriorou. Com efeito, se, em 1986, a média salarial pelo corte de seis toneladas/dia era de 2,5 salários mínimos, essa média permanecia a mesma em 2008, quando o trabalhador já cortava, em média, 12 toneladas/dia. Isso representa 50% de perda salarial. Atualmente, na empresa pesquisada, a faixa salarial fica em torno de 1,5 salário

mínimo, variando entre R\$ 800,00 (média salarial entre os trabalhadores locais) e R\$ 1.300,00 (média salarial entre os trabalhadores migrantes), restando aos que têm menos condição de produção um pouco mais que o salário mínimo. O principal responsável por essa intensificação consiste ainda, no pagamento por produção. Quando o trabalhador tem “o seu pagamento atrelado ao que ele conseguiu produzir no dia [...] trabalha cada vez mais para melhorar suas condições de vida” (ALVES, 2006, p. 93), aumentando assim o ritmo de trabalho.

Além do pagamento por produção, há um forte processo de mecanização da colheita com vistas à substituição de mão de obra. A partir desse processo de mecanização, as usinas passam a contratar cada vez menos trabalhadores para o corte manual. Dessa forma, “com a intensificação da mecanização do corte de cana-de-açúcar, diversas usinas resolvem, de maneira perversa, o problema do desemprego durante o período da entressafra” (EID, 1996, p.30). As empresas agora podem, finalmente, ‘atender’ à reivindicação sindical de estabilidade no emprego durante o período de entressafra, mas contratando um número cada vez menor de trabalhadores a cada safra, através de um rigoroso processo de seleção dos trabalhadores que busca identificar os mais disciplinados, produtivos e conhecedores do processo produtivo agrícola.

O pagamento por produção atrelado ao contexto de mecanização da colheita em larga escala abriu espaço para a intensificação do ritmo de trabalho no corte de cana e também para o aumento da produtividade. Como consequência, tem-se uma conjuntura marcada por um conjunto de fatores, os quais foram sintetizados por Alves (2006) em três aspectos:

- a) **Aumento de mão de obra disponível:** em decorrência da mecanização, do aumento do desemprego geral e da expansão da fronteira agrícola para regiões do cerrado;
- b) **Processo seletivo mais rigoroso:** implantados nos departamentos de pessoal das usinas, com a possibilidade de contratação de migrantes⁴ (trabalhadores oriundos de outras localidades);
- c) **Implantação de um período de experiência:** durante o qual o desempenho de cada trabalhador é monitorado, e quem não atinge as metas ou não atende às expectativas é desligado sem maiores ônus para o empregador.

⁴ Trabalhador Migrante: categoria de trabalhador em regime de deslocação temporária, contratado (via CLT) e devidamente inscrito nos sistemas de segurança social do País.

Tal conjuntura faz com que um cortador de cana execute mais de três mil golpes de podão⁵ por dia, além de ter que carregar a cana por ele cortada, em feixes de aproximadamente 15 kg, por uma distância de 1,5 a 3 metros (dependendo de sua posição no eito⁶), tendo de caminhar, em média, 8 km por dia. Toda essa carga física, realizada sob intensa exposição ao sol, poeira e fuligem da cana queimada⁷, faz com que ele perca, em média, seis litros de água por dia, misturada aos sais minerais excretados na transpiração (ALVES, 2003). Por esse motivo, muitas empresas fornecem a esses trabalhadores doses diárias de suplementos de hidratação oral, um *mix* de vitaminas, sais minerais e água, com o objetivo de promover a hidratação. No entanto, tais suplementos são insuficientes para compensar o desgaste físico dessa atividade laboral. Se repetida ao longo de meses, essa carga de trabalho pode acarretar “uma série de doenças, traumas, ou acidentes a ela relacionados: dermatites, conjuntivites, desidratação, câimbras, dispneias, infecções respiratórias, alteração da pressão arterial, ferimentos e outros acidentes” (ALESSI; NAVARRO, 1997, p.111). As cargas biopsíquicas, por sua vez, produzem padrões de desgaste, principalmente através da manifestação de dores na coluna vertebral, dores torácicas, lombares e de cabeça; tensão nervosa e outros tipos de manifestações psicossomáticas. (ALESSI; NAVARRO, 1997).

Numa observação ergonômica da atividade de cortar a cana, Laat (2010) acompanhou um trabalhador, cuja produção atingiu perto de 13 toneladas de cana (12.960 kg), em um dia. A observação mostrou que esse trabalhador realizou aproximadamente 3.080 flexões de coluna, com cerca de 3.500 golpes de podão (o facão utilizado para o corte manual). Laat (2010) observou em seu estudo que, ao final do dia, o trabalhador tinha elevado a carga cardiovascular, tendo sua frequência cardíaca chegado ao pico de 174 batimentos por minuto. O autor comenta que, segundo o Serviço Pastoral do Migrante de Guariba (SP), entre 2004 e 2008, em decorrência dessa excessiva intensificação do trabalho, morreram, por morte súbita ou exaustão, 21 cortadores de cana, com idade entre 21 e 50 anos, na região canavieira paulista.

⁵ Instrumento utilizado para o corte manual da cana, com lâmina recurvada maior que o cabo de madeira.

⁶ Segundo Alves (2003), eito significa ‘terra de trabalho de negro’, vocábulo típico do período da escravidão e que, até hoje, é utilizado para designar o local de trabalho do cortador de cana. O chamado eito é composto por cinco fileiras de cana (num total de sete metros de largura), cujo comprimento dependerá da capacidade/resistência física de corte do trabalhador. O comprimento aferido pelo fiscal de campo é comunicado ao setor técnico da usina, que converte a metragem em peso/tonelada cortada, para, em seguida, calcular o valor da tonelada e, portanto, do salário/dia de cada trabalhador.

⁷A cana-de-açúcar é queimada antes do corte manual para facilitar o trabalho de corte e aumentar a produtividade. Sem a queima da palha, os trabalhadores precisam se esforçar mais para cortá-la e não enxergam o colmo (parte mais rica em açúcar) da planta.

O contexto da vida do cortador de cana-de-açúcar é marcado, ainda, pela vulnerabilidade, em função das precárias condições financeiras, da baixa escolaridade e também pela constante possibilidade de perda de emprego. O trabalho no corte de cana é, portanto, um fator de desfiliação social. Segundo Castel (1998), o trabalho precário revela a submissão do trabalhador diante da ameaça de miséria que pode assolar sua vida e de seus familiares. Ao analisar os processos de invalidação social e desfiliação, o autor constata “a presença, aparentemente cada vez mais insistente, de indivíduos colocados em situação de flutuação na estrutura social e que povoa seus interstícios sem encontrar aí um lugar designado” (CASTEL, 1998, p.23). O principal fator desencadeante da invalidação social é o desemprego. Nessa perspectiva, o coletivo, que Marx (MARX apud CASTEL, 1998) denominava ‘trabalhadores assalariados excedentes’, metamorfoseia-se para ‘população trabalhadora excluída’, os ‘inempregáveis’ ou desfiliações, segundo Castel (1998). Tal fato revela que o projeto da modernidade foi corrompido. A liberdade do indivíduo, na contemporaneidade, implica a capacidade deste de se manter como consumidor e, portanto, de se inserir no mercado de trabalho.

Diante desse contexto, muitas são as indagações éticas sobre o modelo de gestão aplicado à categoria de trabalhadores aqui focalizada. As estratégias competitivas de setores produtivos dependem, em grande medida, de seus sistemas de gestão. No entanto, tais sistemas, ao privilegiarem a produção, podem fazer com que as condições e a organização do trabalho elevem as cargas físicas e psíquicas do trabalho a níveis intoleráveis e insalubres. O cortador de cana experimenta as mais precárias condições de trabalho e existência, oprimido pela ambivalência sobrevivência-submissão, aliado do padrão cultural de ‘normalidade’ ou de ‘saúde’ (ALVES, 2003). Na presente pesquisa, além do estudo epidemiológico de suas patologias físicas e mentais, buscamos compreender os processos de sofrimento em face da materialidade das condições, muitas vezes perversas, de trabalho, considerando que o conceito de sofrimento está além da noção de dor. Trata-se de um conceito ético-político e socialmente construído por meio de processos dialógicos e relacionais que tiram a potência do sujeito (que sofre) para a ação, conforme definido por Sawaia (2011).

O desenvolvimento desta tese foi estruturado através dos seguintes capítulos: o Capítulo 2 é dedicado à revisão de literatura, o qual foi dividido em cinco subtemas. Primeiramente, realizamos uma breve contextualização sociohistórica do corte de cana-de-açúcar no Brasil e em Minas Gerais. Em seguida, buscamos estabelecer relações entre pobreza, escravidão e o trabalho no corte manual de cana no Brasil e em Minas Gerais, para, dessa forma, chegarmos a uma análise do cenário contemporâneo do País, no que se refere às

variáveis sociais, econômicas e políticas e seus impactos na atual reestruturação produtiva no trabalho do cortador de cana.

Após essa delimitação do contexto sociohistórico do corte de cana no País, iniciamos a delimitação de alguns conceitos-chave, elementares para o desenvolvimento da pesquisa, a saber: a concepção de trabalho, a questão da qualidade de vida no trabalho e sua interface com as condições de trabalho e, por fim, a noção de vulnerabilidade.

No que diz respeito à metodologia (Capítulo 3), buscamos discutir a abordagem qualitativa do trabalho e suas implicações teórico-metodológicas, tanto no que se refere à pesquisa de campo, quanto às diretrizes priorizadas na análise dos resultados. O objetivo da metodologia é propiciar ao leitor não apenas uma descrição dos instrumentos de coleta e análise de dados, mas, também, a identificação da perspectiva adotada nas argumentações e interpretações dos dados.

Já o Capítulo 4 é dedicado à apresentação dos dados coletados em campo, de acordo com as categorias de análise elencadas neste estudo, tendo como base a revisão de literatura previamente realizada. Por fim, no Capítulo 5, registramos algumas considerações sobre as questões respondidas ou não pela pesquisa e apresentamos uma breve avaliação do trabalho realizado, onde procuramos sintetizar uma análise interpretativa dos resultados, almejando uma construção de sentido concernente à vida, ao trabalho e ao discurso do trabalhador em questão.

1.1 Justificativa

A precariedade das condições e da organização do trabalho no corte manual da cana, bem como as relações trabalhistas do setor, já são muito conhecidas, conforme demonstrado em várias pesquisas anteriores que apontaram fartamente as insuportáveis cargas de trabalho dos cortadores de cana, em condições análogas às do trabalho escravo. Além de acidentes de trabalho e danos à saúde física e psíquica, a carga excessiva de trabalho leva esses sujeitos, em muitos casos, a recorrerem ao uso abusivo de bebidas alcoólicas e, mais recentemente, de maconha e de crack, para suportar a intensificação e o ritmo acelerado das tarefas (ALESSI; NAVARRO; 1977; SCOPINHO, 2000; ANDRADE, 2003; ALVES, 2006; LAAT, 2010).

Tais estudos reiteram a visão ético-política do sofrimento, que, de acordo com Sawaia (2011), diz respeito à dimensão subjetiva decorrente da experiência de injustiça e exclusão social. Esta autora destaca as diferentes qualidades e dimensões da exclusão, ressaltando “a dimensão objetiva da desigualdade social, a dimensão ética da injustiça e a dimensão

subjetiva do sofrimento” do sujeito que se encontra em uma ordem social desigual. (SAWAIA, 2011, p. 8).

Nesta pesquisa, buscamos realizar uma análise das condições de trabalho, como ponto de partida para traçarmos o perfil da condição atual do cortador de cana e realizarmos uma discussão sobre o sofrimento e vulnerabilidade desse trabalhador, como forma de somar forças, recursos e informações para um debate mais estratégico que vise à emancipação dessa categoria de trabalhadores. Em nosso estudo, abordamos alguns conceitos que, embora tenham indicadores coletivos, referentes às condições de trabalho, indicam variações no plano individual, ou seja, na forma singular como o trabalhador integra e/ou se relaciona com tais indicadores no plano da vida.

Nos últimos anos, constatou-se uma crescente carga de trabalho nessa categoria. As empresas empregadoras estão contratando um número cada vez menor de trabalhadores, que são recrutados não apenas para atuarem no período de safra, mas para integrar o quadro de funcionários permanentes das empresas. Para esses que conseguem permanecer, há um aparente ganho no que se refere à estabilidade, tendo em vista que não serão demitidos ao final da safra. No entanto, nesse contexto, o trabalhador que atua no corte manual de cana-de-açúcar encontra-se intimidado pelo fantasma da mecanização que ameaça descartá-lo do mercado de trabalho num futuro não muito longínquo. Além da mecanização, o pagamento por produção também corrobora a intensificação da carga de trabalho da categoria.

Quando nos propomos a analisar criticamente um contexto de trabalho, permeado de contradições e conflitos, acreditamos também que ele pode ser transformado. No entanto, tal transformação não é automática, pois depende de um complexo jogo de forças, na dialética da dominação-resistência. Nesse sentido, a pesquisa não vê como naturais tais relações de trabalho, investigando como o lugar do trabalhador rural na indústria sucroalcooleira vem sendo socialmente construído e as possibilidades de mudanças que podem ser aí pensadas, no sentido da potencialização dos sujeitos trabalhadores e de sua consequente emancipação.

Além dos motivos acima elencados existem aqueles de foro pessoal. A motivação e fonte de inspiração para este trabalho se deve ao fato de eu ter crescido em uma cidade produtora de cana-de-açúcar e, ao longo de aproximadamente 25 anos, ter acompanhado, empiricamente, na vida cotidiana, como as mudanças nas estratégias organizacionais da usina impactavam o cotidiano da cidade como um todo. Entre os anos de 2007 e 2009, tive a oportunidade de trabalhar nessa empresa, ocupando o cargo de coordenadora de treinamento e desenvolvimento de pessoas, quando ficou mais explícita para mim a relação entre a gestão empresarial, a qualidade de vida no trabalho e seus impactos na vida dos trabalhadores.

Com base nessa experiência de trabalho que comecei a problematizar o trabalho do cortador de cana, especialmente quando deparava com os impasses na melhoria efetiva da qualidade de vida desse trabalhador. Acompanhei o início da transição do modelo de gestão que partiu de um caráter familiar, marcado por um ‘*mix*’ de autoritarismo e afetividade típico do coronelismo brasileiro, para um paradigma de reestruturação produtiva apregoado pelo modelo de gestão neoliberal adotado pela multinacional que adquiriu a usina em 2002. Nessa época houve uma grande expectativa de que as condições de trabalho iriam melhorar com a adesão da empresa aos padrões internacionais de segurança e qualidade de vida no trabalho. No entanto, paradoxalmente o que observava era que as mudanças concretas das condições de trabalho, apesar de importantes, não saíam do plano assistencial, ou seja, melhoravam-se os EPIs, a infraestrutura dos ônibus que transportavam os trabalhadores, etc. Mas, a condição de trabalho continuava degradante, a pressão por intensificação da produção continuava crescente, os fatores de sofrimento e exclusão ou desfiliação social desse trabalhador permaneciam inalterados.

Ao longo dessa minha trajetória profissional na empresa, percebia que as transformações das condições de trabalho atualizavam a ambivalência entre sobrevivência e submissão do trabalhador, e o resultado apontava para o aumento do sofrimento no trabalho diante da vulnerabilidade e do risco social que permeavam a vida do cortador de cana.

Ao sair da empresa e ingressar na vida acadêmica, identifiquei a oportunidade transformar tais inquietações em um problema de pesquisa de maneira que a escuta investigativa do cotidiano desses trabalhadores pudesse funcionar também como um espaço de inclusão, de contra-vulnerabilidade e de promoção da saúde. Minha intenção é elucidar o discurso dos sujeitos trabalhadores, ampliando sua visibilidade na cena social. Eles se encontram silenciados em função das condições sociohistóricas adversas à sua emancipação. No entanto, eles têm o que dizer, não são, portanto, silenciosos ou sujeitos passivos.

Penso que a sistematização e a problematização da experiência de trabalho dos cortadores de cana-de-açúcar poderá ser útil para as reflexões e ações do Sindicato dos Trabalhadores que representa esta classe, além de oferecer subsídios ao planejamento de ações públicas e/ou privadas voltadas à emancipação desse trabalhador.

1.2 Objetivos

O presente estudo tem, como objetivo geral, compreender a situação atual do trabalhador do corte manual de cana-de-açúcar, partindo de uma análise crítica das condições

atuais de trabalho do cortador de cana-de-açúcar, no interior de Minas Gerais, no que se refere, em especial, à vulnerabilidade, ao sofrimento e à qualidade de vida no trabalho.

Os objetivos específicos, por sua vez, se referem à delimitação das especificidades das condições de trabalho do cortador de cana, identificando os principais indicadores de vulnerabilidade e de sofrimento entre os trabalhadores pesquisados, de forma articulada à análise da situação atual da agroindústria canavieira no Brasil e em Minas Gerais, em especial, no que se refere às condições de trabalho.

2 REVISÃO DE LITERATURA

A partir do século XVIII, as relações sociais de trabalho foram amplamente atravessadas pelo modo de produção capitalista. O atual cenário mundial do capitalismo, global e fortemente ancorado no aspecto financeiro, influencia, de forma dinâmica e quase sempre conflitiva, a organização e a gestão do trabalho. O caso do cultivo da cana-de-açúcar não é uma exceção. Ao realizarmos uma análise histórica do cultivo dessa planta, ao longo da civilização humana, constatamos que o manejo da cana-de-açúcar esteve presente em praticamente todas as épocas e em todas as sociedades, independentemente do modelo produtivo empregado. Atualmente, a mecanização ameaça pôr fim à secular categoria de trabalho ‘cortador de cana’. No entanto, enquanto esse fim não chega, o trabalhador permanece explorado e em condições precárias de trabalho e de vida.

2.1 O trabalho no corte manual de cana no Brasil e em Minas Gerais

Os primeiros registros do cultivo da cana-de-açúcar datam de 20 mil anos A.C., quando populações primitivas desfrutavam de espécies nativas na região da Melanésia (atual Nova Guiné e Ilhas Fiji, situadas no Pacífico Sul) e também nas planícies ao longo do rio Ganges, na Índia. Pouco antes da era cristã, já havia registros da planta na China e tanto os chineses quanto os indianos sabiam extrair da planta um xarope doce que era considerado uma fina especiaria e utilizado principalmente como medicamento (SINDICATO DA INDÚSTRIA DE FABRICAÇÃO DO ÁLCOOL NO ESTADO DE MINAS GERAIS, 2011).

A porta de entrada do produto na Europa foi Constantinopla, capital do império árabe no Ocidente, a qual concentrava todo o comércio oriental. Coube a Portugal e Espanha, por intermédio dos navegantes, a disseminação da cana e das técnicas de fabricação do açúcar no Novo Mundo (SINDICATO DA INDÚSTRIA DE FABRICAÇÃO DO ÁLCOOL NO ESTADO DE MINAS GERAIS, 2011).

A cana está arraigada na cultura e na economia brasileiras desde os primórdios da colonização. Em 1493, na segunda viagem de Cristóvão Colombo, chegaram as primeiras mudas. Já em 1533, fundou-se na Capitania de São Vicente, próximo à atual cidade de Santos/SP, o primeiro engenho para produzir açúcar, utilizando de mão de obra escrava. No Brasil Colônia, o ciclo do açúcar se estendeu de 1533 até a primeira metade do século XVII, focalizando-se no litoral do nordeste do País, entre os atuais estados da Bahia e Pernambuco, com produção voltada para o mercado externo, ainda baseado no trabalho escravo

(SINDICATO DA INDÚSTRIA DE FABRICAÇÃO DO ÁLCOOL NO ESTADO DE MINAS GERAIS, 2011).

Entre os anos de 1800 e 1930, o cultivo da cana-de-açúcar no Brasil foi caracterizado pelo modelo latifundiário, no qual a oligarquia agrária, detentora de grandes faixas territoriais, ‘cedia’ ao trabalhador moradia e pequena porção territorial para o cultivo de subsistência, em troca de trabalho na agricultura ou pecuária de larga escala. Desde então, a produção de açúcar passou por vários ciclos e crises, sem, contudo ter seu cultivo interrompido no País. Entre 1930 e 1970 esse cenário foi marcado pelo desenvolvimento tecnológico (modernização), a partir da utilização de tratores e outras máquinas agrícolas para o preparo do solo, irrigação e dedetização da lavoura, além da utilização de fertilizantes e agrotóxicos, entre outras técnicas de plantio e manejo.

A partir de 1970, outro ciclo produtivo passou a ocupar lugar central na história do País. O chamado Proálcool, Programa Nacional do Álcool, foi uma tentativa governamental de troca do uso de combustíveis de origem fóssil, como o petróleo e seus derivados, por biocombustíveis renováveis, neste caso, o álcool proveniente da cana-de-açúcar. Esse programa do governo federal foi criado para incentivar a produção e o consumo do álcool combustível, voltado para o mercado interno de etanol (álcool combustível, proveniente da cana-de-açúcar), em função da crise mundial do petróleo, o que, por sua vez, motivou o incentivo governamental para a produção de automóveis movidos a álcool, com o intuito de diminuir a dependência do País em relação ao uso de petróleo. Em 1975-76, foram produzidos 600 milhões de litros de etanol. Para garantir o desenvolvimento do setor, o governo, que era um governo militar na época, incentivou a grilagem de terras para o cultivo da cana-de-açúcar e ofereceu subsídios fiscais para que os usineiros substituíssem a produção de açúcar por etanol. No que se refere aos direitos trabalhistas, Rodrigues (2011) afirma que o governo fez ‘vista grossa’ em relação à exploração do trabalhador do corte manual de cana. Nessa época, o direito dos trabalhadores já se encontrava positivado em lei, por meio da adoção no País da regulamentação elaborada pela Organização Internacional do Trabalho. No entanto, o governo ditatorial militar não se ocupava da fiscalização quanto ao cumprimento das leis trabalhistas em setores com necessidade de expansão da produção, como no caso do cultivo da cana-de-açúcar.

A partir de 1979, a produção nacional saltou para 3,4 bilhões de litros, atingindo seu ápice em 1986-87, quando a produção chegou a 12,3 bilhões (BIODIESELBR, 2006). A crise do petróleo iniciada em 1973 havia feito crescer de forma exponencial a procura mundial por biocombustíveis, porém, segundo Nitsch (1991), somente o Brasil, em 1975, conseguia

produzi-los em escala comercial. Desde então, com as flutuações de mercado, houve vários ciclos de valorização, crise e desvalorização do petróleo e do açúcar. Nesse contexto, o álcool se mostrou capaz de substituir o petróleo. No entanto, é importante ressaltar que tal substituição ainda não é hegemônica e que o preço do etanol nos postos de gasolina do País não é atrativo. Mas, de fato, o etanol possibilitou dar vazão à cana-de-açúcar com mais eficiência e lucro do que quando se buscava apenas a produção de açúcar.

O Proálcool representou um marco na matriz energética do País. Ainda segundo Nitsch (1991), os efeitos do Proálcool podem ser considerados como positivos e negativos em diversos aspectos. Um dos principais resultados negativos foi a concentração fundiária, causando desemprego e êxodo rural, além de fazer crescer a concentração de renda. Outro ponto negativo apontado por Figueiredo (2007) diz respeito à falta de eficiência e eficácia do Proálcool como um programa de Estado:

O Proálcool se concentrou no álcool, não resolveu o problema da dependência do petróleo importado e não favoreceu o desenvolvimento da indústria automotiva nacional [...] Se pensarmos que a Coréia do Sul construiu sua poderosa indústria automobilística na mesma época, sem ter o motor a álcool como inovação tecnológica, vemos que o Brasil desperdiçou uma oportunidade (FIGUEIREDO, 2007).

Já o aspecto positivo se refere à geração de emprego que potencializa financeiramente a região produtora, além de fomentar o crescimento das destilarias. Mas, na década de 90, o setor entrou em uma nova crise, com o corte do incentivo governamental proveniente do Proálcool (NITSCH, 1991).

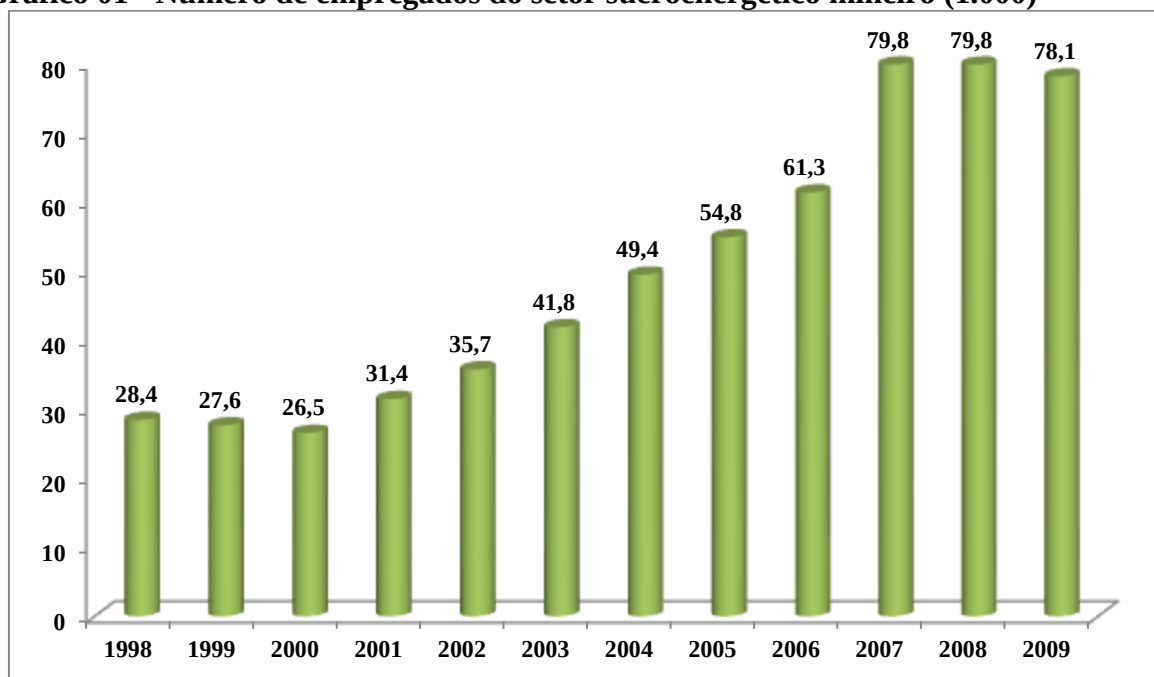
Depois do Proálcool, somente, a partir dos anos 2000 é que a cana voltou a ocupar lugar de destaque no cenário econômico nacional, em função da abertura do setor à entrada de investimentos estrangeiros, impulsionada por perspectivas de aumento da demanda mundial tanto por açúcar como por álcool (ALVES, 2003). Trata-se, portanto, de um novo no ciclo setor. De acordo com Coutinho (2009), esse período tem sido marcado pela preocupação mundial a respeito das matrizes energéticas renováveis. Atualmente a cana é denominada por muitos como fonte de energia “verde”, isto é, energia ecologicamente correta e economicamente viável porque, além de apresentar alto índice de aproveitamento energético, de seus resíduos ainda são extraídos polímeros, fertilizantes e energia elétrica, esta última conseguida através da queima de sua biomassa (bagaço).

Entre 2007 e 2008, segundo Jank (2009), o setor sucroalcooleiro foi responsável por, aproximadamente, 2% do PIB nacional, apresentando perspectivas de crescimento em quase todo território nacional. Tal crescimento também foi financiado pela iniciativa governamental.

Segundo Coutinho (2009), o BNDES investiu, entre 2004 e 2009, aproximadamente R\$ 25 bilhões em financiamentos para o setor sucroalcooleiro ampliar e inovar suas usinas. Tais investimentos, aliados ao aumento da presença internacional no processo produtivo e à constante perspectiva de ampliação do mercado, trouxeram uma notável eficiência ao setor, em especial, no que tange à ampliação de sua capacidade produtiva.

Essa expansão foi acompanhada de um aumento significativo na geração de empregos. Segundo Moraes et al., (2008), em 2007 o setor sucroalcooleiro impactou cerca de 1.000 municípios brasileiros, gerando aproximadamente 470 mil empregos diretos, na faixa etária média de 35 anos, com escolaridade média de ensino fundamental incompleto (menos de quatro anos de escolarização) e salário médio de R\$ 500,00 mensais (quando o salário mínimo era de R\$380,00. Portanto o equivalente a 1,3 salários). Em Minas Gerais, entre 1998 e 2008, foram criados aproximadamente 51 mil empregos no setor, impactando 162 municípios (SINDICATO DA INDÚSTRIA DE FABRICAÇÃO DO ÁLCOOL NO ESTADO DE MINAS GERAIS, 2011).

Concomitantemente ao aumento de empregos, houve um investimento significativo das empresas para mecanizar o processo de plantio e colheita da cana. No início, entre os anos de 2000 e 2009, a mecanização parecia não competir com a mão de obra porque a expansão do setor estava muito acelerada e intensa. No entanto, a partir de 2009, o setor passou a ter como principal característica a mecanização do plantio e da colheita, em substituição gradativa à mão de obra. Dessa forma, os trabalhadores passaram a ser recrutados apenas para serviços de reparo do trabalho mecanizado e para o corte em áreas de difícil mecanização, exigindo um sacrifício físico cada vez maior do trabalhador, que ainda recebe por produção. Em função da mecanização, a geração de empregos vem diminuindo drasticamente. Em 2009, o setor chegou a gerar dois milhões de empregos diretos e indiretos (FRANÇA..., 2010). Segundo Moraes et al., (2008), em 2007, o setor gerou 465.276 empregos diretos, sendo 274.372 somente na produção de cana-de-açúcar. No entanto, devido ao processo de mecanização do plantio e da colheita, o número de empregos gerados vem diminuindo no setor, desde 2009, conforme Gráfico 1 gerado pelo SIAMIG (2011):

Gráfico 01 - Número de empregados do setor sucroenergético mineiro (1.000)

Fonte: SINDICATO DA INDÚSTRIA DE FABRICAÇÃO DO ÁLCOOL NO ESTADO DE MINAS GERAIS, com dados extraído da RAIS-TEM, 2010-2011.

Segundo Silva (2009), em 2009, havia aproximadamente 130 mil trabalhadores migrantes no setor sucroalcooleiro do País e eles eram provenientes principalmente dos estados de Alagoas, Sergipe e também da região norte do Estado de Minas Gerais. De acordo com Cruz (2011), em 2008, a região do Vale do Jequitinhonha, nas proximidades do município de Araçuaí/MG, foi responsável pela migração de 10 mil trabalhadores para o corte de cana em Ribeirão Preto/SP e região.

Mas, recentemente, esse número vem caindo drasticamente. Segundo Favoretto (2011), o estado de São Paulo já reduziu 40 mil vagas de trabalho migrante, nos últimos quatro anos, no corte manual de cana-de-açúcar. De acordo com dados publicados entre 2007 e 2011, participação dos trabalhadores não qualificados no total de empregados do setor caiu de 56,39% para 42,35%, num total de 51 mil postos de trabalho e a previsão de que se reduza ainda mais, entre 20 mil e 30 mil postos de trabalho não qualificados no setor até 2017, somente no Estado de São Paulo. (MECANIZAÇÃO..., 2012).

Na empresa pesquisada, que fica no interior de Minas Gerais, em 2008 havia aproximadamente dois mil trabalhadores ocupados no corte manual de cana-de-açúcar. Atualmente, não restam ali mais que 150 cortadores, sendo 100 deles migrantes. Assim, em menos de quatro anos, foram extintas mais de 90%, das vagas de trabalho na empresa.

Com esse novo processo produtivo, algumas empresas do setor têm procurado requalificar os cortadores de cana para funções como motoristas, operadores, eletricitistas ou

mecânicos. Algumas prefeituras também tentam qualificá-los para outras profissões, fora do setor. No entanto, esse contingente reencaminhado para novo emprego gira em torno de 10% do total de desempregados. Os demais têm grande dificuldade em se requalificar, por terem baixíssima escolaridade ou só saberem assinar o próprio nome. Muitos deles, diante da impossibilidade de continuar no setor sucroalcooleiro, buscam o setor da construção civil, o trabalho informal ou se integram aos movimentos de lutas pela terra.

Lourenço (2013) afirma que, no Brasil, os atuais problemas relacionados à produção de cana-de-açúcar, como a exploração do trabalho e a monocultura, vêm sendo suavizados pelo discurso de uma ‘energia limpa’ ou ‘ecologicamente correta’⁸, sempre se beneficiando do dinheiro público, seja por meio de financiamento direto e indireto, seja pelo ‘pacto tácito’ de não fiscalização tributária ou trabalhista. Entre outras táticas adotadas pelo corporativismo do setor, tem-se a representação direta da categoria do empresariado sucroalcooleiro na Câmara e no Senado Federais e também em cargos estratégicos do governo federal e demais esferas do Poder Executivo e Legislativo espalhados pelo Brasil.

Dessa forma, o processo de exploração é encoberto por véu nebuloso de ações e discursos empresariais e governamentais que firmam uma aliança mítica em prol do desenvolvimento econômico e do progresso do País e adotam estratégias de marketing que fazem com que, ao chegar ao mercado, o preço e o processo de negociação das mercadorias sejam apresentados como isentos do processo sociohistórico do trabalho e de produção. Nessa perspectiva, “o caráter social do trabalho fica submetido no produto do trabalho, apresentado sob a forma de mercadoria, por meio da qual se estabelecem as relações sociais coisificadas” (LOURENÇO, 2013, p. 165-166,). Assim, a alienação do trabalho também implica a alienação da vida, motivo pelo qual o consumidor, ao abastecer seu carro ou comprar açúcar no supermercado, não faz ideia do processo perverso de que tal produto é fruto.

Tal contexto é favorável à formação, manutenção e fortalecimento dos monopólios que, a partir dos anos 2000, passaram a fazer parte do grande bolo do capital planetário, cada vez mais amplo, concentrado e centralizado, por meio de fatores que canalizaram o *boom* do setor entre os anos de 2002 e 2009. Fatores como a abertura do setor para os mercados e investimentos internacionais, a desregulamentação governamental no que se refere ao preço do açúcar e etanol, ao mesmo tempo em que impulsionaram a expansão do setor, fizeram com

⁸ Os cientistas se posicionaram favoravelmente ao etanol, baseados na constatação de que ele é o mais simples dos álcoois e também por ser uma das principais opções de combustíveis renováveis para substituir os combustíveis fósseis, além de contribuir para a redução das emissões de CO₂. Tal cenário posicionou o Brasil em um lugar de destaque mundial, captando grandes investimentos estrangeiros e governamentais para o setor (LOURENÇO, 2013).

que o paradigma da produção se fixasse na lógica da indústria global de produção a custos baixos para aumento da lucratividade (LOURENÇO, 2013).

2.2 Pobreza e escravidão no canavial brasileiro: breve contextualização sóciohistórica

A escravidão, embora pareça contraditório, já que o capitalismo precisa da liberdade de consumo, ainda interessa à lógica de mercado contemporânea, em especial, no caso de empresas cuja composição orgânica do capital⁹ é inferior à composição média ou desejada (MARTINS, 1995). No caso da produção sucroalcooleira, trata-se de “um ramo que exige pesados investimentos em capital fixo representado por máquinas e equipamentos de produção. A rotatividade do capital é lenta e a depreciação do capital fixo é comparativamente muito alta” (GNACCARINI, apud FISCHER, 1985, p.70). Nesse contexto, há uma tendência das empresas em buscar compensar as perdas em investimentos fixos, através de uma maior exploração dos recursos humanos, e conseguir assim, acelerar a rotatividade do capital.

Justamente por isso é que ao setor mais débil no conjunto dos fatores econômicos envolvidos, o da força-de-trabalho, atribui-se uma remuneração residual em relação à do capital, cuja taxa de lucro fica assim assegurada, como se fosse um setor moderno (MARTINS, 1995, p. 12).

Para compensar a pressão sobre os lucros, a grande maioria das empresas desse setor desenvolve estratégias que aqui denominamos ‘neo-escravagistas’ de intensificação do trabalho e “redução de salários, sem contrapartida do desenvolvimento das forças produtivas e, portanto, sem redução do trabalho propriamente dito” (MARTINS, 1995, p. 13). Para o autor, o renascimento da escravidão, no Brasil, ocorre sempre que os mecanismos de acumulação primitiva são incorporados ao processo de reprodução ampliada do capital, fazendo com que o trabalhador assalariado se submeta a condições de superexploração.

⁹ Trata-se da razão do capital constante (maquinário) ao capital variável (mão de obra). “Ela (a composição orgânica do capital) reflete (em termos de valor) o montante de maquinário, matérias-primas e tudo que é necessário para produzir uma dada mercadoria em relação à força de trabalho necessária. [...] É, de fato, uma medida da produtividade do trabalho. Pois quanto mais eficiente é a força de trabalho, mais o trabalhador produzirá com um maquinário, mais matérias-primas serão utilizadas pelo trabalhador, e assim por diante. Assim, quanto mais alta for a produtividade do trabalho, maior será também a composição orgânica do capital. [...]Vamos examinar o caso de dois capitalistas, A e B. Suponhamos que cada um deles tenha o mesmo gasto semanal quanto aos salários - 5.000 dólares - e, seguindo o exemplo de Marx, que cada um tem a mesma taxa de mais-valia, 100%. Assim cada um recebe um lucro semanal de 5.000 dólares. Mas enquanto A investe 5.000 dólares a cada semana em capital constante, B, em um diferente setor da indústria tem que investir 10.000 dólares. Para A, então a composição orgânica de seu capital, a razão do capital constante para o variável, é 5.000/5.000, ou 1/1 (1:1). Seu lucro é realizado com um capital total de 10.000 dólares, logo a sua taxa de lucro é 5.000/10.000 ou 50%. A composição orgânica do capital de B, por outro lado, é 10.000/5.000, ou 2/1 - duas vezes a de A. A taxa de lucro de B é 5.000/15.000, ou somente 33%. Portanto, quanto maior a composição orgânica de capital, quanto mais maquinário e matérias-primas usadas pelos trabalhadores, mais baixa será a taxa de lucro - porque somente a força de trabalho produz mais-valia”(CALLINICOS, 2004, p.10).

A escravidão atual, no entanto, mostra diferenças substantivas em relação à escravidão negra, extinta em 1888, na qual a condição de escravo/mercadoria era garantida pela lei e pelo costume. Na nova situação, o trabalhador não é propriedade do empregador, no entanto, do ponto de vista ético, permanece o fenômeno de coisificação da força de trabalho. “As novas estratégias de gestão permitem, ao mesmo tempo, diminuir a participação relativa do capital variável em face do capital constante na composição orgânica do capital da empresa” (MARTINS, 1995, p.14). Tal exploração tende a promover a desigualdade social e o desemprego estrutural. Nessa perspectiva, a ‘neo-escravidão’ veste a roupagem do trabalho precário e integra, como componente estrutural, o atual mundo do trabalho sob o imperativo da flexibilidade (ALVES, 2003). Portanto, o que denominamos aqui como ‘neo-escravidão’ não significa necessariamente o trabalho forçado, sem remuneração alguma.

Alves (2006), ao analisar as condições de trabalho do cortador de cana no Brasil, constata que os processos de produção e de trabalho aos quais são submetidos os aproximam do trabalho escravo, tanto no que se refere aos padrões de desgaste-reprodução quanto ao grau de controle da força de trabalho no momento da produção, com o diferencial de contar com progressiva intensificação do trabalho. É importante ressaltar também que essa ‘nova roupagem’ tem raízes históricas. O fundamento do homem - ser social - faz com que, segundo Kumar (1997), a história mude a natureza humana e as relações sociais. Nessa perspectiva, as relações arcaicas de trabalho são atualizadas, à medida que as condições de mercado permitem a exploração do trabalhador levada ao limite de comprometer sua própria sobrevivência.

No momento da pesquisa de campo, foi possível perceber as raízes escravagistas das relações de trabalho, na medida em que o próprio vocabulário utilizado nos canaviais também é arcaico: o líder de turma ainda é chamado pelos trabalhadores de ‘feitor’, designação que se referia ao capataz ou fiscal dos escravos, no Brasil Colônia. Já eito significa faixa de terra trabalhada por escravos, e, atualmente é a faixa de terreno com a cana a ser cortada, designada para o trabalhador em cada jornada (ALVES, 2003) - um termo oficial e que consta, inclusive, no acordo coletivo.

A história do trabalho no Brasil carrega consigo um elevado grau de exclusão social e de inclusão precária da população marginalizada. A pobreza também interessa ao capitalismo, na medida em que ela cria as condições necessárias para a disseminação da ‘neo-escravidão’. No setor produtivo, ainda é grande o número de trabalhadores assalariados que não podem contar com um trabalho decente, aqui entendido como elemento central para a igualdade de oportunidades e de tratamento.

O trabalho decente é aquele sem discriminação e com possibilidades de superação e de crescimento pessoal e profissional. No entanto, desde a colonização, o Brasil perpetua uma extrema concentração de terras em favor de um restrito número de proprietários. Atualmente, essa exclusão ainda se reproduz, de forma acentuada, na distribuição de renda e da riqueza (MAIA, 2011, p.2). Desde sempre, o cortador de cana integra o contexto menos favorecido da sociedade. No Brasil Colônia, quem cortava cana era o escravo. Além da concentração de renda e de riquezas, o Brasil é marcado “por diferenças regionais, como as existentes entre os estados da nação e entre as áreas urbanas e rurais, que contribuem para aprofundar esse quadro” (MAIA, 2011, p.2). Tais diferenças são percebidas pelos trabalhadores locais, em relação aos trabalhadores migrantes, conforme relatos abaixo:

Eles vêm de lá pra cá porque lá, no mês inteiro de trabalho, eles tiram é R\$ 150,00. Agora eu cheguei a ver uns deles aqui que tirava até R\$ 2.800,00, então tem que cortar cana até com os dentes. Então eles entram numa beca¹⁰ e vão igual máquina (Trabalhador - dados da pesquisa de campo).

O valor da diária lá na terra deles não passa de R\$ 20,00 (Trabalhador local- dados da pesquisa de campo).

A pobreza é o principal fator de causa da submissão do trabalhador a condições análogas ao trabalho escravo. Ela é também um dos principais indicadores de fracasso do projeto moderno e capitalista, demonstrando claramente que a crescente produção de riqueza e tecnologia também gera pobreza e desigualdade social. A suposta liberdade do indivíduo na contemporaneidade implica justamente a capacidade desse indivíduo de se manter como consumidor, devendo, portanto, se inserir no mercado de trabalho. O ‘lixo’ de hoje é o pobre, aquele que não pode consumir¹¹ e não engendra a engrenagem capitalista (CASTEL, 1998).

2.3 O conceito de trabalho

O trabalho é aqui entendido como central e estruturante tanto na vida do indivíduo quanto na história da sociedade. Nessa perspectiva, ele atua na construção de processos identitários, históricos e sociais. Julgamos não ser necessário retornar amplamente ao sentido humano do trabalho, ao seu lugar central e estruturante para o sujeito, ao seu papel essencial na construção da história e da cultura. No entanto, é importante ressaltar que partimos de

¹⁰ Beca: uma das (cinco) fileiras de cana em um eito.

¹¹ O lixo da Idade Média era o leproso (porque não foi tocado por Deus); o lixo da modernidade foi o louco (não dotado de razão) e o lixo da pós-modernidade é o pobre (incapaz de consumir e gerar riqueza) (CASTEL, 1998).

algumas contribuições teóricas para mediar nossa interpretação dos dados. Marx (1983) analisou o trabalho tanto em sua dimensão antropológica, através da qual o homem, a um só tempo, transforma o mundo e a si mesmo, quanto em sua dimensão deformadora do humano, como atividade forçada, estranhada ou alienada, especialmente no modo de produção capitalista.

Para Marx (1974), o trabalho é uma atividade que diferencia o fazer humano dos demais seres vivos, não se reduzindo a uma ação puramente instintiva, mas que permite ao ser humano transformar o mundo e a si mesmo, atuando na construção e transformação da cultura. O trabalho comporta, portanto, uma dimensão dialética. Araújo (1999) afirma que, no processo de trabalho, entram em cena redes dinâmicas de relações do homem com a natureza, do homem com outros homens e do homem consigo mesmo.

Nessa perspectiva, é importante diferenciar atividade, trabalho e emprego. Atividade refere-se à práxis humana, ou seja, ação situada no tempo e no espaço. O trabalho, por sua vez, é a atividade que, simultaneamente, envolve a transformação do mundo e do ser humano que trabalha. Assim, ao trabalhar, o homem transforma-se ao transformar e é feito pela história ao fazê-la (FREIRE, 1970). Portanto, o trabalho é um fenômeno material, social e histórico que tem uma função estruturadora da vida humana. Nessa perspectiva, todo trabalho é atividade, mas nem toda atividade é trabalho. Já o emprego é um conceito que surgiu na revolução industrial para designar o trabalho remunerado, ou assalariado, decorrente da venda da força de trabalho em troca de remuneração mensal (salário). A partir dessa época, surgiu a tendência em se tomarem como sinônimos trabalho e emprego, na medida em que o emprego designa a forma hegemônica do trabalho na modernidade, que é o assalariado.

Na era moderna e capitalista, o emprego é um dos principais determinantes de inclusão social, na medida em que funciona como condição básica para acesso a cidadania. De tal forma que, quem não tem emprego e não tem salário está no limite ou à margem da cidadania. Portanto, o emprego vai subordinar as demais dimensões da vida moderna, assumindo um caráter identitário na vida do trabalhador.

Na modernidade, a lógica capitalista instalou novo paradigma de relação de trabalho marcado pela troca desigual entre empregador e empregado, uma vez que “é também por meio do trabalho que os indivíduos realizam sua inserção concreta na realidade, recortando possibilidades objetivas de alimentar-se, morar, crescer, realizar-se, adoecer e também morrer” (ARAÚJO, 1999, p. 238).

O trabalho é, ao mesmo tempo, concreto e abstrato, objetivo e subjetivo. Segundo Marx (1974), o trabalho concreto se refere à produção de valor de uso, enquanto o trabalho

abstrato se refere ao valor de troca. O valor de uso corresponde à “dimensão conformadora de identidade, como ato de construção de significados humanos à natureza, significado pessoal e intransferível” (ARAÚJO, 1999, p.238). O valor de troca, por sua vez, expressa o valor atribuído ao esforço embutido na mercadoria. Já o trabalho subjetivo “compreende a forma de trabalho e o gasto produtivo das energias vitais para a criação de valores de uso destinados à satisfação das necessidades” (p.238), enquanto que o aspecto objetivo do trabalho corresponde ao conjunto de objetos de trabalho (matéria-prima) e meios de produção (maquinário, técnica, tecnologia). Portanto, o trabalho é um dos mediadores entre a ordem individual e social:

[...] não vale apenas pelo que representa enquanto garantia de sobrevivência, mas também por ser capaz de assegurar ao indivíduo as especificidades que o identificam e o distinguem dos outros indivíduos – o que o sujeito sente, interpreta e enuncia como sendo eu, por oposição àquilo que vivencia como não-eu [...] (ARAÚJO, 1999, p.238).

Em sintonia com essa perspectiva, Linhart (2007) destaca a ambivalência que caracteriza a relação do homem com o trabalho, que pode ser sintetizada no paradoxo de que não se pode viver sem trabalho, uma vez que ele dá sentido e valor ao tempo livre e à vida. Por outro lado, e ao mesmo tempo, o trabalho, quando acoplado à lógica capitalista de consumo-consumação, impede de viver, na medida em que ele ocupa o tempo e pode prejudicar a saúde. Antunes (2005), por sua vez, ao analisar a natureza do trabalho na sociedade contemporânea, conclui que:

[...] o trabalho ainda é central para a criação do valor, o capital, por sua parte, o faz oscilar, ora reiterando seu sentido de perenidade, ora estampando a sua enorme superfluidade, da qual são exemplos os precarizados, flexibilizados, temporários, além, naturalmente, do enorme exército de desempregados e desempregadas que se espalham pelo mundo [...] (ANTUNES, 2005, p.17).

Castel (1998), por sua vez, afirma que o trabalho permanece como questão central, seja na dimensão econômica, psicológica, cultural ou simbólica da vida do ser humano. O trabalho é vital para o homem. No entanto, quando a vida humana se resume exclusivamente ao trabalho assalariado, ele se torna alienante, aprisionando os indivíduos de forma unilateral. Nessa perspectiva, o trabalho é, em si, paradoxal e dialético, oscilando entre o polo vital e emancipador, de um lado, e o polo do sofrimento e alienação, de outro lado. Ao analisar a emergência da categoria de assalariado, Castel (1998) constata que esta condição reinstala o trabalhador na relação de dependência, condenando-o a viver “da jornada”, permanecendo no domínio da necessidade.

No atual cenário mundial, ditado pelo neoliberalismo, pela predominância do capital especulativo e pela reestruturação dos processos produtivos que não eliminaram o taylorismo e o fordismo, assistimos à desregulamentação das relações trabalhistas, à intensificação dos ritmos de produção e à precarização das condições de trabalho, movidas por modelos autoritários de gestão, com consequências desastrosas para a vida e a integridade física e psíquica do trabalhador. A noção de competência está cada vez mais atrelada à ideia de especialização, ou seja, é preciso ter um conhecimento aprofundado de um domínio específico, a fim de resolver problemas concretos, com eficiência. A formação especializada e a separação entre concepção e realização das tarefas foram as bases tayloristas que caracterizaram o trabalho na modernidade. Naquele contexto, o indivíduo que não tinha a oportunidade de se especializar para atividades que incluíam a concepção e planejamento de tarefas ficava alijado à vida de operário não qualificado (MERCURE, 2003).

Associado à produção em massa, o modo de regulação fordista comandava também um conjunto de saberes práticos caracterizados pela racionalização técnica e padronização de tarefas. Formação especializada e separação entre concepção e execução foram o principal credo dessa época. (MERCURE, 2003, p. 33, tradução nossa)¹²

O cortador de cana-de-açúcar se encaixa nesse contingente na medida em que, segundo Macedo (2008), pelo fato de compor uma “parcela marginalizada, desprotegida e sem especialização da população, ele, que se encontra na contramão da tendência de intelectualização do trabalho, ingressa nessa profissão como forma de subsistir” (p.9) Trabalha para sobreviver, não por vocação, dadas as suas escassas oportunidades de escolha profissional, e se enquadra na classe dos despossuídos, ou seja, aqueles “que nada mais podem oferecer ao capital senão seus corpos e almas, que são dilapidados em um constante processo de produção de mais-valia” (MACEDO, 2008, p. 11). Tal perspectiva reforça a tese de que o trabalho precário tem ligações com a invalidação e a desfiliação social. Estas revelam “a presença, aparentemente cada vez mais insistente, de indivíduos colocados em situação de flutuação na estrutura social e que povoam seus interstícios sem encontrar aí um lugar designado” (CASTEL, 1998, p.23). Esse trabalhador se encontra em uma situação de vulnerabilidade e pode deslizar para o isolamento, que, por sua vez, promove a perda de proteções e a invalidação de direitos.

¹²Associé à la production de masse, le mode de régulation fordiste commandait aussi en ensemble de savoirs pratiques caractérisés par la rationalisation technique et la standardisation des tâches. Formation spécialisée et séparation entre conception et exécution furent le principal credo de cette époque.

Birchal e Muniz (2002), ao analisarem a lógica contemporânea do capitalismo e do trabalho humano, relatam que as mudanças observadas no modelo organizacional ocorrem em quatro dimensões: a cultural, a estrutural, as tecnológicas e as relações de trabalho. No que se refere à dimensão cultural tem-se destacado o foco em resultados. Tal propósito, acompanhado de uma postura de mudança constante e de risco, cria uma cultura de competição e uma estrutura empresarial voltada para o produto-cliente-mercado.

Tal cenário evoca a questão do papel da desigualdade social na produção de subordinação e de exploração do homem pelo homem. De acordo com Carcanholo (2009), o caráter central da contemporaneidade é a superexploração das forças de trabalho, em uma relação de interdependência entre explorador e explorados, de forma que “a divisão internacional do trabalho configura uma situação de dependência” (CARCANHOLO, 2009, p. 193). Para que uma economia (nação) obtenha êxito lucrativo, é necessário que explore, que subordine outra (nação).

Assim, “a situação de dependência é fruto de um ‘desenvolvimento’ desigual e combinado das leis de funcionamento do capital, em distintas partes do mundo” (CARCANHOLO, 2009, p. 194). Os condicionantes estruturais da dependência, na teoria marxista, se devem ao fato de que “uma parte do (mais) valor produzida nessa economia não é apropriada nela, mas nas economias centrais, e passa a integrar, portanto, a dinâmica de acumulação de capital das últimas, e não das primeiras” (CARCANHOLO, 2009, p. 194; 196). Portanto, o processo de transferência de (mais) valor é conceituado como uma ‘troca desigual’, devido a dois mecanismos de mais-valia. O primeiro mecanismo é a mais-valia conseguida pela diferença de economias. O segundo mecanismo se deve ao ritmo e baixo custo da produtividade (composição orgânica do capital). Nessa perspectiva, a forma heterogênea de inserção no mercado mundial é condicionante estrutural da ‘troca desigual’, razão pela qual a desigualdade social interessa à lógica de mercado (CARCANHOLO, 2009).

Este autor também chama a atenção para o fato de que a mais-valia definida por Marx (1974) é a expressão da exploração da força de trabalho (trabalhador) pelo capital (capitalista). A exploração, no entanto, não é adjetivada como um ato indevido ou injusto. Carcanholo (2009) entende que Marx não seguiu um viés moralista. A exploração, no sentido marxista do termo, possui o sentido de consumir, de explorar a capacidade que uma mercadoria tem, realizando o seu valor de uso, ou seja, “a capacidade que uma mercadoria possui de, mediante as suas propriedades materiais/objetivas, satisfazer as necessidades humanas - nesse caso, as necessidades de valorização do capital” (CARCANHOLO, 2009, p. 197). A exploração faz parte da mercadoria, seja ela força de trabalho, carro, creme dental,

chip, etc. A composição orgânica do capital é algo que interfere no lucro e que diz das condições de produção, como o maquinário, matérias-primas e tudo o que é necessário para produzir, relacionado à força de trabalho necessária para que a mercadoria seja produzida, ou seja, é a medida da produtividade do trabalho. E ainda, com o objetivo de alcançar o lucro, “é impulso imanente e tendência constante do capital elevar a força produtiva do trabalho para baratear a mercadoria e, como consequência, o próprio trabalhador” (MARX, 1974, p.367). Por fim, tem-se a mais-valia extraordinária, ditada pelo valor (social) de mercado. A dependência é descrita da seguinte forma:

Como os capitais das economias dependentes tendem, em geral, a apresentar produtividade abaixo da média de todos os setores da economia mundial, ocorre a transferência de uma parte da mais-valia produzida nas economias dependentes, que será apropriada, na forma de um lucro médio superior à mais-valia produzida, pelos capitais operantes nas economias centrais (CARCANHOLO, 2009, p. 195).

O problema é que, no caso da força de trabalho, além da exploração, existe a superexploração, a qual ocorre em larga escala nos países periféricos ou em desenvolvimento, onde os capitalistas tentam compensar a perda de rentabilidade ocasionada por sua posição de desvantagem no mercado mundial, através de uma maior exploração do trabalhador, fazendo com que o trabalho seja remunerado abaixo de seu valor, exigindo do trabalhador uma intensificação de sua força de trabalho. Tal fenômeno provoca uma distribuição desigual tanto da renda quanto da riqueza, agravando os problemas sociais (CARCANHOLO, 2009).

Atualmente, entretanto, é preciso entender a dependência em um contexto de globalização e de crise igualmente globalizada, de tal forma que a superexploração se propaga sob a forma de trabalho precário ou flexível por todo o mundo. O trabalhador se vê obrigado a adaptar-se às condições de trabalho cada vez mais adversas, encobertas por um discurso hegemônico da urgência por resultados.

De acordo com Mercure (2003), as empresas, a fim de fazer face às novas condições do mercado, seguiram o caminho da terceirização e da flexibilização do emprego, modificando a natureza do laço social entre empresas e trabalhadores. Se no início da era moderna, o assalariado era o símbolo da integração social e da identidade individual, agora, a terceirização flexível funciona como porta-estandarte de um novo empreendedorismo. Tal contexto se traduziu em um ambiente de trabalho marcado pela insegurança.

Segundo Linhart (2007), esta lógica de mercado produz um mecanismo de esquiva frente à alteridade, produz também indiferença e enfraquece toda tentativa de mediação, fazendo com que a gestão aconteça no plano corporal, atuando como polícia. Essa indiferença, por um lado, reflete um distanciamento em relação ao outro e, por outro, retorna

ao indivíduo como empobrecimento da expressão de seu pertencimento e contribuição na comunidade humana, enfraquecendo as articulações coletivas e o sentimento de classe, os quais, por sua vez, funcionam como base das forças sindicais, a cada dia mais enfraquecidas.

É perceptível que o vínculo social nas relações de trabalho tem sido marcado pela violência, institucionalizada ou não, do empregador contra o trabalhador. De acordo com Brasil (2011), o número de acidentes do trabalho passou de 709.474 casos registrados em 2010 para 711.164, em 2011, um aumento de 2,3% em um ano. Em geral, os atos de exploração do trabalhador acontecem mediante “déficits de significado para os envolvidos, vividos como uma arbitrariedade nos planos cognitivo e normativo, e sofridos como um abuso no plano das emoções ou dos sentimentos” (OLIVEIRA; SOUZA; MARTINS, 2011, p.8). Diante do silêncio, tanto por parte do governo como da sociedade civil, em relação à violência no mundo do trabalho, tais atos ocupam a cena social de forma velada, encoberta pelo discurso liberal que legitima a negligência estatal e reitera a lógica da dominação.

2.3.1 O sofrimento no trabalho

Canguilhem (2000), ao analisar tal cenário, pensa o trabalhador como um indivíduo que é normatizado, mas que debate as normas para poder ser e viver. No entanto, essa capacidade de debater fica limitada em um contexto de precarização do trabalho. O trabalhador não se sente no direito de questionar regra alguma ou mesmo de propor mudanças e aperfeiçoamento dos processos produtivos. Abécassis e Roche (2001), por sua vez, entendem que a precarização no trabalho, além da precarização do emprego, remete o trabalhador a um sentimento de estar sendo massacrado em seu ambiente de trabalho, porque não encontra meios de potencializar suas ações de resistência.

A psicologia do trabalho estuda as tentativas do sujeito de responder às exigências do processo de trabalho que, por sua vez, geram mecanismos de defesa em que, comumente, o sujeito se percebe sozinho e suas pulsões sofrem o efeito do recolhimento dos investimentos libidinais, podendo levar à melancolia e ao adoecimento mental e/ou psicossomático. Ao refletir sobre o paradoxo normal-patológico, Canguilhem (2000) conclui que o trabalho pode ser normal/normalizante ou patológico/patologizante, variando conforme a intensidade das forças, as quais causam saúde quando agem em um grau de energia adequado, ou doença, quando se caracterizam pelo excesso ou pela insuficiência. O sofrimento emerge em situações em que o trabalhador é amputado do seu poder de agir, em função do excesso de normas que não levam em conta a sua opinião, em relação à sua própria realidade, podendo causar

patologias relacionadas ao trabalho.

Já para Dejours os efeitos do trabalho na subjetividade do trabalhador também são dialéticos, na medida em que “ao mesmo tempo em que o trabalho é estruturador, sendo via de construção de identidade, satisfação e prazer, pode também, sob determinadas condições, constituir-se em elemento patogênico ao homem” (DEJOURS apud ARAÚJO, 1999, p.238). Por esta razão, é importante estar atento aos processos, além de aos resultados que estes geram.

“O trabalho, portanto, comporta relações de identificação, na medida em que inscreve marcas na imagem de si e do mundo, que são internalizadas como pertencentes àquele sujeito” (ARAÚJO, 1999, p.238) que trabalha. Esse processo de identificação acontece por meio de “um movimento duplo no processo de construção social de identidade do sujeito: conforma um campo objetivo de condições de produção-reprodução do sujeito e permite também o jogo simbólico, a inscrição de significado humano no mundo”. A autora defende, portanto, uma ênfase nos processos de trabalho que consiste em compreender as “formas específicas de conceber e executar as tarefas, envolvendo operações diversas orientadas à produção de um produto ou prestação de serviço” (ARAÚJO, 1999, p.238-239). Em sintonia com essa visão, podemos citar o conceito de carga de trabalho.

Segundo Laurell, o conceito de carga de trabalho refere-se à maneira como interatuam, no corpo do operário, aspectos do processo de trabalho e da adaptação que o trabalhador faz na realização da tarefa. A carga de trabalho pode se traduzir em ‘desgaste’ ou perda da capacidade potencial ou efetiva, seja na dimensão corporal ou psíquica, podendo ou não se expressar no que a medicina reconhece como patologia. Ainda, as cargas de trabalho podem ser físicas, orgânicas, químicas, mecânicas, fisiológicas e/ou psíquicas. As cargas psíquicas se subdividem em dois grupos. De um lado, existe a sobrecarga psíquica causada por situações de tensão prolongada. De outro lado, há a sobrecarga psíquica cuja caracterização se refere à impossibilidade de desenvolver e fazer uso da capacidade psíquica. Entre as principais cargas psíquicas do trabalho, podem-se elencar: atenção constante requerida, supervisão com pressão por produtividade e consciência de perigo (LAURELL apud MENDES, 1999).

Nessa perspectiva, o estudo dos processos de trabalho se aproxima do campo da sociologia do trabalho, “especificamente no que se refere ao debate sobre a natureza do processo de trabalho, assinalando a emergência das abordagens centradas na esfera subjetiva” (ARAÚJO, 1999, p. 239). É importante destacar também que a utilização do conceito de sofrimento, em vez de doença, decorre da escolha do campo teórico que se interessa mais pelos processos. “O termo sofrimento designa situações de desconforto e insatisfação que,

embora não impeçam a continuidade da vida laboral, impossibilitam que o trabalho seja fonte de prazer e de realização pessoal” (ARAÚJO, 1999, p.240). A análise do sofrimento no trabalho possibilita-nos apreender a violência da dor e do desconforto, da parte do trabalhador, podendo ou não converter-se em doença.

O trabalho na contemporaneidade tem sido alijado de seu conteúdo de significação intrínseca, ou do prazer em fazer algo útil, passando a ser tomado pelos trabalhadores apenas pelo seu poder de troca, ou seja, a troca de força de trabalho por salário.

O significado do trabalho nessas situações é, portanto, empobrecido. O conteúdo pobre da tarefa torna-a desinteressante, não permitindo apreender dela um sentido imediato e valorizador - a imagem narcísica que cada trabalhador constrói de si passa a ser opaca, pálida, espelhando exatamente o caráter esvaziado do trabalho (ARAÚJO, 1999, p.240).

Assim, “o conteúdo significativo do trabalho faz-se na dialética entre o sujeito (que remete à imagem narcísica) e o objeto (que comparece com o aporte concreto e simbólico para a construção da imagem)” (ARAÚJO, 1999, p.240). Esse jogo dialético, como o próprio nome indica, abriga forças emancipadoras e superexploradoras. Sua compreensão, portanto, inclui a compreensão do papel do trabalho na construção da subjetividade dos trabalhadores, através do duplo caráter ‘criador-patogênico’.

A resistência, por outro lado, está relacionada ao estatuto do que resiste ao poder. Sob esta óptica, não há becos sociais sem saídas, uma vez que onde há poder, há resistência, como forma de contrapoder (FOUCAULT, 1979). Se, de um lado, existe a dimensão da competição e indiferença, por outro lado, há a possibilidade de se criar a dimensão da cooperação para resistir ao poder instituído. No entanto, tal acontecimento não é automático, vai depender da articulação dos diversos dispositivos de resistência. Porém, é importante ressaltar que essa resistência não reside hoje nos espaços institucionalizados, como nos sindicatos dos trabalhadores, os quais estão esvaziados em face da dificuldade de articulação dos trabalhadores no que se refere aos projetos coletivos. O sindicato dos trabalhadores rurais pesquisado, por exemplo, representa várias áreas do setor agrícola da usina em questão como: colheita e plantio mecanizados; corte e plantio manuais; irrigação; aplicação de herbicida. No entanto, enfrenta muitas dificuldades no que se refere às articulações coletivas dos trabalhadores e à representação de classe.

Entendemos que esse processo é atravessado pela dimensão do consumo, que muitas vezes resume a participação coletiva à participação na economia e não aos espaços específicos da *polis*. O lugar do debate público entre os pares, a *polis*, tem sido marcado pelo silêncio

diante da constatação da desigualdade, de fato e de direito, que alimenta o poder de destruição das relações violentas que também se manifestam no ambiente de trabalho. Segundo Oliveira, Souza e Marins (2011):

O fenômeno da violência consiste na imposição de um símbolo inaceitável para aquele que sofre a agressão. Envolve ainda a experiência de humilhação, de negação da identidade (ninguenedade) ou de sofrimento psíquico. Caracteriza-se pela negação, por parte do agressor, da dignidade do outro (agredido) enquanto sujeito, o qual mereceria respeito e consideração (reconhecimento de uma identidade autêntica) (OLIVEIRA; SOUZA; MARTINS, 2011, p.04).

De acordo com Antunes (2005), tal fato se deve ao caráter destrutivo e à violência que presidem a sociedade do capital, cuja lógica é a de crescimento permanente de produtividade e de lucro, em detrimento da oferta de oportunidades de emancipação para as camadas mais vulneráveis da população. Dessa forma, o trabalhador se encontra na condição de subordinação ao empregador tirânico.

2.4 Qualidade de vida no trabalho x condições de trabalho

O conceito de qualidade de vida no trabalho (QVT) emerge no contexto pós-Segunda-Guerra, entre 1950 e 1970, a partir de propostas empresariais, como forma de conciliar os interesses diversos presentes no ambiente de trabalho (LACAZ, 2010). No entanto, por parte da maioria das empresas, a preocupação (abstrata) com a chamada qualidade de vida no trabalho (QVT) é feita de maneira a encobrir as degradantes condições de trabalho, cujo foco está nas políticas higienistas de saúde e segurança do trabalhador. Estas, apesar de significarem certo ganho para o trabalhador, estão longe de confrontar a intensificação no trabalho e a superexploração do trabalhador. A sigla QVT é empregada pela psicologia organizacional para exaltar as práticas corporativas que, na maioria das vezes, não vão além das exigências legais.

Atualmente, existem diferentes abordagens teóricas sobre qualidade de vida no trabalho que vão além da mera redução de acidentes e melhoria das condições de higiene. Segundo Ballesteros, o termo qualidade refere-se a atributos ou características que funcionam como indicadores de superioridade em relação a determinado assunto. Vida, por sua vez, inclui saúde, relações familiares, condições financeiras, entre outros aspectos. (BALLESTEROS apud SAMPAIO; GOULART, 1999). A qualidade de vida pode ser mensurada por meio de alguns indicadores sociais, como: número de crimes, suicídios,

violência urbana, renda *per capita*, convívio familiar, escolaridade, taxa de desemprego, taxa de natalidade, de morbidade, de mortalidade, expectativa de vida, estresse, saúde mental e satisfação no trabalho. Portanto, fatores como condições desfavoráveis de transporte, habitação, lazer, relações familiares e salários concorrem para a baixa qualidade de vida. Tal processo, comumente, acompanha a situação de pobreza e aponta para a emergência e/ou agravos de vários problemas de saúde. O conjunto de determinações sociais, de vida e de trabalho vai resultar em uma melhor ou pior qualidade de vida no trabalho e também na sociedade. Nesse aspecto, percebemos que o trabalhador do corte de cana vive em meio precário e de alto risco social, uma vez que suas condições de trabalho não lhe permitem superar a linha da pobreza. Ademais, ele vive em condições desfavoráveis ao pleno desenvolvimento de suas capacidades, sem acesso à educação formal, à qualificação profissional e imerso em um contexto de trabalho marcado pela precariedade.

A partir de 1950, a expressão qualidade de vida no trabalho começou a aparecer na literatura especializada. Eric Trist, cientista inglês e pioneiro no campo do desenvolvimento organizacional, buscava um modelo abrangente para gerenciar o trinômio indivíduo-trabalho-organização. Ele propôs uma abordagem sociotécnica da organização do trabalho, cujo objetivo visava à satisfação do trabalhador no e com o trabalho (SAMPAIO; GOULART, 1999). Por outro lado, segundo Lacaz (2010), essa iniciativa objetivava, de fato, um patamar de produtividade de forma regulada, o que não é sinônimo de qualidade de vida.

Nas décadas iniciais, o conceito de qualidade de vida no trabalho tinha o objetivo de tornar o trabalho mais agradável ao colaborador. A partir da década de 1960, o movimento de melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores ganhou força, principalmente na Europa e Estados Unidos, em função de movimentos sociais (greves e criação de sindicatos) de trabalhadores que reivindicavam melhores condições de trabalho, o que resultou em mais responsabilidades legais e sociais por parte das empresas e, também, em estudos sobre o assunto (SAMPAIO; GOULART, 1999). É importante ressaltar, no entanto, que sindicatos não chamam seu movimento de QVT. Suas reivindicações têm outros nomes: saúde, dignidade, relações justas de trabalho, condições de segurança, etc. Lacaz (2010), por sua vez, destaca que esse momento na Europa foi marcado pela implantação de um modelo de ‘gestão participativa’ e de ‘democracia industrial’ como ideais a serem conquistados e garantidos (BAGNARA, BIOCCA; MAZZONIS, 1981; ROUSTANG, 1983; 1982; ANTUNES, 1999, apud LACAZ, 2010).

Em 1970, nos Estados Unidos, surgiram, por iniciativas empresariais e corporativas, vários centros de estudos em QVT com o propósito de ‘gerenciar’ as contingências que lhes

eram apresentadas com a consolidação dos direitos dos trabalhadores, de forma a encobrir os conflitos e a suavizar a ideia de que a pressão social é que produziu tais resultados. Enriquez (1997) afirma que o discurso adotado nas grandes corporações foi caracterizado por uma racionalidade ilimitada, em que as questões importantes não eram consideradas como de ordem política, mas, sim, de ordem técnica. Dessa forma, o poder pertence aos *experts*, que supõem possuir os elementos do conhecimento e podem, portanto, resolver os problemas encontrados. Nessa perspectiva, a proposta de uma direção mais participativa das organizações era pautada por princípios tecnocráticos em que a relação entre teoria e prática mantinha concepções antagônicas que, de participativas, só tinham o nome.

O indivíduo é tomado como um ator, transformado em guerreiro, esportista ou herói, indo à conquista de si mesmo, dos outros, dos mercados industriais e financeiros. Enfim, o discurso corporativo reitera a ideia de que o indivíduo é mestre de seu destino.

Tudo na sociedade (e, principalmente na empresa, que tem a ambição desmesurada de emergir como ator principal da sociedade) é construído para fazer o indivíduo crer na sua vocação de homem livre e criador e, para colocá-lo, de fato, 'nas grades', grades sutis e tão ilustres que certos homens reivindicam-na (ENRIQUEZ, 1997, p.19).

A subjetividade era entendida apenas como o produto da intersubjetividade. Daí a importância do trabalho em equipe, uma vez que o indivíduo não poderia atingir seu objetivo de pleno desenvolvimento sem confrontar suas ideias com as dos outros. Na mesma medida, o grupo não pode ser coeso sem o aporte de indivíduos inovadores, razão pela qual a ideia de 'vestir a camisa da empresa' é tão cara a esse modelo de gestão e foi amplamente disseminada. Em pleno auge do individualismo, o homem nunca esteve tão encerrado nas malhas das organizações e tão pouco livre em relação ao próprio corpo e ao seu modo de pensar. Hoje, tudo na sociedade e nas organizações é construído para fazer o indivíduo crer na sua vocação de homem livre e criador. Em contrapartida, as organizações criam discursos e dispositivos para seduzir os trabalhadores e 'convidá-los' a empregar sua criatividade e afetividade nos propósitos dela (ENRIQUEZ, 1997).

Nesse contexto, o eufemismo do discurso empresarial funciona como 'ofurô corporativo', em que a empresa oferece ao trabalhador um 'cardápio de serviços' voltado para a restauração corpo-mente, cujo intuito, na verdade, é o de capturar a subjetividade do trabalhador, mostrando-lhe o quanto a empresa investe nele e se preocupa com o seu bem-estar. Em contrapartida, espera o envolvimento cada vez mais intenso do trabalhador com seu trabalho e com a cultura corporativa. Porém, o principal fator que leva o trabalhador a aderir a

tal programa é a iminente ameaça de desemprego (FERREIRA, 2011).

A concepção hegemônica de qualidade de vida no trabalho baseia-se em três perspectivas: o foco no indivíduo (principal responsável pela sua QVT); o caráter assistencial, de natureza compensatória do desgaste (após uma jornada fatigante, o trabalhador pode, finalmente, se acomodar na confortável poltrona do ônibus e ‘curtir’ a paisagem e vento fresco pela janela); foco na produtividade, cuja relação custo-benefício é amplamente favorável para a empresa (FERREIRA, 2011).

O desafio do setor de recursos humanos consiste em criar/forjar objetivos comuns entre trabalhadores e empresa, de forma a encobrir os antagonismos e a relação de exploração/dominação dos trabalhadores. Tal discurso influenciou os modelos gerenciais japoneses, que também estavam preocupados com a satisfação (sedução) do trabalhador. O sucesso de empresas americanas e japonesas levou empresas europeias a aderirem a essa visão da direção das empresas (ENRIQUEZ, 1997).

Por outro lado, em 1976, “a Organização Internacional do Trabalho (OIT) lança o Programa Internacional para o Melhoramento das Condições de Trabalho (PIACT), o qual preconizava a melhoria geral de vida como aspiração da humanidade” (LACAZ, 2010, p.566). Tal programa não utilizou a terminologia ‘qualidade de vida no trabalho’ (QVT) e preconizava a participação dos trabalhadores em decisões relativas às atividades laborais (LACAZ, 2010).

Na década de 1980, por sua vez, o “enfoque da globalização e da reestruturação produtiva passa a influenciar a visão de QVT” (LACAZ, 2010, p.566), acrescido da preocupação com a qualidade do produto e a competitividade das empresas, o que vai requerer maior motivação e ‘pertencimento’ à empresa. Isso, por sua vez, exige maior investimento em ‘recursos humanos’ (LACAZ, 2010).

Os anos 1990 e 2000 também foram e permanecem fortemente influenciados pela globalização, bem como por novas tecnologias de gestão, deixando para trás a tendência fordista/taylorista que correlacionava o absenteísmo à insatisfação do trabalhador. A teoria japonesa toyotista emerge como novo paradigma de organização do trabalho, corroborado pelas certificações ISO¹³ para qualificar produtos e serviços. Já a defesa dos direitos dos

¹³ISO: International Organization for Standardization (Organização Internacional de Padronização). Entidade fundada em 1947, sediada na Suíça, que congrega organismos de normalização nacionais, cuja principal atividade é a de elaborar padrões para especificações e métodos de trabalho nas mais diversas áreas da sociedade exceto no setor eletro-eletrônico, onde a responsabilidade fica a cargo da International Electrotechnical Commission. O Brasil é representado na International Organization for Standardization através da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas. A ISO não certifica organizações diretamente. Numerosas entidades de **certificação** existem para auditar empresas e organizações com base nos padrões ISO.

trabalhadores vem sendo marcada pela preocupação com a saúde e segurança no trabalho (LACAZ, 2010).

A teoria de base referente à qualidade de vida no trabalho de tais propostas é a behaviorista, “baseada na ideia de que eficiência se treina e de que saúde no trabalho é resistência ao cansaço” (PADILHA, 2010, p.551). Nessa perspectiva, a qualidade de vida no trabalho é uma ferramenta e um indicador do grau de adaptação do trabalhador ao seu ambiente de trabalho.

No entanto, nesta pesquisa o foco dado para esse conceito segue uma abordagem que Ferreira (2011) denominou de “abordagem contra-hegemônica da QVT”, segundo a qual o trabalhador não pode ser tomado como mero recurso necessário à produção. Portanto, ele também não deve ser alvo de táticas de “sedução gerencialista, voltadas para manter os indivíduos trabalhando em busca frenética de metas de produtividade” (FERREIRA, 2011, p. 34). Esse autor critica o atual modelo de reestruturação produtiva que insiste “em abordar o trabalhador como variável de ajuste” (FERREIRA, 2011, p. 47), o qual deve dobrar-se às exigências de um estilo de gestão do trabalho cuja ênfase está no controle de desempenho.

Para Padilha (2010), uma política de promoção da qualidade de vida no trabalho deveria ter como objetivo entender as condições do indivíduo em sua relação com o trabalho para se buscar um equilíbrio entre os objetivos pessoais e os objetivos da organização, a fim de viabilizar o bom funcionamento não só da empresa, mas de toda a sociedade. A autora critica, portanto, essa concepção organicista e funcionalista de sociedade e de empresa, que nega o conflito e despreza as causas dos problemas tidos como ‘funcionais’.

Scopinho (2010), por sua vez, conclui que, mesmo se a humanização fizesse parte do ideário gerencial, por meio da motivação, comunicação, desenvolvimento de lideranças, entre outros dispositivos, a busca de uma fórmula organizacional ainda está longe de abarcar a dimensão do conhecimento, bem como dos sentimentos dos trabalhadores. E se isso acontecer, o objetivo será de dominá-los ainda mais, e não de emancipá-los.

De acordo com Carmo, as empresas, ao procurarem convencer que seus interesses coincidem com os dos empregados, fazem com que eles participem do objetivo da companhia, convencendo-os de que ela é merecedora de seus esforços, contribuindo, assim, para o seu sucesso econômico. Trata-se de uma estratégia sutil para envolver os empregados em uma ideologia manipulatória, na qual os trabalhadores terminam por se convencer de que, de fato, estão fazendo algo que vem ao encontro de sua vontade. (CARMO apud DIAS, 1999).

Enriquez (1997), por sua vez, afirma que “jamais o indivíduo esteve tão encerrado nas malhas das organizações (em particular, das empresas) e tão pouco livre em relação ao seu

corpo, ao seu modo de pensar, à sua psique” (ENRIQUEZ, 1997, p.19). No geral, os modelos de gestão para a qualidade, ou qualidade total, lançam mão de uma doutrina, com conceitos e orientações de cunho ideológico além de contar com uma metodologia. Tais modelos são flexíveis à adaptação para o ajuste de sua implantação. No entanto, não existe uma equalização dos contextos, e tais adaptações são efetuadas por gestores que, em sua maioria, não incluem elementos da classe operária e, frequentemente, estão comprometidos com os valores capitalistas (competitividade, produtividade, lucratividade, etc.). Tal fato faz com que fatores como qualidade de vida, empregabilidade, participação e recompensa, os quais visam à socialização de meios e processos de produção, fiquem relegados a um plano inferior, ou que sejam até mesmo desconsiderados (DIAS, 1999).

As estratégias organizacionais, muitas vezes, se limitam a oferecer atividades físicas, lúdicas e de lazer que funcionam como ‘válvulas de escape’ para proporcionar alívio e sensação imediata de bem-estar. Nessa perspectiva, as ações para o bem-estar do trabalhador funcionam como um meio para amenizar o seu sofrimento no ambiente de trabalho, sem, contudo, atacar as causas de tais problemas (PADILHA, 2010).

Sampaio e Goulart (1999) concluem que, num aspecto geral, os autores que trabalham a temática da qualidade de vida no trabalho investigam e propõem formas de aumentar a produtividade das organizações, contudo, levando em conta a satisfação dos trabalhadores. No entanto, associar a satisfação dos funcionários no trabalho com as metas organizacionais requer mudanças substanciais no comportamento gerencial superior, bem como no comportamento organizacional como um todo. Isto ainda não acontece no campo organizacional, além de ser incompatível com a lógica do sistema capitalista neoliberal.

Diante desse cenário, Padilha (2010) tece uma análise da relação entre qualidade de vida do trabalhador e precarização do trabalho na ordem do capital, em que é possível identificar vários paradoxos entre a QVT e a real possibilidade de o trabalhador viver não apenas o trabalho, mas uma vida cheia de sentido. Afirma que as atuais políticas de humanização da gestão não passam de uma encenação para encobrir os males do trabalho, em vez de pensar a solução estrutural para eles.

De acordo com essa perspectiva contra-hegemônica da Qualidade de Vida no Trabalho (QVT), as atuais políticas de humanização da gestão, não passam de uma encenação para encobrir os males do trabalho, em vez de pensar a solução estrutural para os mesmos. Nesse cenário, o trabalhador de vê diante da falta de autonomia no trabalho que se transforma em fonte de estresse, “exaustão emocional, queixas psicossomáticas, ansiedade e depressão” (FERREIRA, 2011, p. 83).

Na ordem do capital, o mundo do trabalho é um campo de forças dominado pelos interesses dos empregadores. Tal fato restringe, cada vez mais, a possibilidade de fazer com que a atividade laboral seja fonte de prazer, estabilidade e salário satisfatório. A grande maioria da população de trabalhadores se vê em condições precárias de trabalho, marcadas pelo aumento da instabilidade no emprego, redução de direitos, intensificação e maior exposição a riscos à saúde (PADILHA, 2010). Tal contexto fez com que a noção de qualidade de vida no trabalho fosse reduzida a um mero ‘meio’ para aumentar a produtividade, quando deveria ser um ‘fim’ no processo de humanização do trabalho. Na prática, a QVT ficou restrita a abordagens funcionalistas segundo as quais males do trabalho são vistos como pontuais e passageiros, que podem ser ‘medicados’ com paliativos do tipo: ginástica laboral, sala de descanso, massagens, etc. (PADILHA, 2010).

Scopinho (2010), por sua vez, também entende que as atuais políticas de promoção da saúde do trabalhador adotadas pelas empresas, em geral, funcionam apenas como paliativos para aliviar os sintomas provocados pela intensificação do trabalho. Tais paliativos são insuficientes para resolver as causas estruturais dos problemas enfrentados pelos trabalhadores. A autora defende a humanização das relações de trabalho, em detrimento do modismo gerencial voltado exclusivamente para a adesão dos trabalhadores aos objetivos de produção estabelecidos pela empresa.

Ao relatar os estudos que realizou no setor sucroalcooleiro, Scopinho (2010) destaca que a desregulamentação ocorrida nos anos 1990, em função da extinção do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA). Isto significou o afastamento estatal do processo produtivo, abrindo espaço para a reestruturação das empresas, que renovaram os discursos gerenciais e as políticas de gestão para realizar um marketing social e construir uma imagem positiva no que se refere à sua responsabilidade socioambiental. Por outro lado, no ambiente de trabalho, foi possível constatar os agravos à saúde. A autora ressalta ainda que “a principal preocupação do setor estava voltada para a qualidade dos produtos e serviços, mas o mesmo não se verificava em relação à qualidade de vida dos trabalhadores” (SCOPINHO, 2010, p.601). A noção de qualidade de vida no trabalho fica perdida em meio à falácia dos discursos corporativos.

O conceito de qualidade de vida no trabalho banaliza as injustiças sociais ao tornar natural a precariedade do trabalho “como fato inexorável e inerente a uma sociedade que se moderniza” (SCOPINHO, 2010, p.603). Por esse motivo, a autora defende o aumento de estudos sobre a relação trabalho-subjetividade. A autora opta, portanto, pela utilização do termo ‘condições de trabalho’ em detrimento da QVT, que parece vazia, ao desconsiderar as

lutas históricas dos trabalhadores por melhores condições de trabalho e de vida.

Condições de trabalho são as circunstâncias do ambiente – de natureza física, química, biológica, mecânica, ergonômica, psíquica – que desafiam e mobilizam as capacidades biopsicossociais e culturais dos trabalhadores para atingir os objetivos da produção (SCOPINHO, 2010, p. 603).

Nessa perspectiva, não é “possível distinguir, analiticamente, condições de trabalho e condições de vida, porque ambas formam entre si um conjunto” (SCOPINHO, 2010, p.603). Padilha (2010), por sua vez, defende que as políticas de qualidade de vida no trabalho existam como um ‘fim’ no contexto das organizações, por meio de um processo denominado ‘humanização do capital’, que procura atuar nas causas dos problemas, sem um entrelaçamento direto com a justificativa de aumento da produtividade. Já Ferreira, defende um modelo antropocêntrico de gestão em que os trabalhadores são os protagonistas dos resultados, de forma criativa e autônoma, cuja atuação deve abranger três esferas: “as condições, a organização e as relações de trabalho” (FERREIRA apud PADILHA, 2010, p.258). No entanto, esse “caráter finalista é incompatível com o sociometabolismo do capital” (LACAZ, 2010, p. 567).

Por outro lado, os autores pesquisados (ARAÚJO, 2009; ARAÚJO, 2010; DIAS, 1999; FERREIRA, 2011, LACAZ, 2010; PADILHA, 2010; SCOPINHO, 2010, entre outros) defendem que não é pertinente esperar o fim do capitalismo para que se faça alguma coisa no sentido da melhoria das condições de trabalho. Portanto, não se pode desconsiderar a importância histórica e material dos programas de bem-estar na manutenção e preservação da vida do trabalhador, bem como na promoção da salubridade no ambiente de trabalho. Ainda que sejam insuficientes e que não tenham partido da livre iniciativa empresarial, que os criou sob pressão, os próprios trabalhadores reconhecem que houve melhorias. No entanto, o sofrimento continua, uma vez que o sujeito não interessa à chamada ‘gestão de pessoas’, que toma o indivíduo como recurso cuja utilidade se limita à produção em condições ideais.

No momento da pesquisa de campo, foi constatado que, desde 2009, com a ‘adesão’, sob pressão governamental e também dos trabalhadores (conforme veremos adiante), da usina pesquisada ao Compromisso Nacional pela Melhoria da Qualidade de Vida no Trabalho do Corte de Cana, vários procedimentos foram adotados pela empresa, cujo intuito manifesto era diminuir os riscos de acidentes e agravos à saúde do trabalhador, por meio de ações voltadas para higiene e prevenção de acidentes. Ao comparar as condições de trabalho do passado com as atuais, o presidente do sindicato dos trabalhadores na cultura da cana-de-açúcar relata que,

especialmente a partir de 2009, com a adesão da usina a esse compromisso nacional para aperfeiçoá-las, houve muitas melhorias.

Os trabalhadores também reconhecem a atenção dispensada pela empresa em relação à segurança no trabalho:

De melhoria o que teve foi a segurança com os funcionários. Isso aí a gente não pode negar porque melhorou bastante. Tem menos acidente, eles fornecem os EPIs direitinho, a firma preocupa muito com o funcionário.

[...]

Os EPIs ajuda demais, principalmente botina com ponta de aço e caneleira. Antigamente, com aquelas botinas normais era comum cortar o dedo, o pé, a canela. Agora hoje não, o máximo que você vê é a botina arranhada, mas aí é só pedir para trocar (Grupo Focal 2).

No entanto, como vimos, todas essas melhorias não são indicadores diretos de melhoria da qualidade de vida do trabalhador, em seu aspecto mais amplo. O trabalhador do corte manual de cana vivencia inúmeros entraves à melhoria de suas condições de trabalho, que extrapolam as questões de higiene e prevenção de acidentes.

É importante ressaltar também que a adesão da empresa a tal compromisso não foi gratuita, tampouco resultado da espontânea vontade da empresa. Essa foi uma situação forçada por greves e denúncias dos trabalhadores ao Ministério do Trabalho, que desencadeou uma ação de fiscalização, resultando na assinatura de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), em que a empresa assume o compromisso de adotar algumas práticas de prevenção de acidentes e melhoria das condições de salubridade do ambiente de trabalho do cortador de cana, conforme relata o presidente do sindicato:

Esse compromisso veio pra isso, não é? Foi uma iniciativa do governo Lula e foi feito pra acabar com as condições precárias no campo [...] Essa usina foi a primeira do grupo a aderir a esse compromisso. Mas, isso também porque nós paramos essa usina em 2009. Eu fui a Pouso Alegre e fiz a denúncia lá em Pouso Alegre, num evento da faculdade de direito de lá onde tinha vários juízes e advogados do trabalho. Eu estava lá fazendo o curso de formação política e de formação de negociação coletiva. Então eu aproveitei e fiz a denúncia. Aí melhorou, não é? A gente vê que mudou. No passado a gente via trabalhador sem dedo, canela cortada era quase todo dia, pessoa morrendo debaixo de ônibus (porque deitava na sombra e o motorista não via). Na época que ainda era caminhão, tinha gente que caía do caminhão. Então, a gente tinha acidente gravíssimo, a maioria fatal, todo ano. Ainda existem algumas mortes, mas, graças a Deus, entre os cortadores mesmo, tem muito tempo que não tem. E hoje os acidentes que acontecem já não são mais por falta de equipamento. (Presidente do sindicato).

No entanto, apesar de as imposições do Ministério do Trabalho quanto ao mínimo de segurança dos trabalhadores serem importantes e acarretarem mudanças materiais no processo

de trabalho, elas não promovem melhoria das condições de trabalho. A intensidade do trabalho não mudou, pelo menos para o cortador de cana, que continua ganhando por produção, perde, em média, seis litros de líquido corporal por dia, recebe uma comida quase intragável, etc. Apesar de já ter havido algumas ‘explosões’, denominadas por Fanon (1968) como ações de descolonização ou de resistência dos ‘condenados da terra’, como greves, manifestações trabalhistas e operações padrão, não se mexeu no essencial: o pagamento por produção e a intensificação do trabalho.

Como exemplo de uma prática de assistência QVT adotada pela empresa podemos citar os ônibus utilizados para o transporte de trabalhadores da cidade para o campo, que funcionam como uma alegoria da política estratégica da empresa. Eles são especialmente adaptados para a atividade do corte manual de cana, conforme orientações do Ministério do Trabalho (BRASIL, 2007) e de uma Norma Reguladora n.31 (BRASIL, 2005) específica:

- a) Têm dois banheiros internos (um masculino e outro feminino);
- b) assentos suficientes (40) para acomodar todos os trabalhadores durante o trajeto;
- c) reservatório de água potável gelada, própria para o consumo humano (potável e filtrada);
- d) reservatório de água para lavar as mãos;
- e) espaço (maleiro) para guardar ferramentas e equipamentos de trabalho;
- f) dois toldos externos, bancos e mesas de plástico ou metal (utilizados para montar a chamada área de vivência¹⁴ na sombra);
- g) carregador de computador de bordo e rádio amador (utilizados pelo líder de turma para fazer contato com a sede da empresa);
- h) sirene (usada como sinal sonoro de alerta e de horário das pausas, intervalos e fim da jornada); lixeiras e sacos de lixo;
- i) maleta de primeiros socorros; fluído líquido e material para limpeza dos óculos;
- j) cartazes informativos a respeito da segurança no trabalho, do preço da cana, da forma de remuneração;
- k) demais assuntos relacionados à empresa.

¹⁴ Área de vivência: espaço reservado para acolher os trabalhadores durante o intervalo de almoço.

Figura 1 - Prática de QVT adotada pela empresa - ônibus/banheiro



Fonte: Foto da autora

Figura 2 - Prática de QVT adotada pela empresa - cartazes/informativo



Fonte: Foto da autora

Esse ônibus representa um ícone da QVT corporativa, como se ele fosse uma fonte de bem-estar no trabalho, afinal, ele proporciona sombra e água fresca ao trabalhador. Além disso, nele estão estampados vários informes e slogans corporativos que legitimam e tornam naturais as práticas gerenciais.

Figura 3 - Prática de QVT adotada pela empresa - cartazes/campanha por hidratação



Fonte: Foto da autora

Na mensagem da ‘campanha por hidratação’ lemos: “Água é fonte de vida! E a sua saúde depende dela”, como se a questão do desgaste físico do trabalhador pudesse ser resolvida pela mera atitude de tomar água. Portanto, há uma tendência à individualização da responsabilidade do trabalhador no que se refere às suas condições de trabalho.

Além dos ônibus, existem outros procedimentos assistenciais que a empresa adota como política de promoção da qualidade de vida no trabalho do corte de cana. Cada trabalhador, ao ser contratado, passa por um processo de integração, onde lhe são fornecidas as orientações sobre saúde e segurança no trabalho, direitos e deveres trabalhistas, benefícios e normas da empresa. Ao final da integração, cada trabalhador recebe uniforme e equipamentos de proteção individual, conforme determinação do Ministério do Trabalho (FUNDAÇÃO JORGE DUPRAT FIGUEIREDO DE SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO, 2002) e da NR 31 (BRASIL, 2005), que são:

- a) touca árabe: boné com viseira frontal e tecido para revestir orelhas e pescoço.
- b) óculos de proteção dos olhos e face, seja do sol (raios ultravioleta), seja do risco de lesão (pela fuligem da cana, golpes de podão, etc.).
- c) uniforme: calça e blusa de manga comprida, feitas de tecido próprio para evitar excesso de perda de líquido na transpiração.

- d) perneira: para proteção dos tornozelos e canelas.
- e) Botinas: impermeáveis e com bico de aço (para proteger os pés de possíveis golpes de podão).
- f) mangote: para proteger o ombro no momento em que o trabalhador ‘abraça’ a cana.
- g) luvas de proteção das mãos (contra cortes e contato com fuligem).
- h) lima: para amolar o podão.
- i) podão: ferramenta utilizada para cortar manualmente a cana. Instrumento de lâmina recurvada com cabo de madeira.

Figura 4 - Podão



Fonte: Foto da autora

Figura 5 – Trabalhador com uniforme e EPIs no momento do trabalho



Fonte: Foto da autora

- j) Garrafão térmico com capacidade para cinco litros de água. A usina é responsável pelo fornecimento da água. Segundo o presidente do sindicato, “tem uma equipe dentro da usina que trabalha lavando e esterilizando essas garrafas para o pessoal aqui do campo.”.
- k) Marmitta térmica com capacidade para 1 kg de comida: fornecida apenas para trabalhadores não migrantes (que moram na cidade), já que os trabalhadores migrantes recebem alimentação no campo em embalagem descartável.

Figura 6 - Procedimentos - qualidade de vida no trabalho do corte de cana - Garrafão/embornal



Fonte: Foto da autora

Ao longo da safra, tais equipamentos podem ser substituídos quando comprovado seu desgaste e/ou dano, de acordo com a avaliação do líder de turma e/ou técnico de segurança da empresa. É importante ressaltar também que toda turma (composta por 40 trabalhadores) conta ainda com trabalhadores que fazem parte da brigada de incêndio da empresa e que recebem treinamento básico de primeiros socorros. Além disso, toda turma conta com um mínimo de dois multiplicadores de DDS - diálogo diário de segurança - e instrutores de ginástica laboral, conforme treinamento previamente realizado pela equipe do Setor de Segurança e Medicina do Trabalho (SESMT) da empresa.

Constatamos, portanto, que a política de QVT adotada pela empresa pesquisada segue a lógica hegemônica, reduzindo-se ao cumprimento das determinações legais, sob a égide de um discurso encobridor exploração do trabalhador. Araújo (2010) afirma que as políticas de qualidade de vida no trabalho estão a serviço da lógica do capital e buscam encobrir o conflito

inconciliável entre capital e trabalho. A lógica do capital atua sempre no sentido de impedir a autonomia e emancipação dos trabalhadores, por meio de práticas antidemocráticas e hierárquicas. “A ‘racionalidade’ da gestão dos recursos humanos deve recorrer a sucessivas estratégias de manipulação-sedução do trabalhador, através dos recorrentes modismos gerenciais, entre os quais se inserem os programas de QVT” (ARAÚJO, 2010, p. 573).

Segundo Lacaz (2010), tal fenômeno se deve ao fato de que o discurso da qualidade atualmente vigente dissemina a crença de que a ideologia gerencial é eficaz, já que, conforme afirma o autor, “ninguém escapa à necessidade de se trabalhar com qualidade, podendo parecer que os trabalhadores comungam dos mesmos interesses da gerência, empresários e consumidores dos produtos de qualidade, isto é somente a aparência”. No entanto, se, de um lado, na perspectiva do empregador, “trabalhar com qualidade pressupõe economia de tempo, de pessoas e de materiais” (LACAZ, 2010, p.567), de outro lado, os trabalhadores buscam “negociar maior controle do processo de trabalho [o que], significa diminuição do ritmo de funcionamento do maquinário” (LACAZ, 2010, p.567). Nesse novo cenário, a lógica capitalista reconhece o conflito de interesses que o discurso fordista tanto buscou encobrir. Porém, a classe trabalhadora permanece refém da instabilidade que a lógica de mercado instaurou, agora sob a roupagem da flexibilização produtiva, a qual:

[...] não mais se identifica com a administração de uma empresa particular, mas, sim, com a necessidade abstrata que obriga todos a se submeterem à racionalidade do trabalho abstrato: trabalhar [...], sem se importar com a natureza do trabalho, o lugar em que é realizado e como deve ser efetivado (TEIXEIRA, apud LACAZ, 2010, p. 567).

As atuais políticas corporativas de QVT são importantes, do ponto de vista da assistência à saúde dos trabalhadores, e representam um avanço no processo histórico de garantia dos seus direitos. Reconhecemos que a assistência aos trabalhadores é importante, portanto, e reiteramos que é necessário oferecer transporte de qualidade, água potável, equipamentos de proteção, ginástica laboral, etc. No entanto, o que constatamos na pesquisa de campo é que tais ações são insuficientes e não atingem as raízes geradoras do sofrimento no trabalho, na medida em que não impedem a flexibilização, a precarização e a intensificação do trabalho.

No caso do setor sucroalcooleiro, antes da criação do compromisso para melhoria das condições de trabalho, em 2009, eram muito mais recorrentes as mortes, por exaustão, de trabalhadores do corte manual de cana. Além disso, o número de dedos amputados e acidentes com corte de podão era maior, antes da obrigatoriedade do fornecimento e uso de

Equipamento de Proteção Individual (EPI). No entanto, o trabalhador continua sendo expropriado de sua condição de sujeito, submetido ao controle da empresa.

Ao analisar a polissemia e o caráter histórico do conceito de QVT, Lacaz (2010) destaca os interesses contraditórios entre classes sociais diferentes, motivo pelo qual é necessário compreender a finalidade de um conceito. Para isso, o autor propõe a realização de uma análise dos interesses políticos que ‘criam’ uma ou outra finalidade. Tal embate político envolve a correlação de forças capital-trabalho, corroborando o paradoxo entre QVT e precariedade do trabalho. Diante de tal situação, mesmo que as ações de defesa da saúde do trabalhador transcorram nos limites e marcos do capitalismo, é preciso pensar e buscar novas táticas e estratégias de emancipação do trabalhador. Uma das alternativas seria a política de apropriação das estratégias do capital para a defesa da melhoria das condições de trabalho:

Por que não, por exemplo, discutir a qualidade do trabalho considerando as estratégias defendidas pelo próprio capital, ao adotar as normas ISO para qualificar os produtos, as quais, (em) regra, não levam em consideração a qualidade dos processos de trabalho? (LACAZ, 2010, p. 567).

Tal perspectiva nos remete ao conceito de infiltrado proposto por Deleuze e Guattari (1995), que consiste na habilidade de não se opor frontalmente à lógica do capital, sem, contudo, a ela se mesclar. Consiste, portanto, em se acoplar aos dispositivos da lógica dominante (de consumo-consumação) para produzir acontecimentos capazes de interromper ou quebrar a lógica corrente e trazer à tona novas possibilidades (virtualidades) de articulação, por exemplo, entre concepção e execução do trabalho, contrariando a lógica de produção capitalista. Para que tal resultado seja alcançado, Ferreira (2011) aponta que:

A promoção da qualidade de vida no trabalho é inseparável de um conhecimento rigoroso do contexto de trabalho no qual estão inseridos os trabalhadores. Mas, conhecer o que eles pensam e como eles avaliam esse contexto é central e incontornável para se agregar ao trabalho a qualidade de vida tão almejada. (p. 109)

Considerando o debate contemporâneo a respeito das condições de trabalho, é possível observar que, no caso do trabalhador do corte manual de cana, muitas das adversidades vivenciadas no ambiente de trabalho estão relacionadas ao contexto sociohistórico marcado pela desigualdade, exploração, violência, vulnerabilidade e exclusão social.

2.5 Vulnerabilidade

Nessa pesquisa o conceito de vulnerabilidade tem uma importância tanto do ponto de vista teórico quanto empírico, na medida em que permite discutir situações intermediárias entre os polos incluído (de um lado) e excluído (no extremo oposto). Existem várias concepções de vulnerabilidade, bem como de propostas para o enfrentamento de tal problema contemporâneo. A seguir, destacamos algumas delas, para dialogar com o nosso objeto de estudo.

2.5.1 Vulnerabilidade fenomenológica e ecológica

Uma perspectiva fenomenológica e ecológica da vulnerabilidade é apresentada por Pelluchon (2011), que aborda a questão da vulnerabilidade baseada em uma reflexão sobre a civilização contemporânea, ou seja, sobre a maneira de habitar, de conviver com outras culturas e de interagir com a natureza. Para a autora, o atual modo de vida e de consumação obedece a uma lógica que tem, como resultado, a destruição e a guerra.

Pelluchon (2011) chama a atenção para o fato de que, a partir da modernidade, houve uma mudança significativa do paradigma da Terra, antes vista como um mundo grande e abundante, cuja epiderme era habitada por seres incapazes de afetar sua vida. Atualmente, o planeta, mais que pequeno, se tornou frágil. Falta água potável para muitos humanos, o aquecimento global e a degradação ambiental são perceptíveis e estão na pauta da vida cotidiana. A biosfera contemporânea, além de finita, é frágil e vulnerável.

Ademais, o modelo de organização social e política imposto ao mundo ocidental, e copiado pelos países emergentes, tem deflagrado catástrofes geopolíticas e econômicas. Pelluchon (2011) afirma que a corporação¹⁵ é o coração do contrato social contemporâneo, o qual expressa em si uma visão de homem (ideal de desempenho) e de fundamentos políticos (pautados pelo nacionalismo e liberalismo), cujo engajamento retroalimenta sua lógica. Diante desse cenário, a autora apresenta algumas categorias conceituais com o propósito de inspirar uma filosofia que seja capaz de engendrar um novo modelo de organização social, a partir de reformulações das teorias clássicas, no que diz respeito à justiça e à política.

A reflexão sobre as instâncias políticas parte de um questionamento filosófico que incide sobre o sentido da vida humana e sua relação com os outros homens, as outras nações e

¹⁵Corporação: agremiação empresarial que age de forma articulada, submetida a um mesmo estatuto: obter lucro de forma constante e crescente.

a natureza (demais seres). A análise a respeito do trabalho e da cultura se dá por meio de sua dimensão política, cujo foco é o alinhamento ético da justiça. A política é o lugar do impessoal, onde os humanos e os demais seres (vivos ou inanimados) coexistem e afirmam suas necessidades e condições de existência, as quais serão colocadas em debate público. A autora critica também o fundamento atual do direito, sob o qual repousam os direitos humanos, ainda ligados à ‘visão negativa da liberdade’, voltada para a sua própria conservação, conforme a teoria de Hobbes, que afirma o direito de cada homem de usufruir de benefícios para a sua conservação. Aqui, o homem seria tomado como um ser isolado em seu cosmos, e os demais seres estão a ele (o humano) subordinados.

Em função dos aspectos enumerados acima, o fato de conciliar a proteção ambiental e o respeito à pessoa, levando-se em consideração a equidade intrageracional e intergeracional, é visto como um progresso da consciência coletiva. No entanto, de acordo com Pelluchon (2011), tal consciência ainda não conseguiu provocar mudanças sociopolíticas significativas. As tentativas de construção de um caminho possível para a saída dessa crise não alcançam consenso, em virtude de uma progressiva desvalorização da vida, bem como da filosofia como ‘amor à sabedoria’. Para a autora, o principal desafio da era atual, ainda não superado, consiste em saber orientar as decisões políticas e convidar os homens a rever seus modos de consumo, sem ter que recorrer à violência e, ainda, conservando os valores de respeito ao indivíduo, de liberdade e de paz, próprios da democracia.

Sob esta ótica, podemos afirmar que o trabalhador do corte manual de cana integra, não por sua decisão, mas porque ele se percebe obrigado a isso, para ganhar seu sustento, uma célula destruidora da vida, pautada pela monocultura, degradação ambiental e desvalorização do trabalho, reduzido à realização de atividades mecânicas, que estão a serviço da lógica de mercado.

Nessa perspectiva, o conceito de vulnerabilidade não se refere simplesmente a uma dependência do homem em relação aos outros, nem mesmo a um conjunto de condições naturais, relacionais e institucionais. Antes, ele é tomado como um fundamento ético necessário à construção de uma noção de interdependência, tão cara ao indivíduo autônomo, ou seja, àquele ser caracterizado pela capacidade de autodeterminação de pensamento e ação (PELLUCHON, 2011).

A ética da vulnerabilidade, portanto, não está circunscrita, nesta abordagem, às populações em situações vulneráveis, a fim de que elas superem tal especificidade. A temática da ética da vulnerabilidade também é abordada por Landown (2001), autor do campo da sociologia da infância, que distingue dois tipos de vulnerabilidade: a inerente e a estrutural. A

vulnerabilidade inerente refere-se à própria condição humana de ser inacabado e social, que depende da relação com os demais seres humanos para conhecer e experimentar o mundo. Já a vulnerabilidade estrutural define-se pela falta de poder político, econômico e de direitos civis cuja raiz está associada às relações sociais de desigualdade produzidas e compartilhadas ao longo da história.

Portanto, a questão da ética da vulnerabilidade não é destinada apenas às pessoas e aos seres vulneráveis, ou ao mundo ofegante e fraco. Não visa a uma reparação ou redução do risco de dano, mas faz referência à tripla experiência de alteridade, ou seja, à forma como o homem se vê, como vê o outro e como recebe a visão que o outro tem de si mesmo e dele, com o outro. “A experiência de alteração do meu corpo e da minha passividade de ser vivo associa ao reconhecimento de uma alteridade em mim, ligada à minha responsabilidade pelo outro” (PELLUCHON, 2011, p.41, tradução nossa)¹⁶.

Trata-se, portanto, de uma articulação específica entre a ontologia e a política que vai de encontro à perspectiva de Lévinas, em relação à fenomenologia da passividade e da indiferença. Mas, além do reconhecimento do caráter relacional do homem, tal fenomenologia descreve situações que escapam à intencionalidade e mostra a dimensão propriamente ética da minha relação com o outro, canal pelo qual, segundo a autora, pode-se chegar a uma concepção de subjetividade própria e adequada a novos fundamentos éticos e políticos. (LÉVINAS apud PELLUCHON, 2011).

Outra proposição defendida por Pelluchon (2011) refere-se à questão da reciprocidade, afirmando que é preciso ultrapassar as ideias de Lévinas, para que a proposta de responsabilidade não se restrinja ao outro humano, mas se refira também à vida e sua diversidade, humana ou não. Tal noção de reciprocidade implica o reconhecimento da alteridade do ecossistema e na não imposição, por parte dos homens, de seu modo de funcionamento ao planeta. A autora chama a atenção para a responsabilidade do homem em relação à forma como ele habita a Terra e à forma como ele se remete ao outro (humano ou não). Ela defende uma ética da Terra que reflita uma consciência ecológica, bem como uma revisão da relação do homem com a natureza, reiterando a responsabilidade do indivíduo em face da saúde da Terra, entendida como sua capacidade de renovação. A responsabilidade do homem em sua comunidade biótica é reforçada pela sua privilegiada capacidade de conhecimento que o faz pensar nas demais espécies. Portanto, uma coisa é justa, quando ela tende a preservar a integridade, a estabilidade e a beleza da comunidade biótica, e injusta

¹⁶L’expérience de l’altération de mon corps et de ma passivité de vivant se noue à la reconnaissance d’une altérité en moi liée à ma responsabilité pour l’autre (PELLUCHON, 2011, p.41).

quando ela tende ao inverso. Na tríade ciência-sociedade civil-poder político, os elementos para uma ética da vulnerabilidade são pensados pela autora a partir de um sistema de valores que obedece a uma lógica sistêmica, na qual o valor de cada ser (humano ou não) é medido pelo seu papel no equilíbrio da natureza, visando à preservação de sua estabilidade. Nessa perspectiva, a proposta de uma ética da vulnerabilidade implica levar em conta a fragilidade da vida e a sensibilidade, não só dos homens, como também dos animais, plantas e demais seres co-habitantes da terra.

Esse raciocínio é útil à nossa pesquisa na medida em que evidencia a urgente reformulação do processo produtivo nos moldes da cultura canavieira no Brasil que além da degradação ambiental, contribui para o agravamento dos problemas éticos, dado que, a precarização no trabalho, para além da precarização do emprego, remete ao sofrimento ético do trabalhador massacrado em seu ambiente de trabalho e amputado do poder de agir.

Nesse contexto, a responsabilidade da empresa é ainda maior. Considerando o reconhecimento da alteridade, o trabalhador do corte de cana parece padecer de duas comorbidades sociais: *ninguendade* e a *ninguenidade*.

A niguendade foi definida por Ribeiro (1970) como fenômeno de não-reconhecimento da nova etnia que emergia em território brasileiro, fruto da miscigenação, uma vez que os novos nativos não eram reconhecidos nem pelos índios, nem pelos portugueses, tendo, portanto, dificuldade de definir-se a si próprios. “Não sendo mais silvícola, que ele despreza e escraviza, e nem europeu, que o escarnece e oprime, o mameluco não é ninguém” (RIBEIRO, 1995, p.109). O brasileiro, então, é o resultado desse ‘povo novo’ que se assumiu como ninguém, não por opção, mas por falta de reconhecimento de sua alteridade.

De maneira correlata, o cortador de cana, na esfera social, não é reconhecido como um indivíduo plenamente incluído na sociedade, embora também não integre a vala comum dos excluídos, indigentes ou mendigos. Na esfera do trabalho, ele também é um caso à parte que não se enquadra plenamente na designação de trabalhador rural, tampouco na de operário. É um trabalhador rural que atua em uma grande indústria. Para além dessa questão identitária, a niguendade avança sobre a esfera do seu fazer e da sua práxis, de maneira que também lhe seja negado o reconhecimento do seu trabalho, deslizando para o que Martins (2011) denominou de ‘ninguenidade’, caracterizada pela destruição do outro como pessoa, o que se dá por meio de um processo simbólico marcado pela indiferença e pela desqualificação do sofrimento de outrem. Assim, os trabalhadores em questão integram a massa dos ‘zés-ninguém’ da vida cotidiana, sendo “objetos de depreciação, mais além do que o próprio processo social já realizou” (MARTINS, 2011, p.36).

2.5.2 Vulnerabilidade social

Além da perspectiva fenomenológica, destacamos a abordagem adotada pela ONU e pelos principais governos democráticos contemporâneos e que alimenta o debate acerca da vulnerabilidade humana que se dá no bojo das relações sociais. Algumas leituras políticas, sociológicas e psicossociológicas, no entanto, questionam essa visão governamental, a partir de análises sociohistóricas dos processos de subordinação impostos pela lógica capitalista e dos fluxos de poder neles identificados, conforme veremos adiante.

A análise apresentada pelo Ministério do Trabalho e do Emprego (MTE), do governo Federal Brasileiro foi elaborada em parceria com o Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), sob a coordenação do professor Cláudio Salvadori Dedecca, da Universidade de Campinas (UNICAMP). A proposta dessa equipe é a de apresentar um referencial teórico sobre os aspectos conceituais da vulnerabilidade como subsídio às políticas públicas e estudos sobre o tema no Brasil. Para tanto, parte-se do pressuposto de que as transformações globais na regulação do mercado de trabalho, ocorridas a partir do final dos anos 90, provocaram mudanças psicossociais importantes nas relações de trabalho. A reestruturação produtiva ditada por estratégias corporativas de realocação das atividades industriais e de serviços eleva a percepção de risco, pressionando a organização capitalista a buscar um novo padrão de estabilidade que, no entanto, termina por intensificar a instabilidade econômica, das taxas de juros e de câmbio, o que, em última instância, reduz o ritmo do crescimento econômico, aumentando a insegurança acerca do futuro (BRASIL, 2007).

Os estudos sobre vulnerabilidade social ganharam, na última década, “maior importância enquanto instrumento de investigação da realidade atual do mundo do trabalho nos países desenvolvidos e em desenvolvimento”. (BRASIL, 2007). Nesse contexto, o conceito de vulnerabilidade social se desenvolve, em detrimento do conceito de exclusão social, que versa sobre situações-limite de pobreza e/ou de marginalidade. A exclusão social é correlata ao conceito de ‘desfiliação’ proposto por Castel (1998), cuja característica principal é a ruptura dos vínculos societários.

Segundo esse autor, as relações existentes entre a precariedade econômica e a instabilidade social produzem um cenário dinâmico, no qual os indivíduos podem transitar pelas zonas de integração, vulnerabilidade ou inexistência social, das quais fazem parte, respectivamente: os empresários e assalariados bem remunerados; os empregados em condições precárias ou informais e, em última instância, os “inempregáveis” ou desfiliaados.

Nessa perspectiva, o estado de exclusão é fruto da falta de acesso aos meios de vida, como emprego, salário, propriedade, moradia, educação, cidadania, entre outros (BRASIL, 2007). Castel (1998) classifica o processo de exclusão social em três níveis diferentes. Na primeira etapa de integração, situa-se a classe trabalhadora que tem acesso a patamares confortáveis de posses, bens e consumo. A segunda etapa, por sua vez, é a de vulnerabilidade social em que a precariedade do trabalho e a fragilidade dos apoios familiares, sociais e civis alocam seus membros em uma condição de risco e de carência de recursos, bens e serviços diversos. Por fim, a terceira fase é a exclusão social propriamente dita, em que a ruptura social já se realizou.

O conceito de vulnerabilidade social surge como contraponto ao conceito de exclusão social, na medida em que indica uma fragilidade do vínculo social num processo dinâmico, antes da ruptura resultante desse vínculo. A análise binária de situações extremas “incluídos ou excluídos” cede espaço para a reflexão sobre situações intermediárias, cujo mérito consiste em analisar as condições de desigualdade social e também em compreender a questão da mobilidade, ascendente ou descendente, a que determinados grupos sociais estariam sujeitos. No caso do trabalhador do corte manual de cana, sua condição atual de mobilidade social encontra-se em declínio, em função da perda de poder aquisitivo, da ameaça de desemprego e da pesada carga de trabalho.

É preciso lembrar, no entanto, que as situações de vulnerabilidade social não são necessariamente constantes. Elas “expressam a existência de uma ‘zona intermediária instável’ entre as situações de inclusão e de exclusão social” (BRASIL, 2007). Indicam ainda uma menor capacidade de enfrentar situações de risco. Dizem respeito a uma maior ou menor capacidade de um indivíduo, família ou grupo social articular os dispositivos que afetam o seu bem-estar e as formas de aproveitamento das oportunidades propiciadas pelo Estado, mercado ou sociedade (BRASIL, 2007).

A chamada ‘zona de vulnerabilidade’ é composta “por setores pobres que buscam alternativas para estar incluídos ou por setores médios empobrecidos que têm perdido canais de inclusão” (BRASIL, 2007). O termo vulnerabilidade social expressa, portanto, uma situação intermediária de risco de exclusão, localizada entre as situações extremas de inclusão e exclusão. Trata-se de um conceito dinâmico, que possibilita uma apreensão, também dinâmica, dos fenômenos sociais e comporta a análise da mobilidade social, tanto no seu sentido ascendente, de saída da indigência e/ou marginalidade, quanto no movimento inverso, de queda no padrão de inserção e bem-estar social. Por essa razão, ele tem se mostrado um conceito apropriado para descrever e analisar o cenário contemporâneo, cada vez mais

Na perspectiva de Katzman a relação ativos/vulnerabilidade é uma variável sociohistórica que revela uma estrutura de oportunidades que permite “considerar a situação das pessoas a partir dos seguintes elementos: a inserção e estabilidade no mercado de trabalho; a debilidade de suas relações sociais e, por fim, o grau de regularidade e de qualidade de acesso aos serviços públicos ou outras formas de proteção social” (KATZMAN apud BRASIL, 2007). Nesse contexto, alguns indicadores são importantes para identificar as superposições e também para analisar a intensidade com que cada uma das dimensões afeta a situação de vulnerabilidade social. É necessário que se conheçam indicadores de mercado, renda e consumo, além dos indicadores sociais de saúde, educação, risco social (violência, criminalidade), os quais apontam para uma maior ou menor intensidade de vulnerabilidade social.

A proposta central da construção conceitual de vulnerabilidade social no referido estudo concerne à compreensão da “relação entre o contexto conjuntural e estrutural de oferta de oportunidades ocupacionais e sua forma de interação com os diferentes grupos sociais, em termos das (novas) exigências de posse de ativos” (BRASIL, 2007). Assim, o mundo do trabalho é uma esfera de grande importância para a compreensão das situações de vulnerabilidade social, uma vez que o trabalho é um importante fator de construção social dos ativos físicos, humanos e sociais. Além disso, uma ocupação precária e/ou de baixo rendimento financeiro vai dificultar o processo de construção de ativos, impedindo o trabalhador de aproveitar as oportunidades de inserção ocupacional, seja pela quantidade ou pela qualidade de oferta de oportunidades. Nesse contexto, o mercado, especialmente no que diz respeito aos determinantes da oferta de emprego e renda, é um importante fator estrutural e dinâmico para análise dos processos de trabalho (BRASIL, 2007).

As principais características relativas aos ativos humanos e sociais de vulnerabilidade no mercado de trabalho são: baixo grau de instrução formal, insuficiente ou inadequada formação e qualificação profissional, ausência ou reduzida experiência anterior, redução da capacidade física e discriminação em função do gênero, cor da pele e/ou etnia. Tais indicadores demonstram a agravante situação de vulnerabilidade do trabalhador do corte de cana, que não tem qualificação profissional e não se percebe apto para exercer outra função com a mesma remuneração. (BRASIL, 2007).

Como já observamos, no entanto, mesmo com o alto desgaste físico e psíquico desse trabalho, o cortador de cana esforça-se para não perder seu emprego. Isso porque, tendo baixa ou nenhuma escolaridade, ele dificilmente encontrará outro emprego, no campo ou na cidade, com o salário e as garantias legais de que usufrui, atualmente, nas usinas de cana-de-açúcar.

Os trabalhadores se percebem com poucas chances de buscar outro emprego, devendo aceitar ou submeter-se a todas as exigências da empresa, no que se refere à produtividade, ao método e trabalho e à vida no alojamento.

No que diz respeito aos ativos físicos, associados à posse, verifica-se a proximidade entre a precariedade de posses e o acesso a bens e serviços e a situação de vulnerabilidade social no trabalho. No entanto, não se trata de uma relação diretamente proporcional. Para o Ministério de Trabalho e Emprego (BRASIL, 2007), não se pode afirmar que mudanças nos padrões de organização capitalista, tais como maior oferta de emprego, irão “alterar significativamente a ordem dos ativos físicos, pessoais e sociais que historicamente foram decisivos para determinar as situações de vulnerabilidade”. Para se superar uma situação de vulnerabilidade, determinada pela conjugação de um ou mais fatores, tais como a falta de propriedade, de crédito, de seguro; o baixo grau de instrução e/ou de qualificação profissional; a falta de acesso a redes de reciprocidade e confiança, fatores esses muitas vezes agravados pela discriminação, é necessário mais do que uma boa oportunidade de emprego. No entanto, é fato notório que a limitação na oferta de oportunidades de emprego é um (não o único, porém muito importante) fator determinante da vulnerabilidade social. Sendo assim, um grupo social, anteriormente inserido na estrutura ocupacional, pode ter sua condição de vulnerabilidade agravada, em função da perda do seu posto de trabalho.

A compreensão de tal relação requer, ainda, uma análise histórica e social das diferentes características estruturais que engendram o Estado, o mercado e a sociedade (BRASIL, 2007). Tal concepção teórica e sua ponderação crítica não invalidam, no entanto, a constatação empírica de que, em geral, os grupos não detentores de determinados ativos físicos, pessoais e sociais apresentam dificuldades severas no acesso às boas oportunidades ocupacionais. Ademais, a lógica de mercado, seletiva e competitiva, reitera a discriminação e a desigualdade na condição de competição por boas oportunidades de trabalho e emprego. Nesse sentido, é perceptível “um ciclo vicioso no qual as boas (e muito limitadas) oportunidades ocupacionais são aproveitadas pelos já detentores dos ativos mais valorizados pelo mercado” (BRASIL, 2007). Dessa forma, pode-se afirmar que a lógica de mercado atua na produção e distribuição desigual dos ativos sociais, “‘sobrando’ para os demais grupos as piores situações no mercado de trabalho, com as quais eles não conseguem melhorar suas posições em termos dos ativos que já detêm” (BRASIL, 2007).

As situações de desvantagem e de vulnerabilidade, por sua vez, vão se reproduzindo e se metamorfoseando ao longo da história de uma sociedade, muito além das simples mudanças de mercado.

Para o Ministério de Trabalho e Emprego, (BRASIL, 2007), as “situações de vulnerabilidade no mundo do trabalho são constitutivas das sociedades capitalistas, que são movidas pela competição, fundadas na desigualdade e guiadas por uma lógica que reproduz a desigualdade social”. Nessa perspectiva, as metamorfoses sociais, apesar de produzirem transformações histórico-sociais notáveis, continuam atuando para a manutenção da “repartição desigual da posse de ativos físicos, pessoais e sociais” (BRASIL, 2007). Assim, o grau e a extensão da vulnerabilidade no mundo do trabalho, em um regime capitalista, podem ser reduzidos, mas não eliminados.

A situação dos sindicatos contemporâneos é um exemplo ilustrativo de reprodução da sociedade capitalista. Sua condição de desvantagem e de vulnerabilidade em face dos empregadores ou das empresas expressa a ausência de ativos sociais, uma vez que não conseguem produzir ou têm seu poder de ação limitado, em relação à promoção de redes de pertencimento, de reciprocidade, de confiança, de contatos e, portanto, de resistência.

Não existe, no entanto, um conceito de vulnerabilidade social que seja absoluto, expresso em um coeficiente universal. Trata-se de uma variável dinâmica, cuja compreensão requer estudos psicossociais que permitam analisar o entrelaçamento dinâmico de aspectos singulares, particulares e universais.

Outro exemplo de metamorfose da exploração do trabalhador diz respeito ao agravamento global da situação de vulnerabilidade no mercado de trabalho, expresso não somente pela baixa remuneração, mas, sobretudo, pela limitação na oferta de boas oportunidades de emprego. (BRASIL, 2007).

A perspectiva teórica adotada pelo MTE (BRASIL, 2007) é, em certa medida, criticada por Thomas (2010), que afirma que os indicadores estatísticos de vulnerabilidade e de pobreza se apoiam nas teorias da fragilidade psicológica e da precariedade social, objetivando uma realidade que se tenta quantificar. Essa autora afirma que teorias como esta integram a nova tendência de aparelho de governo no mundo ocidental, que visa a uma assistência à distância. Esse modelo de governo, denominado de pós-democrático, tem por objetivo a invenção de uma cidadania paliativa para os indivíduos e coletivos que se tornaram pobres ou vulneráveis.

Segundo Thomas (2010), o que esses governos pretendem é fazer desaparecer os pobres como grupo visível nas sociedades democráticas, por meio de políticas higienistas e coercitivas. A gestão pública da questão social dissemina o discurso de uma ampla reforma, tanto do Estado como das condutas individuais dos cidadãos, postulando que a reabilitação dos pobres deve passar pelo seu acesso ao trabalho, pela sua responsabilização social e,

eventualmente, civil e penal. No entanto, a assistência oferecida pelo Estado é, em sua grande maioria, coercitiva e segregativa, na qual a intervenção pública visa reabilitar o pobre para poder aplicar-lhe condutas de punição. Dessa forma, a reclusão e o trabalho forçado permanecem ainda hoje, na medida em que os vulneráveis são, ao mesmo tempo, atingidos em sua dignidade e moralmente responsáveis pelas consequências deletérias de sua indigência. Eles são obrigados a promover sua sobrevivência social futura, respeitando as normas impostas pelas elites (THOMAS, 2010). Tal fenômeno atravessa a vida do trabalhador do corte manual de cana, que internalizou a obrigação de prover a si e a sua família e construir um futuro mais próspero e a salvo da vulnerabilidade.

A obra de Thomas (2010) trata de uma análise sociohistórica da vulnerabilidade em três dimensões: como conceito, como categoria e também como instrumento de políticas públicas, nacionais e internacionais, a partir das quais a autora apresenta uma análise dos efeitos psíquicos e sociais sobre quem recebeu esse rótulo. A autora afirma que, desde os anos 80, as democracias sociais dos países desenvolvidos, bem como as organizações internacionais, modificaram a concepção e o tratamento dado às populações pobres de seu território e de suas antigas periferias. Denominadas de ‘condenados da terra’, tais populações são formadas por migrantes ou sedentários, derivados dos antigos impérios coloniais.

Já os empregados e trabalhadores em situação precária, por sua vez, são considerados pelo discurso público como vulneráveis. No entanto, esses vulneráveis são vítimas de uma condição social cuja principal característica consiste em não poder provar que eles são cotidianamente injustiçados pela lógica do capital à qual devem se submeter, para encontrar um lugar no mercado de trabalho, bem como na sociedade de consumo. Se, apesar de seus esforços, eles caírem em uma situação de indigência permanente, é necessário que o governo os acompanhe e os apoie para garantir-lhes o mínimo necessário à sobrevivência e encaminhá-los a um processo que lhes possibilite reconquistar sua autonomia econômica e social, de acordo com uma metodologia de empoderamento.

Nesse contexto, a crise da economia que ejetou os trabalhadores de seus postos de trabalho ganha uma conotação moral, segundo a qual os menos capacitados não conseguem obter sucesso diante da competitividade do mercado. Já a depressão econômica desliza de sua conotação geográfica e política para uma acepção psicológica do termo, segundo a qual a depressão é resultado de um mercado nervoso. Portanto, não são apenas os indivíduos que se desequilibram, mas também as corporações, os bancos e nações. Por isso é tão importante portar ‘ativos’ ou dispositivos que funcionam como ‘vacina’ contra a decadência. A vigilância também deve ser constante e submetida a dispositivos, os quais, por sua vez, funcionam como

‘tutores’, ou experts, ou ‘doutores’ vocacionados a normalizar e civilizar as condutas humanas, políticas e mercadológicas, tornando seus adeptos habilitados a existir (THOMAS, 2010).

Sob essa perspectiva, os vulneráveis devem, em um só tempo, desenvolver suas capacidades de sobrevivência e limitar suas habilidades de se interrogar a si mesmos e ao mundo. A autora ainda chama a atenção para o fato de que tais transformações de léxico coincidem com transformações sociais, políticas e psíquicas marcadas pela imposição de regras e normas aos pobres e excluídos, como condição de integração social, política e econômica. O objetivo dominante é ‘empoderar’. No entanto, esse empoderamento é limitado e repleto de dispositivos disciplinadores que visam atomizar os vulneráveis para que eles desapareçam da cena pública e não reclamem seus direitos, nem questionem o mundo e a si mesmos. Como exemplo, podemos citar os programas de transferência de renda e de combate à pobreza, adotados por muitos governos democráticos. As ajudas de custo oferecidas a famílias ou grupos sociais exigem, preliminarmente, que os beneficiários estejam adequados ou se adaptem aos padrões exigidos pelos agentes governamentais. Os miseráveis são expostos à luz de sua vergonha, de suas frustrações e de sua indignidade social, mas são mantidos invisíveis como classe ou grupo social. Integram a cena social sob clichês que servem de alegorias para alimentar o terror de um mundo sem regras (THOMAS, 2010).

Portanto, o fantasma da demissão e da provável extinção da categoria de trabalho ‘cortador de cana’ alimenta o temor da exclusão do grupo social estudado.

Outro estudo é apresentado por Chântel (2003), que, por sua vez, religa a vulnerabilidade à realidade social, cujo contexto é marcado pela destruição da confiança e pela flexibilização das condições de vida e de trabalho. A autora chama a atenção para o fato de que a confiança é um pilar do pertencimento social, cuja ruptura pode resultar na vulnerabilidade, com dificuldades em transformar sua condição em palavras e produzir uma narrativa que seja ouvida e reconhecida, fazendo emergir a experiência de não-pertencimento ao mundo do qual antes o sujeito fazia parte.

Tal cenário relaciona-se também à análise socioeconômica da vulnerabilidade realizada por Mercure (2003), com base na precarização do emprego em suas diferentes formas de organização do trabalho. Isso se deve à fragmentação da relação salarial e à explosão das formas de emprego, sendo a terceirização flexível uma forma de destruição do laço social no século XX, na medida em que gera a precarização do trabalho e alimenta a fragilização do ser em sociedade. O trabalhador passa a integrar o quadro de vulnerabilidade social, ao mesmo tempo e, paradoxalmente, em que é o agente principal do modo de produção

de riqueza de uma sociedade notadamente marcada pela abundância da acumulação. O caso da expansão do setor sucroalcooleiro é um exemplo de tal contradição: sua expansão e o aumento da lucratividade geram maior desigualdade social e exploração do trabalhador.

Castel (2003), por sua vez, busca refletir sobre a vulnerabilidade a partir de uma visão sociohistórica a respeito da constituição do homem na sociedade, levando em conta a reaparição da noção de vulnerabilidade na cena social contemporânea. Para o autor, a vulnerabilidade é central para a compreensão do sentido das transformações em curso na sociedade. O indivíduo vulnerável de hoje não é fruto somente da sociedade moderna, ou da propriedade privada, mas também da fragmentação dos mecanismos de proteção social, fazendo com que novas categorias da população passem constantemente à categoria de vulneráveis, seja porque perderam o emprego, porque não encontram trabalho ou porque integram a categoria de trabalho informal ou flexível, não podendo contar com proteções sociais garantidas aos trabalhadores formais desde a década de 70. Os homens em sociedade se descobrem frágeis e vulneráveis quando se corroem os suportes que tinham estabelecido anteriormente como meio para que eles pudessem realizar as promessas de autonomia. Privados desses apoios, eles são duplamente condenados: de uma parte, a agir sem suporte ou apoios estáveis; de outra parte, a não ter outra referência e horizonte que não sejam eles mesmos. A vulnerabilidade de massa é engendrada por dois fatores: o primeiro vem com o rompimento de pertencimento ao coletivo que fornecia os direitos de crédito e conferia proteções sociais; o segundo vem com a superexposição do indivíduo, o que dificulta toda forma de ação de resistência.

Nessa perspectiva, Castel (2003) afirma que o trabalhador, o assalariado de hoje, não é positivamente um indivíduo, na medida em que não pode ser independente e permanece no registro da subordinação. Ele integra a classe não-proprietária e já não pode mais contar com muitas proteções antes garantidas pelo direito do trabalho, como a aposentadoria, por exemplo. Já quando esse trabalhador se torna um desempregado, um desfilhado, ele deve seguir uma série de normas de conduta para ter acesso a algum auxílio governamental. Tais normas produzem uma superexposição social do indivíduo que não se vê protegido, mas, sim, vigiado.

Complementando a relação entre trabalho e vulnerabilidade no mundo atual, Pougam (2003) apresenta uma análise sobre a relação entre a precariedade profissional e a mobilização política, em que a situação de vulnerabilidade do trabalhador tem efeitos sobre o comportamento político. Os assalariados mal integrados ao mundo profissional, por isso precarizados, tendem a ser mais ‘tolerantes’ com medidas governamentais conservadoras,

mesmo que seus valores políticos tenham uma orientação libertária.

Fierens (2003), por sua vez, se apoia em uma leitura sociojurídica, reinscrevendo a vulnerabilidade no discurso mais abrangente dos direitos humanos, no qual a afirmação de igualdade da dignidade humana consiste na restauração do poder de agir do sujeito em sociedade. “Privado de cidadania, o homem não tem como afirmar sua dignidade”. (FIERENS, 2003, p.76, tradução nossa) ¹⁷No entanto, a dignidade humana só é reconhecida entre aqueles que detêm o direito à palavra, palavra pública, de preferência, à qual os vulneráveis não conseguem ter acesso.

Já Ferry (2003) privilegia uma leitura sóciofilosófica, em torno de uma ética reconstrutiva apoiada na individualidade singular dos atores sociais. Nesse contexto, a exploração passa pela invalidação da voz e do sofrimento do trabalhador. Ao se apoiar na força da narrativa e da argumentação, cria-se um espaço de expressão e recepção do sofrimento social, condição vital de tradução política e reconstrução ética.

A obra organizada por Chântel e Soulet (2003) traz também a contribuição de Procacci (2003), que versa sobre a questão do acesso à cidadania num contexto de vulnerabilidade. Nesse caso, a defesa é para que a cidadania se instale em um regime de direito, partindo do princípio de reconhecimento do direito de acesso aos direitos.

A cidadania não pode, portanto, estar circunscrita meramente a um direito político, mas, também, ao direito social, que a exclusão interroga. “a cidadania é, antes de tudo, um princípio de reconhecimento, antes de ser um regime de direitos. [...] A ideia de necessidade de reconhecimento é uma condição de ação em situação de vulnerabilidade e implica também a questão da cidadania” (PROCACCI, 2003, p. 100, tradução nossa) ¹⁸.

No geral, as políticas de intervenção promovem uma dessocialização da pobreza, apagando os traços históricos e identitários dessa categoria, em nome de um ideal de superação de tal condição, muitas vezes vista como transitória. Um exemplo desse fenômeno pode ser observado nas políticas urbanas de reassentamento de moradores de favelas, em que estes são ‘intimados’ a abandonar suas comunidades e seu berço cultural, para ir morar em conjuntos habitacionais projetados sob a ótica higienista da classe média, incompatível com seus *modus vivendi*.

Roy (2008) também discute a vulnerabilidade, a partir de uma perspectiva da fragilização do social e faz uma revisão bibliográfica dos estudos sobre o assunto realizados

¹⁷Privé de citoyenneté, l’homme n’a que faire de l’affirmation de sa dignité.

¹⁸La citoyenneté étant, bien avant d’être un régime de droits, un principe de reconnaissance [...]. L’idée que le besoin de reconnaissance est une condition de l’action en situation de vulnérabilité et implique ainsi la question de la citoyenneté.

nos últimos 20 anos e publicados em francês. A autora entende que a ideia de vulnerabilidade social se construiu de forma dinâmica por meio da inter-relação com outras duas noções: a de pobreza e a de exclusão social. Esses três conceitos reinstalam o debate a respeito do lugar de cada um na cidade, de sua inscrição nas relações sociais e de sua capacidade de ser aí reconhecido. Nesse caso, a perspectiva epistemológica adotada busca refletir sobre o fenômeno da vulnerabilidade social, a partir da noção de complexidade, de interdisciplinaridade e da triangulação de métodos.

No que se refere à exclusão social, Roy (2008) destaca que se trata de um processo de deterioração das condições materiais de vida, em consequência do acesso reduzido ou da ausência de acesso à ajuda, aos serviços e suportes oferecidos às pessoas em dificuldade e que passam por um processo de decréscimo, ou de perda de ascensão social. No mundo capitalista, a principal causa de exclusão social é a pobreza. Nessa condição, quando não se pode ter acesso aos bens materiais e simbólicos valorizados pela sociedade, os sentimentos mobilizados pelos excluídos geralmente são negativos, tais como a humilhação, a indignidade, desespero, vergonha, entre outros, os quais podem gerar um ressentimento desse excluído em relação ao seu lugar no mundo. “O não-reconhecimento resulta em sentimentos de desprezo que se exprimem por meio da violência e dos abusos, ou ainda pela via da humilhação e da ofensa”. (ROY, 2008, p.20, tradução nossa) ¹⁹

Nesse contexto, o excluído se vê impotente frente à sua invisibilidade social. Tal fato, por sua vez, gera a fragilização da identidade. Segundo Roy (2008), a identidade permite ao indivíduo se situar, se repensar e saber quem é ele, dando sentido à sua existência e favorecendo a sua identificação com a categoria social na qual é reconhecido. Somente quando o indivíduo está assegurado em relação à sua identidade é que pode entrar em relação com os outros. Mas, diante do não-reconhecimento de sua importância no mundo no qual vive, o indivíduo é fragilizado e privado das condições necessárias para construção de uma identidade que lhe permita agir e se posicionar no mundo como ser ativo (ROY, 2008). Por esse motivo, a fragilização da identidade de classe é um agravante da vulnerabilidade do trabalhador. Tal fenômeno será mais bem analisado a partir das contribuições de Le Blanc (2011) elencadas a seguir.

¹⁹La non-reconnaissance entraîne alors des sentiments de mépris qui vont s’exprimer par de la violence et des sévices ou encore par l’humiliation et des offenses.

2.5.3 A vulnerabilidade em questão

Le Blanc (2011) apresenta outra leitura do conceito de vulnerabilidade, que estabelece estreita relação com os conceitos de exclusão e de dominação.

No sentido etimológico do termo, excluir significa não deixar entrar, não admitir. Excluir significa rejeitar uma coisa ou um sujeito como incompatível com um grupo-padrão. A exclusão aparece sempre ligada à construção de uma fronteira. Ela pressupõe o excluído fora da fronteira e cria uma vala entre os que estão ‘dentro’ e os que estão ‘fora’. O direito de passagem para dentro é recusado a alguém: ao excluído. Tal direito, em um tempo anterior, fazia dele um sujeito admissível, susceptível de se fundir ao grupo, considerado como socialmente normal. Mas a exclusão faz dele um sujeito inadmissível, patológico, que não consegue pagar o pedágio que lhe permitiria permanecer na pista ou entrar em uma área antes permitida. Essa experiência de sobrevivência, em um ritmo rápido, hipoteca a possibilidade de conduzir uma vida plenamente humana. Nessa condição, o sentimento próprio de pertencer a uma comunidade de vidas humanas é potencialmente anulado no terror da exclusão. Assim, a exclusão é um procedimento de separação que acontece quando o indivíduo é privado de possibilidades de existir (LE BLANC, 2011).

No sentido etimológico do termo, excluir significa não deixar entrar, não admitir. O direito de passagem é recusado a alguém que fazia parte, que já foi um sujeito admissível, susceptível de se fundir ao grupo considerado como socialmente normal. Mas que se tornou um sujeito inadmissível, patológico que não consegue pagar o pedágio do direito que lhe permitia ficar no bom caminho ou de entrar numa área permitida. (LE BLANC, 2011, p.25-26, tradução nossa)²⁰

Para o autor, a exclusão não existe em si, senão como o inverso da inclusão. A inclusão de uns não parece possível sem a exclusão de outros. Nesse caso, é a cidade, é o nosso mundo inteiro que é afetado por ela e não apenas os excluídos. O autor postula que o processo de inclusão circunscreve-se em vários círculos, a saber: o círculo de raça; de gênero; de política; de economia ou de classe social e de religião, entre outros. Não há, necessariamente, um engendramento mecânico entre tais círculos, mas a exclusão de um desses círculos afeta o processo de inclusão como um todo, de tal maneira que um excluído economicamente tem menos possibilidade de intervir na vida política, mas não chega a anulá-

²⁰Au sens étymologique du terme, exclure (excludere) signifie ne pas laisser entrer, ne pas admettre. Le droit de passage est refusé à quelqu'un, qui ferait de lui un sujet admissible, susceptible de se fondre dans le groupe considéré como socialement normal. Ce dernier tend alors à devenir, de ce fait, un sujet inadmissible, pathologique, qui n'a pas réussi à s'acquitter du droit de péage que lui permettrait de rester sur la bonne voie ou d'être dans une aire admise.

la totalmente. Da mesma forma, a dominação de gênero não pode anular a existência dos movimentos feministas, alternativos ou homossexuais. É comum acontecer de o excluído ser *a priori* desconsiderado e de a exclusão de um círculo levar à exclusão de outros. Portanto, ser excluído ultrapassa todas as outras designações sociais. É como se todas as outras designações que o indivíduo tinha ficassem congeladas porque essa última qualificação (de excluído) desqualifica todas as outras.

No processo de dominação, está implícita a exclusão, porque a dominação acontece a partir da imposição de uns sobre outros, sendo esses últimos considerados como vidas descartáveis (das quais podemos dispor). Há uma alteração na relação de alteridade, em que o dominado não pode mais fazer parte do grupo dominante nem mesmo pode contestar o porquê de estar situado do lado de fora (LE BLANC, 2011).

E quem são os excluídos de hoje? No imaginário social, eles são frequentemente culpados de todas as formas do mal. Às vezes eles são os maus trabalhadores que preferem viver de ajuda social governamental a encontrar um emprego. Às vezes eles são os maus estrangeiros que não querem se integrar. Ou então são os baderneiros que não param de ‘zonear’. Essas novas pessoas da margem estão em uma grande família, a dos contra-a-lei. Sem dúvida, eles não têm muita coisa em comum. Mas estão todos enrolados na categoria dos excluídos. Pouco importa saber se os excluídos reivindicam essa categoria, como grupo de pertencimento, eles são todos desembarcados nela: os excluídos (LE BLANC, 2011).

A cidadania não inclui o excluído. A separação já estava inscrita no modelo de cidadania grego, que foi definida, por Aristóteles, citado por Le Blanc (2011), por meio do estabelecimento de uma ascendência grega a partir de uma separação, de um processo de exclusão da humanidade garantido pela diferenciação entre gregos e bárbaros. De acordo com Le Blanc (2011), o direito de cidade é, em geral, concedido a partir da possibilidade que uma vida tem de produzir plenamente e valorizar sua utilidade econômica, domiciliação geográfica e seus direitos políticos. Portanto, a possibilidade de excluir as vidas, de lançá-las fora da cidade, está intimamente ligada à lógica de mercado, que não hesita em excluir as vidas inexploráveis. A desumanização consiste em excluir os oprimidos do sistema. Se me encaixo no gênero de pessoa que pode provar que trabalha, que paga impostos, que tem domicílio fixo e pode exercer as competências políticas, como o voto, então, não sou apenas um ser social que é sancionado positivamente, mas, também, toda a minha vida tende a se confirmar como plenamente humana. O direito de cidade endossa as qualidades sociais, geográficas e jurídicas, como fatores de cumprimento da vida humana. Por isso, viver em uma cidade é estar exposto às normas sociais que regulam a vida nesse lugar. Os direitos sociais

complementam os direitos formais e dão à cidadania uma lógica de realidade (LE BLANC, 2011).

Já o excluído não é verdadeiramente um cidadão e não pode participar ativamente da vida da cidade. O drama social que expulsa uma vida do mundo do trabalho coloca o excluído à borda do político. Nesse contexto, a política não é mais do que uma resposta à realidade social que acaba por estabelecer uma fratura social, cada vez mais intransponível, entre um que está ‘dentro’ e outro que está ‘fora’. Separa os ricos dos pobres, as vidas integradas das vidas precárias, os trabalhadores dos desempregados, os domiciliados dos sem domicílio, os nacionais dos imigrantes ilegais (sem visto). Tal divisão é tão impregnada que adere à vida ordinária e atua como justificativa, referendando as qualidades sociais incorporadas pelos sujeitos.

A exclusão procede a uma divisão entre aqueles que exercem o poder e aqueles que não podem mais exercê-lo. A exclusão imputa o descrédito ao excluído. A crença na possibilidade dessas vidas foi desmonetizada, perdeu valor. O poder cessa de habitar os desinvestidos. Não são apenas os seres humanos que perdem suas qualidades sociais, mas são as vidas que perdem sua capacidade de persistir como vidas humanas. Assistimos ao ponto extremo da exclusão: a produção do homem inútil, de quem os outros (ou ninguém) não precisam e, portanto, a quem não reconhecem. A lógica do homem jogado fora perpassa toda a sociedade, como um elemento desse sistema (LE BLANC, 2011).

O pertencimento é proibido ao excluído; ele só tem voz quando confirma sua exclusão, quando se inscreve em estereótipos que o compreendem somente como ser de defeitos, cujos esforços para sair da exclusão não foram suficientes ou carecem de bom senso.

Não ter trabalho, estar sem teto, sem documentos são as dificuldades da exclusão social. Mas, são também as dificuldades da exclusão antropológica, uma vez que as vidas humanas saíram dos quadros de inteligibilidade que os instituíram como vidas plenamente humanas. (LE BLANC, 2011, p.28, tradução nossa)²¹

Se, por um lado, os excluídos são sempre rapidamente identificados, por outro lado, raramente são bem compreendidos. Nesse processo, ou eles são considerados como inúteis, com os quais não sabemos o que fazer, ou são considerados perigosos, com quem é preciso ter cuidado, administrando-os por meio de dispositivos disciplinares renováveis. Já na cena social, os excluídos são sempre tornados invisíveis. Não os entendemos e não queremos mais

²¹Ne pas avoir de travail, être sans logement, sans papier, ce sont bien des épreuves d'exclusion sociale mais ce sont aussi des épreuves d'exclusion anthropologique puisque les vies humaines sortent alors des cadres d'intelligibilité qui les instituent comme des vies pleinement humaines.

vê-los. Eles não podem existir senão como um espectro de vida à espera de confirmação, mas que deve se enterrar, se esconder. Assim, existem duas formas de considerar o tipo de excluído, seja em função do dever de assistência ou em função da recusa do direito de participar da vida social (LE BLANC, 2011).

Essas considerações sobre a exclusão, apesar de parecerem contraditórias, revelam a ambiguidade do tratamento social, antropológico e político da exclusão. Elas são elementos de um dispositivo, através do qual o excluído é visto como um humano não feito como os outros, à borda do social e ameaçador, perigoso e potencialmente em falta (ausente). Segundo esse dispositivo, o excluído está ‘na cidade’ e ‘fora da cidade’. Trata-se de um elemento excedente, com o qual não sabemos o que fazer e que, na melhor das hipóteses, torna-se invisível, como padrão para administrá-lo, de forma a não perturbar a ordem pública (LE BLANC, 2011).

Mas o que se esconde por trás desse dispositivo? Nós todos, em nossa vida ordinária, nos enquadrados nesse dispositivo e o fazemos prosperar, cada vez que desviamos o olhar quando um ‘sem teto’ vem nos interpelar, cada vez que construímos uma parede entre ‘eles’ e ‘nós’. Nesse cenário, o excluído nos interroga sobre quem hoje faz o mundo e sobre a nossa capacidade de abrir as diversas perspectivas de vida, sem legitimar a exclusão dos excluídos, sem considerar o fenômeno da exclusão como um mal necessário ou um efeito colateral da contemporaneidade. Afinal, por que nós vivemos em um mundo que não pode excluir os ‘uns’ que excluem os outros? Está dito que não há trabalho para todos? Está dito que não há lugar para todo mundo? Mas que mundo é este onde a possibilidade de queda social não é tão circunscrita? E qual é o nosso papel nesse mundo? Será que poderíamos alargar nossa compreensão do humano para além das fronteiras sociais que produzem um ‘dentro’ e um ‘fora’? Podemos imaginar que a vida humana não se limita a uma vida humana integrada? (LE BLANC, 2011).

O autor defende que é preciso alargar o mundo comum, compreendendo, de uma parte, porque os excluídos são excluídos e procurando, de outra parte, penetrar no mundo da potência de agir dessas vidas excluídas. É preciso, portanto, repensar a cidadania dos excluídos. Duas condições são necessárias nesse processo: que a cidadania seja igualmente uma cidadania social, onde haja uma interação entre os direitos sociais, na sua formulação, ao lado dos direitos civis; que a cidadania seja igualmente ressignificada desde os procedimentos de exclusão, que jamais afetam a vida por acaso, tendo em vista que a exclusão não é um acidente da vida social, mesmo se ela, às vezes, parece chegar de maneira acidental (LE BLANC, 2011). Os trabalhadores entrevistados entendem a sua vulnerabilidade como um

acidente, pois ‘aconteceu’ de eles nascerem em uma região desfavorecida do País; ‘aconteceu’ de eles não se adaptarem bem à escola, quando ainda eram crianças, e a demissão também é vista como um acidente que pode acontecer com qualquer um, a qualquer momento.

Outro pressuposto de Le Blanc (2011) é o de que o sentimento de exclusão atravessa radicalmente uma vida de forma irreduzível e irreparável. Tal sentimento não é susceptível de se calar ou se apaziguar em uma plataforma de reivindicações, mas reitera o sentimento de fragilidade humana, o qual nenhuma autoridade, seja qual for sua natureza, pode apagar (da vida de um excluído). O excluído, claro, tem raiva, e essa raiva não vai a lugar algum. “Ela (a raiva) é uma parede oposta à outra parede”²² (LE BLANC, 2011, p. 19, tradução nossa). Esse registro de não ter sido reconhecido é perene. Mesmo que essa vida já tenha sido ‘reintegrada’ à sociedade, o sentimento de exclusão é irreduzível. Nenhuma violência política, econômica ou social pode ser totalmente apagada da história de um sujeito. Mesmo quando o excluído (pensemos no caso do cortador de cana) consegue encontrar um lugar na lógica econômica e social do mundo contemporâneo, permanece o questionamento sobre a ordem da cidade que produz lugar para uns e ausência de lugar para outros. “Um mundo onde não há lugar para todos pode ainda ser um mundo?”²³ (LE BLANC, 2011, p. 13, tradução nossa).

Esse tipo de recordação é irreduzível e atualiza a ‘raiva’, a indignação e o sofrimento dos trabalhadores: “melhorou muita coisa, mas o que dá pra esconder, eles não vão melhorar nunca. Eles inclusive pedem pra gente não falar nada, não reclamar, pra não perder o emprego” (Entrevistado 2).

Essa raiva aparece em vários discursos, como no relato abaixo:

Como eu sou um dos primeiros, eu consigo esforçar um pouco mais e ganhar alguma coisinha. Mas eu fico pensando é nos pobres coitados que não têm condições de puxar mais. Eles, coitados, não conseguem, é muito difícil conseguir ir além da diária (Entrevistado 4).

Ao analisar as ‘saídas’ possíveis, Le Blanc (2011) parte do pressuposto de que a contemporaneidade é habitada pelo fantasma de ser “desembarcado”²⁴, por um sentimento último de ansiedade em face da possibilidade iminente de queda, de descenso social. Nós nos encontramos em uma situação de vulnerabilidade social, uma vez que não há um fio de humanidade onde podemos nos apoiar, nos segurar. Há ainda uma vulnerabilidade psicológica, porque o espírito está altamente precarizado, obrigado a

²²Elle est un mur opposé à un autre mur.

²³Un monde où il n’y a pas place pour tout le monde peut-il être encore un monde ?

²⁴O termo designa ação de lançar alguém fora da embarcação, ejetá-la. A pessoa, nesse caso, fica à deriva no mar aberto.

regressar, permanentemente, à negação (de não fazer parte ou de estar em risco de exclusão) que o absorve, o engole.

Num mundo cada vez mais excludente, que faz seleção entre uns e outros, esse sentimento de exclusão é compartilhado hoje por quase todas as vidas, devido à escassez e precariedade dos espaços, tanto públicos como privados. “Ao nos reconhecemos, cada um à sua maneira, como vulneráveis, expostos a todas as formas de violência física, social e psíquica, damos um passo em direção a uma compreensão da exclusão como algo comum, não apenas como uma questão limitada aos excluídos” (LE BLANC, 2011, p. 13, tradução nossa)²⁵. O sentimento de vulnerabilidade funciona como um denominador comum entre os humanos, o que até poderia religar a vida de uns aos outros. Mas esse ‘enlace’ fica comprometido, na medida em que somos cada vez mais absorvidos pelos imperativos econômicos da cidade: jamais fomos tão solicitados a produzir e consumir. Tal afirmação parte do pressuposto de que as normas sociais e culturais, que condicionam nossas necessidades fundamentais, adquiriram um poder aumentado, na contemporaneidade, para tornar inteligíveis as vidas humanas, à luz de suas mensagens subliminares que disseminam o propósito neoliberal de docilizar os corpos e torna-los úteis à acumulação de capital. O cortador de cana também funciona nessa lógica, ele aceita as precárias condições de trabalho, em troca do direito de consumir bens, quando tem condições (casa, motocicleta, carro, etc.), o que lhe permite se afirmar como incluído, em especial, pela via do consumo.

Esse temor da exclusão produz também a negação do excluído. Se os sujeitos são constituídos socialmente através das normas que reconhecem as vidas como plenamente humanas, as vidas no trabalho, domiciliares, etc., certas vidas tendem a não ser mais reconhecidas, pelo fato de que elas estão em débito em relação a tais normas. Elas são, por assim dizer, não enquadradas. Não têm trabalho, estão sem abrigo, então, mesmo que haja vidas, elas não são reconhecidas.

O excluído é aquele que perde todo lugar social e toda inscrição nas classes sociais, as quais, por sua vez, consagram as vidas plenamente humanas. Assim, sem lugar e sem classe, o sujeito corre o risco de ser lançado fora das fronteiras políticas cuidadosamente traçadas, ajustadas em torno dos imperativos que permitem o pleno reconhecimento do humano, cujo trabalho e abrigo estão, junto com os títulos jurídicos, entre os mais poderosos. Quando um sujeito não é reconhecido como integrante de nossa cidade é porque sua vida deixou de ser

²⁵En nous reconnaissant chacun à notre manière comme vulnérables, comme exposés à toutes les formes de violence, physique, sociale et psychique, nous faisons un pas vers une compréhension de l'exclusion comme une chose commune plutôt que comme la seule affaire des exclus.

reconhecida como dotada de direito de cidadania. Portanto, o direito de cidadania não é garantido a todas as vidas. Algumas vidas saem dos quadros de legitimação da cidade, seja porque elas não são mais percebidas, seja porque lhes falta o modo de reconhecimento que as deveriam validar, seja, enfim, porque elas são consideradas como estrangeiras/estranhas e não têm o que acrescentar no espaço que ocupam. Em todos os casos, a cena do reconhecimento do sujeito é perturbada. Nós não registramos as vidas, nós as deixamos de lado e, assim, redobramos a violência social de exclusão, por meio da violência antropológica da desativação. É importante ressaltar que o tipo de desativação vai depender de qual ‘círculo’ o indivíduo foi excluído, se do econômico, ou de gênero, ou de nacionalidade, entre outros. (LE BLANC, 2011).

Como vimos, há uma linha de separação entre o cidadão e o excluído. Enquanto o primeiro tem plena visibilidade, o excluído é apagado da cena pública por não ter direito a ter direito. No entanto, o direito de cidade sanciona as vidas que trabalham para a cidade, validando umas vidas e invalidando outras. Um processo de exclusão acontece e, com ele, o processo de desumanização, quando os recursos imaginativos não podem mais levar em conta o outro, um sujeito singular, um grupo ou pessoas. Um exemplo desse déficit imaginativo é quando eu percebo os traços de um vagabundo em farrapos, mas não consigo imaginá-lo quando criança ou bebê passeando com sua mãe na praça. Uma vida se desumaniza quando é considerada sem lugar em relação à nossa vida e mesmo desconectada do grupo de humanos do qual nos sentimos parte legítima. Essa desumanização começa na recusa de se imaginar uma vida como plenamente humana e se complementa na recusa da imaginação do outro. Não somente nós não imaginamos o outro como plenamente humano, como, também, nos recusamos a considerar o outro como um sujeito plenamente imaginativo, capaz de construir uma ficção de sua vida e também da vida dos outros. Essas duas recusas estão ligadas: não imaginar o outro como plenamente humano implica percebê-lo como um sujeito não plenamente imaginativo (LE BLANC, 2011).

3 METODOLOGIA

A presente pesquisa é de cunho social e tem como objeto de estudo um fenômeno social contemporâneo: a vulnerabilidade e o sofrimento do trabalhador no corte manual de cana-de-açúcar. A problemática central consiste em se compreender o perfil das condições de trabalho. Partimos da hipótese de que tais condições funcionam como fonte de sofrimento que são agravadas pela condição de vulnerabilidade, social e historicamente construída, na qual se encontra esse trabalhador.

Castel (1998) postula que o social ocupa o lugar do hiato existente entre a organização política e o sistema econômico. Tem a função de “restaurar ou estabelecer laços que não obedecem nem à lógica estritamente econômica nem a uma jurisdição estritamente política. O social consiste em sistemas de regulações não mercantis, instituídas para tentar preencher esse espaço” (CASTEL, 1998, p.31). Por sua vez, Baremblytt (2002) define que a sociedade é o espaço da interpenetração de forças reprodutivas e antiprodutivas “cuja função está a serviço da exploração, dominação e mistificação (atravessamentos), assim como também está constituída [a sociedade] pela interpenetração das forças e entidades que estão a serviço da cooperação, da liberdade, da plena informação (transversalidade)” (BAREMBLYTT, 2002, p.35). Portanto, estudos que abordem fenômenos sociais dizem respeito a uma complexidade e devem se valer de dispositivos que afirmem a inclusão e transversalidade do campo pesquisado.

Segundo Souza e Patrocínio (1999), nesse tipo de estudo é importante levar em conta fatores condicionantes gerais que estão ligados às condições econômica, cultural, social e do momento histórico em que vive a sociedade estudada. As condições de moradia, saúde, lazer, enfim, a questão socioeconômica constitui uma perspectiva sócio-histórica que atua na determinação do *modus operandi* do sujeito ou grupo social estudado, nesse caso, o cortador de cana. Do mesmo modo, é imprescindível avaliar fatores condicionantes específicos próprios da organização do trabalho.

Segundo Enriquez (1997), as organizações se apresentam como um sistema cultural, simbólico e imaginário que integra a vida social e pretendem se converter em microsociedades, na medida em que ‘imprimem’ no psiquismo de seus colaboradores sua marca, através da interiorização dos valores organizacionais. Nessa perspectiva, não há como analisar os acontecimentos que ocorrem no interior de uma organização de forma isolada ou descontextualizada. Procuramos uma abordagem qualitativa que nos possibilite considerar a historicidade e as diversas formas de expressão dos sujeitos pesquisados que nos auxiliem na

compreensão do campo pesquisado.

Heller (1970), por sua vez, lembra que a vida cotidiana abriga o homem integral que traz consigo a particularidade e a generalidade da história. Por essa razão, o cotidiano em si não pode ser integralmente absorvido ou conhecido. Neste caso, se não podem ser conscientes ou transformados em palavras, os pensamentos e ações cotidianos não se elevam ao nível da teoria e da práxis. Disso decorre a importância da arte e da ciência como formas de elevação, de conhecimento da cotidianidade. Colocamo-nos, então, diante do desafio de assimilar parte - já que a integralidade é impossível - da cotidianidade.

Diante desse desafio, escolhemos a ferramenta metodológica de Estudo de Caso, o qual tem sua origem no campo das ciências experimentais e foi pensado para permitir “uma inquirição empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de um contexto da vida real” (YIN, 2005, p.26), o que permite ao pesquisador “lidar com uma completa variedade de evidências - documentos, artefatos, entrevistas e observações” (YIN, 2005, p. 27). De acordo com Yin (1994), deve ser dada preferência pelo uso do Estudo de Caso quando se analisam eventos contemporâneos, em situações em que os comportamentos relevantes não podem ser manipulados, mas sobre os quais é possível se fazerem observações diretas e entrevistas sistemáticas. Por outro lado, no campo das ciências humanas, Laville & Dionne (1999) postulam que a construção do saber, especialmente em ciências humanas, se dá na relação entre o pesquisador e seu campo, relação esta que tem como mediador o arcabouço teórico, através do qual é possível compreender os fenômenos observados na vida dos seres humanos. O caso desta pesquisa consiste no trabalho do cortador de cana-de-açúcar, a partir do qual criamos um caminho de interlocução entre teoria e campo para traçar o perfil da condição deste trabalhador. A usina onde esse trabalho é realizado, por sua vez, é tomada como espaço organizacional e institucional, responsável pela produção e reprodução de normas e valores que regulam o trabalho dos cortadores de cana, e atua na construção subjetiva dos sentidos e significado deste trabalho para os trabalhadores.

Chanlat (2000), por sua vez, destaca que o conjunto interdisciplinar de abordagens pode contribuir para a construção de uma imagem menos parcelada do indivíduo na organização. Nessa perspectiva, buscamos cruzar dados, correlacionar abordagens e teorias, multiplicando os diferentes níveis de análise e interpretação da realidade observada, buscando, ainda que ciente de sua impossibilidade, reconstruí-la em sua integralidade.

Cabe ressaltar que a opção metodológica de coleta de dados seguiu os preceitos da pesquisa participante, a qual, segundo Demo (2004), busca produzir conhecimento politicamente engajado. “Não despreza a metodologia científica em nenhum momento, no

sentido dos rigores metodológicos, controle intersubjetivo, discutibilidade aberta e irrestrita, mas acrescenta o compromisso com mudanças concretas, em particular voltadas para os marginalizados” (DEMO, 2004, p.8). No entanto, o autor chama a atenção para a complexidade dessa modalidade de pesquisa, quando dela se exige uma ‘produção completa’, ou seja, conhecimento e participação. Isto porque nem sempre o pesquisador está disposto a assumir o projeto até o fim, ou mesmo porque nem sempre ele dispõe dos meios para deflagrar uma prática alternativa que efetivamente funcione como dispositivo de transformação. Diante desse impasse, a pesquisa-ação pode significar uma saída possível, na medida em que produz conhecimento em favor da comunidade. Entretanto, não assume o destino desta (DEMO, 2004).

Outra dimensão importante na seara da pesquisa participante é a questão multicultural, segundo a qual o pesquisador que visa à emancipação dos pequenos movimentos de resistência vivencia o mesmo incômodo enunciado por Paulo Freire: “como influenciar o aluno de tal modo que este não se deixe influenciar. [...] Realizar esta influência libertadora é o papel sutil e profundo de quem pretende trabalhar com a comunidade” (FREIRE apud DEMO, 2004, p.13). Este autor, assim como Le Blanc (2011), em sintonia com a proposta de Gramsci (1995), critica o ‘intelectual orgânico’, o qual se baseia na leitura crítica da realidade em detrimento da prática, como é comum ocorrer dentro das universidades, onde, muitas vezes, as comunidades são tomadas como objetos e a teoria permanece esvaziada da prática.

Le Blanc (2011), por sua vez, ressalta que os marginalizados, ao se tornarem objeto de estudo, permanecem como ‘sujeitos irrepresentáveis’. Portanto, não é possível falar por eles. Isto porque “falar em nome dos outros ou agir em nome dos outros supõe que os outros não podem nem falar, nem agir por si próprios” (Le BLANC, 2011, p.88, tradução nossa) ²⁶. Nesse contexto, falar em seu lugar significa se recusar a emprestar ouvido à palavra do outro. Da mesma forma, querer agir no lugar desse outro é decidir que essa vida não é agente ou que seu regime de ação não é autêntico. Há que ter cuidado com esse ideal de práxis transformadora, uma vez que há o risco de se falar em nome de outros, muitas vezes, retirando deles a sua capacidade de falar, silenciando, portanto, a dimensão de sujeito político.

Estamos então diante de mais um desafio: como nos assegurar que nossa ação de pesquisa seja feita para os trabalhadores, sem retirar-lhes o poder de agir? Quando um intelectual fala em nome de um coletivo de sujeitos que vivem em situação de precariedade, não está removendo deles sua própria narrativa? (LE BLANC, 2011). Essa perspectiva,

²⁶[...] parler au nom des autres, agir au nom des autres supposent que les autres ne peuvent ni parler ni agir en leur nom.

portanto, reforça a importância de elucidar o discurso dos entrevistados. Spink e Lima (2004) também problematizam essa questão, a partir da interpretação dos dados coletados em uma pesquisa qualitativa. Há um consenso de que as técnicas interpretativas em ciências humanas devem assumir um caráter qualitativo não linear, modificando a forma usual de interpretação científica fundamentada na semelhança de signos, em nome de uma dimensão de profundidade. No entanto, apesar de esse posicionamento exigir uma relação mais aproximada com o campo, é preciso, de acordo com Spink e Lima (2004), restituir certa condição de exterioridade em relação ao objeto de estudo. Caso contrário, chegaríamos a um ponto de ruptura, com o desaparecimento da figura do ‘intérprete’, agora fundido à realidade do campo, fazendo com que o caráter inesgotável da interpretação deslize para a conclusão precipitada de que não há nada a interpretar.

Portanto, é preciso, sim, aproximar-se do campo para que a interpretação tenha um caráter de elucidação e não de violência (onde o campo se oferece passivamente ou é submetido à verdade estabelecida pelo pesquisador). Porém, o equilíbrio entre a condição de não se opor e de não se mesclar ao campo é dinâmico e baseado na dialética aproximação x distanciamento; singularidade x universalidade; verdade x interpretação, o que não nos permite ignorar a dimensão de conflitos, ao longo de toda a produção de nosso trabalho de pesquisa.

Nossa intenção, nesta pesquisa, é justamente dar visibilidade à voz do trabalhador do corte manual de cana, emprestando ouvido ao que ele tem a dizer sobre suas condições de trabalho e de vida. No entanto, essa é uma tarefa difícil, na qual a diferença entre o ato ‘falar por’ e ‘dar visibilidade à voz de’ é extremamente sutil. Segundo Le Blanc (2011), tal diferença consiste no fato de ‘não falar em nome dos outros’, mas de estabelecer a verdade da palavra do sujeito pesquisado. O intelectual deveria então se colocar a serviço do grupo pesquisado. Na experiência da subordinação e, mais ainda, na de exclusão, a precarização da voz dos subalternos bem como da voz dos excluídos, muitas vezes, é induzida pela estrutura de poder hegemônica, a qual, por sua vez, desqualifica essa voz.

Nesse contexto, ser subalterno ou mesmo ser excluído significa ser, apesar de si mesmo, precarizado quanto às formas de acesso à palavra. É estar sem garantia social para a sua própria voz, que se torna uma voz silenciada, na medida em que não encontra ancoragem social. As estruturas dominantes de linguagem se aproximam dos subalternos e também dos excluídos para parodiá-los (fazer uma imitação cômica) e se beneficiar de alívios paliativos esperados. Nesse caso, tanto os subalternos quanto os excluídos permanecem separados, como vozes inaudíveis, vindas do além, que não preocupam ninguém (LE BLANC, 2011).

Buscamos desconstruir os espectros encobridores da voz do trabalhador do corte manual de cana e evocar uma preocupação com a sua atual situação sem, contudo, normatizar ou propor saídas intervencionistas que ‘façam por eles’ ou que não lhes emprestem ouvido.

Nesse contexto, é importante ressaltar o conceito de analisador, cujo campo de pertencimento é a análise institucional. Lourau (1975) define tal conceito como as manifestações de não-conformidade com o instituído²⁷. Tais fenômenos, ao serem analisados, terminam por revelar a natureza da instituição. “São o *ANALISADOR*. Do mesmo modo, a Comuna de Paris foi o revelador do Estado de classe e de sua verdade; assim, Marx descobre através da Comuna o que é realmente o Estado” (p.13). Nessa perspectiva o analisador é um fenômeno social que abriga dispositivos que provocam a revelação daquilo que estava escondido e, portanto, permite a elucidação de discursos. (LOURAU, 1975, p. 13).

3.1 Ferramentas metodológicas

A seguir, apresentamos os percursos metodológicos utilizados ao longo desta pesquisa, para, então, partimos para a discussão e análise dos dados.

O primeiro eixo metodológico adotado corresponde à investigação bibliográfica. Esta etapa da pesquisa serviu de subsídio para a confecção da revisão de literatura. Com base nos autores citados, construímos referências sobre:

- a) a noção de trabalho, de vulnerabilidade social e de qualidade de vida no trabalho;
- b) a contextualização histórica e social do trabalho rural do cortador de cana no Brasil e suas interfaces com a saúde, a qualidade de vida e a vulnerabilidade.

Ao longo da pesquisa, buscamos elementos teóricos e empíricos extraídos de dissertações de mestrado e teses de doutorado recentes, nos quais as questões do sofrimento, da submissão e da qualidade de vida no trabalho do corte da cana ou no setor sucroalcooleiro são abordadas, direta ou indiretamente. Esse levantamento contribuiu para a análise de elementos que possibilitassem associar a vulnerabilidade e a qualidade de vida no trabalho, de forma aplicada ao contexto do trabalhador rural no corte de cana. Nossa hipótese é a de que a práxis da resistência, por parte dos trabalhadores em questão, se encontra pulverizada em

²⁷ Refere-se ao *status quo* ou ‘estado de coisa’, às normas sociais estabelecidas que fazem parte do conceito de instituição. “Todas essas regras, normas, costumes, tradições etc., que o indivíduo encontra na sociedade, são o que está *instituído*” (LOURAU, 1975, p.15)

micropráticas de resistência, as quais não alcançaram ainda um estatuto de cooperação e de luta coletiva, mas que atuam como linhas de fuga em situações cotidianas e pontuais, como forma de atenuar a carga de trabalho e garantir uma mediação pontual possível para persistir nessa profissão e evitar o adoecimento.

Nessa perspectiva, recorreremos a dados históricos na medida em que estes se apresentam como fios importantes na tecelagem da reflexão sobre o contexto contemporâneo, no qual se insere nosso objeto de pesquisa. Na análise dos dados buscamos:

- a) levantar condições socioeconômicas do trabalhador e estabelecer a relação destas com as condições de trabalho;
- b) analisar os reflexos da baixa qualidade de vida no trabalho sob a forma de submissão ao trabalho precário. Esta etapa da pesquisa foi realizada na França e no Brasil. Na França, foi priorizada a conceituação teórica acerca da vulnerabilidade. Já no Brasil, a prioridade foi dada aos estudos a respeito das relações de trabalho e seus efeitos na organização e nas condições de trabalho do cortador de cana.

O segundo eixo é sustentado pela pesquisa de campo, a qual foi submetida e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC) Minas, cujo registro na Plataforma Brasil é: CAAE 13430813.4.0000.5137. O objetivo dessa pesquisa de campo é o de compreender a experiência de vivida pelos trabalhadores e contada em primeira pessoa a qual vai nos remeter a uma reflexão sobre as condições de trabalho, impostas não apenas na atividade de trabalho, mas que também abrange o cotidiano desse trabalhador, o seu modo de viver e de pensar o mundo. (SILVA, 2011).

Iniciamos com uma pesquisa documental no Sindicato dos Trabalhadores Rurais, localizado na cidade-polo deste estudo. Os dados analisados se referem aos indicadores recentes de vulnerabilidade e de qualidade de vida no trabalho, tais como remuneração, perfil socioeconômico, adoecimento, acidentes de trabalho, absenteísmo, acordos coletivos e a organização e condições de trabalho. O recorte temporal deste estudo compreende principalmente as duas últimas safras (2012 e 2013). Foram realizadas 12 visitas ao sindicato dos trabalhadores rurais, com a finalidade de viabilizar estudos dos documentos históricos e dos arquivos oficiais, sempre acompanhadas de conversas e pedidos de esclarecimentos com o atual presidente do sindicato, que nos apresentou a empresa, o canavial, os trabalhadores e nos acompanhou durante todo o processo de coleta de dados.

Ainda no que se refere à pesquisa de campo, utilizamos algumas ferramentas de

pesquisa qualitativa, tais como:

- a) observação participante: imersão no mundo concreto do trabalho, realizada por meio de visitas guiadas pelo presidente do sindicato, ao local de trabalho pesquisado, o canavial. Tal observação teve como foco o conhecimento do posto de trabalho e a compreensão da estrutura organizacional, com o objetivo de subsidiar a análise da organização e das condições de trabalho, bem como da qualidade de vida no trabalho do cortador de cana. Foram realizadas quatro visitas ao canavial, com duração média de três horas cada.
- b) entrevistas semiestruturadas: no total foram realizadas 06 entrevistas, sendo 04 com trabalhadores rurais migrantes, na sede do sindicato e 02 com líderes de turma. Essas entrevistas foram voltadas para a escuta ao trabalhador, além do levantamento de indicadores qualitativos sobre vulnerabilidade e qualidade de vida no trabalho.
- c) grupo focal: realizado com a finalidade de debater coletivamente pontos em comum levantados ao longo das entrevistas. Foram realizados dois grupos focais, sendo um com trabalhadores migrantes (grupo focal 1) e outro com trabalhadores que moram na cidade pesquisada (grupo focal 2), com duração de aproximadamente uma hora, cada.

O quarto eixo metodológico da pesquisa é destinado à análise e tratamento dos dados, através da análise de conteúdo qualitativa, definida por Bardin (2004) como ‘um conjunto de técnicas de análise das comunicações’ (BARDIN, 2004, p.27) cuja principal finalidade é interpretar tais comunicações através da construção de categorias de análise. Para Bardin (2004), as categorias de análise são importantes porque facilitam a interpretação do que está por trás do discurso aparente.

Nesta pesquisa as categorias de análise foram depreendidas de núcleos de sentidos categorizados com base nos analisadores encontrados em campo e em consonância com as referências teóricas previamente estudadas. É importante ressaltar que, ao longo da análise e discussão dos dados apresentados, há uma interpenetração dessas categorias, uma vez que estas estão presentes no cotidiano de trabalho dos sujeitos estudados e abrigam aspectos sociohistóricos que interferem em sua condição de trabalho e de vida. Portanto, tal divisão tem fins apenas didáticos, para facilitar a compreensão do estudo realizado. A primeira temática se refere às condições de trabalho, em que analisamos dados referentes aos aspectos relacionados à realização do trabalho, como o processo de contratação, o sistema de remuneração, a jornada de trabalho e as condições de vida como moradia, alimentação e

escolaridade. Em seguida, passamos à discussão a respeito dos sentidos que os trabalhadores pesquisados atribuem ao trabalho. A terceira temática se refere à resistência e inventividade dos trabalhadores diante das condições degradantes de trabalho.

3.2 A pesquisa de campo

A pesquisa de campo foi realizada em um município do interior do Estado de Minas Gerais, entre outubro de 2012 e novembro de 2013. O nome do município, assim como o da empresa empregadora e dos entrevistados serão mantidos em sigilo, a fim de preservar a identidade dos sujeitos da pesquisa.

O trabalho de coleta de dados foi realizado por três pesquisadores, a saber: a doutoranda autora desta tese e dois estudantes de psicologia da PUC Minas, em Arcos, que auxiliaram nas tarefas de coleta e sistematização dos dados. Abaixo, apresentamos breve roteiro com o ‘passo-a-passo’ dos procedimentos de coleta de dados.

Quadro 2: Roteiro de Pesquisa de campo

Procedimento	Local/Período	Descrições das Atividades Realizadas
Solicitação de autorização para a pesquisa de campo e apresentação do projeto de pesquisa	Sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais De setembro/12 a novembro/12	Em uma primeira visita, foi identificado o presidente do sindicato, para quem a pesquisa foi apresentada, seguida de solicitação de autorização para sua realização. O presidente se comprometeu a conversar com a empresa e solicitar tal a autorização. Após uma semana, a autorização foi concedida e iniciamos os trâmites de registro junto ao CEP (Comitê de Ética em Pesquisa) da PUC Minas, concomitantemente à preparação de material para entrevistas e visitas ao campo.
Pesquisa documental sobre a realidade local	Sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais De Outubro/12 a setembro/13	Foram analisados documentos de registros de rescisões contratuais, além de acordos coletivos. Os dados foram sistematizados em tabelas e gráficos a fim de se permitir um breve estudo das condições de trabalho ao longo dos anos.
Visita ao alojamento	Alojamento de trabalhadores migrantes 08/nov./2012 De 7h - 10h30	A visita foi acompanhada pelo presidente do sindicato e por um funcionário do setor agrícola da empresa.
Entrevistas com trabalhadores migrantes	Sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais Novembro/12 De 8h - 11h Julho/ 2013 De 9h às 10h	Foram entrevistados três trabalhadores. Um trabalhador entrevistado.

Visitas ao canavial	Posto de trabalho: canavial Novembro/12	A primeira visita foi realizada em uma área de colheita de mudas. A safra já havia sido encerrada e os trabalhadores estavam no corte de mudas para o plantio. Foi possível acompanhar também um pouco do corte mecanizado.
	17/06/13 7h – 11h	A segunda visita foi realizada em uma área de corte manual de cana ‘crua’ ou seja, que não foi queimada, onde estavam presentes apenas os trabalhadores locais.
	22/06/13 7h – 11h	A terceira visita foi realizada em uma área de plantio de mudas e reparação do trabalho realizado (retrabalho) pela colhedora mecânica.
	19/07/13 7h – 11h30	A quarta visita foi realizada em uma área de cana queimada, onde estavam presentes todos os trabalhadores do corte manual de cana (migrantes e locais)
Entrevistas com os líderes de turma	•Sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais Novembro de 2012	Foi realizada uma entrevista semiestruturada com o líder de turma dos trabalhadores migrantes.
	•Canavial 19/07/13 de 10h40 às 11h30	Foi realizada uma entrevista semiestruturada com o líder de turma dos trabalhadores locais.
Grupos focais	•Sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais 20/07/13 10h às 10h40	Cinco participantes: um estava vindo pela segunda safra; outro estava na terceira safra naquela usina; um terceiro já esteve em várias outras usinas de São Paulo e Mato Grosso; outro está nessa atividade há mais de 10 anos e o quinto participante está há seis anos em usinas do mesmo grupo da usina pesquisada.
	•Canavial 19/07/13 09h40 às 10h40	Quatro participantes: duas mulheres e dois homens, todos com mais de 10 anos de usina.

Fonte: Elaborado pela autora.

3.2.1 Trabalhadores do corte de cana

Os trabalhadores em questão são contratados em regime de Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) (BRASIL, 1943) sob a categoria 6221 - Trabalhadores agrícolas na cultura de gramíneas do Código Brasileiro de Ocupações (CBO), mais especificamente, trabalhador da cultura de cana-de-açúcar, código 6221-10 (CBO).

Quanto ao perfil demográfico dos sujeitos que trabalham na empresa pesquisada, o resultado é correlato ao perfil nacional dessa atividade, ou seja, o trabalhador do corte de cana é, em sua maioria, do sexo masculino, com idade média de 33 anos e ensino fundamental

incompleto (quatro anos de escolaridade). A seguir trazemos uma breve apresentação do público entrevistado. No entanto, no momento de registro do depoimento destes, eles não receberam a mesma identificação, a fim de mantermos o sigilo de autoria das declarações. Tal cuidado se deve ao fato de estar prevista, ao final da pesquisa, uma entrevista de devolução com o presidente do sindicato, acompanhada de uma cópia da tese, que deverá ser arquivada na sede do referido sindicato para livre consulta.

3.2.1.1 Trabalhadores migrantes

De acordo com a legislação brasileira, são considerados migrantes aqueles trabalhadores contratados de forma regular, via CLT e com protocolo no Ministério do Trabalho, atestando que tal contratação é legal. A principal característica do trabalho migrante é o fato de os trabalhadores habitarem em uma região do País ou de um Estado e trabalharem em outra, ficando impossibilitados de retornar ao município de origem e à família durante todo o período da safra, que pode durar meses ou até um ano inteiro. Nesse caso, o contratante tem a obrigação de oferecer alojamento, transporte e alimentação para esse trabalhador, de acordo com os requisitos da Norma Regulamentadora 31 (NR 31) (BRASIL, 2005). O contrato de trabalho deve ser realizado na cidade de origem do trabalhador, quando este recebe informações referentes às condições de trabalho e remuneração. Após a regularização do contrato, o contratante providencia o transporte para a localidade onde o corte manual de cana será realizado.

Todos os trabalhadores migrantes que atuam na empresa pesquisada são naturais de São João das Missões, município localizado a 687 km de Belo Horizonte (acesso pela BR-135), no Norte de Minas (Vale do Jequitinhonha), na microrregião de Januária. Seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é de 0,595, conforme Quadro 3 abaixo:

Quadro 3- Localização de São João das Missões em Minas Gerais

SÃO JOÃO DAS MISSÕES	
Coordenadas Geográficas 14° 53' 02" S 44° 05' 27" O	
Unidade federativa	Minas Gerais
Mesorregião	Norte de Minas IBGE/2008
Microrregião	Januária IBGE/2008
Municípios limítrofes	Manga, Miravânia, Itacarambi, Matias Cardoso, Januária e Cônego Marinho
Distância até a capital	687 km
Características geográficas	
Área	675,089 km ²
População	11 715 hab. Censo IBGE/2010
Densidade	17,35 hab./km ²
Altitude	480,24 m
Clima	Semiárido, Bsh
Fuso horário	UTC-3
Indicadores	
IDHM	0,595 baixo PNUD/2000 ⁸
PIB	R\$ 32 616828,00 IBGE/2008 ⁹
PIB per capita	R\$ 2 917,69 IBGE/2008 ⁹

Fonte: Criado pela autora com dados extraídos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2013.

Os trabalhadores relatam que um gestor da empresa é quem viabiliza os contratos:

Lá pra nós, tem um gestor que pega a gente lá. Ele é de lá mesmo. Aí eles pegam as carteiras da gente lá pra fichar a gente aqui. Tem uns que trabalham na usina daqui que vão pra lá também pra fazer os contratos. A gente faz os exames lá e vem de lá pra aqui pra gente trabalhar (Entrevistado 1).

Eu cheguei em janeiro, tô com seis anos de usina, não só aqui, no Mato Grosso também, mas a empresa é uma só, não é? (Entrevistado 4).

Ao longo da pesquisa de campo foi possível perceber que esse ‘gestor’ é da mesma cidade de origem dos trabalhadores migrantes e está contratado como fiscal de turma, desde 2009. No período da safra, ele fica no alojamento com a turma de migrantes. Mas, atualmente,

ele mora na cidade sede da usina. Todos os anos ele vai até a mesma cidade e recruta trabalhadores para a safra. Como há uma determinação do Ministério do Trabalho que impede a contratação de trabalhador migrante por um período superior a um ano, a empresa promove um rodízio desses trabalhadores entre as suas unidades em Minas Gerais e no Mato Grosso.

Ao final da safra, o contratante deve proceder à rescisão contratual, devidamente homologada, e acompanhar esse trabalhador na sua volta para casa, custeando suas despesas com passagem para a localidade de origem.

No entanto, apesar de todas essas garantias, o trabalhador migrante ainda se encontra precarizado e fragilizado, em relação ao seu isolamento social e, especialmente nos dias atuais, em função da iminente ameaça de desemprego, como discutiremos mais adiante.

No momento da coleta de dados, foram entrevistados quatro trabalhadores migrantes, sendo três em 2012 e um em 2013. A escolha dos entrevistados ficou a cargo da equipe do sindicato dos trabalhadores rurais, que contatou a usina, solicitou autorização e convidou os trabalhadores. Os trabalhadores migrantes foram indicados pelo líder de turma que também atua como o mediador da contratação deles na cidade de origem dos mesmos.

As entrevistas aconteceram na sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, mediante leitura e assinatura dos Termos de Consentimento Livre e Esclarecido, conforme orientação do Comitê de Ética em Pesquisa da PUC Minas.

Entrevistado 1: 25 anos, solteiro, mora com os pais na cidade natal; é o mais novo de nove filhos: tem três irmãos e cinco irmãs. Tem dois filhos que moram com a mãe, com quem não se relaciona mais. Na data da entrevista, estava na sua 4ª safra. Em 2007 e 2008 esteve no Mato Grosso, em 2009 atuou na usina pesquisada. Já em 2010, trabalhou na safra de café e, em 2011, retornou para essa usina. Na turma em que trabalhava havia outros membros da sua família: um sobrinho e um primo. Antes de trabalhar no corte manual de cana, trabalhava no campo ajudando sua família (seus pais) em tarefas como plantação de milho, arroz e feijão. Relata que, desde pequeno, sempre ajudou os pais nesse tipo de tarefa.

Entrevistado 2: 36 anos, casado, mora com a esposa e duas filhas, uma de três e outra de oito anos. Na propriedade onde mora na terra natal, a casa é cedida à sua família de origem, numa espécie de comodato informal, onde eles podem morar e cultivar a terra. Na lavoura, a produção é dividida: 50% são do proprietário e 50% vai para os trabalhadores. Os insumos, herbicidas e adubos são pagos pelo proprietário enquanto os trabalhadores entram com a mão de obra. Há 48 anos o pai desse entrevistado chegou a essa propriedade, vindo de Pernambuco, e a família permanece por lá, desde então.

Lá a gente só mora, mas pode trabalhar pra quem a gente quiser. Pode produzir também. Aí o dono entra com os ‘veneno’, as sementes e o preparo da terra e nós entramos com o trabalho. Na hora de colher, 50% é dele, 50% são nossos. Lá nós somos como filhos porque tem muitos anos que minha família tá lá (Entrevistado2).

Entrevistado 3: está no corte de cana há três safras. Tem 23 anos, estudou até a segunda série do ensino fundamental, é casado e tem uma filha de quatro anos. Mora na zona rural, na cidade natal, na propriedade do sogro, onde realizam agricultura de subsistência, produzem feijão, milho e mandioca. “A gente cultiva alguma coisa, mas só pra nós mesmos, pra ter algum bichinho, alguma plantação”.

Entrevistado 4: sempre trabalhou no campo, desde os sete anos. Tem 28 anos, é casado e vive com a família: esposa e uma filha de cinco anos que ficam na casa do sogro enquanto ele está fora. Eles têm uma casa própria. E o resto da família (pais, sogros) mora próximo. Frequentou a escola até a quinta série do ensino fundamental. Vem de uma família com 13 filhos, dos quais apenas um irmão frequentou a escola até a conclusão do ensino médio. Trabalha no corte manual de cana desde 2003, ou seja, há 10 anos.

Além das entrevistas, foi realizado um grupo focal, na sede do sindicato, composto por cinco trabalhadores migrantes, sendo dois jovens solteiros que moram com os pais na cidade de origem e estão na segunda safra, e três trabalhadores casados que já atuam na colheita manual de cana há mais de cinco anos.

3.2.1 Trabalhadores locais

Em 2013 havia duas turmas de trabalhadores locais. Uma turma era composta por oito mulheres e 30 homens que moravam na mesma cidade sede da empresa. A outra turma é formada por 40 trabalhadores que moravam na cidade vizinha à sede da empresa. A maioria dos trabalhadores dessas turmas atua na empresa pesquisada há mais de 10 anos.

Foi realizado um grupo focal, no canavial, composto por quatro trabalhadores locais, sendo duas mulheres e dois homens, todos com escolaridade equivalente ao ensino fundamental incompleto. Uma das mulheres tem 52 anos, é solteira, mora com a mãe e o filho de 13 anos e estava na sua 27ª safra na usina. Ela já é aposentada, mas continua trabalhando no corte de cana. A outra mulher, tem 47 anos, estava na usina há mais de 20 anos, é casada e tem uma filha de 19 anos, que cursa faculdade. Os dois homens estão na usina há mais de 10 anos. Um é divorciado, mora com a mãe e tem um filho de nove anos para quem paga pensão. O outro é casado, tem um filho. Nesse grupo, todos os trabalhadores têm apenas um filho.

Eles comentam que “as nossas condições aqui não favorecem ter família grande” (Grupo Focal2).

Além dos cortadores de cana, os líderes de turma também moram na cidade sede da empresa, sendo, portanto, trabalhadores locais também. Foram entrevistados dois líderes de turma, sendo um responsável pelos trabalhadores migrantes e outro pelos trabalhadores locais. Ambos atuam no setor agrícola da usina há mais de 20 anos, tendo iniciado suas atividades no corte de cana.

Um desses líderes de turma, que tem 48 anos, relata que já se aposentou aos 44 anos por tempo de serviço, com o piso de 75% do teto, porque, segundo ele, na ‘lei antiga’ a idade mínima para trabalhador rural se aposentar era de 49 anos. Ele continua trabalhando porque pretende conseguir a aposentadoria integral quando atingir também o novo teto da idade (65 anos). Além do trabalho formal de líder de turma da usina, ele realiza trabalhos informais terceirizados (bicos) de auxiliar de carpinteiro e de servente de pedreiro. Tem dois filhos, de 16 e 10 anos.

Já o presidente do sindicato, que também mora na cidade sede da empresa, trabalhou na usina por 20 safras seguidas, como cortador de cana, tendo começado aos 14 anos. “Minha família foi toda criada aqui dentro dessa usina. Eu sou natural de Luz e me mudei para a colônia da usina em 1969 e fiquei lá até 1980”. Desde 2000 encontra-se afastado pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), em função de um ‘problema na coluna’. “A safra de 2000 foi minha última safra, eu era da turma do segundo lugar com média de 17 toneladas/dia. Mas hoje, aos 50 anos, já não dá pra chegar nisso não”. Em seguida, ocupou a função de ‘apontador’ ou fiscal de turma por mais três safras. Está no sindicato desde 1998, entrou como secretário de formação política e está no terceiro mandato como presidente. Relata que, dentro de três anos, espera se aposentar.

3.3 Dados da empresa pesquisada

O município sede da empresa pesquisada é produtor de cana-de-açúcar desde 1920. No início, a destilaria era destinada à produção de aguardente. A partir de 1945, por iniciativa de um pequeno grupo de grandes proprietários de terra na região, apoiados pelo IAA, iniciou-se a instalação de uma usina de açúcar e álcool. Na ocasião, os proprietários de terra trocaram a posse de suas fazendas por cotas da empresa que estava nascendo (OLIVEIRA, 2013). A primeira safra foi em 1948, quando a empresa passou a ser administrada por um grupo

financeiro dirigido por um “coronel” famoso na região. Segundo Oliveira (2013)

[...] logo ao ser localizado o ponto da edificação e instalação da usina e diversos de seus setores, foram construídos: 1. à margem da via férrea – uma série de casas de construção rústica (cobertas de indaiá²⁸) que ficou conhecida como corrutela (onde moravam os trabalhadores na agricultura) e, do outro lado, em casas de alvenaria e cobertas de telhas, umas casinhas (algumas até com instalações sanitárias) formavam a vila operária provisória e por ali estavam os setores administrativos, praticamente em frente à usina; 2. enquanto do outro lado, ao alto e pouco acima donde estava o armazém, viam-se casas excelentes destinadas aos diretores da companhia; e, finalmente, 3 - onde antes fora a "corrutela" mais tarde foi edificada a autêntica vila operária que se parecia uma cidade - por ali existia quase tudo necessário numa comunidade organizada (esta foi demolida em 1989) (OLIVEIRA, 2013).

Tal narrativa demonstra a hierarquia histórica que separa espacialmente, no plano das habitações, a oligarquia brasileira dos trabalhadores, responsáveis pela força produtiva do País. Até 2001, a empresa foi administrada por um mesmo grupo familiar, cujo perfil de gestão era o paternalismo característico do coronelismo brasileiro, num sistema de relações sociais e trabalhistas marcado pelo autoritarismo e arbitrariedade por parte do patriarca que exerce o poder, empregando elementos sentimentais e concessões graciosas (PEREIRA, 2011). No caso do ‘coronel’ proprietário dessa empresa, além dos latifúndios espalhados pelo País e do notável patrimônio imobiliário em Belo Horizonte (entre hotéis, casas e cinemas), ele se tornou uma figura lendária no Estado, na segunda metade do século XX, pelo vasto histórico de sedução de adolescentes pobres, tendo reconhecido, nos últimos anos de vida, 25 filhos de diferentes mulheres (RODRIGUES, 2014).

Em 2001, a usina foi comprada pelo grupo internacional que atualmente a dirige. Esse grupo tem como objetivo principal, que aparece estampado em seu planejamento estratégico, ser um dos mais competitivos e rentáveis grupos no ramo de *commodities*. Atualmente, a empresa pesquisada ocupa o 2º lugar na produção mundial e nacional de bioenergia. No Brasil, conta com 12 usinas, com capacidade de processamento total de 37,9 milhões de toneladas de cana-de-açúcar por ano. Lourenço (2003) aponta que, apesar de os valores apreçados no plano estratégico desse grupo serem: ‘humildade, diversidade, comprometimento e empreendedorismo’, estes funcionam como discursos ideológicos que acobertam um modelo de gestão cujos métodos gerenciais visam reduzir os postos de trabalho e os benefícios trabalhistas ora conquistados pela classe trabalhadora. A autora ainda comenta que é característica dessa empresa, ao adquirir uma nova unidade, ‘vender’ para seus colaboradores a ideia de uma crise de baixa lucratividade para conseguir renegociar acordos coletivos menos onerosos e mais flexíveis e abertos às possibilidades de exploração do

²⁸Indaiá: planta do tipo palmeiras do gênero *Attalea* ou da espécie *Pindoreaconcinna*

trabalho. Há, portanto, a criação de um cenário, com demissões, diminuição de salários e disseminação do medo como uma estratégia de cooptação dos sindicatos e docilização da classe trabalhadora para implantação da reestruturação produtiva cada vez mais rentável (LOURENÇO, 2013).

No que se refere à prática de mercado, às técnicas de marketing e responsabilidades sociais e éticas da organização sobre os seus produtos, percebemos que a empresa atua à moda das grandes corporações mundiais, adotando discursos eloquentes e encobridores da realidade marcada pela superexploração do trabalhador e negligência socioambiental.

Em 2003, teve início um processo de terceirização dos maquinários agrícolas, quando os trabalhadores desse setor foram convidados e encorajados a comprarem, por meio de financiamento, o maquinário para passarem a trabalhar como autônomos. Segundo o presidente do sindicato, muitos trabalhadores assumiram o compromisso desse financiamento sem o devido conhecimento dos riscos e também sem proficiência na gestão desse tipo de negócio: “Ainda hoje tem pessoas com dívidas impagáveis superiores a R\$ 500.000,00 que, além de perderem o emprego, perderam credibilidade na praça e muitos dos bens que haviam conseguido adquirir ao longo dos anos que atuaram como funcionários”.

Já os anos de 2007 a 2009, na unidade pesquisada, foram marcados por uma forte reestruturação produtiva, que teve início com um otimista anúncio de expansão do parque industrial, mas que não tardou a retomar o típico discurso de crise e de baixa lucratividade. Nessa época, houve várias demissões, em especial, de empregados com mais de 15 anos na empresa. Em 2008, a empresa também cortou os patrocínios e doações a entidades filantrópicas, sob a justificativa de que não houve lucro. Em 2010, o processo de mecanização da colheita e plantio foi acelerado e, atualmente, há uma tendência de expansão da terceirização dos processos e serviços agrícolas, especialmente por meio da compra de matéria-prima (cana já colhida) de fornecedores terceirizados. Tal estratégia gerencial contribui para aumentar e legitimar a exploração do trabalhador e de sua condição de pobreza, conforme discutiremos adiante.

De acordo com Maciel (2010), a expansão do cultivo de cana-de-açúcar nesse município é crescente, tendo aumentado 8,7% entre os anos de 2003 e 2008, ocupando 10.032 hectares de área plantada no município.

O presidente do sindicato relata que a produção de cana da empresa cresceu 20% entre 2010 e 2012. Porém, os dados referentes à produção da usina, a cada safra, não foram repassados oficialmente. As informações recolhidas são provenientes de relatos de funcionários que têm contato com os gestores do setor agrícola. Mas a empresa não repassa

esse dado ao sindicato.

No que se refere à terceirização, a usina conta com apenas um fornecedor terceirizado de cana, o qual realiza uma safra de quatro meses, entre junho e outubro, contratando aproximadamente 20 trabalhadores locais para o corte manual da cana. Esse fornecedor conta também com colhedeira mecânica, máquinas e implementos agrícolas e atua, ainda que em menor escala, como ‘atravessador’ de cana. Em 2013, ele comprava a cana de outros produtores a R\$ 18,00 a tonelada e vendia para a usina a R\$ 45,00 a tonelada entregue no engenho (usina). A usina trabalha prioritariamente com o arrendamento de terra de terceiros, mas o preparo do solo, o plantio e a colheita são realizados pela própria empresa.

O total de cana moída na safra 2012-2013 foi de 1.791.493,56ton. Desse total, foram colhidas, manualmente, aproximadamente 650.000,00ton, e 1.191.493ton foram colhidas mecanicamente. O percentual de cana cortada manualmente corresponde a 36% do volume total de cana cortada nesse ano. A produção total de açúcar foi de 2.696.906 sacos (de 50 kg) de açúcar enquanto que a de etanol foi de 55.079.070 litros. O preço médio de mercado para venda foi de R\$ 1,38 por litro de etanol e R\$ 58,00 o saco de 50 kg de açúcar. Portanto, o faturamento da empresa foi de, aproximadamente, R\$ 62.568.219,20 com a venda do açúcar produzido e de R\$ 76.009.116,60, referentes à venda de etanol, num total aproximado de R\$ 138.577.335,80 (dados coletados na pesquisa de campo).

4 EXPOSIÇÃO DA PESQUISA DE CAMPO

A usina quer esconder o preço e tudo de errado que acontece. Eles pedem pra nós não falar com ninguém, pra não reclamar. E acaba que a gente não reclama mesmo não, porque sabe que não adianta.
(Trabalhador entrevistado)

Nesta pesquisa, o foco foi a situação do trabalhador no corte da cana-de-açúcar, e o cenário pesquisado revelou alguns paradoxos, em especial no que tange ao reconhecimento e valorização do trabalho. Os trabalhadores informaram que gostavam do trabalho, que não gostariam de ser demitidos, mas não o desejam para ninguém. Escolheram tal ocupação por ser a que melhor os remunera. No entanto, o valor do salário vem sendo cada vez mais rebaixado.

Este capítulo é dedicado à apresentação e análise dos resultados alcançados ao longo da pesquisa de campo. Os subtítulos foram elaborados com base nas categorias de análise, a partir das quais o material coletado no campo foi organizado e sistematizado.

Buscamos, em um primeiro momento, levantar dados que permitissem a construção de um cenário, ainda que paradoxal, para, em seguida, discutirmos os possíveis jogos de força que estão subjacentes aos dados.

4.1 Condições de trabalho

Consideramos que a forma mais adequada para se entender as condições de trabalho no corte manual de cana-de-açúcar, em um contexto dinâmico como o estudado, é a focalização de determinados aspectos e dos processos que os estruturam, iniciando por um ponto de partida empírico, seguido de uma interpretação teórica que viabilize uma leitura crítica, inclusive, do nosso trabalho.

4.1.1 O Sistema de contratação e o risco de desemprego

Conforme já explicitado no capítulo destinado à metodologia, todos os trabalhadores eram contratados formalmente, de acordo com a lei trabalhista do País, em duas modalidades de contrato: o de trabalhador migrante, que ficava alojado, e o de trabalhador local, que morava na cidade sede da empresa.

Na empresa pesquisada, a partir de 2010, com a expansão da colheita mecanizada e a diminuição do número de contratações, esses trabalhadores não eram mais contratados como

safristas, com contrato por tempo determinado, em geral de nove meses por ano. Na ocasião da realização da pesquisa, todos, inclusive os trabalhadores migrantes, integravam o quadro de funcionários permanentes da empresa. Porém, os trabalhadores migrantes eram demitidos ao final do ano, enquanto que os trabalhadores que moravam na cidade, em geral, não eram demitidos. Ao final da safra, permaneciam na empresa e, no período de entressafra, realizavam outros tipos de trabalho rural como: preparo de solo, corte de mudas, combate a pragas ou mesmo outros trabalhos no parque industrial, como limpeza de pátio, organização de almoxarifado etc. Alguns deles eram, inclusive, encaminhados para cursos de capacitação e requalificação profissional oferecidos em parceria com o poder público - Serviço Nacional de Emprego (SINE) local, tais como: operador de colheitadeira de cana; tratorista; auxiliar de escritório, entre outros. No momento do grupo focal, eles informaram que a maioria trabalhava no plantio, no período da entressafra, onde eles também recebiam por produção e conseguiam uma remuneração melhor: “O plantio rende mais, porque a usina paga mais pelo metro plantado” (Grupo Focal 2).

Sobre esse aspecto, os trabalhadores até fizeram uma crítica quanto à negociação do preço do plantio e do corte da cana: “Quando eles negociaram o plantio, a mesma porcentagem que eles jogaram para o plantio, eu acho que devia ter jogado para a própria cana também. Porque o plantio, teve um ano aí, que eles conseguiram ter uma subida boa” (Grupo Focal 2).

No entanto, o presidente do sindicato explicou:

Não foi a negociação, foi o sistema é que mudou. A gente gastava 12 homens para plantar sete hectares de cana/dia. Hoje, se você pegar três homens aqui eles plantam isso. Então, essa que é a diferença. Por que isso? Porque antes eles subiam no caminhão, hoje não sobem mais. Hoje a cana é picada e jogada no chão, então ficou mais rápido. Então é por isso que rende mais (Grupo Focal 2).

Os trabalhadores migrantes, em geral, eram contratados em janeiro e demitidos ao final de dezembro de um mesmo ano. As rescisões eram realizadas no molde tradicional brasileiro, ou seja, recebiam 13º salário e férias proporcionais, acrescidos de multa rescisória e fundo de garantia. O fato de não serem contratados por prazo determinado lhes dava também o direito de requerer o seguro desemprego, pago pelo governo, durante três ou quatro meses, conforme relato de um trabalhador migrante:

Recebe tudo direitinho, o acerto é bom mesmo. Mas, se a pessoa parar e ficar só dependendo do seguro, ela passa necessidade. Eu mesmo faço assim, porque o meu pensamento é esse, não sei se todos pensam igual a mim. Mas o meu seguro lá (na

terra de origem) é por fora. Então, assim como eu estava trabalhando pra eu comer lá, antes de vir pra usina. Quando eu tô lá, eu continuo trabalhando do mesmo jeito pra eu e minha família comer. Aí, desse jeito eu consigo fazer sobrar alguma coisinha (Entrevistado4).

Na safra 2012-2013 havia quatro turmas de cortadores de cana, sendo duas de trabalhadores migrantes (100 trabalhadores no total) e duas turmas de trabalhadores locais (90 no total). As turmas de trabalhadores residentes se dividiam entre aqueles que moravam na cidade sede da usina e aqueles que residiam em uma cidade vizinha à sede da empresa. Na safra 2013-2014 foram contratadas quatro turmas, sendo duas de trabalhadores migrantes, num total de 70 trabalhadores, e duas turmas de trabalhadores locais da safra anterior, num total de 150 cortadores de cana.

Segundo o presidente do sindicato, para a safra 2014-2015 a expectativa era de se contratarem aproximadamente 102 trabalhadores migrantes. Já entre os trabalhadores locais, houve uma redução de aproximadamente 70% dos postos de trabalho, restando 14 trabalhadores da cidade sede da empresa e 12 trabalhadores da cidade vizinha. No total, havia 126 trabalhadores no corte manual de cana. Esses trabalhadores cortavam a cana onde a máquina não consegue chegar, como é o caso de terrenos com mais de 12% de declive.

“Então, em vista do que era antes, já acabou não é? De 3.000 trabalhadores em 2008, não vai sobrar nem 10% em 2015”. (Entrevistado 2)

Já o número de máquinas era o mesmo desde 2011: 20 colhedoras que operavam em três turnos, ou seja, 24 horas por dia, o que deveria se manter inalterado até 2015.

Como vimos, atualmente, um dos fatores conjunturais de maior destaque no setor sucroalcooleiro era a intensa mecanização tanto na colheita como no plantio da cana-de-açúcar. Na usina pesquisada, em 2012, aproximadamente 70% da colheita eram mecanizados e 100% do plantio eram parcialmente mecanizados, mesclando o trabalho das máquinas e a mão de obra, para corrigir ou reparar eventuais imperfeições no processo de implante da muda ao solo (atividade denominada pelos trabalhadores de ‘retampa’). A expectativa era de se chegar a 90% até 2016, com a contratação de apenas 100 trabalhadores do corte manual.

Ressaltamos que a aquisição dessas máquinas e a consequente redução da mão de obra no corte de cana se deveram também à pressão governamental e de ambientalistas para eliminar a queima da cana, grande agente de poluição. A cana é queimada para facilitar seu corte pelo trabalhador. A colheitadeira, por sua vez, colhe a cana crua (sem queimá-la). Em Minas Gerais, desde 2008, firmou-se um protocolo de intenções entre vários atores sociais desse segmento (diretores e donos de usinas, IEF - Instituto Estadual de Florestas, Sisema -

Sistema Estadual de Meio Ambiente, entre outros) visando reduzir a queima da cana em 80% até 2014 e em 100% até 2017. Enfim, essa mecanização do corte e da colheita da cana já estava funcionando como o novo paradigma do processo produtivo no setor (SINDICATO DA INDÚSTRIA DE FABRICAÇÃO DO ÁLCOOL NO ESTADO DE MINAS GERAIS, 2010), gerando enorme contingente de desempregados, então obrigados a buscar novas ocupações em outros segmentos que exigiam pouca qualificação, como o da construção civil ou do mercado informal.

Segundo Le Blanc (2011), quando o indivíduo se encontra sob ameaça de perder o emprego, é comum ocorrer o medo de ser excluído. O fantasma de estar fora é particularmente difícil de conter e, no caso do trabalhador do corte manual de cana, esse medo gerava muita ansiedade:

Olha, eu não sei. O meu plano é de não sair mais. Mas você não pode falar isso porque, às vezes uma hora eles podem não tá com a gente, não é? Então a gente tem que fazer o melhor enquanto ainda tem esse trabalho aqui (Entrevistado 4).

A gente tem percebido que está diminuindo bastante. Pra você ter uma ideia, da última vez que trabalhei aqui, tinha um bocado de turma. Esse ano só tem três turmas lá no alojamento. Pelo jeito vai acabar, não vai? (Entrevistado 1).

Já diminuiu muito mesmo. Lá na região nossa saía cinco a seis ônibus só pro Mato Grosso, fora Corinto, São Paulo, esses outros lugares. Hoje, de lá das Missões só veio agente pra cá. Então hoje já, bem dizer, acabou (Entrevistado 2).

A tendência é piorar (Grupo Focal 1).

Não dá nem pra comparar porque antes era muita gente lá da minha região. Eu tô na cana desde 2003. Eles saíam pegando a gente, tinha ‘gato’²⁹ pra todo lado. Naquele tempo, o ‘gato’ tinha a comissão da turma. Hoje não, no meio de 500, nos escolheram, os 70 que vieram e precisou de um ‘gato’ só (Entrevistado 4).

Le Blanc (2011) destaca que o que é temido, nesse contexto de vulnerabilidade, é uma vida acuada à sobrevivência, motivo pelo qual o trabalhador migrante sai de sua terra natal para ‘tentar ganhar algo a mais’ e garantir um patrimônio. Ele tem consciência de que seus modos de existência são frequentemente muito precários e que corre o risco de não ter emprego, ou um complemento de renda, uma ajuda social, etc. Então sua vida, em termos de sobrevivência, corre risco de não ter lugar.

Já entre os trabalhadores locais, o medo de ficar desempregado não era tão evidente, uma vez que a principal atividade econômica da região envolvia o trabalho rural, seja na pecuária leiteira ou na agricultura de grãos. No entanto, eles temiam acelerar ainda mais a

²⁹Gato: agenciadores de mão-de-obra que exerce atividade de terceirização ilícita no Brasil.

queda da renda familiar e do seu poder aquisitivo.

Hoje é difícil conseguir tirar mais que um salário e meio (Grupo Focal 2).

O salário vem só defasando. Antigamente só na carteira a gente ganhava um salário e meio, o piso já era isso. Na tonelada, eles pagavam um preço melhor e a cana era mais fácil de trabalhar (Grupo Focal 2).

Hoje, a cada ano eles aumentam mais a produção para você cobrir seu salário. Antes, nós trabalhávamos com 68 toneladas por mês para dar o salário. Hoje você tem que tirar quase 200 toneladas de cana para você cobrir o piso [187 toneladas]. Então naquela época agente tirava 68 toneladas para ganhar um salário e meio, agora nós temos que tirar três vezes a mais pra dar um salário só. Então já vai só defasando, a cada ano eles aumentam a metragem (Grupo Focal 2).

Até 1998-99, ninguém tirava menos de três salários mínimos aqui não, sem esforçar muito. Hoje em dia você custa a tirar o mínimo. Você ganha, às vezes, o mínimo porque a usina é obrigada a completar, senão ganharia até menos. Então, antigamente compensava trabalhar aqui (Grupo Focal 2).

Diante dessa situação de ameaça de desemprego, Le Blanc é pessimista e concorda com Djavann de que o tempo presente é marcado por uma desilusão, em que “tudo está terminado sem que tenhamos tido o direito de começar, de decidir começar” (DJAVANN, apud LE BLANC, 2011, p. 10, tradução nossa)³⁰. Numerosos são os que têm o sentimento de serem excluídos, de estarem lançados no lado ruim da fronteira. No caso dos trabalhadores pesquisados, esse lado ruim era representado pela pobreza que assolava suas famílias de origem, condição que eles tentavam superar por meio do ganho por produção no corte de cana. Eles se esforçavam muito nessa atividade, sem, contudo, ter garantias de sucesso, conforme veremos mais adiante quando discutirmos a questão do sofrimento e vulnerabilidade.

O aspecto de desilusão estava nítido tanto nos discursos quanto na expressão dos trabalhadores, ao descreverem suas condições de trabalho e de vida, sendo a remuneração uma importante fonte de sofrimento. De modo geral, os trabalhadores manifestaram certa frustração em relação à valorização de seu trabalho e um sentimento de injúria, uma indignação frente às situações de injustiça às quais eles eram submetidos, principalmente no que se refere à remuneração:

Eu ainda falei com a minha colega que hoje eu estava boa para trabalhar porque ontem foi domingo, mas eu não bebi nenhuma cerveja, deitei cedo, então eu estava animada a trabalhar hoje. Mas, aí a hora que chega aqui, o eito não ajuda (Grupo Focal2).

³⁰Tout est fini, sans qu'on [nous] ait donné le droit de commencer, de décider de commencer.

A gente vem aqui é para ganhar. Às vezes os outros falam ‘ah, mas ela é aposentada. Sou mesmo, mas, uai, se eu saio de casa para trabalhar é porque eu quero ganhar mais um pouco. Largo meu menino, largo a minha mãe, eu tenho tanta coisa para fazer, deixo tudo para vir pra cá. Então eu saio sempre com a intenção de ganhar um pouquinho a mais que a diária, porque ficar ganhando o dia seco é muito pouco (Grupo Focal2).

Eles têm que fazer a variação da cana é pelos últimos. Eles não podem fazer, por exemplo, de mim pro melhor. Porque se ele fizer de mim pro melhor eu vivo na diária. Mas, e o último lá, o coitado, ele vai ganhar o quê? Lá tem os últimos que eu rendo quase três vezes o deles. Então, se hoje a minha diária atingiu R\$ 50,00 ele vai ganhar o quê? Então último lá da minha turma, todo mês a usina tem que completar o salário dele pra ele ganhar o mínimo. Porque ele já é uma pessoa de idade, então não consegue mesmo (Entrevistado4).

Esse negócio do preço é muito complicado, porque igual você viu lá na cana, no início do dia eles não dão o preço. Só dão o preço depois que depois que você começa a puxar cana. Aí eles ficam olhando, se você produziu, dá um preço mais baixo que dá pra você ganhar a diária. Se você não produziu, então, eles dão um preço mais alto porque aí de todo jeito você vai ganhar a diária (Entrevistado4).

No entanto, tal indignação não se elevava ao nível da articulação de práticas coletivas e sindicais para o enfrentamento dessa injustiça, sob a forma de movimento social.

4.1.2 A jornada de trabalho

A jornada semanal de um cortador de cana era de 44 horas semanais. No caso dos trabalhadores migrantes, funcionava em uma escala de 5x1, ou seja, cinco dias de trabalho por um de descanso. Já os trabalhadores locais (ou não migrantes) trabalhavam de 2ª a sábado, portanto, eles tinham sempre o domingo de folga.

O horário diário de trabalho, por sua vez, era o mesmo para todos, registrado em acordo coletivo, de 7 horas às 15h20min, conforme rotina descrita abaixo:

- a) Início: 7 horas, no ponto do ônibus;
- b) Pausa matinal: de 9 horas às 9h10min;
- c) Intervalo de almoço: de 11 horas às 12 horas;
- d) Pausa vespertina: de 14 horas às 14h10min;
- e) Encerramento do corte de cana: 15h20min, no canavial.

A jornada de trabalho começava, portanto, às 7 horas da manhã, no ponto de ônibus mais próximo da casa do trabalhador ou no alojamento, no caso dos trabalhadores migrantes. No geral, entre 7h30min e 8h30min eles chegavam à fazenda de destino, onde deveriam permanecer até às 15h20min. Dessa forma, além das oito horas de trabalho, havia as horas *in*

itinere, referentes ao traslado campo-cidade (ou alojamento-campo).

O controle do horário de trabalho era informatizado, cada trabalhador tinha um crachá que também funcionava como cartão de ponto e, em todos os ônibus, havia um computador de bordo (sem fio), interligado à rede informatizada da usina, onde era registrado o ponto do trabalhador, o horário de chegada, o intervalo de almoço, o horário de saída e os dados da produção: fazenda, talhão, quadra, centro de custo da usina, quantidade de metros cortados pelo trabalhador e preço pago pela tonelada de cana cortada. Cada trabalhador tinha de passar o cartão quatro vezes ao dia: antes e depois do almoço, quando chegavam e quando saíam do campo. Mas eles não faziam fila para isso e nem perdiam muito tempo com essa atividade. O fiscal de turma ia até eles. No início da jornada, o fiscal registrava a entrada ainda no ônibus, quando estavam a caminho do canavial. Na hora do almoço, o fiscal percorria o local onde os trabalhadores estavam aferindo o ponto. Na saída, o ponto era registrado quando eles já estavam no ônibus a caminho de casa. No entanto, o cenário de robotização e controle permanecia.

Ao chegar ao campo, a primeira atividade era o DDS: o líder de turma reunia todos os trabalhadores em frente ao ônibus para proferir a leitura de um informativo enviado pela usina; em seguida, eles faziam a ginástica laboral e assinavam a lista de cumprimento do diálogo de segurança. Os líderes de turma relataram que escolhiam um trabalhador que ‘tinha uma leitura melhor’ porque eles mesmos não tinham fluência para leitura oral.

Terminada a ginástica, os trabalhadores pegavam as ferramentas e EPIs (touca, óculos, botina, mangote e luvas) e se encaminhavam para o ‘eito’ à medida que o líder ia demarcando as fileiras de cana para cada um. Cada trabalhador leva consigo um podão, um garrafão de cinco litros, térmico, com água e um pequeno embornal onde ficam a lima para amolar podão, um copo e os pacotes de ‘sudrat’, soro de hidratação industrializado, recomendado para atletas.

Diariamente o trabalhador recebe dois pacotes de ‘sudrat’, como suplemento hidroeletrólítico, para compensar a perda de líquidos e sais minerais. A orientação é que estes sejam diluídos em 250 ml de água e ingeridos no horário das pausas (de 9horas às 9h10min e de 14horas as 14h10min). As pausas, por sua vez, foram estipuladas com base em estudos sobre o tempo de recuperação da fadiga e estavam previstas em acordo coletivo da classe. A composição do ‘sudrat’ é voltada para hidratação de atletas de alto nível, conforme descrição que se encontra na Tabela 1.

No início da jornada de trabalho eles também assinavam lista de recebimento dos soros. Ao longo da jornada, o motorista do ônibus tocava a sirene para avisar o horário de

início e término das pausas, bem como de início e término do intervalo de almoço e da jornada de trabalho.

Tabela 1 - Informação nutricional do ‘sudrat’

Informação Nutricional Porção de 10g (uma unidade)	
Componentes	Valor em mg
Sódio	110mg
Cloretos	200mg
Potássio	56mg
Vitamina C	8,7mg

Fonte: Elaborado pela autora com dados extraídos da pesquisa de campo.

Sobre o método de trabalho, uma diferença observada entre os trabalhadores migrantes e locais dizia respeito à forma da produção. O trabalhador migrante alinhava a cana com as ponteiras todas para o mesmo lado e, ao final, ele ‘aparava’ a fileira de cana por um lado só (o de cima, onde tem a palha), com a ajuda do gancho:

Figura 7 - Método de trabalho, utilização do gancho



Fonte: Foto da autora

O gancho é uma ferramenta artesanal confeccionada pelos próprios trabalhadores, utilizado para auxiliar na atividade de ‘bater ponteira’, que consiste no corte da palha da cana, depois que esta já está cortada e alinhada no eito.

É possível perceber certa inventividade do trabalhador, que empregava seu “saber” ou “saber fazer” para criar instrumentos que facilitassem a tarefa e tornassem o trabalho mais eficiente e menos penoso. No entanto, a empresa parecia não ‘dar ouvidos’ a tal fator, na medida em que não incluiu o ‘gancho’ na lista de ferramentas e EPIs.

Já o trabalhador local alinhava a cana ora para um lado, ora para outro. Dessa forma, ele tinha que aparar as palhas ou ‘ponteiras’ dos dois lados do eito. O presidente do sindicato informou que isso varia de acordo com o costume de cada um e que não interfere significativamente na produção.

Rotineiramente, ao final da manhã e da tarde (duas vezes ao dia), o cortador de cana era orientado a ‘bater ponteira’, que consiste na atividade de limpar/aparar a palha da cana já cortada, tirando do monte as impurezas que dificultam o processo de moagem. Nesse caso, o líder de turma usava um apito para informar a hora de realizar tal atividade.

Portanto, a rotina de trabalho do cortador de cana revela uma organização do trabalho bastante pautada em princípios tayloristas, com forte regulação das atividades laborais, em que os trabalhadores são tomados como autômatos, executando uma tarefa sem sentido, se desgastando física e psiquicamente. Tal contexto, segundo Canguilhem (2000), é fonte de sofrimento, na medida em que ao trabalhador é negada a condição de sujeito, de ‘questionador’ das normas reguladoras de suas atividades e autor da própria história. Um dos trabalhadores entrevistados afirma que gostaria de ter a oportunidade para se capacitar:

Eu acho que o que tinha que melhorar é curso para o cortador de cana. Para a pessoa melhorar no serviço. Eu acho que a gente tinha que estudar, fazer alguma coisa pra melhorar. Porque aqui a gente tem tempo, então daria, por exemplo pra gente trabalhar e estudar. Eu teria ânimo, vixe, teria mesmo, pra trabalhar e estudar (Entrevistado2).

Os trabalhadores são, portanto, ‘condenados da terra’ cujas condições existenciais e históricas não são muito diferentes daquelas apresentadas por Fanon (1968) sobre os povos colonizados, na medida em que “ainda existe um padrão de poder global e um universo de representações simbólicas fortemente enraizadas na larga história das relações coloniais modernas, incluindo aqui, entre outros, o racismo, a escravidão e o genocídio modernos” (MALDONADO-TORRES, 2014). O trabalhador do corte manual de cana parece estar condenado a não ter sentido na vida laboral; a ter sua saúde desgastada pouco a pouco; a ter

vida laboral ativa de aproximadamente 12 anos; a não ter outras oportunidades de trabalho que lhe proporcionem o sentimento de realização, entre outras condições degradantes.

4.1.3 Condições de (in)salubridade

As condições de salubridade dizem respeito ao ambiente de trabalho, o qual não deve afetar negativamente a saúde dos trabalhadores. No caso dos cortadores de cana, eles estão, cotidianamente, expostos ao sol, poeira, fuligem de cana queimada, umidade (nos dias chuvosos), frio (no inverno), calor (no verão), entre outros fatores de risco. Acrescido a tais condições ambientais, tem-se o caráter penoso do trabalho, que também funciona como um agravamento à saúde do trabalhador.

4.1.3.1 Sobre o caráter penoso das condições de trabalho

Ao longo da pesquisa de campo, além da redução do número de contratações, os trabalhadores do corte manual relataram que o foco da safra era a colheita mecanizada. O corte manual acontecia apenas nos canaviais inapropriados para colheita mecanizada, os quais se localizavam em áreas de declive ou em plantações cujo crescimento foi irregular. Informaram ainda que a qualidade da cana que eles cortavam não era boa e era difícil conseguir boa produtividade.

Pra gente só tem sobrado a cana ruim, porque a melhor as máquinas levam tudo. Então sobram pra nós aquelas no terreno inclinado que dá até dor nos ‘quartos’ de ficar agachado. Aquela de ontem é das melhores que nós cortamos. Porque ainda tem os problemas de toco de fileira desalinhada e nós ainda temos que obedecer as bandeiras de cana que tem ser dois metros uma da outra. Tem que ser de acordo para a motocana pegar normal, pra eles não terem prejuízo. Mas, como eles não querem contribuir, nós também não podemos levar prejuízo. Se eles pagassem mais ou menos bem, nós podíamos trabalhar mais (Entrevistado4).

Outros dois trabalhadores falaram da competição entre a máquina e o cortador, com desvantagem para este:

A cana de hoje tá vindo suja demais, porque eles usam muito agrotóxico. Eles chamam essa cana de ‘pé de rodo’, é muito difícil pegar uma cana em pé. Em pé é só para as máquinas mesmo (Trabalhador no canavial).

Esse ano só tá tendo cana ruim para o corte manual. Tá tudo tombada porque teve muito vento e muita chuva, então a cana cresceu muito, mas, tá fina e tombada e aquelas que cresceram bem estão sendo cortadas pelas máquinas (Líder de turma).

A má qualidade da cana aumenta a sobrecarga de trabalho e agravava os efeitos dolorosos no corpo, na postura, coluna, etc.

Então, dá pra você ver que o trabalho é pesado demais, a gente anda nesse meio aqui, uns 10km por dia, carregando cana, abaixando e dando podãozada (Trabalhador 3).

Nesse serviço tem que ter preparo. Coloca uma pessoa aí que trabalha só de caneta, pra ver se ele aguenta meia hora na roça. Não dá conta não. Pode dar 10 mil reais que não fica. Não fica porque o corpo dele não é pra aquilo (Entrevistado 4).

Tem dia que a gente sente dor na coluna. Mas, é normal, logo, logo melhora (Grupo Focal 1).

Às vezes dá canseira, dá banzo. Mas, tá todo mundo bem de saúde (Grupo Focal 1).

Os próprios trabalhadores compararam sua atividade ao trabalho escravo em função do caráter penoso deste.

Pra eles (da empresa) o que preocupa dizer é que o trabalho da gente que corta cana é tipo escravidão. Não é tipo escravidão, mas tem uma semelhança boa, porque o serviço é pesado. Isso não dá pra esconder porque vocês passaram por lá, então vocês viram. A gente trabalha muito (Entrevistado 4).

Nós trabalhamos é forçado, porque o que a gente quer ganhar é a produção. Então tem que trabalhar muito (Entrevistado 4).

Então eu penso assim: a diária é R\$ 24,00, então se eu tirar 10 a 20 metros a mais, já é lucro. Por isso, tenho que me esforçar pra tirar mais que a diária (Grupo Focal 2).

Mas por que esse trabalhador é levado a trabalhar em ritmo tão intenso? Aqui está um aspecto que mostra outra face perversa dos contratos de trabalho no corte manual da cana: o salário é individualizado, a partir de um valor (piso) mínimo. Em outras palavras, o pagamento mensal dessa categoria é calculado, dia a dia, para cada trabalhador, pela quantidade da cana que ele corta, não pela quantidade de dias que ele trabalhou.

Na opinião dos trabalhadores locais, a redução dos postos de trabalho favoreceu a seleção mais rigorosa dos cortadores.

“Aqui chegou a ter 26 ônibus (turma) só do corte de cana. Hoje são dois daqui e dois do pessoal de fora. Então quem tá aqui são aqueles que deram mais certo mesmo” (Grupo Focal 2).

Já os migrantes relataram que, além do processo seletivo, o controle do comportamento dos trabalhadores vinha aumentando.

É só a turma nossa que vem de lá pra cá. Um ano vem uns, outros vão pro Mato Grosso, depois troca, né? Eles evitam de pegar gente de outro lugar porque a turma nossa lá ninguém faz ‘promura’ (algazarra, confusão), né? Porque o medo deles é de a gente chegar e criticar. Porque eles sabem que tem muita coisa que tá errado. E nós

também sabemos disso, né? Então nós lá, nós não gostamos de problema, né? E já que nem aquela vez que veio pernambucano, cearense, baiano, aí não dava. Eles não vêm mais, por quê? Porque a greve é na certa. E eles são ligeiros mesmo, mas, batem o pé. Às vezes o pessoal falava com eles, gente vocês não podem ser assim porque senão não vai trazer mais turma pra cá, fazendo medo mesmo. Mas eu não faço isso não é por medo não. Eu vim pra cá foi pra trabalhar, entendeu? E se for preciso, eu vou embora. Até pra não prejudicar o ‘gato’ que busca a gente lá. Hoje ele mora aqui, mas, ele é de lá, né? (Entrevistado).

Esse mesmo trabalhador, em outro momento, relata uma situação de controle e disciplina à qual eles estão submetidos devido à necessidade do trabalho:

Lá na nossa turma ninguém nunca foi mandado embora por causa de coisa errada, porque lá foi escolhido, né? Entre mais de 500 pessoas que teve na minha região, eles escolheram esses 70. Esse fiscal (gato) que me trouxe junto com a turma, tem uns seis anos que a gente trabalha junto. Até cortando cana, eu já trabalhei mais ele. Então ele já sabe quem sou eu, já sabe quem são os outros também. Todo mundo já está acostumado a viver com ele. Então, entre 500, ele escolheu 70 e aqueles que dão problema ou que são meio chulo, ou que não têm tramela na boca, às vezes é até bom de serviço, mas fala demais, então, não vieram não. E a gente não fala muito não, pra ter o emprego todo ano. E mesmo se a gente não quer vir mais, mas tem alguém na família que tá precisando, que quer vir, então, você não prejudica tanto, né (Entrevistado).

No grupo focal, a gestão por meio de ameaças e de controle disciplinar também apareceu:

Se o fiscal da turma ficar sabendo que eu falei tudo isso pra você, eu posso ser o melhor da turma que o ano que vem ele não me traz de volta (Grupo Focal1).

Esse pessoal que vai lá na minha região buscar a gente é do mesmo lugar, é colega meu, tá certo? Eu não quero às vezes complicar pra ele, porque ele vive disso, né? Mas só que tem uma coisa que ele tá complicando também nós todos (Entrevistado).

Esse menino que busca nós lá, ele é gente boa demais, eu mesmo gosto dele. Mas só que o medo dele é perder o serviço dele, então ele não quer que a gente fale muito. Só que aí tá prejudicando nós (Entrevistado).

Diante desse cenário, observamos que o cortador de cana encontrava-se em uma condição de refém do ‘*ethos* capitalista’, cuja vocação é a acumulação do capital, tida como inexorável na lógica da produção e que tanto justifica como torna natural a superexploração dos trabalhadores.

4.1.3.2 Sobre a má qualidade das refeições

Os trabalhadores almoçavam no campo. Como vimos, o intervalo dedicado ao almoço era de uma hora, sendo registrado por meio da aferição eletrônica do ponto, realizada pelo

fiscal de turma, no computador de bordo.

Os trabalhadores que moravam na cidade levavam marmitas feitas em casa, cuja confecção ficava a cargo e a gosto de cada trabalhador. Já no caso dos trabalhadores migrantes, a empresa fornecia o almoço, que era servido em marmitas descartáveis contendo 1 kg de comida, com cinco variedades de alimentos (ex.: arroz, feijão, angu, carne de frango, *steak*³¹). O líder de turma explicou que, na marmita, “não pode vir salada crua porque senão ‘dá água na comida’”.

Um dos problemas mais graves que constatamos entre os trabalhadores migrantes era a má condição de alimentação oferecida pela empresa. Eles foram unânimes em confirmar a péssima qualidade desta, sendo tal fato reconhecido inclusive pelos trabalhadores locais que não recebiam alimentação da empresa. Foram vários e longos os relatos de insatisfação com a comida que a empresa oferecia aos trabalhadores:

De ruim o que eu acho é só a comida mesmo. Tem vez que vem meio duro, o arroz, a carne também (Entrevistado).

Eu vou te falar a verdade, o café da manhã, eh... eu não sei se é a pessoa que tá alimentando demais, porque eu mesmo acho que não sou, eu só como mesmo o pão com café, nem leite eu não tomo. Mas, lá no alojamento, quem levantar depois de 5 horas da manhã, não acha mais nada. Hoje mesmo eu fiquei sem café, porque hoje é folga nossa, não é? Então, às vezes no dia da folga, a gente quer levantar um pouco mais tarde, não é? Então, você levanta e acha nada [...] O café da manhã mesmo não tá muito bom não, porque tá vindo muito pouco e, às vezes, a gente quer acordar mais tarde um pouco. Mas tem que levantar mais cedo porque senão não acha. E mesmo cedo tá difícil. Hoje ficou um punhado de gente sem tomar café lá [...] Nós somos uma turma de 70 pessoas de lá (no alojamento). Agora, olha pra você ver, eles levam uma garrafa de 10 litros de leite pra lá (alojamento). 10 litros de leite dão pra 70 pessoas? Fora o líder, o fiscal e os outros, o pessoal que chega lá e sempre toma também (Entrevistado).

As bananas que eles mandam na hora do almoço são todas ruins, ou é dura ou perdida. Tem um mingau também que a gente não come (Grupo Focal 1). No almoço, a banana não vem uma pra cada, ou senão é porque os outros pegam demais, que também eu não posso dizer porque isso eu não sei. A laranja também não vem ou, quando vem, vem podre. O suco, logo quando nós chegamos todo dia vinha suco, hoje não vem mais [...] Ontem teve suco no almoço porque eles devem que sabia que vocês iam lá, porque nos outros dias não tem suco, a banana também vem pouca ou a maioria podre. (Entrevistado).

Só nos dias que vai o povo do sindicato ou vocês assim é que tem forro na mesa e o suco. Nos outros dias não tem nada disso não (Grupo Focal 1).

Não dá pra entender porque em 2011 era muita gente e a comida sobrava. Agora hoje que tá bem mais pouca gente não tem pra todo mundo (Grupo Focal 1).

Então eu acho que não tem como, porque pra esse serviço nosso, pra você trabalhar bastante, você tem que alimentar bem. A comida é um mingau. Esse mingau ninguém come. Vocês podem chegar lá ao meio dia e olhar, todo mundo abre a

³¹Bife de carne de boi moída e prensada.

marmita, pega o mingau joga no mato. Todo dia vem aquilo, meio dia e à noite. Meio dia e à noite! Aquilo eu acho que não é normal, tá cozinhando pra jogar no mato. Agora a mistura é uma sozinha. Agora você imagina, a comida pode ser gostosa o quanto for, mas se você comer ela todo dia, você não gosta. Você pode comer ‘baiano’ (simples) todo dia, mas tem que mudar. Hoje vem carne, amanhã vem linguiça, depois vem outra coisa, vai mudando. Mas, eles não, quando ‘encarreira’, vem uma coisa só. Tem dia que você chega, abre a marmita, seu estômago enche só de você olhar nela [...] Eu já emagreci 10 quilos. Eu cheguei com 76 kg, hoje eu tô com 67. E olha que ainda não esquentou, a partir de agosto é que o calor vai começar mesmo, não é? Chega lá (em casa) a mulher nem conhece a gente, fala que estamos é morrendo mesmo [...] Então, eu tiro, do meu salário, uns 100 contos (R\$ 100,00) por mês, pra ir ao supermercado. Porque se você não levar alguma ‘mistura’ pro alojamento, com a comida daqui você não aguenta trabalhar. Eu compro é mortadela, bolacha, essas coisas. Porque a comida daqui é fraca demais [...] Já teve vez de eu chegar do serviço, olhar a comida e ver que não ia dar pra descer. Então eu passava a mortadela e pão. [...] Na outra usina do Mato Grosso, é um pouco melhor porque eles tinham sempre um costelão que eles cozinhavam, às vezes cozinhavam tocinho no feijão, eles tinham uma mistura melhor. Aqui, eles falam que não pode fazer isso. Mas, no serviço que nós trabalhamos, comida forte não atrapalha não, porque nós trabalhamos é no serviço pesado. Agora aqui, você alimenta essas comidas que eles fazem aí. Então, ao meio dia você alimenta ali no almoço, quando for duas horas da tarde você já tá todo tremendo, não tá aguentando mais trabalhar por causa de fraqueza [...] A comida aqui, parece que eles fazem às quatro horas da manhã. Quando for oito horas da manhã, a comida já tá lá na roça. Tá pronta na roça, se você quiser se alimentar, você alimenta. Agora se chega a comida às oito horas da manhã, você tá no serviço. Quando você for alimentar, ao meio dia, a comida tá fria, suada. Você tem que ver o estado da marmita. E você tem que comer e achar gostoso, porque vai fazer o quê? [...] Já teve dia, igual esses dias mais frio que teve aí, de você pegar no fundo da marmita assim e ela tá gelada, igual da geladeira [...] Se eles liberassem pra gente fazer alguma coisinha lá da horta ou que a gente comprasse, já melhorava. Porque lá da região mesmo que eu moro, nós somos em sete. Então em sete, às vezes a gente compra aí um ‘miojo’, compra alguma coisa. Porque nós somos uma família. Pode falar que somos uma família. Então cada um compra uma coisinha e aí o gasto é pouco e você se alimenta bem também, dá até pra comprar uma carne uma vez ou outra [...] Quando dá ali por volta do meio dia, se você olhar na lixeira vai estar cheia de marmita cheia. Agora você acha que quem jogou a comida fora é porque tá de barriga cheia? Não é, não porque tá com a barriga cheia [...] O feijão que a sua mãe ou que a sua esposa faz é diferente, tem um tempero que a gente não enjoa. Então, só o feijão que faz na sua casa já vale pela carne e pelas verduras que eles mandam para o campo [...] É uma comida muito esquisita: você não vê óleo, você não vê sal, você não vê o cheiro de um alho, não parece com nada. É todo dia um ‘chinelão’, uma carne prensada assim, não é? Esse também, todo dia, vai pro mato. Antes tinha uma linguiça frita que era o melhor que eles mandavam. Mas, já nem sei te falar a época que foi, tem mais de dois meses que não manda [...] Teve um dia que eles mandaram comida daqui da cidade pra nós porque teve algum problema na cantina. Nossa! Você via gente até avançando na marmita do outro, porque a comida era outra [...] Eu não sei por que eles não mandam uma comida mais gorda, uma costela (Entrevistado).

A comida tem dia que é bravo, viu. Tem dia que não é fácil não, você come mesmo porque não tem outro jeito. A mistura é bem fraca. [...] É uma comida seca, sei lá como eles cozinham. Mas parece que é no vapor, a comida não tem gosto, não tem tempero, é ruim mesmo [...] Se a gente pudesse fazer a comida seria melhor, com certeza. Antigamente era assim, aí o Ministério (do trabalho) veio e cortou. Piorou. O Ministério do Trabalho, por um lado ajuda. Agora tem outras coisas que piora, igual essa cozinha mesmo, era boa (Entrevistado).

Até entre os trabalhadores locais havia certo sentimento de pena e de indignação, em função da má qualidade da refeição que era servida aos trabalhadores migrantes:

Eu acho que assim, mesmo que você traga só arroz com feijão, mas de casa, é melhor. Essa comida que vem aí para o pessoal de fora a gente só vê reclamação (Grupo Focal 2).

Nosso Deus, eu fico pensando nesse pessoal, eu tenho dó porque a pessoa que corta cana precisa de uma comida boa, e a gente aqui, nossa comidinha de casa é simples Mas, a gente fica satisfeito. Já eles não, coitados (Grupo Focal 2).

Quando a gente passa beirando o ônibus deles a gente vê as marmitas deles tudo jogada fora, cheia de comida (Grupo Focal 2).

A comida que vem aqui pro campo não é a mesma que a empresa serve lá na fábrica. Lá é tudo fresquinho e as coisas são bem melhores. (Grupo Focal 2).

Eu também fico com pena, porque o serviço já é ruim e eles não têm nem como comer direito. Tem dia que eles largam a comida para comer bolacha ou uma coisa qualquer que eles trazem da cidade (Grupo Focal 2).

Os trabalhadores locais relataram que, além do almoço, eles traziam outros tipos de alimentos para o café da manhã e da tarde, o que demonstra que, entre eles, havia certa articulação coletiva para enfrentar a adversidade da má qualidade do lanche que a empresa oferecia. No entanto, tal articulação não era do tipo reivindicatória, e sim colaborativa entre eles, sem envolver a empresa na questão:

“A gente traz almoço, traz lanche: bolo, pão. Porque a usina, de manhã, manda só pão seco mesmo, não vem café, não vem suco, nada, é o pão e só” (Grupo Focal 2).

Em visita ao canavial, o líder da turma de trabalhadores migrantes explicou que todos os dias, às 10h30min, eles arrumam a mesa de almoço debaixo do toldo do ônibus, na sombra: colocam forros, organizam as marmitas sobre a mesa, com uma banana ou outra fruta de sobremesa e o soro (sudrat) para cada um dos trabalhadores.

Porém, no momento do grupo focal, os trabalhadores disseram que, no dia a dia do trabalho, não era assim que funcionava, não tinha forro nas mesas e cada um devia ir pegar sua marmita na caixa térmica, as frutas ficavam num saco plástico e, muitas vezes, chegavam amassadas ou podres. Já o soro de reidratação, que eles chamam de ‘suco’, não era oferecido todos os dias.

Figura 8 - Refeições

Fonte: Foto da autora

Em outra visita, no horário de almoço, (dessa vez avisamos ‘de última hora’ que iríamos ao campo) foi observado que, apesar de haver sombra, cadeiras e mesas suficientes para acomodar todos os trabalhadores, apenas cerca de 10 trabalhadores ocupavam a área de vivência montada próxima ao ônibus, na sombra, em bancos e cadeiras. Os demais se espalhavam pelas proximidades, sentavam-se ao sol, sobre o garrafão de água, com a marmita nas mãos. Foi possível perceber também que eles não tinham o hábito de lavar as mãos antes da refeição e preferiam não utilizar a mesa para apoiar sua refeição. Tal aspecto nos pareceu fazer parte do costume deles desde os tempos de ‘boia-fria’, quando não havia tais recursos.

No caso dos trabalhadores não migrantes (locais), foi observado que a maioria deles não utilizava as marmitas térmicas oferecidas pela usina. Utilizavam marmita de alumínio.

Como não têm como aquecê-la, a refeição é comida em temperatura ambiente, à moda antiga do ‘boia-fria’. Alguns guardam o soro ‘sudrat’ para tomar como suco no momento da refeição.

4.1.3.3 Sobre a vida no alojamento de trabalhadores migrantes

Em relação a este indicador, é importante ressaltar a diferença acentuada entre os trabalhadores locais e os migrantes. Os trabalhadores locais, que não ficavam alojados durante a safra, eram beneficiados com um maior balanceamento no uso do tempo para o trabalho, lazer e família, além de maior estabilidade de horários e poucas mudanças geográficas.

Já os trabalhadores migrantes viviam em regime de confinamento, uma vez que o alojamento, inaugurado em 2008, ficava na zona rural, em uma fazenda de plantação de cana, a 18 km da cidade. Realizamos uma visita ao alojamento dessa empresa, em novembro de 2012. Ali havia 101 trabalhadores provenientes da cidade de São João das Missões. A faixa etária dessa população variava entre 25 e 45 anos. As dependências do alojamento eram limpas e bem construídas, mas pareceu-nos que ele funcionava como um território de confinamento, tendo efeitos deletérios na qualidade de vida dos trabalhadores. Estes relataram, por exemplo, que a moradia naquele imóvel isolado da zona urbana, próximo do canavial, apesar de baratear seu custo de vida, uma vez que a empresa arca com boa parte das despesas, deixava-os apartados da vida social.

Nesse contexto, o confinamento pode ser um analisador importante. Segundo Deleuze (1990), na contemporaneidade, os confinamentos assumem moldes, molduras distintas. As formas de controle seriam modulações, como uma moldura auto-deformante (flexível), capaz de mudar de um momento para o outro, obrigando os sujeitos a seguir suas regras, onde eles estiverem.

Outros detalhes contribuem para afirmar as marcas do espaço controlado, naquela habitação provisória. Segundo os trabalhadores entrevistados, a alimentação fornecida pela empresa não era de boa qualidade. Apesar de servida em condições salubres, os cardápios e temperos eram estranhos a seus hábitos alimentares. Além de não poderem preparar as próprias refeições, eles também não participavam do planejamento e gestão do local onde moravam durante todo o período de safra, que dura entre 9 e 12 meses. No caso da safra 2012-2013, o período previsto era de 11 meses, de janeiro a novembro de 2012.

Outro aspecto a ser ressaltado é o fato de que, ao voltar do trabalho, ou no seu dia de folga, cada qual tinha de lavar seu uniforme, as botas e os EPIs, o que demandava tempo e

esforço físico. A empresa fornecia uniforme e EPIs, porém, os trabalhadores eram responsáveis pela sua manutenção e higiene. No entanto, não recebiam material de limpeza e higiene para isso, o que lhes custava parte do salário e também do dia de folga, já que eles tinham que ir ao supermercado para adquiri-los. Além disso, cada trabalhador pagava, mensalmente, uma taxa que, em 2012, era de R\$30,00 e vinha descontada no contracheque, referente ao “aluguel” do alojamento. Apesar de esse pagamento ser legal e constar no acordo coletivo e no registro do Ministério do Trabalho, podemos perguntar-nos sobre a natureza disciplinar, política e ética desse procedimento, por parte da empresa.

Ainda no que tange ao aspecto disciplinar, observou-se que a empresa também estabelecia horários e procedimentos relativos ao café da manhã, ao banho, ao jantar, à escovação de dentes, ao horário de se deitar e se levantar. O único momento livre, fora dali, era uma parte do dia de folga semanal, quando eles podiam ir à cidade em ônibus oferecido pela empresa, no horário estipulado por esta, em geral, de 8 às 14 horas. Em síntese, o cotidiano desses trabalhadores é, em quase sua totalidade, formalmente administrado pela empresa. Eles não estão submetidos apenas às normas relativas à produção, durante a jornada de trabalho, onde se submetem ao rigoroso controle do líder de turma, usam o uniforme e demais equipamentos de segurança (EPIs) determinados, cortam a cana ininterruptamente, sem conversas paralelas ou pausas prolongadas fora do horário estipulado.

Ao longo das entrevistas, os trabalhadores migrantes relataram o sofrimento e a dificuldade de se viver no alojamento:

A vida no alojamento tá ficando difícil [...] A pessoa pra ficar tem que ter opinião. Se ela não for de opinião, não fica não. Principalmente quando não tem muita conversa com os amigos e também tem que ter um telefone porque, senão, não fica não. Fica mesmo porque não tem jeito, né? Mas a saudade é demais [...] Você sai da sua casa, onde tem sua mãe, sua esposa, pra cozinhar pra você. Tem a família pra você conviver. Aí você vai viver no alojamento, é tudo diferente. Vai viver cinco dias lá pra você ver o que é! (Entrevistado 4).

A vida no alojamento é boa e é ruim, porque você morar num terreiro assim, sem um som, às vezes acontece que um deita mais cedo, outro deita mais tarde, um tá mais cansado, outro já não tá, um tá com a cabeça doendo. Mas você tem que ter uma cabeça muito descolada mesmo, pra aguentar tudo, porque no alojamento você tem que aguentar tudo. E ainda tem que cuidar das suas coisas, da roupa, de tudo, não é fácil não. É ruim demais morar com pessoa que a gente não conhece (Entrevistado2).

No momento do grupo focal, realizado em 2013, as condições de limpeza e higiene relatadas pelos trabalhadores não correspondiam àquelas que vimos no momento de nossa visita em novembro de 2012, quando encontramos um lugar limpo e organizado.

“Lá tá cheio de barata, elas entram nos armários da gente, passeia nas coisas que a

gente compra para comer. Já até apareceu rato lá esses dias” (Entrevistado).

Além disso, os trabalhadores reclamaram do tratamento que recebiam e das poucas opções de lazer:

Lá no alojamento eles usam só a metade dos prédios. Então, mesmo tendo quarto vazio a gente fica em quatro ou cinco por quarto (Grupo Focal1).

A atividade que a gente tem lá é de lavar a roupa e bater uma bolinha às vezes. Mas, o campo é muito ruim, tem muita pedra e poeira. (Grupo Focal1).

Lá (no alojamento) só tem uma televisão funcionando (Grupo Focal1).

Porém, é importante ressaltar que, apesar de as condições do alojamento em questão não serem boas, de acordo com o relato dos trabalhadores, elas já foram piores em outros tempos e lugares.

O alojamento daqui, em vista dos outros, é bem melhor, eu gostei. Antigamente os alojamentos não eram bom igual esse aqui. Eu já trabalhei em alojamento até de casca³², o vento batia de um lado, saía do outro. Aqui não, aqui tem ventilador, tudo forradinho, de cimento, tudo é arrumadinho, cada um tem seu armário (Entrevistado2).

Eu já fui pro Estado de São Paulo, Estado de Mato Grosso. No Estado de São Paulo a comida é por nossa conta. O aluguel também, a gente aluga casa na cidade e fica trabalhando por lá. A usina de lá dá só o salário mesmo. E lá a gente fica mais cansado porque tem que cuidar de tudo (comida, limpeza da casa). Tem que levantar às três ou quatro horas da manhã pra fazer a marmita (Entrevistado).

O problema é que, apesar das melhorias, em alguns aspectos, permanecia a condição de confinamento e de desvalorização do trabalhador. Nesse contexto, a modalidade de trabalho migrante tem aspectos semelhantes ao sistema prisional, em especial, no que se refere ao isolamento do convívio social. Nessa modalidade de contrato, o empregador é responsável por trazer o trabalhador de sua cidade de origem, responsabiliza-se pela sua segurança enquanto estiver no alojamento, é obrigado a custear os gastos e acompanhar o trabalhador em seu retorno, ao final do contrato. Essa responsabilidade legal abre espaço para que a empresa adote uma postura de contenção em relação ao direito de ir e vir dos trabalhadores. Portanto, não deixar o trabalhador visitar a família, o pai eventualmente doente, é lícito e é também fonte de sofrimento para o trabalhador:

“A vida do cortador de cana é um pouco sofrida, porque a gente sai da nossa família, deixa pai, mãe, esposa, filhos. Então, é sofrido, a gente fica com saudade. Mas a gente tem que fazer porque é um meio de a gente ganhar um dinheirinho a mais” (Entrevistado 2).

³² Construção feita com folhas de sapê e barro.

O modelo de gestão adotado pela empresa utilizava-se ainda de táticas disciplinares de exercício de poder para intimidar os trabalhadores e fazê-los desistir da ideia de visitar os familiares. Tal advertência funcionava como uma ameaça pública para servir de exemplo aos demais.

O mais difícil mesmo é ficar longe da família. E às vezes a gente quer ir lá visitar. Mas eles não deixam. Fazem promessa de assinar advertência. Eu mesmo fui esse ano. Mas eles descontam tudo (Grupo Focal1).

Tem um colega nosso aí que o pai dele tá lá bem doente mesmo, entre a vida e a morte. Então ele, junto com o cunhado e o outro irmão que também trabalham aqui, foram pra lá. Eles pagaram um táxi e foram. Mas eles tiveram que assinar advertência. Mesmo explicando a situação, não teve jeito (Grupo Focal1).

Tais relatos demonstram a grande dificuldade apontada pelos trabalhadores migrantes: o fato de ficarem longe da família. Eles são nascidos e criados num mesmo lugar, todos os seus vínculos sociais residem nesse território e, de repente, para ganhar a vida, se sentem obrigados a sair de sua terra natal. No caso dos trabalhadores solteiros era ainda mais difícil conseguir uma autorização para ir visitar a terra natal.

“Pra quem tem mulher, esposa, filho ainda consegue arrumar um jeito pra ir visitar a família. Agora pra quem não tem é difícil, porque eles falam que pra quem é solteiro não tem precisão de ir lá não” (Grupo Focal 1).

Esse relato revela que não ser casado é um critério para “ficar confinado”. O discurso ideológico que sustenta essa prática engloba a ideia de que o ‘provedor’ não pode ficar muito tempo longe de sua ‘propriedade’, incluindo aí mulher e filhos, sob o risco de perdê-la para algum oportunista. Já os solteiros ainda não têm um ‘nome’ a zelar e, portanto, não há motivos para visitar a terra natal.

Diante dessa condição, outro gasto que os trabalhadores migrantes disseram que precisavam fazer era com telefone celular para se comunicar com a família:

Pra ligar pra família tem que ser do celular porque aqueles telefones de lá do alojamento são muito ruins. Também um orelhão daquele pra 70 pessoas querendo ligar, não dá. Então a gente vai subindo lá pra riba até achar sinal, outros já conseguem sinal lá do alojamento mesmo (Grupo Focal1).

No alojamento há 02 telefones públicos (orelhão) que funcionam via cartão. Os trabalhadores nos informaram que ao realizar chamadas interurbanas, o custo da ligação fica em aproximadamente R\$ 2,50 cada 10 minutos e que a qualidade da ligação (som) não é satisfatória.

4.1.3.4 Sobre os acidentes no trabalho e direitos trabalhistas

No que se refere aos direitos trabalhistas, temos, mais uma vez, um cenário paradoxal. Reconhecemos que houve avanços significativos, relativos à preocupação formal com a gestão do trabalho na agroindústria canavieira. Na década de 1940, houve a promulgação do Estatuto da Lavoura Canavieira (ELC, Decreto-lei nº 3.855, de 1941), que continha alguns dispositivos sobre a assistência trabalhista e social aos trabalhadores (SCOPINHO, 2000). Em especial a partir de 2006, também houve um significativo avanço no patamar jurídico-legislativo das relações de trabalho no setor sucroalcooleiro, quando o Ministério do Trabalho intensificou a fiscalização em usinas e canaviais.

No entanto, o modelo global, adotado pelas corporações nacionais e internacionais que lideram o setor sucroalcooleiro no País, propõe a racionalização do trabalho e novas tecnologias de manejo que, por sua vez, não se traduzem em melhor qualidade de vida para o cortador de cana. Apesar do transporte em ônibus adaptado, da implantação de programas de ginástica laboral, da obrigatoriedade do fornecimento e uso de EPIs, da implantação de instalação sanitária no campo e do fornecimento de suplementos de hidratação, Silva (2008) revela que a ‘vida útil’ do cortador de cana para essa tarefa é de aproximadamente 12 anos, ou seja, o mesmo tempo de produtividade estimado para um escravo nos anos próximos à abolição. Tal contexto confirma o processo de extrema exploração da força de trabalho, a qual, por sua vez, atualiza a marca originária da escravidão.

Considerando que a vida produtiva do trabalhador brasileiro prevista pelo Sistema de Previdência Social, em 2014, é de 30 anos de serviço para a mulher e 35 anos de serviço para o homem, o cortador de cana apresenta uma defasagem significativa em sua vida produtiva. Este dado indica que esse trabalhador não pode seguir por muito tempo nessa ocupação. Caso consiga sobreviver a 12 safras consecutivas sem alguma patologia incapacitante que lhe assegure o direito de uma aposentadoria por invalidez, será necessário buscar outra ocupação para se manter ativo até completar o tempo regulamentar para a sua aposentadoria. Silva (2008) chegou a mapear, no Estado de São Paulo, a situação de trabalhadores que não conseguiram se aposentar pelo INSS e também não conseguem encontrar outra ocupação, em função de suas limitações físicas.

Conforme já explicitado, há um investimento da empresa em EPIs e no que se refere às condições de higiene e salubridade, com o intuito de banir a conotação de trabalho escravo e/ou forçado nessa categoria. Foi verificado também, na pesquisa de campo, que a empresa cumpria a maioria dos direitos trabalhistas estipulados na legislação brasileira para a

categoria, em especial, no que se refere à modalidade de contrato. Por outro lado, a empresa usava artifícios e encontrava ‘brechas’ na lei para provocar a intensificação do trabalho e maior exploração do trabalhador. Como exemplo, tem-se a conversão do metro em toneladas de cana cortada que, como já destacamos, era realizada pela empresa e não sofria fiscalização sindical ou governamental. Adotava-se de uma convenção antiga, defasada em quase 10 anos, quando a usina dividiu suas terras em fazendas e talhões, com as respectivas margens de rentabilidade de cada hectare de cana plantada. Outro fator de não cumprimento da legislação trabalhista se refere à notificação de acidentes e doenças relacionadas ao trabalho, foi constatada uma subnotificação desses acidentes.

Foram encontradas poucas Comunicações de Acidente no Trabalho (CATs). Segundo o presidente do sindicato, além de a empresa não ter interesse em notificar, o serviço público de saúde da cidade também não notifica e o INSS e Ministério do Trabalho, por sua vez, não fiscalizam. Na Tabela 2 a seguir estão representadas todas as CATs recebidas pelo sindicato entre os anos de 2006 e 2013. Entre 2006 e 2011 foi registrado um total de 24 notificações. Desse universo, 17 eram de trabalhadores do corte de cana, sendo sete de acidentes. Nos anos de 2012 e 2013, não houve sequer uma notificação. Mesmo considerando a queda no número de contratações, é estranho não ter nenhuma notificação, levando-se em conta que os trabalhadores tomavam analgésicos, afirmavam que sentiam dores e até que já haviam sofrido acidentes leves ou conheciam algum colega que sofreu.

Tabela 2 - registro de CATs no sindicato

SEXO	ESCOLARIDADE	MIGRANTE	CORTE DE CANA	REMUNE RAÇÃO	DOENÇA/ACIDENTE	ÚLTIMO DIA TRABALHADO	CID
F	Não informado	Não	Sim	R\$318,00	Doença	21/out/2006	M79.1 (Sind. túnel do carpo/braço direito)
M	Até a 4ª série fund. Completa	Não	Não	R\$350,00	Acidente	04/11/2006	S62.8 (Fratura por queda)
M	5ª a 8ª série fund. Incompleta	Não	Não	R\$764,00	Acidente	29/07/2011	T07 (Traumatismo por queda)
M	Não informado	Não informado	Não informado	Não informado	Doença	09/10/2007	M54.1/M54.3 (Hérnia de disco)
M	Não informado	Não	Sim	R\$403,00	Acidente	07/09/2007	S91.3 (Corte de podão no pé esquerdo)
M	Não informado	Não	Sim	R\$403,00	Doença	25/09/2006	Movimentos repetitivos jogando as canas/Coluna
M	Até a 4ª série fund. Completa	Não	Não	R\$550,00	Acidente	01/04/2008	S09 (Traumatismos da cabeça e não espec.)
M	Não informado	Não	Sim	R\$371,00	Acidente	15/02/2007	S52.5 (Queda durante plantio/lesão no braço)
M	Até a 4ª série fund. Completa	Não	Sim	R\$372,00	Doença	26/11/2006	M79.2 (Sind. túnel do carpo/antebraço esquerdo)
M	Não informado	Não	Não	R\$595,00	Acidente	08/08/2007	S52.8 (Caiu com a perna dentro da semeadeira)
F	5ª a 8ª série fund. Incompleta	Não	Sim	R\$403,00	Acidente	12/07/2007	S83 (Traumatismo no joelho direito/Caiu em buraco de tatu)
M	5ª a 8ª série fund. Incompleta	Não	Sim	R\$371,00	Doença	29/06/2007	T03.2 (Luxação/Membros superiores/esforço excessivo ao erguer objeto)
M	Até a 4ª série fund. Completa	Não	Sim	R\$372,00	Acidente	23/11/2006	S60.2 (Contusão, esmagamento/punho e mão/queda)
M	Até a 4ª série fund. Completa	Não	Sim	R\$372,00	Acidente	10/02/2005	M23.5 (Transtornos internos dos joelhos/queda em poço ou buraco)
F	5ª a 8ª série fund. Incompleta	Não	Sim	R\$372,00	Doença	10/06/2001	M79 (Sind. túnel do carpo/braço esquerdo)
M	Não informado	Não	Não	R\$621,00	Doença	29/11/2005	M75.2 (Sind. impacto físico/esforço excessivo/empurrar e puxar objetos)
F	Até a 4ª série fund. Completa	Não	Sim	R\$318,00	Doença	31/10/2005	M77.2 (Periartrite do punho/podão/braço direito)
M	Até a 4ª série fund.	Não	Sim	R\$318,00	Acidente	23/12/2005	S05.2 (Perfuração ocular/olho)

M	Completa						esquerdo/podão)
M	Até a 4ª série fund.	Não	Sim	R\$318,00	Doença	22/11/2005	M77.2 (Periartrite do punho)
M	Incompleta						
M	Não informado	Não	Sim	R\$371,00	Acidente	09/05/2006	T30.0 (Queimaduras/Membros superiores/Queima de cana)
M	Até a 4ª série fund.	Não	Sim	R\$318,00	Doença	22/11/2005	M77.2 (Periartrite do punho)
F	Incompleta						
F	Não informado	Não	Sim	R\$318,00	Doença	15/06/2005	G56.0 e M77.1 (Sind. túnel do carpo c/ epicondilite bilateral nos cotovelos)
M	Não informado	Não	Não	R\$621,00	Acidente	30/12/2005	M54.5 (Queda da carroceria do caminhão)
F	Não informado	Não	Sim	R\$318,00	Doença	16/12/2005	O empregado faz o movimento constante, brusco e repetitivo/Ombro direito

Fonte: Criada pela autora com dados extraídos da pesquisa documental.

O presidente do sindicato relatou não ter havido acidente grave entre os cortadores de cana. “Às vezes acontece algum pequeno corte no dedo, na hora de amolar a ferramenta, ou corte na perna, que até chega a dar dois ou três pontos (sutura). Mas é raro, porque quem ficou na cana hoje são os mais experientes” (Presidente do sindicato).

Além dos acidentes, existem os casos de doenças relacionadas ao trabalho, sobre as quais também não encontramos registros oficiais. Mas, no momento da pesquisa de campo foi possível identificar a ocorrência tanto de doenças como de acidentes do trabalho. No grupo focal com trabalhadores locais, um dos trabalhadores disse estar com ‘problema de coluna’, em função do trabalho, e que deveria passar por uma cirurgia até o final do ano. Isso também deveria ser notificado e contado nas estatísticas de doenças do trabalho.

No momento das visitas ao canavial, foi possível constatar que, além dos itens fornecidos pela empresa, os trabalhadores também guardavam no seu embornal algum outro pertence como cigarro, telefone e analgésicos. Alguns trabalhadores admitiram que fazem uso de analgésicos e/ou relaxantes musculares, no horário de trabalho. Esse é um dado que se contrapõe à ausência de notificação de acidentes e doenças relacionadas ao trabalho.

O presidente do sindicato informou ainda que, no setor agrícola, o maior índice de acidentes ocorre entre os operadores de máquinas e tratores ou nas estradas, no traslado entre a usina/cidade e o campo. Ele relatou que, em 2012, houve um acidente na estrada entre uma Kombi com três trabalhadores da lavoura, um caminhão (que não era da empresa) e uma vaca, que deixou três vítimas em estado grave. Estava chovendo muito e o motorista da Kombi, ao desviar do animal na estrada, entrou em colisão frontal com um caminhão que vinha no sentido contrário. Esse acidente também não apareceu notificado no sindicato.

No que se refere a indenizações por morte em acidentes do trabalho, o presidente do sindicato relatou que, em 2013, a usina foi condenada a pagar R\$ 219.000,00 a uma família, pela morte de um trabalhador, que exercia a função de tratorista, em decorrência de um acidente no trabalho ocorrido em 2009. Em outra ação dessa natureza, informou que a indenização chegou a R\$ 800.000,00.

O entrevistado informou ainda que, no mês de maio de 2013, houve um grande acidente na indústria em função de uma operação de solda na caldeira nova, por desrespeito aos parâmetros de segurança, ocasionando uma explosão que atingiu vários trabalhadores, aproximadamente 40. Segundo ele, aproximadamente 30 colaboradores foram encaminhados ao hospital e houve também sérios danos materiais no parque industrial: “De imediato, o prejuízo foi de um milhão de reais”. Tal acidente repercutiu negativamente na produção do setor agrícola, uma vez que o equipamento da indústria ficou danificado, e a capacidade de

moagem da cana teve que ser reduzida. Dessa forma, os trabalhadores do corte de cana foram remanejados para outros tipos de atividade, cuja remuneração é somente a diária mínima, e não a produção.

Em uma das visitas ao campo, encontramos um trabalhador que não estava na atividade de corte de cana porque sua botina estava danificada por causa de golpes de podão. Nesse caso, o fiscal deu a seguinte explicação: “Eu parei ele era 11h. Como a produção dele ainda não dava mais que a diária, eu marquei no caderno para dar a diária pra ele no dia de hoje”. O Trabalhador explicou que a cana deitada dificulta muito o corte:

“A gente faz de tudo pra não pegar. Mas, com a cana desse jeito, é difícil, tem que levar o pé embaixo dela senão não corta” (Trabalhador).

Quando questionados a respeito da ocorrência de acidentes e/ou doenças relacionadas ao trabalho, os trabalhadores afirmaram que não era comum esse tipo de ocorrência entre eles. No entanto, ao longo da pesquisa de campo, eles deixaram escapar informações sobre dores e desconfortos que sentiam em função da pesada carga de trabalho, conforme relatos abaixo:

Eu nunca tive nenhum problema de saúde não. De vez em quando dói um pouco, mas é normal. No mês atrasado eu fiquei dois dias sem trabalhar por causa de dor na coluna. É uma dor bem forte mesmo, você não pode nem abaixar. Não chega a travar não, mas dói uma dor insuportável mesmo. Eu fui ao médico, ele falou que era coluna mesmo. Me passou um remédio e falou que o problema era muita cana mesmo (Entrevistado 2).

Eu já tive um corte no pé. Aí fiquei uns oito dias sem trabalhar, porque deu ponto. Mas foi só e foi aqui nessa usina mesmo. É ruim porque a gente fica sozinho no alojamento, o resto vai todo mundo pra roça, sobra só a gente com o zelador do alojamento (Entrevistado 3).

Eu só cortei o pé uma vez. Fui cortar a cana meio agachado e aí bati o podão. Fiquei 12 dias afastado. Isso foi em 2008, no Mato Grosso. [...] às vezes eu sinto um cansaço no braço porque a gente abraça a cana, sabe? Então, às vezes cansa. Mas depois acostuma (Entrevistado 1) .

Um dos trabalhadores afirmou que já ocorreu afastamento, por doença relacionada ao trabalho, de trabalhador migrante por um período superior a um ano.

No ano passado teve um rapaz na nossa turma que ficou mais de quatro meses arrastando o passo. A safra acabou e ele continuou aqui porque ele machucou a coluna. Ele veio ano atrasado e só foi embora esse ano. Porque enquanto ele não melhorasse, ele não podia ser mandado embora. Eles também não encostaram (pelo INSS) ele. Então, ele ficou lá no alojamento, ajudando na limpeza, fazendo coisa desse tipo. Ele ficou aqui praticamente três anos. Ele ficou aqui sem família, deixou a mulher e filho lá. Porque você não pode, mesmo se tiver afastado pelo INSS, voltar pra casa. Tem que ficar no alojamento. Eu acho isso errado. Ele até tem que vir aqui pra revisão, mas depois ele tinha que poder ir para algum lugar. Eu fiquei com pena dele, porque todos nós saíamos pra roça e ele ficava sozinho no quarto (Grupo Focal1).

4.1.4 A remuneração

Para melhorar a vida do trabalhador, o que precisa melhorar mesmo é o salário, porque você tendo o ganho, você sabe o que fazer (Participante do Grupo Focal 2)

Na pesquisa de campo, os trabalhadores relataram que escolheram o corte de cana porque este é o emprego que lhes oferece maior remuneração, entre os trabalhos rurais que não exigem escolaridade mínima.

“Tem muita profissão boa. O serviço mesmo de motorista do ônibus da turma é tranquilo. Mas ele não ganha o que nós ganhamos. Então pra nós, não vale a pena. Apesar do nosso ser mais pesado” (Grupo Focal 1).

Alguns disseram que já atuaram em outros segmentos, mas que, financeiramente, eles não eram vantajosos.

Eu já trabalhei no asfalto (construção de estrada). Eu achei o serviço de lá melhor que o daqui. Lá você alimenta bem, tem o alojamento. A comida é boa. O café da manhã eu achei bom. O almoço chega quentinho. Tem um jogo lá pra gente se divertir. E o serviço é menos pesado que aqui (Grupo Focal1).

Já eu trabalhei só aqui. Trabalhei 2009, 2011 e esse ano. Aí nos outros anos eu trabalhei por lá perto mesmo. Mas lá não é fichado não (Grupo Focal1).

Eu já trabalhei na safra de café. Mas lá é pouco tempo, são só três meses de serviço. Pra mim, na cana eu ganho mais (Entrevistado1).

Os trabalhadores relataram também que não puderam seguir a vida escolar e não se sentiam aptos para outro tipo de atividade, conforme veremos adiante. Isso resulta em uma limitação de autonomia e autorealização no trabalho.

A remuneração do cortador de cana é bastante complexa e exige um esforço analítico para se compreender seu funcionamento e sua lógica, mas é possível ver que obedece à lógica de sucateamento da mão de obra.

O pagamento se dá por produção, mas não se restringe apenas à quantidade de cana cortada por dia. Existe o pagamento de outros direitos trabalhistas, como descanso remunerado e horas *in itinere*, que são calculadas mensalmente de forma individualizada, de acordo com a produção mensal de cada trabalhador. Há ainda um complexo sistema de premiação, de participação nos resultados e concessão de bônus que a empresa criou para evitar o absenteísmo e incentivar a intensificação do trabalho.

A disparidade salarial entre migrantes e locais era grande, superior a 100%. Os salários variavam de R\$ 718,00 (piso mínimo) a R\$ 2.300,00 (maior valor que encontramos nos contracheques a que tivemos acesso). Isso se devia ao pagamento por produção e também em função da política de pagamento de bônus, premiações e participação nos resultados.

É importante ressaltar também que a média salarial dos trabalhadores locais era de R\$ 810,00 mensais; já entre os trabalhadores migrantes era de R\$ 1.500,00, porque estes produziam mais e também contavam com um diferencial no pagamento de bônus, conforme veremos adiante.

A seguir apresentamos, em etapas, o processo de cálculo da remuneração.

4.1.4.1 Sobre o cálculo da remuneração por produção

O primeiro passo para se compreender o cálculo da produção é saber o que é um eito e como o trabalhador perfila a cana já cortada para ser medida. A cana é plantada em fileiras de 1,40m de largura. O chamado eito é composto por cinco fileiras de cana, num total de sete metros de largura (1,40m x cinco ruas). O comprimento dependerá da capacidade/resistência física do trabalhador, que vai cortar as canas e alinhá-las em uma única fileira no meio do eito (entre a segunda e terceira fileiras).

Figura 9 - Eito



Fonte: Foto da autora

Figura 10 - Alinhamento da cana cortada no eito



Fonte: Foto da autora

Figura 11 - Fileiras de cana cortada



Fonte: Foto da autora

O comprimento da fileira de cana que cada trabalhador cortou é aferido diariamente pelo fiscal de campo, que registra (no caderno e no computador de bordo) a metragem que cada trabalhador produziu no dia, por meio da utilização de um compasso. O compasso é um instrumento utilizado para medir as fileiras (metro linear) de cana cortadas e tem dois metros de comprimento. Periodicamente, todos os compassos são aferidos pelo sindicato dos trabalhadores rurais, que verifica o comprimento e lacra o compasso, com a finalidade de garantir lisura ao processo.

Figura 12 - Compasso

Fonte: Foto da autora

Figura 13 - Trabalhador na atividade de ‘bater ponteira’

Fonte: Foto da autora

No entanto, o fato de o tamanho compasso ser imutável não evita a deturpação do cálculo da produção. Primeiro porque o processo de medição não é exato, nem muito fiscalizado, tanto por parte da empresa, quanto por parte dos trabalhadores. Em algumas situações, tal fato é usado pelos líderes de turma como ‘margem de manobra’, conforme relata um deles:

Essas canas têm dado muita moita. Então tem que fazer proposta para eles voltarem depois e tirar, senão fica tudo aí. Porque se tiver fora da fila dele, ele não corta. Então, ao final da tarde eu procuro o mais fraco, o que cortou menos e faço a proposta pra ele: ‘se você for lá tirar aquela cana eu te dou mais 10 metros na sua produção’. Se a empresa me procurar para falar que o talhão passou a metragem, então eu tenho que explicar que foi porque a cana estava muito ruim e eu tive que fazer isso para não deixar cana em pé para trás e prejudicar o próximo broto. Mas isso eles lá entendem (Líder de turma).

O segundo passo preliminar à compreensão do cálculo da produção consiste em saber o preço pago pela tonelada de cana cortada. Esse valor, por sua vez, é fixado em acordo coletivo e registrado anualmente no sindicato dos trabalhadores rurais e no Ministério do Trabalho e Emprego, respeitando as normas e procedimentos legais. No caso do acordo referente à safra 2012-2013, pagavam-se R\$ 3,62 pela tonelada de cana queimada cortada. Já no caso da cana crua, pagavam-se R\$ 7,48 pela tonelada. Já na safra 2013-2014, o valor pago pela tonelada de cana queimada cortada era de R\$ 3,83.

Por fim, é preciso observar que, no corte manual de cana, é obrigatório que o salário mensal não seja inferior ao piso salarial, fixado anualmente em acordo coletivo da categoria. Portanto, a remuneração é baseada na produção, mas respeitando-se o limite mínimo que, conforme piso salarial firmado no acordo coletivo da safra 2012-2013, era de R\$ 23,96 para a diária e de R\$ 718,00 mensais, que corresponde a 30 dias de diária mínima. Tal piso superava um pouco o salário mínimo da época, que estava fixado em R\$ 622,00 no País. Na safra 2013-2014, esse piso subiu para R\$ 724,00, quando o salário mínimo era de R\$ 678,00 e, a partir de janeiro de 2014, esse piso foi reajustado para R\$767,44, sendo que o valor do salário mínimo passou para R\$ 724,00.

Esse piso salarial precisa ser respeitado no cálculo da produção e pagamento da diária de trabalho e salário mensal. A título de ilustração, vamos utilizar um exemplo hipotético: o metro linear será pago a R\$ 0,26, portanto o trabalhador tem que cortar pelo menos 92,16 metros. Mas se, ao final do dia, o volume cortado for menor, o trabalhador receberia menos que o valor da diária mínima, então a empresa complementa o valor da diária porque ele não pode receber menos que R\$ 23,96 por dia trabalhado. Porém, caso ele consiga superar os 92,16 metros, ele já vai ganhar por produção, superando o valor da diária mínima, conforme fórmulas ilustrativas abaixo.

a) Siglas para bases de cálculo:

PI = produção individual do trabalhador, após um dia de trabalho

X = valor pago pelo metro de cana naquele dia

VP = total a ser pago, com base na produção

DM = diária mínima (R\$ 23,96)

C = complemento pago pela usina para se chegar à diária mínima de R\$ 23,96

T = total da diária, em reais, recebida pelo trabalhador

b) Fórmulas

$$VP = PI \times X$$

$$C = DM - VP$$

Sendo que $C \geq 0$ (sempre). Logo, se $TP \geq R\$ 23,96$, $C = 0$ (zero), uma vez que C não pode ser negativo (1)

$$T = VP + C$$

Sendo que $T \geq R\$ 23,96$

- a) **Exemplo 1:** quando o trabalhador não ganha por produção, ou seja, a usina complementa o valor da diária mínima.

- $PI = 80$ metros de cana cortada
- $X = R\$ 0,26$

Cálculos

$$VP = PI \times X$$

$$VP = 80 \times 0,26$$

$$VP = R\$ 20,80 \text{ (valor referente à produção)}$$

$$C = DM - VP \quad (2)$$

$$C = R\$ 23,96 - R\$ 20,80$$

$C = R\$ 3,16$. Portanto, nesse caso, a usina precisou completar $R\$ 3,16$ para que esse trabalhador atingisse a renda diária mínima.

$$T = VP + C$$

$$T = R\$ 20,80 + R\$ 3,16$$

$$T = R\$ 23,96$$

- b) **Exemplo 2:** para o trabalhador produzir somente o mínimo. Alguns trabalhadores relatam que fazem esse cálculo no início da jornada de trabalho para avaliarem se vai valer a pena intensificar ou não o seu ritmo de trabalho.

- $VP = R\$ 23,96$
- $X = R\$ 0,26$

Cálculos

$$VP = PI \times X$$

$$23,96 = PI \times 0,26$$

$$PI = 23,96 \div 0,26$$

PI = 92,16 metros de cana cortada. Portanto, nesse caso, o trabalhador deve superar a produção de 92,16 metros lineares de cana cortada no eito, para ganhar por produção.

(3)

$$C = DM - VP$$

$$C = R\$ 23,96 - R\$ 23,96$$

$$C = 0$$

$$T = VP + C$$

$$T = R\$ 23,96 + 0$$

$$T = R\$ 23,96$$

c) **Exemplo 3:** quando o trabalhador ganha por produção, ou seja, ele supera a meta mínima.

- PI = 100 metros de cana cortada
- X = R\$ 0,26

Cálculos

$$VP = PI \times X$$

$$VP = 100 \times 0,26$$

$$VP = R\$ 26,80 \text{ (valor referente à produção)}$$

$$C = DM - VP$$

(4)

$$C = R\$ 23,96 - R\$ 26,80$$

C = 0, já que C é sempre maior ou igual a zero, uma vez que o completo oferecido pela empresa não pode ser negativo.

$$T = VP + C$$

$$T = R\$ 26,80 + 0$$

$$T = R\$ 26,80 \text{ (valor da diária naquele dia)}$$

Porém, nas equações acima ainda falta a explicação de uma variável: como se chegou ao preço de R\$ 0,26 por metro de cana cortada? Esse é um cálculo que envolve outras duas variáveis: o preço pago pela tonelada, que, pelo nosso valor de referência, é fixado em R\$ 3,62, e a quantidade de toneladas produzida em um hectare de cana cortada.

Para transformar a medida do hectare em metros lineares de cana cortada por oito (cinco ruas de cana), usou-se a fórmula abaixo:

$$\begin{aligned} 10.000\text{m (1 ha)} \div 1,40\text{m (largura da fileira de cana)} &= 7.142 \text{ metros lineares} \\ 7.142 \text{ metros lineares} \div 5 \text{ (nº de fileiras de cana no oito)} &= 1.428 \text{ m} \end{aligned} \quad (5)$$

O hectare (10 mil metros quadrados) é dividido por 1,40m, que corresponde à largura da fileira (rua) de cana, o que resulta em 7.142 metros lineares, que, por sua vez, são divididos por cinco, devido ao número de ruas por oito. De acordo com esse referencial, cada 1.428 metros lineares de cana cortada no oito (cinco ruas de cana) equivalem a um hectare de cana cortada. Com base nesses dados, é feita a conversão de hectares para metros lineares de oito. Portanto, considerando o exemplo do rendimento de 100 toneladas de cana por hectare, então o valor do metro linear de cana cortada (variável X) é de R\$ 0,26, conforme fórmula abaixo:

a) Siglas para base de cálculo:

X = valor pago pelo metro de cana naquele dia (preço por metro linear deslocado pelo trabalhador)

Vton = valor pago por uma tonelada (3,62) x n (número estimado de toneladas que o hectare produz)

b) Fórmula

$$X = V_{\text{ton}} \div 1.428\text{m}$$

Cálculos

$$X = (3,62 \times 100) \div 1.428 \quad (6)$$

$$X = \text{R\$ } 0,254$$

No entanto, o cálculo da produção tem ainda outro fator agravante da falta de transparência no processo. Ocorre que essa quantidade de toneladas de cana produzida por hectare é prefixada pela usina. Sob a prerrogativa de facilitar e de tornar mais ágil o cálculo, a equipe agrícola fez um mapeamento de todos os talhões³³ de cana que a usina tem,

³³ Faixa de terra delimitada para o corte de cana. Na lavoura de cana, uma fazenda é dividida em talhões, estes em eitos e os eitos em fileiras ou ruas.

calculando, por estimativa, quantas toneladas de cana cada talhão deve render. O cálculo estimado do peso da cana em cada hectare varia também de acordo com o terreno e a qualidade da cana, fazendo com que o preço do metro seja variável, de fazenda para fazenda, conforme foto e tabela:

Tabela 3 - Safra 2012-2013 Conversão de toneladas em metros lineares

Safra 2012-2013		
Preços Corte Cana Queimada - Metro/eito Cortado		
Ton./Há	Kg cana/metro Eito*	R\$/Metro oito
40,00	28,011	0,101
41,00	28,711	0,104
42,00	29,412	0,106
43,00	30,112	0,109
44,00	30,812	0,112
45,00	31,513	0,114
46,00	32,213	0,117
47,00	32,913	0,119
48,00	33,613	0,122
49,00	34,314	0,124
50,00	35,014	0,127
51,00	35,714	0,129
52,00	36,415	0,132
53,00	37,115	0,134
54,00	37,815	0,137
55,00	38,515	0,139
56,00	39,216	0,142
57,00	39,916	0,144
58,00	40,616	0,147
59,00	41,317	0,150
60,00	42,017	0,152
61,00	42,717	0,155
62,00	43,417	0,157
63,00	44,118	0,160

64,00	44,818	0,162
65,00	45,518	0,165
137,00	----	----
138,00	96,639	0,350
139,00	97,339	0,352
140,00	98,039	0,355
141,00	98,739	0,357
142,00	99,440	0,360
143,00	100,140	0,363
144,00	100,840	0,365
145,00	101,541	0,368
146,00	102,241	0,370
147,00	102,941	0,373
148,00	103,641	0,375
149,00	104,342	0,378
150,00	105,042	0,380

Fonte: Elaborado pela autora com dados extraídos pesquisa de campo

***Eito de 5 Sulcos de 1,40m.1 ha,tem, 1,428m. lineares de eito.**

A equipe agrícola da usina é responsável por informar o cálculo estimado de toneladas de cana que será produzido em cada hectare de cana plantada, considerando as variações acima elencadas. Dessa forma, diariamente, pela manhã, essa equipe informa (via rádio) aos líderes de turma a produção estimada. Estes, por sua vez, verificam na Tabela 3 de conversão, o preço do metro linear para, em seguida, informar aos trabalhadores o preço do metro linear de cana cortado por eito. Tal informação é anotada no quadro de avisos que fica na parede lateral externa do ônibus.

Figura 14 - Quadro de aviso

DATA: 17-06-013
 FAZ: BREJÃO: 80003
 TALHÃO: 95
 ATIVIDADES-CORTE: C-P/MOAGEM
 KILOGRAMA 60,924
 PREÇO: 0,221
 FISCAL BATISTA
 TURMA: 8310 [ALOJAMENTO]

Fonte: Dados da pesquisa

Figura 15 - Informativo sobre cálculo do valor a ser pago pela cana cortada

Fique sabendo de TUDO sobre a cana que você corta!

1º Conheça o espaçamento da área que será cortada a cana, ou seja, a distância entre uma linha de cana e outra.

CALCULANDO:

1 HECTARE = 10.000 M²

10.000 dividido por 1,40m = 7.142 metros lineares dividido por 5 ruas (1 sítio) = 1.428 m (que corresponde à 1 hectare de cana cortada).

1,40 m

2º Conheça o COMPASSO, uma ferramenta usada para medir quantos metros você cortou de cana no dia.

A medida exata do compasso é de 2 metros.
Ex: Se você cortou 100 compassos é igual à 200 metros.

100 x 2 = 200 metros

3º

Piso salarial	R\$ 718,68
Valor diária	R\$ 23,96
Cana queimada dentro cortes por tonelada	R\$ 3,62
Corte cana crua por tonelada	R\$ 7,48

Fonte: Dados da pesquisa

No entanto, a estimativa feita pela usina não é conferida posteriormente, para se saber o valor real, permanecendo o valor estimado mesmo. Ao chegar do canavial (no caminhão), a cana é pesada na sede da usina, porém, não há um acompanhamento do sindicato ou de representantes dos trabalhadores nesse momento e também não encontramos registros de correção desses valores. Um dos líderes de turma nos afirmou que o valor que ele anotava no caderno “bate certinho com a folha de pagamento dos trabalhadores”, o que confirma nossa hipótese.

Ao final da jornada de trabalho, depois de medido, o resultado da produção é anotado em um caderno (organizado pelo líder de turma) e informado (por meio de computador de bordo) à usina que, ao final do mês, faz o cálculo dos respectivos salários e emite o contracheque (que os trabalhadores chamam de ‘pirulito’), onde são detalhados a produção mensal e os valores pagos. A Figura abaixo mostra páginas do caderno e do contracheque de trabalhadores.

Figura 16 - Páginas caderno/contracheque de trabalhadores

Worker ID	Worker Name	Calculation	Result
68350	DE	= = 11 = 11	
293	CARL	152 + 30	= 182
294	MEGUEL	266 + 40	= 306
295	FVAG	176 + 50	= 226
296	GILVAN	126 + 30 + 21	= 157
297	ADELS	244 + 42	= 286
298	JOSE B	118 + 50	= 168
304	VALMAR	145 + 10	= 155
305	LEONAR	161 + 57	= 218
306	FAGUE	188 + 46	= 234
	GERAL	176 + 46	= 222
	J CARL	FALTA	- - - -
39	ROB	202 + 60	= 262

Fonte: Dados da pesquisa

Ao analisar o valor pago pela tonelada de cana cortada manualmente em comparação com o faturamento que a empresa conseguiu apurar, em 2012, percebemos que esse valor pago ao trabalhador equivale a, aproximadamente, 3,12% do faturamento que a empresa obtém com a tonelada de cana processada para produção de açúcar e 3,45% no caso da produção de álcool. Cada tonelada de cana produz 100 kg de açúcar, cujo valor de mercado, em 2012, era de R\$ 58,00 o saco de 50 kg. Portanto, cada tonelada de cana cortada rendia R\$ 116,00 em açúcar. Já no caso do etanol ou álcool anidro, cada tonelada de cana cortada produz, em média, 76 litros de álcool anidro, cujo valor de mercado por litro, em 2012, era de R\$ 1,38. Portanto, cada tonelada de cana rendia R\$ 104,88 em álcool anidro. Em média, cada tonelada de cana cortada gerava, em 2012, R\$ 110,44 para a empresa, conforme base de cálculo abaixo, construída a partir dos dados coletados ao longo da pesquisa de campo a respeito da produção.

a) Caso açúcar

1ton cana cortada = 100 kg de açúcar a R\$ 1,16 o kg

Logo 1ton cana cortada = R\$ 116,00 de faturamento com açúcar

Se o trabalhador recebe R\$ 3,62 por tonelada de cana cortada, o custo da mão de obra do corte manual de cana corresponde a 3,12% do faturamento com açúcar.

b) Caso álcool

1ton de cana cortada = 76 litros de álcool anidro a R\$ 1.38

Logo 1ton cana cortada = R\$ 104,88

Se o trabalhador recebe R\$ 3,62 por tonelada de cana cortada, o custo da mão de obra do corte manual de cana corresponde a 3,45% do faturamento com álcool anidro.

Além de receber uma porcentagem muito pequena, se comparada ao faturamento que o seu trabalho proporciona, o trabalhador tem dificuldade em compreender o processo de remuneração em meio a tantos cálculos e estimativas. Tal fato corrobora a afirmativa marxista de que a principal forma de se obter mais-valia é por meio da exploração da mão de obra do trabalhador.

No momento da pesquisa de campo, foi possível identificar acentuada desvalorização do trabalho tanto por parte da empresa quanto pelos próprios trabalhadores, que acreditam que a preocupação da empresa é prioritariamente financeira, que sempre tenta baratear o preço da cana por eles cortada. “Eles querem é ganhar em cima da gente” (Grupo Focal 2).

Concluimos que o processo de remuneração da empresa, ainda que seja lícito, não é uma prática transparente. Todos os trabalhadores entrevistados queixaram-se dos baixos salários e relataram que a empresa tenta esconder o real valor pago pela tonelada, conforme relatos a seguir, numa situação de usurpação, em que o valor pago é inferior ao combinado.

Eu não sei te falar quanto que eu corto porque você sabe que eu nem pesquisei isso? Porque lá nas folhas que eles dão pra gente não marca isso não (Trabalhador no campo).

O preço é disso aí para menos (R\$ 0,20) e, quando acontece do preço estar melhor, pode saber que a cana vai estar bem pior que essa aí. Nessa safra o preço mais alto foi R\$ 0,27 o metro, mas nem passarinho andava no meio da cana (Grupo Focal2).

No plantio a gente até consegue tirar R\$ 80,00 reais por dia. Mas, no corte, é muito difícil, só se a cana estiver muito boa e aqui a gente passa mais de um mês sem

trabalhar numa cana desse tipo. Hoje nós trabalhamos só nisso aí que você tá vendo, só nas canas que as máquinas não mexem. Então só sobra coisa ruim para nós (Grupo Focal 2).

Mas, para nós, nem faz muita diferença a cana em pé ou deitada, porque quando a cana está em pé eles pagam bem menos, não pagam o preço de uma cana-pé-de-rodo (cana deitada, difícil de ser cortada) não. Essa cana de hoje, eles devem pagar entre R\$ 0,20 a R\$ 0,24, agora o dia que cana tá em pé, eles pagam é R\$ 0,15, no máximo R\$ 0,18. Então, ganha um pelo outro. Por exemplo, trabalhando aqui, nessa cana ruim você ganha uns R\$30,00 no dia. Aí no dia da cana em pé, sai os mesmo R\$ 30,00, mesmo tendo produzido mais (Trabalhador local no campo).

Os trabalhadores percebem também o sucateamento salarial ao longo dos anos:

Nós chegamos num ponto que eu acho que nós estamos trabalhando mais e ganhando menos. De 2011 pra cá piorou. Antes a gente cortava menos e ganhava mais, agora nós estamos esforçando mais e ganhando menos (Grupo Focal 1).

Numa cana igual essa aqui, a gente tem que tirar 100 metros para dar mais que a diária. Não é mais como antes (Grupo Focal 2).

4.1.4.2 Uma conta que não fecha: sobre as contradições no processo de remuneração por produção

Diante da complexidade do processo de pagamento individualizado e dos relatos dos trabalhadores, à primeira vista contraditórios, os dados referentes à remuneração não nos parecem evidentes.

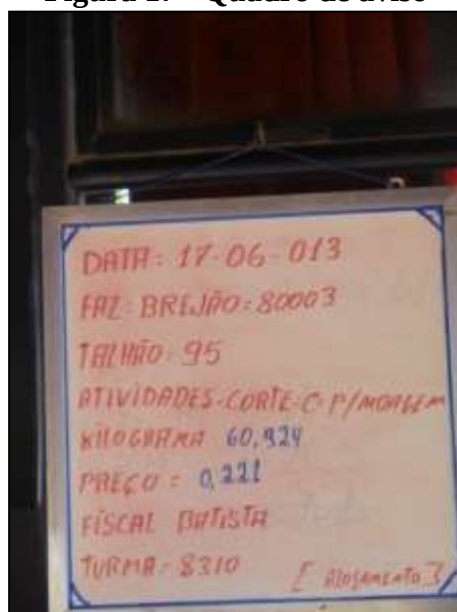
Primeiramente, os dados fornecidos no quadro de avisos não equivalem ao valor pago pelo metro linear de cana cortada. Este é inferior à proporção calculada a partir da estimativa de toneladas por hectare que aquele talhão deveria produzir.

$$X = V_{ton} \div 1.428$$

Cálculos

$$X = (3,62 \times 60,924) \div 1.428 \quad (7)$$

$$X = R\$ 0,154$$

Figura 17 - Quadro de aviso

Fonte: Dados da pesquisa

Na foto, o valor estimado para este talhão era de 60,924 toneladas de cana por hectare. Porém, o preço pago pelo metro linear de cana cortada era de R\$ 0,221. Ao lançar os respectivos valores na fórmula de conversão do valor em tonelada para cada metro linear de cana cortada, chegamos ao valor de R\$ 0,154.

Os trabalhadores entrevistados relataram que, no momento de nossas visitas, o preço da cana sempre era aumentado:

No corte de cana tem muita coisa que eles falam que tem, que dá, mas, na verdade não dá. Por exemplo, não sei se é porque eles sabiam que vocês iam lá (no campo) ontem. Então, o preço ontem foi bom. Mas tem dia que mesmo pra mim, que sou um dos primeiros na rua (eito), fica difícil ganhar alguma coisinha, porque o preço que eles colocam na cana é muito baixo (Entrevistado4).

Ontem a cana estava até boa. Eu acho que é porque eles perceberam que vocês iam lá, então melhoraram o preço. Mas nós estamos cortando cana pior que aquela lá por 0,20 centavos e aquela já era de 0,27, não é? Então todo mundo desconfiou porque o preço estava até bom, não é? Mas eles nunca pagam esse preço, fica sempre em torno de 0,17, 0,18, nunca passa de 0,20 não. Vocês podem ir lá mais vezes pra ajudar a gente (Grupo Focal1).

Outro fato que nos chamou a atenção foi a diferença salarial entre trabalhadores locais e migrantes. O presidente do sindicato acreditava que a diferença salarial chegava a 100%: “Se pegar o melhor dos migrantes com o melhor daqui, dá o dobro de salário”.

“O meu pessoal que são os migrantes, dificilmente ganha menos que R\$ 70,00 a diária. Eu tenho gente que ganha de R\$ 90,00 a R\$ 100,00” (Líder de turma).

No caderno de produção, o líder de turma mostrou como exemplo: um trabalhador

cortou 350 m. Com o metro R\$ 0,20, a diária dele naquele dia foi de R\$ 70,00.

Tal discrepância aponta para outra dificuldade: calcular o valor médio dos salários, com base na produção total de cana cortada manualmente na safra 2012-2013. Nesse caso, não houve como diferenciar a média salarial dos trabalhadores migrantes e dos trabalhadores locais. Como vimos, a média que nos foi passada, tanto pelos líderes de turma, como pelo presidente do sindicato, era de R\$ 810,00 para os trabalhadores locais e R\$ 1.300,00 para os trabalhadores migrantes.

Pelos dados que conseguimos, foram colhidas, manualmente, aproximadamente 650.000ton de cana. Considerando que a safra teve duração de nove meses (conforme informação do sindicato) e que o trabalhador em questão trabalhou seis dias por semana, chegamos à estimativa da média de produção de 14ton de cana queimada/dia/trabalhador. Nesse contexto, a média salarial seria de R\$ 1.376,00 mensais ou R\$ 52,92 a diária, de acordo com o cálculo abaixo:

26 dias trabalhados por mês x 9 meses de safra = 234 dias de trabalho

650.000ton ÷ 234 dias = 2.778ton/dia

2.778 ton./dia ÷ 190 trabalhadores por dia no campo = 14,62ton/dia por
trabalhador

(8)

14,62ton/dia x 3,62 reais/ton. = R\$ 52,92 reais por dia

R\$ 52,92 reais por dia x 26 dias trabalhados = R\$ 1.376,00 mensais

A esse valor médio ainda teriam que ser acrescidos os demais benefícios com horas *in itinere*, prêmio por produção, bônus, etc., o que elevaria ainda mais a média salarial. Adiante, apresentaremos os critérios de concessão desses benefícios.

O presidente do sindicato disse que, mesmo na turma dos trabalhadores locais, era raro alguém que ganhasse apenas o piso salarial, “porque quem tá aqui quer ganhar dinheiro”.

O fiscal de turma explicou que, entre os trabalhadores locais, pelo fato de haver mulheres e pessoas com mais idade, a diferença de produção entre o melhor cortador era muito grande em relação àquele que produzia menos.

A média da turma dos trabalhadores locais não é tão boa. Numa mesma turma tem gente que corta uma média de duas a três toneladas/dia e outros que cortam de 15 a 17 toneladas. Na turma, a gente observa que enquanto um tira 300 metros, outro tira 60 a 70 metros (Fiscal de turma).

A diferença de produção também acontece em função da qualidade da cana no eito.

Num mesmo talhão você vai ter cana diferente, quem fica nas encostas da curva de nível, por exemplo, vai andar/render menos (Presidente do sindicato).

Quando acontece isso, normalmente é na beirada do talhão, porque é cana que pega mais sol e dá mais broto, ou então é na curva de nível, por causa da água. Então, nesse caso, o líder de turma diminui uma ou duas ruas no eito pra compensar essa dificuldade no corte. Mas, mesmo assim, dá diferença ao final do dia (Fiscal de turma).

Ao longo da pesquisa de campo, foi observado que a faixa salarial por trabalhador variava entre R\$ 800,00 e R\$ 2.500,00, conforme dados fornecidos pelo sindicato e relatos coletados:

O pagamento aqui depende da produção da gente, não é. Mês passado eu tirei R\$ 2.900,00, quase R\$ 3.000,00 (mas tinha férias). Esse mês eu tirei R\$ 2.300,00 livre (Trabalhador migrante).

Meu ganho varia, eu trabalho muito. Eu tiro em torno de R\$ 1.900,00 líquido (Trabalhador migrante).

Tem mês que dá pra tirar até R\$ 2.000,00. Outro mês já tira mais pouco, R\$ 1.600,00 nessa faixa (Trabalhador migrante).

Eu ganho R\$ 800,00 por mês (Trabalhador local).

Eu tiro entre R\$ 1.100,00 e R\$ 1.200,00, não muda muito não (Trabalhador local).

Entre os trabalhadores locais a média de produção era de oito toneladas de cana queimada/homem/dia. Já entre os trabalhadores migrantes essa média saltava para 15 toneladas

Todos esses fatores reiteram que a forma de remuneração do trabalhador é bastante complexa e, muitas vezes obscura e difícil de ser ilustrada por projeções, valores médios ou exemplos hipotéticos. No entanto, como já afirmamos, o sistema de pagamento por produção é fator essencial para a intensificação do trabalho.

Registramos algumas anotações do caderno do líder de uma turma de trabalhadores migrantes. No dia 07 de junho de 2013, eles estavam na fazenda 'xx', talhão 5, e o preço do metro linear de cana cortada era R\$ 0,251. Dos 34 trabalhadores aferidos, foram registradas duas faltas. Em relação à produtividade, o menor valor registrado foi de 110m de cana cortada no eito, ou R\$ 27,61, enquanto que o maior valor foi de 326m, ou R\$ 81,83. A maioria dos trabalhadores produziu entre 156 e 300m de eito, com diária entre R\$ 39,16 e R\$ 75,30. A partir desse registro (Figura 18), levantamos o seguinte resultado (Tabela 4):

Figura 18 - Registro da Produtividade

ENC: 100/110-30964 PRACO: Q254

TALHAO: 05

07.06.013

28350 DE	=	=	11	11
28350 CAR:	152 + 30	=	182	
284 MIZOM	266 + 40	=	306	
285 FINE	176 + 50	=	226	
286 GILWA	126 + 30 + 21	=	177	
287 ANEL	244 + 42	=	286	
288 JATE	118 + 50	=	168	
289 MIM	445 + 10	=	455	
290 CROM	161 + 57	=	218	
291 FINE	183 + 46	=	229	
292 FINE	176 + 46	=	222	
293 FINE	FALTA	=		
294 FINE	262 + 60	=	322	
295 FINE	163 + 66	=	229	
296 FINE	146 + 50	=	196	
297 FINE	161 + 56	=	217	
298 FINE	146 + 48	=	194	
299 FINE	176 + 46	=	222	
300 FINE	160 + 36	=	196	
301 FINE	202 + 50	=	252	
302 FINE	94 + 16	=	110	
303 FINE	226 + 31	=	257	
304 FINE	231 + 40	=	271	
305 FINE	176 + 40	=	216	
306 FINE	273 + 40	=	313	
307 FINE	266 + 40	=	306	
308 FINE	114 + 21	=	135	
309 FINE	FALTA	=		
310 FINE	148 + 74	=	222	
311 FINE	126 + 30	=	156	
312 FINE	266 + 40	=	306	
313 FINE	244 + 42	=	286	
314 FINE	118 + 40	=	158	
315 FINE	111 + 40	=	151	
316 FINE	226 + 52	=	278	

326

Fonte: Dados da pesquisa

Tabela 4 - Produtividade

Produção em metros lineares	Valores estimados		
	Nº trab.	R\$	ton. cana
110	01	27,61	7,63
Entre 111 e 134	00	-	-
Entre 135 e 155	03	Entre R\$ 33,89 e R\$ 38,90	Entre 7,7 e 10,75
Entre 156 e 196	08	entre R\$ 39,16 e R\$ 75,30	Entre 10,82 ton. e 20,80 ton.
Entre 198 e 215	00		
Entre 216 e 234	09		
Entre 235 e 251	00		
Entre 252 e 286	08		
Entre 287 e 305	00		
306	02	76,80	21,21 ton.
Entre 307 e 325	00		
326	01	81,83	22,6 ton.

Fonte: Criado pela autora com dados extraídos de registros cedidos pela empresa

De acordo com os dados elencados acima e utilizando as fórmulas anteriormente citadas, chegamos à conclusão de que, naquele dia, a estimativa de rendimento do talhão era de aproximadamente 99ton de cana por hectare. Nesse caso, pela tabela de conversão adotada pela empresa, cada metro de cana cortada no eito equivaleria a 69,328 kg de cana. Portanto, de acordo com esse registro, constatamos que um dos trabalhadores chegou a cortar 22,6ton de cana, sendo que 20 trabalhadores superaram a média de 13ton. Não temos como comprovar esse dado porque não fizemos um levantamento ergométrico dessa atividade. Mas esse é um dado oficial fornecido pela empresa.

Quando calculamos a média de produção dessa turma, naquele dia, descobrimos que, em metros lineares de eito, a média foi de aproximadamente 222 m. Já em toneladas, a média foi de 15,3ton de cana cortada/homem/dia, o que confirma a média informada tanto pela empresa quanto pelo sindicato, no que se refere aos trabalhadores migrantes. Tal dado revela a necessidade de atualização dos estudos ergonômicos para essa atividade.

4.1.4.3 Sobre as horas *in itinere*

No Brasil, o pagamento de horas *in itinere* é regulamentado por lei, as quais são consideradas horas extras e se caracterizam pelo trajeto do empregado entre sua residência e o local de trabalho e vice-versa, em transporte fornecido pelo empregador. No caso estudado, o pagamento dessas horas era registrado em acordo coletivo. Na safra 2012-2013, a empresa computava diariamente 25 minutos *in itinere*, referentes ao período de deslocamento entre a cidade e o campo (local de trabalho), no valor de 70% do valor da hora salarial do trabalhador. É importante ressaltar que o valor da hora *in itinere* não é fixo, pois é calculado com base na remuneração mensal de cada trabalhador. O cálculo era feito da seguinte forma: dividia-se o valor total da remuneração do trabalhador pelos dias trabalhados naquele mês, para então se chegar a 70% desse valor. Utilizando-se o exemplo da média salarial de R\$ 1.368,00 mensais, o valor seria de R\$ 49,82, conforme base de cálculo abaixo:

Salário: R\$ 1.368,00, logo o valor da hora R\$ 6,57, considerando 26 dias trabalhados (4,5 semanas x 6 dias por semana)

70% dessa hora (R\$ 6,57) = R\$ 4,60 hora *in itinere* (9)

25min x 26 dias = 650 min ($\div 60$) = 10, 83 horas

10,83 horas x 4,60 reais por hora *in itinere* = **49,82** reais nesse mês

Já na safra 2013-2014, a empresa passou a pagar 45 minutos diários de hora *in itinere*, porém, o percentual diminuiu para 50%, permanecendo os mesmos critérios de cálculo. Nesse caso, houve um aumento relativo no total da remuneração, conforme exemplos ilustrativos a seguir.

Situação 1

Salário: R\$ 1.000,00; valor da hora R\$ 4,81; 70% dessa hora = R\$ 3,37 *in itinere*

26 dias trabalhados

25min x 26 dias = 650 min = 10, 83 horas

10,83 horas x 3,37 reais por hora *in itinere* = **36,51** reais nesse mês (10)

Situação 2

Ex1: Salário: R\$ 1.000,00; valor da hora R\$ 4,81; 50% dessa hora = R\$ 2,40 *in itinere*

(11)

45min x 26dias = 1170min = 19,5 horas

19,5 horas x 2,40 reais por hora *in itinere* = **46,80** reais nesse mês

Ex2: Salário: R\$ 1.368,00; valor da hora R\$ 6,57; 50% dessa hora = R\$ 3,29 *in itinere*

26 dias trabalhados

45min x 26dias = 1170min = 19,5 horas

19,5 horas x R\$ 3,29 reais por hora *in itinere* = **64,16** reais nesse mês R\$ 64,16

Destacamos que, caso o trajeto entre a cidade e o campo ultrapassasse o tempo estipulado, não havia nenhuma remuneração extra. No entanto, um dos trabalhadores migrantes relatou que no Estado de São Paulo essas horas eram pagas integralmente.

Lá (em São Paulo) o que compensa é a hora extra de transporte, porque lá eles pagam tudo. E aqui não. Aqui, às vezes, se a gente vai trabalhar numa fazenda que fica longe, a gente perde, porque eles não pagam. Lá em São Paulo a fiscalização é maior também, então, eles pagam tudo (Grupo Focal1).

Segundo o presidente do sindicato, no mês de junho de 2013, os trabalhadores saíam do ponto do ônibus às 7 horas da manhã e só retornavam entre as 18 e 19 horas em função da distância do canavial, que ficava a 100 km da cidade, e o traslado levava cerca de duas horas.

“Teve uma turma (a frente 4) que ficou uma semana inteira saindo às cinco horas da manhã do ponto e retornando às 18 horas” (Presidente do sindicato).

Por esse motivo, no acordo coletivo da safra 2013-2014 o sindicato conseguiu reivindicar a melhoria dessa remuneração, com o compromisso de que, a partir da safra 2014-2015, as horas *in itinere* seriam pagas pelo valor integral da hora trabalhada.

4.1.4.4 Sobre o descanso semanal remunerado

É importante esclarecer que tampouco o descanso semanal remunerado (DSR) tinha um valor fixo, pois era calculado com base na remuneração que o trabalhador conseguiu atingir naquele mês, seguindo a fórmula: salário total/30 (ou 31) dias do mês, conforme exemplo ilustrativo, abaixo:

Situação 1

Salário: R\$ 1.000,00 no mês N $\div$ 30 (número de dias no mês) = R\$ 33,33 por dia (12)

Logo, o DRS será de R\$ 33,33 por dia de folga que o trabalhador tiver no mês. Considerando quatro dias de folga (um por semana, num mês com quatro semanas), o valor, nesse mês N, será de R\$ 133,33.

Situação 2

Salário: R\$ 1.368,00 no mês N $\div$ 30 (número de dias no mês) = R\$ 45,6 por dia (13)
 R\$ 45,6 por dia de descanso x 4 dias = R\$ 182,40 nesse mês N

4.1.4.5 Sobre o pagamento de prêmios e benefícios

Há também o pagamento de um prêmio estipulado pela empresa para estimular o não-absenteísmo e o cumprimento das metas de produção. O Descanso Semanal Remunerado /Férias, Variável e Adicional de Horas Extras (DSR/FerVar. A. Extra) é um valor (variável de acordo com o salário mensal) que é recebido pelo trabalhador, cujo objetivo é garantir alguns benefícios. As férias remuneradas, o 13º salário, o Aviso Prévio e o valor recebido em caso de um afastamento pelo INSS são todos somados, levando-se em conta essa "Variável" (DSR/FerVar. A. Extra), que seria aquele valor que o trabalhador ganha além do piso salarial (R\$718,00). Por exemplo, se um trabalhador que ganha uma média de R\$2.000,00 mensalmente (contando horas extras trabalhadas, produção, DSRs, etc.) for afastado por acidente de trabalho, ele não vai ganhar um valor referente a R\$718,00, mas a R\$2.000,00, que é sua remuneração mensal média. Isso foi negociado entre o sindicato e a usina e consta no acordo coletivo.

Já o DSR/Fer (Descanso Semanal Remunerado de Feriado) é o valor pago nos dias de domingo, feriado ou outros dias considerados como não-trabalháveis (recessos, por exemplo), mas nos quais o cortador de cana trabalhou. O trabalhador migrante, por exemplo, cumpre um esquema 5x1 (trabalha cinco dias e folga um, que pode ser qualquer dia da semana). Quando acontece de ele trabalhar no domingo, recebe o DSR/Fer. Esse valor é calculado com base na média do valor ganho por dia durante aquele mês, ou seja, não é um valor fixo como uma diária, por exemplo. É interessante notar que, no caso de o não migrante (que trabalha de segunda a sábado) trabalhar no domingo, ele ganha apenas esse valor calculado sobre sua

média, conforme exemplo abaixo:

Salário: R\$ 1.368,00 no mês N ÷ 30 (número de dias no mês) = R\$ 45,6 por domingo/feriado trabalhado no mês N (14)

Já o trabalhador migrante (que cumpre regime de 5x1), quando trabalha no domingo, recebe essa média, a cana cortada (produção) e mais um bônus de R\$26,00, que é concedido pela usina àqueles que cumprem tal regime. Nesse caso, o domingo trabalhado pelo migrante segue o seguinte cálculo:

MÉDIA (remuneração mensal dividida por 30)
+
PRODUÇÃO DO DIA (15)
+
BÔNUS (R\$26,00) (para cada domingo trabalhado)

Essa remuneração do domingo trabalhado também contribui para aumentar a distância entre o salário do migrante e do não migrante.

“Quem trabalha no domingo ganha em torno de R\$ 100,00 a mais do que quem folga no domingo” (Presidente do sindicato).

Sobre a escala semanal de trabalho, um trabalhador local que estava havia 27 safras na usina relatou:

[...] antigamente a gente trabalhava era a semana inteira, tudo emendado. Não tinha esse negócio de folga, então a gente ganhava o mês cheio. Agora esse pessoal de fora já tem o costume de trabalhar no esquema de 5x1, e já o povo da cidade não gosta de trabalhar no domingo, porque domingo é dia de ir pra casa da mãe. Então, a gente ganha menos (Grupo Focal 2).

Outro ponto importante de se ressaltar é em relação aos feriados. Sempre que há um feriado, a usina "convida" os trabalhadores interessados para trabalhar. Os migrantes sempre aceitam o convite, pois, além desses três itens já mencionados acima (média+produção+bônus), a hora trabalhada é somada como hora extra (com um adicional de 100%). Além disso, nos feriados, a usina dá prioridade para queima da "cana boa" (o que contribui para uma boa produtividade) e ainda dobra a remuneração por produção (se o trabalhador corta duas toneladas, a empresa conta como se ele tivesse cortado quatro, por

exemplo), para estimular o trabalhador a trabalhar no feriado. Dessa forma, o cálculo da remuneração no feriado seria:

MÉDIA MENSAL

+

PRODUÇÃO

+

BÔNUS (R\$26,00)

+

HORAS-EXTRAS

(16)

As Figuras abaixo se referem a exemplares de contracheques dos trabalhadores migrantes, onde são mostrados os valores pagos.

Figura 19 - Contracheques

			80022	46	1039 Corte de Cana Moag	0,14	12,00	0,9071000	22,08	49,77	6,76
					1074 Hora in Intinere		4,50	4,906667	36,86		
					1070 DSR		1,00	36,860000	3,68	40,54	1,13
					1266 DSR/PerVar. A.Extra		1,00	3,680000	23,96		
					1005 Atestado Medico/Od		7,33	3,268759	24,01	24,01	0,02
10:56	11:57	15:18	80022	16	1039 Corte de Cana Moag	1,00	83,00	0,271000	34,72	34,72	3,30
10:56	11:58	15:21	80023	64	1039 Corte de Cana Moag	0,89	108,00	0,271000	31,24		3,41
10:55	12:00	15:21	80023	64	1039 Corte de Cana Moag	0,11	15,00	0,772700	3,86	35,10	
			80023	61	1039 Corte de Cana Moag	1,00	157,00	0,241000	40,40	40,40	5,04
10:56	11:59	15:21	80007	88	1039 Corte de Cana Moag	1,00	313,00	0,231000	77,19		16,30
10:55	12:02	15:02	80007	144	1039 Corte de Cana Moag		3,75	4,906667	18,40	95,59	5,63
					1074 Hora in Intinere		1,00	39,230000	3,07	42,30	0,94
					1070 DSR		1,00	3,070000	33,21	33,21	2,84
					1266 DSR/PerVar. A.Extra		0,36	0,172700	9,78		
10:56	12:03	15:19	80003	21	1039 Corte de Cana Moag	0,64	96,00	0,172700	17,42	27,20	1,00
11:31	12:15	15:22	80023	56	1039 Corte de Cana Moag	1,00	120,00	0,271000	34,72	34,72	3,30
			80003	21	1039 Corte de Cana Moag	0,05	6,00	0,283700	1,80		
10:56	11:58	15:21	80023	52	1039 Corte de Cana Moag	0,95	112,00	0,271000	32,40	34,20	3,14
10:56	11:59	15:21	80023	54	1039 Corte de Cana Moag	1,00	340,00	0,180000	65,35	65,35	12,6
			80023	52	1039 Corte de Cana Moag	1,00	300,00	0,180000	57,66		133,7
10:56	11:57	15:21	80023	236	1074 Hora in Intinere		4,17	4,906475	20,46		6,2
10:57	11:57	15:21	80023	236	1157 Dif. Dissidio Coletivo		1,00	403,350000	403,35	481,47	
Resumo das Verbas											
Quantidade	Valor	Verba	Quantidade	Valor	Verba	Quantidade	Valor	Verba	Quantidade	Valor	Verba
4,512,00	1,045,23	Hora in Intinere	18,42	90,38	DSR	4,00	23,96	Atestado Medico/Odontol.	7,33		
4,00	14,11	Horas Normais (diar.S/VL)	7,33								
1,00	403,35										
Total										1,76	
	403,35	3400 - 3400	7,33	23,96	3402 - 3402	4,00					
1,00	23,96	3422 - 3422	4,512,00	1,045,23	3472 - 3472						
18,42	90,38	8012 - 8012	299,52		- 9400	183,54					
220,00		- 9402	7,33								

Fonte: Dados da pesquisa

Figura 20 - Contracheques

ABRIL	001	2240	25812-1	0
718,68				
ABRIL	DESCRIÇÃO	QTDE	PROVENTOS	DESCONTOS
1400	Horas trab. base diárias	45,40	148,45	
1402	Descanso Sem. Remunerado	6,00	366,75	
1422	Prod. EM. Cans p/Moagem	3147,0	1.064,83	
1437	Complemento Produção dia		17,41	
1472	DSR/Per Var. A.Extra	10,50	15,14	
1475	Hora Intineres 70% - FIMH	9,00	58,25	
214	Contr. INSS Remuneração			150,36
045	Desc Adiant. Mês Corrente			616,68
TOTAL PROVENTOS			1.670,63	
TOTAL DESCONTOS				767,04
TOTAL LÍQUIDO				903,59
PROVENTOS			1.670,63	
TOTAL DESCONTOS				767,04
TOTAL LÍQUIDO				903,59
				1.670,63

Fonte: Dados da pesquisa

No entanto, quando acontece falta sem justificativa, o trabalhador não recebe o valor da diária, além de não ser computado o pagamento dos benefícios referentes àquele dia.

A empresa ainda paga alguns outros benefícios, como plano de saúde e auxílio alimentação.

No que se refere ao plano de saúde, não há nenhum desconto no contracheque relativo a esse benefício. O único custo que o trabalhador tem acontece quando ele faz uso do plano, seja em uma consulta médica, um exame, uma cirurgia, a compra de algum medicamento, etc. Nesse caso, o trabalhador paga o preço estipulado na tabela da operadora do plano, que era, na época, a Unimed. O presidente do sindicato informou que se tratava de um plano bastante completo, apesar de não cobrir gastos com instrumentos, aparelhos ou objetos externos ao corpo do trabalhador, como muleta, óculos, cadeira de rodas, etc.

Um ponto importante de se ressaltar é o fato de que os familiares com parentesco de 1º grau também têm direito de usufruir do plano de saúde; porém, no caso dos migrantes, os

familiares não têm esse direito, já que não moram na mesma cidade.

Outro detalhe importante diz respeito à situação de afastamento do trabalhador por motivo de doença. Após seis meses afastado da empresa, o trabalhador tem que custear o plano, exceto no caso de acidente ou doença relacionada ao trabalho. O valor mensal do plano varia de acordo com o número de dependentes nele incluídos. Se o trabalhador tem uma família de quatro pessoas, por exemplo, ele tem de pagar R\$90,00 por mês para manter o plano. Há também a possibilidade de suspender o contrato com a Unimed até retornar à empresa.

Juntamente com o plano de saúde, a empresa fornece ao trabalhador um seguro de vida chamado Bradesco Vida Seguro, que, no caso de morte ou invalidez total do trabalhador, chega ao valor de 25 salários (nesse caso é levado em conta o salário do trabalhador, e não o salário mínimo. Portanto, é feita uma média dos últimos salários) e cobre até R\$7.000,00 de despesas com serviços funerários. No caso de invalidez temporária, chega ao valor de 12 salários. No caso de morte de algum familiar de 1º grau que estiver incluído no seguro, o trabalhador tem direito a ¼ do teto do seguro, o que equivale a 6,25 salários.

Os trabalhadores disseram que o plano de saúde era o principal diferencial positivo do salário na empresa:

O plano de saúde é assim: para consulta, eles descontam R\$ 30,00 no contracheque. Mas, vale a pena porque se a gente fosse pagar particular ia ser uns R\$ 200,00 ou mais. Agora para cirurgia, outras coisas, o máximo é R\$ 30,00 também. Então vale muito a pena (Grupo Focal).

Hoje trabalhar na construção civil é mais fácil que aqui. Porque na construção civil você trabalha de segunda a sexta, tem um salário fixo. Por outro lado, você não tem um plano de saúde. Aqui na usina a gente leva em conta mais é o benefício, igual quem tem filho, família, o plano de saúde ajuda muito. Mas, sobre o serviço, qualquer serviço que você for fazer hoje, você vai ganhar mais que aqui. Pode procurar lá na cidade que vai dar mais que a usina. Muitos dos que têm família estão aqui porque o plano de saúde da usina é muito bom (Grupo Focal 2).

Além do plano de saúde, o sindicato oferece tratamento dentário para os trabalhadores (migrantes e locais) e familiares dos trabalhadores locais (pais, filhos e cônjuges).

Já no caso do auxílio-alimentação, os maiores beneficiados são os trabalhadores locais (não migrantes). Eles recebem o auxílio cesta básica, no valor de R\$ 80,00 mensais (em 2012). No entanto, esse valor não foi reajustado nas últimas safras. Em 2012 o valor da cesta básica em Belo Horizonte era de R\$ 258,00 (PREÇO..., 2012). Em 2014 esse valor passou para R\$ 312,25 (Folha de São Paulo, 2014). Portanto, esse auxílio é bem inferior ao custo que o trabalhador tem com alimentação. Os trabalhadores migrantes, por sua vez, não recebem esse auxílio e ainda pagam, descontada no salário, uma taxa mensal de R\$ 33,00 referente às

despesas com alimentação e moradia no alojamento.

Além da remuneração mensal, a empresa conta com um Prêmio de Participação nos Resultados (PPR), o qual também é registrado no sindicato, cuja remuneração é anual e varia de acordo com a eficiência de cada setor em relação às metas da empresa.

O cálculo do PPR (chamado pelos trabalhadores simplesmente de PL, ou Participação no Lucro), se dá de forma que os trabalhadores começam a temporada com 100% do PPR e esse percentual vai diminuindo à medida que as metas estipuladas pela empresa não são totalmente cumpridas. É feito de maneira segmentada, dividindo-se a empresa em três grandes setores:

- a) **setor rural:** Envolve todos os trabalhadores do campo (cortadores de cana, tratoristas, motoristas, técnicos agrônomos, etc.).
- b) **setor de RH:** Envolve os trabalhadores do RH.
- c) **setor da Indústria:** Envolve os trabalhadores da indústria, envolvidos no processo de transformação da matéria-prima.

Feita essa divisão, cada setor tem as próprias metas a cumprir, por exemplo: se o RH consumiu mais folhas A4 do que deveria em junho, o PPR dos trabalhadores do setor rural e da indústria não sofre alteração alguma. Há certa independência de cada setor no que tange ao cálculo do PPR. No entanto, certos casos envolvem mais de um setor, como no caso das metas relativas a faltas, acidentes de trabalho ou afastamentos, que envolvem o setor de RH e o setor do trabalhador faltoso ou acidentado, por exemplo.

Além das metas de cada setor e das metas compartilhadas por mais de um setor, há uma meta que envolve todos os três setores: a chamada Meta Global, que diz respeito ao quanto a empresa comprou, produziu e vendeu naquele ano. A meta global está ligada à lucratividade da empresa naquele ano. Além da Meta Global, há ainda uma meta relativa às mortes no trabalho, meta essa que envolve toda a empresa, independentemente do setor em que trabalhava o falecido.

As metas relativas ao PPR são as mesmas para todas as 13 unidades da empresa, “são metas que já vêm prontas ‘de cima’, o que dificulta muito a possibilidade de renegociação ou reajuste” (Presidente do sindicato). Além disso, segundo o entrevistado, não são devidamente esclarecidas aos trabalhadores ao início do ano, de forma que os trabalhadores não têm consciência plena das metas que devem ser alcançadas durante o ano. Eles tampouco são informados a cada mês sobre como tem sido o desempenho dos setores em relação às metas, o

que não contribui para que haja uma melhoria de desempenho de sua parte.

O período de tempo sobre o qual é calculado o PPR é de março a março. Após o término desse período, há um tempo de dois a três meses para que seja feito o cálculo de quanto cada trabalhador receberá de PPR, e o pagamento é feito no mês de junho, geralmente.

Os trabalhadores manifestaram certa indignação tanto em relação aos critérios de fixação do preço da tonelada de cana cortada quanto no que tange aos parâmetros utilizados pela empresa para calcular o valor do prêmio de participação nos lucros.

Em uma das visitas ao campo, registramos relatos de um grupo de quatro trabalhadores que demonstraram insatisfação em relação ao PPR, uma vez que, na visão deles, o setor agrícola é sempre prejudicado na apuração dos resultados:

- Tudo que a nossa unidade perde, a culpa cai sempre é na gente aqui.
- Agora não dá pra entender, porque a gente sabe que essa unidade aqui é a terceira maior, que mais produz do grupo.
- Nas outras fábricas tem três ou quatro itens pra ser avaliado, agora aqui já são cinco itens e ainda pega outros setores que não são dos cortadores de cana: queima, plantio, perda e óleo de máquina, agora o que que nós temos com isso?.
- O problema é que a gente não tem um gerente que pensa na gente.
- E ainda tem os itens que fazem todo mundo perder mas que o trabalhador não entende: ele perde quando ele falta, ele perde quando ele pega um atestado e ele perde quando ele vai pro INSS. Então a falta nossa hoje entra três vezes dentro da participação no lucro.
- Agora você veja, a indústria deu quase 100% por quê? Porque o gerente deles defende eles.
- Já nós aqui estamos perdendo participação no lucro por conta do acidente que teve lá dentro do prédio deles. Porque a cada dia que a gente fica na diária, nós estamos perdendo em produção.
- É mesmo, cada dia que a gente vem pra retampa³⁴, pra capina, a gente tá perdendo a participação no lucro.
- Pois é, o nosso é dessa forma, a gente perde em tudo. Agora o da gerência não é dessa forma, não.
- Agora, se a usina ficou em terceiro lugar, como que o prêmio fica em R\$ 300,00? É só o da lavoura que deu isso, porque o resto ganhou mais.
- Eu não concordo porque pra rodar uma indústria daquela lá, tudo depende da lavoura, o plantio, o corte, tudo tem que sair é daqui e aqui é o que recebe menos.
- O coração da usina tá aqui.
- Quem trabalha mais tem menos valor.
- A área que tem mais salários para negociar é a nossa. Hoje, para o novo acordo coletivo, estamos negociando 19 salários (cargos). Então pensa: como nós vamos acudir isso tudo sem prejudicar ninguém?
- Pois é, eu sei que é difícil, mas quem trabalha mais é o que ganha menos. A parte menos valorizada é de quem trabalha mais (Grupo de Trabalhadores em conversa no campo).

Os problemas políticos e econômicos geram, segundo Sampaio e Goulart (1999), a concentração de renda e de poder na mão de alguns, constituindo-se nos maiores responsáveis pela insegurança dos trabalhadores. Na pesquisa de campo, foi possível perceber tal fenômeno

³⁴Retampa: atividade de cobrir novamente as mudas plantadas de forma mecanizada

na conclusão do diálogo sobre os prêmios. A conversa foi encerrada depois que um dos trabalhadores disse:

Esses prêmios na verdade, ficam na mão do patrão. Quando o coordenador quer que o trabalhador ganhe, ele lança lá para eles, quando não quer, não lança. Então tem gente que, produzindo ou não, ganha todo mês e já tem gente que quase não ganha prêmio nenhum (Trabalhador, Grupo de Trabalhadores).

Portanto, ao analisarmos as condições de trabalho do cortador de cana, concluímos que existem várias condições degradantes que são também fonte de sofrimento, como os baixos salários, a intensificação da produção e a ameaça de desemprego. Ao longo da pesquisa de campo, foi possível perceber também que fatores como a pobreza, a baixa escolarização e a falta de qualificação profissional são os principais determinantes da vulnerabilidade do trabalhador do corte de cana e atuam como pano de fundo da submissão. De acordo com Souza e Patrocínio (1999), quando o ser humano está diante de um problema grave como a sua sobrevivência e a sobrevivência de sua família, são comuns os sentimentos de frustração, de desengano e de desespero. Nessa perspectiva, a desigualdade social encontra-se institucionalizada em determinadas situações de injustiça social, como é o caso das condições de trabalho dos cortadores de cana.

4.2 Os sentidos do trabalho

Ao longo da pesquisa de campo, foi possível perceber vários aspectos relacionados aos sentidos que o trabalhador atribui ao seu trabalho. Muitos deles já foram abordados anteriormente, como a questão da remuneração, por exemplo. Nesse subitem, destacamos os aspectos identitários e imaginários, relacionados com a representação social que os trabalhadores têm a respeito de suas condições de vida e de trabalho. Em primeiro lugar, destacamos a relação entre temporalidade e trabalho, em que o passado ora é citado com eufemismo, ora é demonizado, de acordo com as recordações que os trabalhadores têm do trabalho. Em seguida, passamos à discussão do caráter identitário e sociohistórico do trabalho no corte manual de cana.

4.2.1 Temporalidade e trabalho

Alguns trabalhadores se referem ao passado de forma saudosista e relatam algumas perdas que estão relacionadas à ruptura dos vínculos sociais:

Antigamente a gente ainda podia plantar arroz, feijão, horta. A usina dava um pedaço de terra pra gente cuidar e depois repartia com a turma a produção, então a gente ainda ganhava mais isso. Até o ano de 2000 ainda tinha isso aqui. Então a gente plantava, tirava o da despesa e ainda vendia o resto, colhia 10 sacos de feijão, ficava com dois e vendia o resto. Agora hoje, além de a usina não dar mais essa terra, o pessoal também acha mais fácil ir no mercado e comprar um pacotinho de 1 kg do que ter 20 kg para vender, mas, com o trabalho de plantar e colher, né? Então é por isso também que a vida ficou mais cara (Grupo Focal2, Trabalhadores locais).

Lá no alojamento, há um tempo atrás eles deixavam agente usar aquele negócio, não sei como vocês tratam ele aqui, a gente trata de ‘rabo quente’ (aquecedor elétrico). Então a gente fazia o café, um já comprava um bolo dali, outro trazia outra coisa. Agora já não deixam mais. É proibido. Você não pode mexer com essas coisas. Antes tinha um fogãozinho lá fora onde a gente fazia, num dia de folga igual hoje, a gente fazia um macarrão que a gente mesmo cozinhava. Mas eles proibiram tudo. Não deixa nada disso lá dentro. E tem uma coisa, a regra é deles e se você não obedecer, manda você embora sem direito, sem nada (Entrevistado4).

Antigamente quando o cara era muito bom de podão, ele ganhava o título de ‘Rei do podão’. Ele ganhava um podão, uma lima, um bonequinho com o podão na mão (troféu) e eles pegavam o nome do cara e pregavam lá na frente da colheitadeira de cana. Então dava fama para a pessoa, quem é que não queria ter o nome lá? Hoje em dia não tem mais isso (Presidente do sindicato).

Por outro lado, outros trabalhadores guardam ressentimento quanto ao passado. Sobre esse aspecto, os trabalhadores relataram que, no passado, não eram reconhecidos como plenamente humanos.

Além da segurança, eu acho também que melhorou o diálogo. Antigamente a gente não podia abrir a boca, senão era balão, era advertência. Hoje os fiscais, os líderes têm mais educação com a gente. Por mais que, às vezes, eles prometem alguma coisa e depois não cumprem, mas, pelo menos, educação eles têm. Antigamente se você risse mais alto ou falasse qualquer coisa que eles não gostavam, já vinha a ordem: ‘amanhã você não precisa vir não’. Então a convivência e o diálogo melhorou muito (Grupo Focal 2).

Segundo Le Blanc (2011), essa recordação de ter sua dignidade violada é irreduzível e atualiza a ‘raiva’, a indignação e o sofrimento daqueles que foram alvo de tal violência. Nos relatos abaixo é possível perceber o quão vivas tais lembranças permanecem na memória dos trabalhadores e também o quanto essa raiva os leva a questionar o atual estado de coisas.

E, quando eu comecei a trabalhar na cana, eu batia ponteira de cana com o ônibus iluminando a roça, porque já tinha escurecido. Não tinha esse negócio de horário. Eu

trabalhei dois anos desse jeito. Hoje não, hoje tem intervalo de 10 minutos, ao meio dia, tem o horário do almoço. E, de tardezinha, às três horas, tem que parar de novo. Mas, no tempo que eu comecei a trabalhar, eu sentava era de cócoras, no meio do chão assim pra almoçar. Naquele tempo a gente levava marmita, eu levava a minha marmita. A gente chegava na roça com a marmita, fincava um pau no chão assim (em pé, como um poste), ali a gente pendurava e ia trabalhando e comendo, tudo sem parar. Porque tinha a produção então os ‘gatos’ ficava de cima, não podia dar balão. A hora que desse fome já empurrava aquilo pra dentro e continuava a batida. Porque era por produção, né, e o ‘gato’ ficava de olho porque ele ganhava em cima de nós. Aí a gente tinha que trabalhar desse jeito. Então hoje melhorou. [...] Já teve vez de eu chegar no alojamento às 8 horas da noite, tinha que jantar sujo. Depois chegava um caminhão pipa pra jogar água em nós. A gente passava sabão, enquanto o caminhão fazia o retorno, e aí voltava o caminhão e enxaguava, jogava água nas costas pra tirar o sabão. Então nesse ponto melhorou um bocado [...] a gente juntava lá num pátio sem roupa, sem toalha, só com uma pedrinha de sabão na mão (Entrevistado 4).

Em 1989, eu era ‘ajudante de bombeiro’, a água para o pessoal beber vinha do rio, eu ia lá com o balde, ou no rio, ou no caminhão pipa, enchia o balde e vinha com ele nas costas. Tinha um caneco só pra todo mundo, não tinha um pano pra tampar esse balde, nada. Então o último que chegava pra beber essa água, como eu passava no meio do canavial, quando chegava aos últimos, já estava preta de fuligem (Presidente do sindicato).

A marmita ficava na ‘mariquinha’: eram três pedaços de pau em pé que a gente usava para pendurar a marmita. Não tinha esse negócio de hora de almoço, a hora que dava fome a pessoa ia lá, buscava sua marmita e comia ali no eito mesmo. Às vezes a gente improvisava um fogão ou um fogo em baixo da mariquinha. Então acontecia da comida de um ou outro azedar. Aí a gente fazia o ‘garrote’ (cada um tirava um pouco do seu caldeirão pra dar cobertura pra aquele que perdeu sua comida) (Presidente do sindicato).

O caráter de superexploração é visto como uma crescente ao longo dos anos e se manifesta por meio do barateamento e desvalorização gradativa da mão-de-obra. Como já pontuado, os trabalhadores locais relataram a perda salarial significativa que eles vinham acumulando, nos últimos anos, e falaram também da desvalorização do seu trabalho, tanto na esfera organizacional como na esfera social.

Na verdade, nós estamos produzindo mais e ganhando menos (Grupo Focal 2).

O patrimônio que a gente tem hoje veio das safras do passado, porque hoje dá mesmo só para manter o que a gente já tem e, mesmo assim ainda é puxado. Um pai de família com três ou quatro filhos tem dificuldade para manter a casa dele, só com o salário daqui. Tem que ter mais gente da família dele trabalhando para ajudar a manter a casa (Grupo Focal2).

Antigamente na safra era assim, se a gente tinha vontade de trocar os móveis ou comprar alguma coisa, você ia lá e comprava tudo à vista. Comprava geladeira, móveis para a casa. Agora hoje, é tudo no crediário e ainda assim bem regrado (Grupo Focal2).

Na época, a maioria de nós aqui estava começando a vida, então a gente fazia um barraco. Então quando chegava a safra, dava para aumentar um cômodo na minha casa. Hoje você não pode nem sonhar em mexer com construção. Infelizmente o que a gente tira aqui hoje é a conta de comer e pagar as contas. Então é para manter,

você não tem como tirar uma reservinha para guardar ou para investir. Antigamente, se você não tinha nada para comprar, você tinha como abrir uma caderneta de poupança e depositar todo mês alguma coisa. Hoje não, o que a gente ganha aqui é a despesa do mês (Grupo Focal2).

Eu estou pelejando com uma varanda lá na minha casa, mas eu já vi que a safra vai acabar e a minha varanda não vai progredir nada. Agora, essa casa que eu moro, nós levantamos parede, rebocamos, praticamente com uma safra só (Grupo Focal2).

Também entre os trabalhadores migrantes havia essa percepção de que eles estavam trabalhando mais em troca de uma remuneração menor:

Em 2011 aqui, o pagamento deles aqui, eu peguei acima de 2 contos (R\$ 2.000,00), até R\$ 3.000,00 eu cheguei a pegar aqui. Olha onde ficou 2011, três anos, né? Hoje, às vezes você consegue tirar R\$ 1.700,00 ou R\$ 1.200,00. Assim, os mais ruins não, né? Eu falo da gente que tá entre os primeiros. Eu peguei até R\$ 1.600,00. Mas isso foi depois do reajuste do sindicato. Porque, antes, não passava de R\$ 1.500,00 não. [...] Então você veja, sair de casa, morar no alojamento, eles descontam. Tem muito desconto, você ganha isso, mas ainda tem os descontos. Então, em vista de 2011, nós estamos ganhando menos. E olha que não estamos produzindo menos. Eu acho até que nós estamos produzindo mais. Pra ganhar um dinheiro desse aí (R\$ 1.500,00 a R\$ 1.600,00), tem que produzir muito. Às vezes, de noite, você não aguenta nem dormir. A gente trabalha forçado mesmo (Entrevistado 4).

4.2.3 Aspectos identitários e imaginários

Um dos trabalhadores migrantes entrevistados contou que estava havia 15 anos no corte manual de cana, desde os seus 16 anos. Relatou que sempre trabalhou na cana e que não gostava de outro serviço: “Desde menino quando eu via o pessoal saindo pro Mato Grosso, eu falava: “Ah, é isso aí que eu quero fazer” (Entrevistado 2).

Nesse relato, é possível perceber a referência que ele tinha de um trabalho que, em seu imaginário, abria horizontes novos. Tal identificação está ligada à representação social que esse tipo de trabalho tem na terra de origem dos trabalhadores migrantes. No que se refere à representação do papel social desse trabalhador, foi possível perceber que, entre os trabalhadores migrantes, há um sentido ligado ao ideário de um guerreiro ou caçador primitivo que sai de sua ‘tribo’ para assegurar proteção ao seu povo, ou parte de sua terra de origem em busca de prover o sustento e o bem-estar dos seus familiares. Ao voltar, com a caça ou o inimigo abatido nas costas, ainda que seu aspecto físico seja de cansaço e abatimento, ele é recebido como herói e condecorado com o reconhecimento de seu papel social de provedor. É recebido por sua esposa, filhos e familiares com alegria e subserviência³⁵, come dos melhores pratos, compra novos bens e reafirma sua autoridade e

³⁵ Porque os familiares devem obediência ao ‘provedor’: as mulheres não podem se negar a ter relação sexual e

importância social.

“Quando a gente volta, é uma festa, a mulher prepara a melhor comida, os meninos tão arrumadinhos, aí vêm os pais, os sogros, junta todo mundo pra receber a gente”
(Entrevistado 2)

Nessa pesquisa não nos foi possível levantar dados a respeito da violência doméstica. No entanto, pela experiência de trabalho em Organizações Não Governamentais (ONGs) que atuam na cidade sede da usina e também na região do Vale do Jequitinhonha (de onde vêm os trabalhadores migrantes), é comum a ocorrência de alcoolismo e agressões físicas aos filhos e esposas, por parte dos trabalhadores migrantes, inclusive os do corte de cana.

No que se refere à imagem social do trabalhador migrante, quem sai é um herói (ainda que com perfil de coronel doméstico), ao passo que aquele que fica na roça é representado pela falta de horizontes, é espaço fechado.

Outro trabalhador migrante também considerava o trabalho diário como gratificante:

“O campo é bom, é animado, a gente conversa com os colegas, chega ao fim do dia, faz as contas, aí quanto mais você trabalha, mais dá vontade de trabalhar. Eu não acho o serviço muito pesado não. Mas não é fácil, não é pra qualquer um” (Entrevistado3).

No entanto, esse espaço “animado” diz respeito às relações com os colegas, e não com a atividade em si. Nessa fala, parece haver certa introjeção da alienação.

Já os trabalhadores locais também exaltaram as relações sociais que estabeleciam com os colegas de trabalho:

“Aqui a gente já acostumou, é como uma família, aqui é um ajudando o outro. Isso é uma coisa boa daqui, a gente mistura nossas comidas, um prova a do outro” (Grupo Focal2).

Mas a outra face desse mesmo contexto revela o processo de exploração e superexploração, em função da desigualdade social que também é nítida, no relato dos trabalhadores, tanto entre os migrantes como entre os locais.

Os migrantes optam por esse trabalho em função da possibilidade de melhor remuneração, da escassez de empregos em sua terra de origem e das adversidades climáticas que ameaçam a agricultura e pecuária de subsistência. Ao longo das entrevistas, os trabalhadores migrantes relataram que o principal motivo de eles aceitarem esse trabalho se devia ao fato de ele ser, na visão deles, a única possibilidade de melhoria das condições financeiras. Abaixo, listamos alguns trechos de suas falas, que dizem respeito a tal conteúdo.

devem ‘agradar’ seus esposos. Os filhos, os pais, todos se calam diante da voz de autoridade do herói provedor, que, por sua vez, reproduz traços do coronelismo em suas relações familiares.

Minha esposa aprova eu vir, porque a gente vem é pra trabalhar, né? Lá o que a gente ganha não dá para sobrar. Já aqui a gente junta um pouco e aí faz alguma diferença. Então, eu pretendo, com esse dinheiro, melhorar de situação. Depois que melhorar já vai dar pra sossegar mais (Entrevistado1).

Com o dinheiro que eu ganho aqui, eu pretendo chegar lá e comprar alguma coisa, algum gado, alguma coisa que nos ajude a melhorar, né? (Entrevistado3).

O pessoal da minha família fala que é pra eu sair mesmo, porque eles pensam que é um serviço ruim. Só que pra mim esse serviço é bom, porque é um jeito de eu ganhar mais, de juntar alguma coisa, né? Eu pretendo parar, mas quando der pra eu comprar casa, arrumar a minha casa e guardar um pouquinho de dinheiro pra ir vivendo (Entrevistado1).

Entre os trabalhadores migrantes, a terra de origem é vista como um ‘lugar fraco’. Portanto, é preciso sair de lá para melhorar de vida. Ocorre que, ao ingressarem no trabalho migrante, eles descobrem que melhorar de vida é um desafio muito mais caro e penoso do que eles imaginavam.

Em uma das entrevistas realizadas com um trabalhador migrante, foi possível perceber que sua história de vida era marcada por fatores da distribuição desigual tanto de renda quanto de oportunidades e acesso a direitos. Nesse contexto, a escolha por trabalhar no canavial funcionava como uma tentativa de superação da vulnerabilidade histórica já instalada em sua existência:

Eu vim de um lugar muito fraco. O serviço meu toda vida foi braçal, foi pesado, desde eu com a idade de sete anos. Lá meu avô mexia com engenho de rapadura e com a usina de farinha de mandioca. Então meu serviço toda vida foi desse jeito. Você sabe que nesse tipo de serviço, tudo é pesado. Na época ainda mexia com gado também. Eu levantava todo dia às quatro horas da manhã pra tirar leite. Quando desse ali pras sete ou oito horas tinha que tá o caminhão passando e os meninos já tinha que estar com leite pronto. E tinha que carrear cana, era fazer moagem, isso era meu serviço na idade de sete anos. E foi desse jeito até eu completar 18 anos, eu no mando de meu pai. Aí depois dos 18 anos eu fui pro Mato Grosso, ganhar a vida na cana. Desses tempos pra cá, eu venho só cortando cana. Hoje eu tô com 28 anos. E se você vê um cortador de cana aí com 28 anos, você olha nele e nem parece, parece que já tá beirando os 40 anos. Se pegar uma pessoa negra ou mais morena assim igual a mim, quase não mostra. Mas, se for um branco, vixe Maria! Tem um colega meu aí, que é mais novo que eu, 25 anos. Você olha nele assim e pensa que ele tem uns 38 (Entrevistado4).

A seguir, listamos vários discursos semelhantes no que se refere à representação da terra de origem e às justificativas para a opção pelo trabalho no corte manual de cana-de-açúcar. Esses discursos nos parecem ser um consenso entre os trabalhadores migrantes.

Lá pra nós a gente até acha muito serviço, só que não ganha o que a gente ganha aqui. Lá a gente só ganha o salário e aqui dá mais, né? (Grupo Focal1).

Na região nossa, se for pra gente viver, dá. Mas, se você quiser adquirir um bem maior, então você tem que sair pra ganhar um dinheiro a mais, porque lá você arruma diária que dá pra você viver com o mínimo. Mas o problema é que aí não dá pra você comprar uma casa, uma moto, um carro, porque lá não tem como você ganhar um dinheiro a mais. O dia lá, eles pagam é R\$ 30,00, então, fica difícil você manter a família e juntar alguma coisinha. Aqui não, aqui você ganha mais. Quando você sai você ganha os acertos, né? O fundo de garantia, o seguro desemprego. Então, já é uma coisinha a mais. Então, pensando no financeiro, compensa. Apesar de a gente deixar a família lá, compensa (Entrevistado 2).

A gente vem pra cá e a família fica pra lá cuidando do que a gente deixou por lá, às vezes tem um gado, porco, galinha, plantação. Porque o que a gente tem lá dá pra viver, só não dá pra gente conseguir as coisas melhores, igual uma moto, fazer uma casa (Grupo Focal1).

Lá na nossa região o serviço que tem é de lavoura mesmo, de arroz, de feijão, roçar pasto, coisa desse tipo (Entrevistado2).

Lá na nossa região só tem esse tipo de serviço mesmo, vaqueiro, essas coisas (Entrevistado4).

Antes lá a gente plantava tomate, isso era bom pra ganhar dinheiro. A gente ganhava dinheiro mesmo plantando tomate. Mas agora a irrigação é só com pivô, aí só planta arroz, feijão, mandioca (Entrevistado2).

A terra de lá não é muito boa não. Quando dá um ano bom de chuva, dá pra gente colher até bem. Mas é só na época da chuva, depois já não dá nada. E quando o ano é ruim de chuva, a colheita não é boa, então não dá pra gente depender só de lá (Entrevistado3).

Diante de tais adversidades, o trabalho migrante é apresentado como uma oportunidade de emancipação econômica desse trabalhador e de sua família. No entanto, muitos são os entraves e armadilhas no cumprimento desse ideal, conforme verificamos no relato a seguir:

Nesses três anos de safra, eu já comprei a minha casa, comprei uma moto, fiz um gado lá também, com o meu sogro. Mas não foi fácil juntar porque aqui a tentação pra gente gastar é grande (Entrevistado3).

Pra mim, uma safra que eu faço aqui rende bem. Porque na minha região ninguém pode pagar mais que um salário mínimo por mês. A pessoa dizer que lá não ganha um salário, é mentira. Só que um salário na região da gente, pra você querer comprar uma casa, comprar um carro, ou uma moto, não dá. Então, é difícil de melhorar de vida. Porque um salário é a conta de alimentar. E você vê que alimentar, mas, regrando ainda. Porque se você falar, ‘agora eu vou comer muito e vestir bem’, aí você passa necessidade. Mas eu estando lá, eu ganho todo mês meu salarinho, em torno de R\$ 500,00. Então como o lugar da gente é bom assim de comprar, porque as coisas são muito mais baratas. Porque aqui, com cem contos (R\$ 100,00) você vai ao supermercado e sai com uma sacola pra levar pro alojamento. E, lá em casa, com 150 contos (R\$ 150,00) eu, a mulher e a menina, saímos com a feirinha do mês. Porque lá eu não compro feijão, eu planto. Tem muita coisa que eu planto. Então só compra mesmo a mistura e essas coisas, né. Já aqui não. Aqui você ganha mais, mas você gasta mais também. Então, tem que ter a cabeça no lugar pra fazer o dinheiro render (Entrevistado 4).

Entre os trabalhadores locais, percebemos um aspecto identitário importante: o fato de o patrimônio que eles conseguiram construir ser fruto do trabalho no corte de cana. No entanto, apesar de identificarem alguns aspectos positivos e até gratificantes nesse tipo de trabalho, não o desejam para ninguém, em função de suas condições degradantes e da não valorização da ocupação.

Eu não quero esse serviço pra ninguém. Por isso que eu falo para o meu filho estudar e achar outra coisa para fazer (Grupo Focal2).

O pessoal novo de hoje não quer vir pra cá. E nós também que estamos aqui damos conselhos para os mais novos para não vir mesmo não, é melhor procurar estudar, tirar uma habilitação, procurar outra coisa, porque isso aqui não é coisa que a gente deseja para os outros. Nós, em todos casos, nós começamos ainda novo, então já estamos acostumados (Grupo Focal 2).

Eu vejo que hoje ninguém quer saber de trabalhar na cana, já tá faltando e a tendência é faltar mais. Primeiro porque antigamente as famílias tinham 10 a 12 filhos e não era comum todo mundo estudar. Hoje os casais têm no máximo 2 meninos e todos têm que estudar e já nascem querendo mexer com outra coisa, ninguém quer saber de cana não (Líder de turma).

Hoje tá faltando gente para trabalhar na cana, porque ninguém quer vir pra cana. Lá em casa nós somos 11 irmãos, todos os 11 passaram aqui dentro. Agora eu tenho dois filhos e nenhum deles vai passar por aqui (Trabalhador).

Na minha casa também, meus meninos não vêm nunca para a cana. Então, daqui uns tempos não vai ter mais gente como nós, que cresceu aqui dentro. Eu não tenho vergonha de dizer que eu não tenho estudo, eu estudei só até a quarta série. Agora o pessoal de hoje, já tá todo mundo estudando e querendo mexer é com computador, essas coisas. Então hoje ainda tem esse pessoal mais antigo. Mas, quando um sai, não vem outro assim com muita facilidade. Tá faltando gente pra cana (Líder de turma).

E não é só no corte que vai faltar, nas máquinas, nos caminhões também, porque eles também não têm valor aqui dentro. Carreteiro, por exemplo, eles ficam numa carreta que vale quase um milhão, quer dizer, é um serviço de muita responsabilidade e não ganham quase nada. Então, a hora que aparece algo melhor ele vai embora mesmo (Líder de turma).

Como consequência disso, tem-se a alienação, ou seja, uma perda de sentido do trabalho e do próprio ser. Por isso, o trabalho tem se tornado desumano, re-inaugurando uma fenda entre as expectativas e a realização.

Segundo Boschi, os baixos rendimentos levam ao aumento e/ou intensificação da jornada de trabalho, o que provoca um agravamento da saúde e um esgotamento gradual das energias físicas e mentais. (BOSCHI apud SOUZA; PATROCÍNIO, 1999). Lacaz (2010) pontua que “as doenças relacionadas ao trabalho (também) apresentam um novo perfil de ocorrência pelo predomínio dos distúrbios mentais, das doenças psicossomáticas e cardiocirculatórias” (LACAZ, 2010, p.568).

4.2.3 Sobre o grau de escolarização dos trabalhadores

A baixa escolaridade é uma característica comum à totalidade dos 190 trabalhadores do corte manual de cana de açúcar na empresa pesquisada. Os relatos dos entrevistados também confirmam tal afirmação.

O cenário da vulnerabilidade no mercado de trabalho revela que não há características ‘naturais’ no processo de aproveitamento das oportunidades de trabalho. Segundo Offe, “a diminuição de oportunidade de adaptação no mercado de trabalho, específica de indivíduos com determinadas atribuições, deve ser explicada em relação a mecanismos institucionais, e não pelas características ‘naturais’ daqueles que possuem essas atribuições” (OFFE apud BRASIL, 2007). Embora não seja ‘natural’, é constitutivo da sociedade capitalista. Tal aspecto também aparece no discurso dos entrevistados, em que eles relatam o motivo de não terem frequentado a escola, cujo conteúdo demonstra justificativas óbvias, porém, não naturais:

Naquele tempo, escola era difícil. Na cidade não dava pra ir, pela minha idade, eu não andava a pé, né? Meus pais eram tudo fraco. E eu tinha que ajudar na roça, então, eu estudava uma semana e, na outra semana eu ia trabalhar. Mas, se naquela semana de escola aparecesse serviço, ele (o pai) me tirava da escola pra eu ir trabalhar. Porque naquele tempo pai não importava com isso, né, com esse negócio de estudo. Ainda mais quem mora em roça. Então foi desse jeito, quando eu voltava pra escola eu já estava sem rumo. Não teve jeito (Entrevistado4).

Eu fui pra escola, mas fui bem pouco. Porque quando a gente é mais novato, lá pra gente é muito difícil porque tem que trabalhar pra ajudar os pais da gente, porque eles são assim, mais fracos. Então a gente tem que trabalhar com os pais da gente pra ajudar, né? E a escola era muito longe também. Agora, depois de a gente com mais idade é que apareceu escola mais perto. Mas, pra mim, já foi tarde. Na minha época a gente ia uma semana pra escola, na outra já labutava na roça (Entrevistado3).

Eu parei de estudar para ajudar minha mãe e meu pai em casa. Eu só tirei a quarta série do grupo. Eu com 13 anos já estava aqui cortando cana (Grupo Focal 2).

Eu também larguei de estudar pra vir pra cá. Mas, naquela época, valia a pena era um dinheirão, mesmo pra nós que ainda era menino, compensava” (Grupo Focal 2).

Outros dois trabalhadores relataram não ter ‘vocação’ para os estudos:

Eu fui à escola, mas não aprendi nada. Estudei uns dois anos. Quando eu vi que eu não tinha saída pra aprender, então eu saí da escola. A escola era até perto lá de casa (Entrevistado1).

Eu fui pra escola e não gostei. Hoje sou arrependido de não ter estudado. Eu saí na quarta série quando eu tinha 13 anos. Todo dia meu pai, minha mãe e meus irmãos pelejavam comigo pra eu estudar. Todos estudaram, só eu que não quis. Eu falava: ‘eu não gosto, não gosto e pronto’ (Entrevistado2).

Alguns dos trabalhadores entrevistados manifestaram frustração pelo fato de não terem frequentado a escola

Hoje eu arrependo de não ter estudado porque as coisas evoluíram muito, né. Por exemplo, ninguém achava que o corte de cana ia acabar. A gente nunca pensava isso e hoje a gente vê que vai acabar mesmo. Já diminuiu muito (Entrevistado2).

Apesar de eu gostar de cortar cana, eu não acho que estou na profissão certa. Porque eu nunca estudei, nunca fiz um curso, então isso não é bom, né. Eu queria aprender alguma coisa a mais (Entrevistado2).

Se fosse pra voltar pra escola hoje? -Agora ficou complicado porque nós já temos a família, né. Então nós temos que trabalhar pra sustentar a família (Entrevistado3).

Em algumas coisas o estudo me fez falta. Porque teve muitas coisas que era pra gente aprender e que a gente não aprendeu. Tem muitas coisas que se for pra gente fazer, a gente não consegue, igual, se for pra mandar uma carta, alguma coisa assim, pra gente já não dá (Entrevistado 3).

Eu acho que ia ser bom ter alguma coisa pra pessoa ir aprendendo. Mas não pode ser muito puxado porque a gente já chega cansado do serviço, né. Mas, hoje, até que daria porque a gente chega da roça às três horas, ali pelas quatro a gente já tá liberado. Então se tivesse alguma coisa pra gente fazer de cinco às oito horas ou de seis às oito ia ser bom (Grupo Focal 1).

Por outro lado, um dos trabalhadores entrevistados destacou que o estudo, em si, não é suficiente, seria necessária a criação de outras oportunidades de trabalho, como ocorreu com um irmão dele que, depois de concluir o ensino técnico, conseguiu um bom emprego em São Paulo:

Olha eu acho que escola é importante pra quem tem condição de estudar e seguir naquilo. Agora, a pessoa estudar, tirar o terceiro ano, igual tem muitos colegas meus lá, que tem o terceiro ano e tá cortando cana mais eu. Sofrendo mais do que eu, porque eu pelo menos já tenho um preparo, já tô calejado desde novinho. E ele não, não tem preparo, tá morto de sofrer. [...]. Tem um irmão meu que é estudado. Ele trabalha de enfermeiro. Esse tem uns quatro anos que ele foi pra São Paulo e eu nem vejo ele (Entrevistado4).

Esse dado reforça a condição de vulnerabilidade do trabalhador do corte de cana, pelo fato de explicitar a precariedade das oportunidades de ensino e de trabalho qualificado a que os mesmo têm acesso.

4.3 Micropráticas de resistência: a voz infrassônica³⁶ do trabalhador precarizado

*Se você gritasse,
se você gemesse,
se você tocasse,
a valsa vienense,
se você dormisse,
se você cansasse,
se você morresse...*

***Mas você não morre,
você é duro, José!***

(ANDRADE, 2002, destaque nosso)

De acordo com Le Blanc (2011), os excluídos não são os sujeitos negativos que esperam apenas estar de volta ao caminho certo. “Eles portam uma voz que contesta o privilégio da lei que inclui uns para excluir outros” (LE BLANC, 2011, p. 15, tradução nossa)³⁷. Nessa perspectiva, “o excluído, em sua invisibilidade real, em sua suposta periculosidade, na ausência de lugar e classificação, pela persistência de sua voz e de seu agir, interroga o curso normal e presumido das coisas” (LE BLANC, 2011, p.16, tradução nossa)³⁸. Tal potência colocaria em questão a cidadania jurídica, social, política e econômica que, em certa medida, garante uma ordem hegemônica à cidade. O fato de o excluído existir na cena social aponta para a possibilidade de uma comunidade de vidas, mesmo em caso de exclusão. Ele atesta, portanto, uma humanidade mais vasta que a cidade.

O excluído é um ser ‘de lugar nenhum’, e seu apagamento nos remete também à possibilidade de ausência de lugar. Se ele se recusa a estar do lado da patologia, criticando a definição de exclusão como uma doença, ele nos obriga a aceitar a existência de um ‘fundo de vulnerabilidade comum’.

Ao longo das entrevistas foi possível identificar alguns traços do não-reconhecimento e da indiferença, como fonte de sofrimento do trabalhador.

Eu quero desabafar aqui, porque pra nós é assim. Tudo que a gente tem pra desabafar, a gente fala é no ouvido dos menores, um desabafa com o outro, que fala com o outro, mas fica sempre entre a gente, porque a gente só fala pra pessoas menores. Então, na verdade, nós que somos cortadores de cana, a gente não tem onde desabafar. [...] Então o que eu tenho que desabafar, eu tenho que desabafar pra vocês. Porque é vocês que tão precisando saber. Porque aqui ainda tem daquelas coisas, o chefe falando ‘gente não reclama muito não porque a situação de vocês tá ficando difícil. Mas, não tem muito lugar pior pra gente trabalhar não. [...] Até pra

³⁶ Voz infrassônica: conceito criado por mim para designar a voz que não tem lugar social, embora exista e insista em se manifestar, ainda que não seja ouvida.

³⁷ Ils portent une voix qui conteste le privilège de la loi qui inclut les uns pour exclure les autres.

³⁸ L’exclu, en son invisibilité réelle, en sa dangerosité supposée, l’absent des places et de classements, par la persistance de sa voix et de son agir, interroge le cours normal présumé des choses.

vir aqui falar, eles já escolhem. Porque todo mundo da turma tem alguma coisa pra desabafar. É claro que tem uns da turma que são mesmo mais acanhados que, às vezes têm medo de saber quem foi que falou e depois o fiscal chegar em cima (Entrevistado 4).

Tal relato demonstra também a “niguenidade” e invalidação do trabalhador. É possível perceber nessa fala que há uma desqualificação da vida dominada, a qual, por sua vez, se torna outra vida, separada da comunidade dos viventes legítimos.

Quando consumado, esse fenômeno social que é a exclusão, um ser novo vem ao mundo pela segunda vez, venha de um pedaço profundo aberto na sua biografia. Nesse ‘acidente’, uma vida se transforma em outra. Uma vida em que a identidade anterior não é mais assumida. Ribeiro (1970) também trabalhou essa ideia em relação à definição de brasileiro, “não se identificando com ninguém, resta-lhe assumir-se como brasileiro, um povo novo” (ANGELO, 2005), surgido da fusão de diversas matrizes étnicas.

Essa voz atravessa os movimentos sociais e políticos pelos quais essas vidas podem reconsiderar os lugares na cidade. O sentimento de exclusão toma vida pelo grito, mesmo quando este não vem de um excluído.

No entanto, é preciso lembrar que, para o excluído, falta segurança a essa nova vida. No drama da exclusão é difícil não apenas assumir-se, como também se perceber e se criticar. A tal condição soma-se a incapacidade de se manter engajado nos dispositivos de seguridade, sejam eles interiores ou exteriores, enriquecendo, assim, o cenário de incertezas, não somente sociais, mas também existenciais e, mesmo, psíquicas. O espaço público é habitado pelas vidas incertas que são duplamente precárias. Por um lado, exteriormente, lhes faltam os recursos ‘normais’ da seguridade social. Por outro lado, interiormente, não lhes resta confiança em si para buscar novas saídas. O drama do excluído é a possibilidade de não mais ser (humano). É preciso, então, interpenetrar a produção dessa exclusão que lhe rouba uma propriedade social imensa, sem a qual ele (o excluído) não pode mais existir como antes (LE BLANC, 2011).

Nesse contexto, a capacidade criativa desse sujeito fica muito comprometida e limitada à sobrevivência. A proposta de Le Blanc (2011) é a de alargar a humanidade. Significa que as vidas excluídas devem ser ainda olhadas enquanto vidas plenamente humanas, por meio do reconhecimento da importância de ser humano, em particular quando nos confrontamos com uma vida dita excluída. Isso implica, portanto, repensar a cidadania dos excluídos, de forma que a cidadania seja uma forma de enfrentamento da exclusão.

O cidadão-excluído não se afirma em função de direitos formais, mas graças a um conjunto de direitos sociais que estão à sua disposição. Primeiramente, ele não precisa reivindicar o direito de existir, uma vez que ele já existe. Sua realidade emerge na vida social e é injustificável, mas imanente, faz parte da cidade. É justamente a imanência que leva à compreensão de que a exclusão não é acidental. A exclusão retém o excluído no sistema, pelo fato de que a exclusão é a sistemática da inclusão, e não o seu contrário. Ou seja, a exclusão faz parte, integra o processo de inclusão. É a parte de exterioridade (de quem está de fora) que cria a imagem de quem está de dentro. O incluído existe em oposição ao excluído (LE BLANC, 2011).

Mas, para se pensar a cidadania do excluído, é preciso se levar em conta dialética da inclusão/exclusão. O excluído encontra-se despossuído de todas as amarras que aprisionam as vidas ordinárias. A subjetividade de um excluído se impõe à vida (seja do imigrante sem documento, da mulher muçulmana, do desempregado) que passará a ter o modo de existência do excluído, do “ser sem”.

A metamorfose do excluído em ‘ser sem’, no entanto, não é verdadeira, porque o excluído não é um ser sem poder nenhum. Há sempre um processo de resistência à exclusão que não pode ser esquecido. O excluído é sempre excluído de alguma coisa, mas ele não se reduz à exclusão dessa ‘coisa’. Ele não é um sujeito de má readaptação. Um dos trabalhadores entrevistados falou desse processo, ao considerar que ele não iria sucumbir, caso perdesse o emprego.

Mas eu não importo de perder o emprego de cortador de cana não. Vou ficar numa coisa que tá me matando? Porque o serviço pra mim lá na minha região não falta, só não ganha o tanto que eu ganho aqui. Mas serviço tem. Igual, eu saí daqui dia 22 de dezembro de 2011, quando foi dia 12 de janeiro, eu já estava trabalhando. [...]. Pra você ver, são poucos dias, não é? Aí eu fui trabalhar numa fazendinha lá, por um salário, porque lá só paga o salário mínimo mesmo. Aí, eu trabalhei um ano. Quando foi dia 12 de janeiro desse ano, eu acertei com ele. No dia 17 eu saí pra cá. Fiquei cinco dias de folga com a família e vim pra cá de novo. Então eu não tenho férias. Eu tenho férias assim, eles me pagam as férias, não é. Mas, sem trabalhar eu não fico não (Entrevistado).

O trabalhador é também um sujeito crítico que faz frente à violência da exploração e se esforça para refreá-la. Em nossa pesquisa, constatamos que os trabalhadores não tinham participação em ações de planejamento do seu trabalho, pois não podiam opinar quanto à implementação e execução de suas atividades laborais. No entanto, o trabalhador ainda criava uma margem de autonomia em sua produção, que variava de forma relativa ao preço pago pelo metro/produção. Entre os trabalhadores, foi possível perceber que, quando o preço pago

ou a qualidade da cana estava muito desfavorável, eles desaceleravam o ritmo do trabalho porque sabiam que seria muito difícil superar a produção mínima da diária. Então, eles aumentavam o número de pausas, os reparos nas ferramentas, entre outros procedimentos, como forma de postergar a atividade de corte da cana e, assim, se poupar de esforço físico que não iria resultar em maior remuneração. Esse dado é uma importante forma de autoproteção, além de uma iniciativa incipiente de autonomia, de não obedecer à obrigação de produzir mais e de intensificar o trabalho. Consideramos tal aspecto como um dispositivo de resistência à pressão por maior produtividade, a um baixo custo.

Mesmo quando não afrontam a possibilidade de exclusão, os cortadores de cana compõem a vida da cidade onde a pesquisa de campo foi realizada, obrigando os demais moradores a conviverem com suas condições de trabalho e de vida. Eles movimentam a economia, frequentam bares, igrejas, forrós, entre outros espaços sociais. Mesmo os trabalhadores migrantes conseguem fazer alguns ‘arranjos’ para virem à cidade durante a noite e ter algum momento de lazer. Não conseguimos descobrir como eles fazem isso, mas, em conversa informal, eles nos contaram que conheciam alguns bares, forrós e também alguns pontos de prostituição (‘zona’), que alguns deles frequentavam.

Outro fato interessante que ilustra a participação do trabalhador do corte de cana na vida da cidade é o dia de pagamento. No primeiro dia do mês, eles lotam a única agência do Banco do Brasil, que fica bem no centro da cidade. O banco é ‘obrigado’ a acolhê-los, ainda que a porta de entrada insista em travar sempre que os trabalhadores tentam ingressar na agência com suas botas com ponteira de aço. O detector de metal as identifica como ‘ameaça’, e os trabalhadores são então obrigados a retirá-las e entrar descalços para fazer o saque de seus salários. Tal situação provoca intenso mau cheiro no ambiente e reforça a estigmatização desse trabalhador. Nesse momento ele é, potencialmente, um não-humano, um sujeito separado da humanidade, um ninguém (LE BLANC, 2011). Mas, esse ‘Zé-ninguém’ avança agência adentro, descalço, com chulé, mas de posse de um ativo financeiro importante: cartão de crédito, cheque especial e saldo positivo em conta. Quando eles estão em grupo, ao perceberem que o poder instituído não tem como negá-los, pelo menos naquele momento, eles adotam uma postura corporal ereta, de forma a destacar sua força física, elevam o tom de voz e se comportam como se de fato tivessem a intenção de ameaçar a segurança daquele espaço. Nessa hora é possível perceber a expressão de medo e desconforto dos funcionários, gerentes e demais clientes que sabem que, se eles realmente quiserem fazer algo contra o banco, não há detector de metal nem polícia que os impeça.

Tal situação foi alvo de várias reportagens realizadas pela mídia local (jornais e rádio) e provocou a mudança de procedimentos. A empresa passou a não permitir que o trabalhador fosse à agência de uniforme e proibiu que seus ônibus levassem os trabalhadores ao banco. Agora o trabalhador migrante vai ao banco somente no seu dia de folga. Já o trabalhador local precisa se organizar para utilizar os caixas eletrônicos já que seu horário de trabalho é incompatível com o horário de funcionamento dos bancos que abrem suas agências de 2ª a 6ª, de 10h30 às 15h30, o trabalhador local tem folga somente no domingo.

Para ilustrar o poder social do ser em condição de vulnerabilidade ou do ser excluído, Le Blanc (2011) cita a história de uma favela da Alexandria, edificada sobre uma das maiores necrópoles (cemitério), chamada Mafrouza. Nesse lugar, as antigas salas funerárias onde se guardavam, em catacumbas, os corpos dos ‘incluídos’ foram ocupadas por famílias vivas, porém na miséria, que ali instalaram o seu lar. Sem água potável e sem esgoto eles tinham somente uma lâmpada para espantar os ratos. As paredes eram úmidas e tomadas por limo (lodo). Esse era o real do ‘lado b’ de Alexandria. Desse real surgem os novos modos de vida, às vezes habitáveis, às vezes inabitáveis. Totalmente precários e, portanto, cheios de vitalidade.

É importante refletir sobre a questão da transformação social. Athayde e Brito (2010) defendem que “a possibilidade de transformação social reside no próprio movimento do real”, o que vai requerer a identificação de indicadores de transformação, por meio da análise crítica dessa tal realidade. (ATHAYDE; BRITO, 2010, p. 588). É importante identificar e descrever os processos de regulação dominantes em um determinado contexto. No entanto, é preciso buscar captar as ‘aberturas’ para possíveis linhas de fuga e de rompimento com o estado atual das coisas, para dar possibilidade de surgimento de novas formas societárias e relacionais. Ao longo da pesquisa de campo foi possível perceber algumas, ainda que sutis, ações de resistência dos trabalhadores. Como exemplo citamos a dificuldade de adesão à ginástica laboral, relatada por um líder de turma.

Se não fizer ginástica laboral, não pode pegar serviço não. Tem uns que já sabem e gostam de fazer uma ginástica mais forte que a nossa, por mim tudo bem. Agora tem outros que já chegam para trabalhar com preguiça, até para descer do ônibus eles têm dificuldade. Esses eu tenho que insistir e ir com eles para a fila da ginástica (Líder de turma).

O líder precisa insistir porque, nesse momento, o trabalhador sabe que a empresa precisa do trabalho dele, então é quando ele pode negociar alguma regalia. Outro exemplo é a troca de podão dos trabalhadores migrantes. Eles não aceitam o podão que a empresa fornece,

porque é muito leve e não atravessa com facilidade a moita de cana que eles abraçam no momento do corte. Então, a empresa teve que fazer ‘vista grossa’ ao agenciamento deles para conseguir podões mais pesados e que estão fora do padrão de segurança pactuado pela empresa. Tais ferramentas foram adquiridas no mercado clandestino em São Paulo.

“Se não for com o podão deles, eles não trabalham. E esses são os trabalhadores que mais produzem. Então, a gente teve que liberar pra eles trabalharem do jeito deles, não é?” (Líder de turma).

Já pontuamos também que um líder de turma admitiu que precisasse negociar ganhos extra para que os trabalhadores aceitassem fazer reparos no trabalho já realizado, como tirar as ‘moitas’ que estavam fora do eito.

Os líderes de turma fazem alguns acordos tácitos com os trabalhadores, contrariando as diretrizes da empresa, para forçar o cumprimento das metas que ela estipula. Em uma das visitas ao campo, deparamos com uma trabalhadora que não estava cortando cana, nem trabalhando naquele dia, mas teve computada a diária mínima, porque ela compareceu ao trabalho. Assim, o líder conseguiria impedir o aumento do índice de absenteísmo de sua turma, um indicador importante na distribuição de prêmios de participação nos resultados. Já no que se refere à falta ao trabalho, os entrevistados relatam que, quando precisam faltar, sempre que possível, recorrem a justificativas legais (atestado médico, etc.) para não perder o dia. “A gente sempre dá um jeitinho pra não perder o dia” (grupo focal 2, trabalhadores locais).

Ao analisar esse exemplo, não se pode dizer que a exclusão engendre um desejo de inclusão, como desejo de ser normatizado, que seria um antídoto para a patologia social. A exclusão não implica uma apologia da inclusão. O excluído não é somente um indivíduo negativo, definido a partir do centro do qual ele é separado. Ele é alguém que, no seu próprio movimento, pode contestar a primazia do centro sobre a periferia. Ele é alguém que pode contestar o pressuposto de neutralidade sobre a qual é construída a referência de cidadania. Isso significa dizer que os modelos normativos de dominação não podem anular os modos de vida dos dominados. Tanto do lado dos dominados quanto do lado dos dominadores, há um modo de ser ligado à dominação. Em todo processo de dominação há um texto escondido que produz práticas dissimuladas que permitem, ao mesmo tempo, aceitar a dominação e fazer dela outra coisa. O dominado não se reduz à dominação, assim como o excluído não se reduz à exclusão.

No que se refere à Mafrouza, Le Blanc (2011) afirma que se trata de um povo de espectro, ou um ‘povo fantasma’, cuja presença foi expurgada e que retorna à cena social

como uma forma de ficção, de doença na civilização. Mas esse lugar, em um país do sul, nas bordas do Quarto Mundo, é igualmente nosso lugar. Todas as grandes cidades ocidentais têm a sua ‘Mafrouza’, os lugares invisíveis, nos confins da tolerância de humanidade. O excluído enterra uma realidade social e histórica. Le Blanc (2011) afirma que sabemos muito pouco sobre essas vidas excluídas, razão pela qual é preciso buscar compreender o excluído como mais que um “ser em falta”, mas também portador de um poder de agir singular. É preciso compreender que o excluído tem um poder social que vai além da raiva e da miséria, que se define pela inventividade em sua resistência à exclusão (LE BLANC, 2011).

Para ilustrar tal potência, o autor destaca a análise de Butler sobre Antígona, que não obedeceu à ordem de Creonte de não enterrar seu irmão, concluindo que Antígona, de certa forma, agiu desafiando a lei, “mas também porque ela se apropria da voz da lei, ao cometer esse ato contra a lei” (BUTLER, apud LE BLANC, 2011, p. 15, tradução nossa)³⁹. Antígona terminou excluída da cidade, porque contestou a ordem simbólica que excluía seu irmão da comunidade dos homens dignos de serem enterrados. No entanto, tal exclusão porta, em si mesma, uma contestação da lei que inclui e exclui, quando pretende ser, a um só tempo, a voz da lei.

No caso dos trabalhadores do corte de cana, a afirmação da vida se atualiza de diversas formas, seja por meio do vigor e da força física, do estilo de ser e de levar a vida, ou da invenção de novas formas de lazer e entretenimento. Tais aspectos foram observados na pesquisa de campo. Ao seu modo, o trabalhador do corte de cana contesta a voz de sua invalidação, ao se apresentar na cena social e também ao afirmar sua primazia em relação às máquinas, conforme relatos sobre a necessidade deles para ‘completar’ o trabalho mecanizado.

Ao longo da pesquisa, foi possível perceber que a eficiência da colheita mecanizada não é a mesma da manual. O canavial que é cortado manualmente consegue rebrotar por até três vezes, sem necessidade de replantio. Já no caso da colheita mecanizada, mesmo que a tolerância seja de dois cortes por replantio, a usina tem que realizar a reposição de mudas desde o primeiro corte. O plantio mecanizado também requer, em sua grande parte, o reparo manual dos trabalhadores, que precisam percorrer toda a área plantada para retirada das palhas e cobrimento (retampa) correto das mudas com terra, “e, mesmo assim, a cana não cresce tão bem alinhada como acontece nas áreas de corte manual” (Líder de turma).

³⁹ Agit en défiant la loi, mais aussi parce qu’elle s’arroge la voix de la loi, en commentant cet acte contre la loi. (J. Butler, *Antigone : la parenté entre vie e mort*, Paris, EPEL, 2003, p.19.)

“A colhedeira de mudas estraga muito a gema da cana (broto), e o plantio também fica muito falhado, então, precisa do trabalhador para fazer essa reparação [...] a máquina não é perfeita como o ser humano” (Presidente do sindicato).

A cana que é cortada e plantada de forma mecanizada demora cerca de dois anos para chegar ao período de maturação ideal para o corte, enquanto que aquela plantada e cortada manualmente leva em média 18 meses para chegar ao ponto da colheita.

A plantadeira mecânica realiza o seguinte serviço: ela entra carregada de mudas, na terra já arada, faz o sulco, joga a muda no meio desse sulco e, em seguida, joga a terra por cima.

Mas, esse serviço nem sempre fica 100% porque também é muito difícil a gente ter um terreno 100% ideal para a máquina (Líder de turma).

Eles falam que um dia vai acabar com serviço manual. Para o ano que vem, eles falam em ficar só com duas turmas e não trazer gente de fora. Mas, totalmente, não dá para acabar com o serviço manual. Porque mesmo o serviço que a máquina faz, precisa da gente ir lá pra retocar (Grupo Focal 2).

Além disso, a mecanização ainda é dependente da eficiência dos operadores, que também estão em falta no mercado:

Eles tão falando que esse ano não vão conseguir terminar a safra, vai durar até dezembro, porque tá dando muito problema em máquina. Direto a gente tá vendo aí estragada, parada por falta de gente. Tinha 18 vagas para motoristas e não encontraram. Todo dia tem três a quatro motoristas saindo da usina porque não está compensando (Líder de turma).

Esse ano as máquinas estão mais paradas do que trabalhando. E tem muita cana nessa safra. Mas as máquinas não tão dando conta, porque também eles fazem ‘gambiarra’ na manutenção. Se estragar uma peça, eles repõem com outra de segunda mão e aquilo vai durar pouco tempo. Então eles tentam fazer economia onde não existe economia (Fiscal de turma)

.

Portanto, é possível concluir que, apesar de existirem ações de resistência e de inventividade por parte dos trabalhadores do corte manual de cana, elas ainda não articularam forças suficientes para mudar a condição de superexploração e barrar a intensificação do trabalho a que estão submetidos.

4.3.1 O Desafio da representação sindical

Destacamos aqui a dificuldade do sindicato em negociar melhores salários para a categoria. O presidente do sindicato relatou que tem ficado cada vez mais difícil negociar o acordo coletivo que gere ganhos efetivos para o trabalhador rural.

Se fosse há uns seis anos atrás, a gente estaria negociando esse acordo em cima de operação tartaruga. Mas agora o povo não tem coragem de fazer isso mais, porque eles têm muito medo de perder o emprego. Operação tartaruga é vir para o trabalho e produzir o mínimo. Então se o trabalhador corta 10 toneladas, nesse dia ele vai cortar uma. A gente já fez isso aqui de janeiro até junho, até fechar o acordo. Mas, agora, além de ser menos gente, o pessoal tem mais medo (Presidente do sindicato).

Esse negócio deles terem trazido gente de fora (migrante) piorou para nós porque ficou mais difícil de negociar. Eles nos ameaçam, falando que não vai mais contratar ninguém daqui. Para a cidade também foi ruim, porque eles só levam o dinheiro daqui pra lá, eles não pagam água, não fazem compra sem ser de comida. Então eles só levam o dinheiro (Grupo Focal2).

Antigamente, era mais fácil negociar salário, porque a gente decidia parar só entre nós. Agora hoje, com o pessoal do alojamento é muito difícil parar, porque para eles, o salário daqui é muito bom, ainda mais se comparar com o que eles ganham lá na região deles (Grupo Focal2).

Nós, para a empresa, praticamente nós perdemos o nosso valor. Então até para fazer greve hoje fica difícil, porque se parar 30 pessoas, não vai fazer tanta diferença para a empresa, ainda mais que o pessoal de fora nunca para. Então, nós não temos como reclamar um direito, entendeu? (Grupo Focal2).

Hoje é difícil negociar porque o patrão senta na mesa de negociação de forma organizada e já o trabalhador rural não é uma classe unida, além de ser despreparado (Presidente do sindicato).

Já pontuamos que o modelo de remuneração e gratificação na empresa pesquisada era bastante complexo e obscuro e que os trabalhadores não tinham autonomia para deliberar sobre sua participação nos resultados, muito embora o sindicato ainda persistisse em buscar se fortalecer para conseguir melhores condições de trabalho e remuneração. Em uma conversa do presidente do sindicato com um líder de turma, foi possível perceber os desafios na negociação do acordo coletivo para superar a defasagem salarial e equiparar o ganho ou o aumento que eles conseguem na tonelada de cana, ao metro de cana cortada.

Todo ano a gente consegue levar 6 a 7% no preço da tonelada, só que depois a gente não vê esse valor no metro. [...] A gente fica no prejuízo, porque o governo dá 10 a 12%⁴⁰ no reajuste do salário. Esse reajuste não cai pra nós. Então nosso salário fica

⁴⁰Esse dado não corresponde aos dados oficiais: o reajuste do salário mínimo não chega a 10% por ano. Do ano de 2013 para o ano de 2014, o salário mínimo teve um aumento de 6,3%, passando de R\$ 678,00 para R\$ 724,00. O anúncio que o governo federal fez, em 2012, de aumentar o salário mínimo em 15%, referia-se a um aumento escalonado, ao longo dos anos 2012, 2013, 2014 e 2015.

sempre defasado. Antes isso era jogado no preço da diária e das horas, de uns tempos pra cá, eles pararam de acompanhar o aumento do governo e aumentam só o valor da tonelada. Então a gente só vem perdendo, porque o repasse foi caindo [...] E ainda tem o problema da usina não usar mais a tabela de cana crua. Eles uniram as duas em uma tabela só, mas nivelando por baixo com a tabela da cana queimada [...] Então, com a usina a gente tem tentado algumas coisas, por exemplo, eles estão unificando o preço do plantio. O aumento agora vai ser em cima do metro, vai ser diferente, não vai mais ser em cima da tonelada. Mas ainda vai ficar defasado (Presidente do sindicato).

O presidente do sindicato tentou explicar as vantagens de se ganhar com base na metragem:

Esse ano a gente mudou a forma de calcular a produção do trabalhador. Nós elevamos o preço para o metro de cana. A gente não reajusta mais o preço da tonelada, a gente reajusta o metro de cana cortada. Por que isso? Porque quando a usina passava o preço, por exemplo, R\$ 0,18 o metro, mas a cana dava 50 tonelada o hectare, então ela dava o preço de R\$ 0,10 centavos o metro, referente àquela fazenda. Só que esse preço estava sem reajuste há muitos anos. Esse ano, já evoluiu, ao invés de reajustar a tonelada, quer dizer, reajustou a tonelada também para servir de base, foi para R\$ 3,85 a tonelada de cana cortada. Mas agora ficou reajustado é o metro. Então, quando ele terminar o dia, ele já sabe quanto ele ganhou naquele dia. Antes eles davam o preço estimado, mas a cana tinha que ir para a balança, eles tinham que esperar a perda que a usina calculava também. Agora ficou mais fácil, o preço é pelo metro e pronto. Então, pode acontecer de você multiplicar o metro dessa cana aqui e verificar que, pelo metro, o preço da tonelada saiu a mais que R\$ 3,85, porque agora é o metro que vale (Presidente do sindicato).

No entanto, na prática, não observamos tal mudança nem nas tabelas utilizadas pelos líderes de turma, nem no relato dos trabalhadores. O presidente do sindicato ainda destacou outras dificuldades na negociação:

Mas ainda tem o problema da retampa, o preço é tão baixo que não tem jeito de dar mais que a diária [...] Agora nisso o trabalhador também tem responsabilidade porque ele faz 1.700 metros e continua na diária. Era a hora de ele fazer de 600 a 700 metros e continuar na diária (Presidente do sindicato).

Pois é, porque antes era assim: se ele fizesse 1.700 metros, mil era da diária e os outros 700 metros ele ganhava dobrado o preço do metro de retampa (Trabalhador).

Pois é, mas agora já não tá assim mais e eles continuam trabalhando do jeito que a usina quer (Presidente do sindicato).

Tal situação ilustra o cenário de globalização capitalista contemporâneo, em que, segundo Dias (1999), coexistem, de um lado, os empregados imersos em uma situação de insegurança, sempre sob ameaça de demissão, enquanto suas entidades de classe (sindicatos) se encontram cada vez mais impotentes; de outro lado, o empregador se vê sob ameaça de concorrentes de todas as partes do mundo. Para as empresas, parece não haver outra saída,

senão tornar-se mais competitiva a qualquer custo. Para os trabalhadores que restam, parece não haver outro jeito, senão a adequação ao modelo de gestão (DIAS, 1999).

Por outro lado, ainda que em ações pontuais, o sindicato vinha conseguindo alguns avanços em negociações com fornecedores de cana terceirizados e também em cidades vizinhas, conforme relato dos trabalhadores:

Aqui, a usina de (XXX) paga as horas de transporte e hora extra também. Então o que eles gastam na cidade de aluguel, comida, essas coisas, as horas extras cobrem tudo. E o preço da cana de lá também é melhor. Em 2011 eles ganharam quase mil reais a mais que eu (Grupo Focal 1).

O presidente do sindicato relatou que o sindicato vinha tentando negociar uma tabela (de conversão da tonelada por hectare em metro linear de cana por eito) melhor com os produtores terceirizados: “Com eles a gente conseguiu, eles tão pagando até R\$ 0,60 o metro. Então, esse ano já vai dar pra ganhar dinheiro com eles”. O problema é que as condições de trabalho e também a medição da produtividade eram ainda mais obscuras no caso dos produtores terceirizados.

4.3.2 Queimadas clandestinas

Ao longo da pesquisa de campo, um fato nos chamou a atenção: o alto índice de queimadas irregulares do canavial, que eles chamam de ‘fogo clandestino’, realizadas por pessoas que não são funcionários da usina. Entre os trabalhadores, havia aqueles que interpretavam como uma espécie de ‘mão negra’ da própria empresa, que ‘encomendava’ a queimada em locais não permitidos por lei. Havia também os trabalhadores que acreditavam tratar-se de um tipo de ‘atentado’ à empresa, conforme relatos abaixo:

Teve até uma tentativa da prefeitura de sancionar uma lei contra esse fogo clandestino. A prefeitura queria que a usina pagasse uma multa de R\$ 50.000,00 para poder tirar a cana que foi queimada irregularmente. Aí nós fizemos uma grande mobilização, junto com o sindicato patronal e com o padre e conseguimos barrar essa lei. Porque isso não é interesse da empresa, ela não quer cortar a cana antes da hora ou fora do planejamento, ela vai lá tirar a cana só mesmo pra não perder o canavial (Presidente do sindicato).

Os trabalhadores disseram que a maioria dos casos de fogo clandestino acontecia em áreas próximas à cidade e na rota dos pescadores.

Esse povo não aparece de jeito nenhum, ninguém pega. E, às vezes, é muito mais fácil você pegar alguém que não pôs o fogo e achar que foi ele e nem desconfiar de quem foi mesmo que colocou. Porque a pessoa que põe o fogo já sabe como é que faz e aí ele põe fogo aqui e vai embora. Aí, eu que moro numa fazenda aqui do lado, é que levo a culpa (motorista do ônibus).

Isso acontece mesmo. Eu, por exemplo, gosto de pescar dia de domingo, mas eu só vou onde não tem cana (Presidente do sindicato).

Esse pessoal que põe fogo é gente que sabe manusear o fogo, isso é que é estranho (Fiscal de turma).

É verdade, esse fogo aí não é de uma guimbinha de cigarro, é fogo planejado mesmo (motorista do ônibus).

Eles estão queimando é tudo, não é só cana não. Até as palhas que ficam onde as máquinas já cortaram eles queimam também. Estão queimando tudo (Grupo Focal2).

Mas nisso aí a usina também tem parte, às vezes, é a usina mesmo que queima e fala que foi criminoso (Grupo Focal2).

Lá no município de Luz eles queimaram uma sessão inteira (Grupo Focal2).

Infelizmente, não nos foi possível aprofundar a investigação a respeito desse ‘fogo clandestino’. No entanto, se a hipótese de ‘atentado’ contra a empresa for verdadeira, temos então uma prática de resistência, que, na perspectiva da abordagem institucionalista, poderia ser classificada como um fluxo de força de antiprodução.

Baremblytt (2002) define que a sociedade é o espaço da interpenetração de forças que podem ser produtivas, reprodutivas ou antiprodutivas:

- a) produção: é a permanente geração enquanto não se cristaliza; é o devir da criação, que está “a serviço da cooperação, da liberdade, da plena informação (transversalidade)” (BAREMBLYTT, 2002, p.35).
- b) reprodução: cristalização do processo de criação; produção continuada do mesmo, “cuja função está a serviço da exploração, dominação e mistificação (atravessamentos)” (BAREMBLYTT, 2002, p.35).
- c) antiprodução: força que se volta contra si mesma, produzindo um duplo impedimento, na medida em que barra a reprodução, porém, por meio da destruição do novo, ou da potência da vida. Ex.: terrorismo, guerras, alcoolismo, etc.

As queimadas clandestinas contestam a soberania da empresa. No entanto, não há a articulação de novos dispositivos voltados para a inventividade e resistência, razão pela qual as interpretamos como antiprodutivas.

4.4 O empoderamento em questão

Para se chegar a uma maior articulação coletiva dos trabalhadores do corte manual de cana, seriam necessárias muitas ações de empoderamento dessa classe, passando primeiro pelo empoderamento do trabalhador como sujeito, para, em seguida, ser possível a enunciação de ‘nós’ como classe.

Para Butler, o nós emerge quando nos percebemos também como susceptíveis à exclusão, quando percebemos a conexão recíproca das vidas humanas. No entanto, essa conexão recíproca não se estabelece apenas na base de uma consciência alargada da vulnerabilidade do outro, incluindo, necessariamente, a possibilidade de minha própria vulnerabilidade, de ser ferido por outra vida ou por um poder particularmente injusto. (BUTLER apud LE BLANC, 2011). Uma conexão se estabelece, ao mesmo tempo, na base de uma conexão imaginativa não somente da vulnerabilidade, mas também da agência, do poder de agir. Isso ocorre, por exemplo, quando eu olho para um mendigo e imagino uma ação de astúcia o fato de ele escolher mendigar próximo ao supermercado, sabendo captar os olhares e produzir narrativas. Eu o imagino ainda como alguém que tem hora fixa para correr essa calçada, alguém que tem a mendicância como um trabalho.

Para Le Blanc (2011), há ainda uma terceira conexão imaginativa com o excluído, que ocorre quando me coloco empaticamente em seu lugar (‘o que seria de mim se estivesse no seu lugar?’, ou: ‘qual é o meu lugar na vulnerabilidade?’). Dessas conexões advém igualmente uma partilha imaginária do poder de agir, pela qual uma vida não me parece unicamente em falta, mas dotada de um poder próprio, apesar de tudo. Essa estrutura de empoderamento do excluído não pode ser deixada de lado por quem queira aprender a estrutura do cuidado ou para lutar contra a exclusão.

O autor entende que é preciso que a consciência de vulnerabilidade e de sua ação de excluído seja ampliada ao se pensar o espaço público, porque este não se reduz à maioria das vidas integradas. Há um contra espaço público e um contra poder. O espaço público não é apenas fruto do interesse comum. Ao contrário, os espaços públicos liberais engendraram contrastes e exclusões. As vozes diferentes também são vozes de resistência, na medida em que criam espaços públicos concorrentes àquele destinado aos integrados, onde habitam aqueles que não têm lugar ou direito assegurado ou que não têm sua voz levada em conta.

Nessa perspectiva, o direito de cidade precisa ser ampliado para englobar ou levar em conta esses contra espaços. O direito de cidade ainda nos remete aos contrastes políticos da Roma antiga, onde havia uma diferença entre o cidadão e o habitante. O direito de cidade

confere aos cidadãos direitos civis, políticos e sociais e espera deles uma participação na esfera pública. Já os habitantes não têm os mesmos direitos de um cidadão, apesar de morar no mesmo lugar. O cidadão precário é um sujeito fora da cidadania, o qual tende a se tornar um excluído uma vez que lhe faltam as possibilidades jurídicas de participar da cidade. Ele se vê na impossibilidade de atestar o menor direito.

Portanto, Le Blanc (2011) situa também o processo de inclusão/exclusão no contexto da cidadania, em que o cidadão faz parte do fato de governar e de ser governado. A cidadania não equivale a um estatuto de pertencimento a uma comunidade, mas, sim, ao ato de participar. No entanto, a equivalência entre cidadania e participação se impõe como uma evidência, na maioria das teorias políticas sobre democracia. Às vezes, a cidadania fica escondida atrás de um ideal de neutralidade do cidadão, por um conjunto de direitos formais que neutralizam as particularidades (de gênero, de etnia, sociais e políticas). Então é preciso pensar quais são os cenários que enquadram (incluem) a participação e terminam por gerar exclusão. Vimos que a exclusão, em suas diferentes formas, termina por se traduzir em exclusão de cidadania, em negação de direitos.

Nesse contexto a vulnerabilidade tende a ser vista como um sujeito em queda, uma subjetividade parasitária que está quase fora de campo, sua capacidade de sujeito participante é considerada praticamente perdida. O vulnerável é visto ou como alguém que deve ser assistido ou como um sujeito incontrollável, quase ingovernável.

A esse propósito, relatamos o desabafo de um dos líderes de turma, explicando o motivo de sua insubordinação à chefia imediata:

Eu tenho dificuldade com a minha turma porque o gestor deles é o outro (líder) que trouxe eles. E como ele conhece todo mundo, ele escolhe os melhores para a turma dele. Além disso, na hora de passar o serviço, ele fala 'se não fizer certo, no próximo ano você não volta'. Ai as dificuldades ficam todas na minha mão. Mas essa semana eu falei na usina: 'quem ganha R\$ 3.000,00 é ele, eu não, eu ganho só R\$ 1.200,00. Quem trouxe o pessoal e fichou foi ele, eu não. Então se está dando problema a culpa não é minha não. Mas a dificuldade minha é grande aqui (Líder de turma).

No que se refere à governabilidade, o principal desafio dos líderes de turma é manter (ou impor) sua autoridade no ambiente de trabalho, porque lá no canavial eles são minoria, há um líder para cada turma de 35 a 40 trabalhadores, que trabalham 'armados' de podão. Em 2007, em outra usina administrada pelo mesmo grupo da usina estudada, houve uma briga entre um trabalhador e seu líder de turma em que este último foi assassinado por um golpe de podão que quase o degolou. No entanto, na usina pesquisada, nos últimos anos não há registros ou relatos de brigas ou desentendimentos no canavial. A autoridade é garantida pela

ameaça de demissão e também por certa chantagem quanto à aferição da produção (que pode variar para mais ou para menos de acordo com o posicionamento do fiscal de turma no eito) e ao registro do ponto porque, às vezes, acontece de algum trabalhador parar de cortar cana mais cedo, em função de alguma imposição, dor ou mal-estar. Nesses casos, em geral, os fiscais deixam para registrar o ponto de saída junto com o resto da turma na hora de ir embora do canavial. Em uma de nossas visitas ao canavial, um dos trabalhadores parou por volta das 10 horas e disse que iria ficar no ônibus até o intervalo do almoço porque estava sentindo dor na coluna. Nesse caso, não foi dada nenhuma atenção quanto à questão da coluna, não houve qualquer comunicação ao SESMT, mas também não foi registrado nada no caderno de controle ou no computador de bordo. Assim, para a empresa, esse trabalhador cumpriu sua jornada de trabalho normalmente. Tal fenômeno foi encarado com naturalidade pelo líder de turma, pelo fiscal, pelo motorista do ônibus e pelo presidente do sindicato, o que para nós é um indicador de ser esta uma prática corrente no canavial.

Portanto, embora a prescrição do trabalho do corte manual de cana siga princípios tayloristas, o cotidiano do trabalho impõe a quebra de regras e protocolos. Algumas vezes a empresa também se beneficia com isso, como no caso do podão mais pesado, que melhora a *performance* do trabalhador. Outras situações já são típicas da resistência do trabalhador, como a dosagem do ritmo de trabalho, de acordo com o preço da cana, e o não registro de falta, quando o trabalhador está no campo, mesmo que ele não trabalhe.

Na pesquisa de campo, foi identificado que houve um pequeno avanço no sentido da diversificação de tarefas pelo fato de os trabalhadores integrarem o quadro de funcionários permanente da empresa, o que lhes possibilita realizar outros tipos de atividade, quando não há cana para se cortar.

4.4.1 Cuidado x empoderamento

Atualmente, segundo Le Blanc (2011), existem duas opções normativas para o enfrentamento da vulnerabilidade e exclusão: cuidado de um lado e empoderamento de outro. Essas duas opções funcionam, majoritariamente, a serviço da lógica neoliberal. Isto porque o processo de cooptação do neoliberalismo se expande também na disseminação dos valores de mercado à política social, sob o slogan da inclusão. O grande desafio do neoliberalismo hoje é fazer da política social uma peça central do mercado econômico, tornando controláveis os indivíduos que antes não eram passíveis de controle. Em ambos os casos, há uma culturalização do problema social (LE BLANC, 2011). Portanto, a eufemização do social pela

cultura empresarial exerce um poder encobridor da realidade.

O empoderamento é moldado pelas exigências neoliberais do cálculo do desempenho (da *performance*). A vida, desde o nascimento até a morte, funciona como uma empresa própria. O empoderamento exige a responsabilização dos sujeitos administrados. Os indivíduos não devem depender do Estado, mas deles próprios. Esse apelo à responsabilidade pressupõe uma filosofia do empoderamento, como é o caso da política de saúde e segurança adotada pela empresa pesquisada, em que a responsabilidade de fazer ginástica, tomar água, adotar postura correta é do trabalhador, ele é o único responsável pela sua qualidade de vida no trabalho. O argumento econômico é mascarado pelo apelo ao individualismo como forma de administrar os problemas sociais.

Já o polo do cuidado baseia-se no fato de que as vidas dependem de assistência, já que são consideradas como excluídas do mercado e da possibilidade de participar da cidade. Operam sob a lógica da doação, instituindo-se uma administração dos excluídos, a partir de procedimentos de avaliação e controle. Os trabalhos sociais cuidam de criar burocracia e de apagar a voz dos excluídos (LE BLANC, 2011). Nesse caso, quem comprovar estar em condição de vulnerabilidade ou de exclusão e aceitar o enquadre proposto pelo governo ou pelo agente assistencial, estará apto a ‘ser cuidado’, a receber ajuda de custo (a exemplo do Bolsa Família) ou a ter acesso a benefícios, como financiamento de casa própria, etc.

Le Blanc (2011), por sua vez, defende que a rede de proteção depende do entrelaçamento entre cuidado e empoderamento de forma libertária, como, por exemplo, propôs Paulo Freire, citado por Le Blanc (2011). É preciso pensar um cuidado que remeta ao empoderamento. Somente uma dimensão nova do cuidado apoiado no empoderamento pode contribuir para a emergência de um polo crítico.

Mas faz-se necessário garantir que cuidado e empoderamento não rimem com readaptação social ou ortopedia disfarçada. É preciso ultrapassar o senso puramente individual de empoderamento, empoderando esferas coletivas, como os sindicatos.

Nessa perspectiva, a consciência singular de exclusão deve, ao mesmo tempo, ser uma consciência coletiva. Paulo Freire propõe a libertação da população oprimida por meio da conscientização, conforme afirma Le Blanc (2011), que acredita que o oprimido acolhe o opressor na sua vida psíquica de tal forma que não consegue dele se desprender. O modo de vida do opressor é cobiçado pelo oprimido, devido à cooptação subjetiva que seu contexto sociohistórico lhe impôs. A relação de dominação que alguns dos trabalhadores pesquisados estabelecem com suas esposas e filhos ilustra essa cooptação subjetiva. Amado e Enriquez (2010), por sua vez, também identificam tal fenômeno da submissão do trabalhador que não

resiste à opressão do empregador porque, além do medo de ser demitido, ele espera ser reconhecido no ambiente de trabalho.

O método da conscientização, nesse caso, deve esclarecer essa cena mental (ideal de eu identificado com o patrão tirano), visando à libertação dos oprimidos, a partir de seu próprio poder de agir, de forma diferente da lógica hegemônica. Em vez de interiorizar o julgamento do opressor, ele deve construir o seu julgamento. Mas, para isso, ele deve se convencer de que é capaz de elaborar uma saída possível, a partir de atitudes mentais por meio das quais uma ação transformadora seja possível. A conscientização dos marginalizados e oprimidos é condição para a restauração de seu poder de agir. A responsabilização, por sua vez, remete ao empoderamento das vidas fragilizadas. Assim compreendido, o empoderamento equivale a uma série de recursos práticos e cognitivos que o sujeito precário ou mesmo excluído pode empregar para enfrentar sua condição social e exigir justiça. Nessa perspectiva, empoderar os movimentos sociais implica transformar as relações de poder, restaurando o poder de agir. Significa admitir que existe um poder nas vidas tidas como sem poder. Os excluídos são, eles mesmos, agentes de resistência à exclusão da qual são objeto.

Tal metodologia devolve o poder de agir, mas denuncia o neoliberalismo, que abandona os indivíduos e a sociedade às forças do mercado. O empoderamento indica o processo pelo qual um indivíduo ou um grupo reforça sua capacidade de agir, permitindo-lhe acessar o poder individual e coletivo. Nessa perspectiva, o empoderamento não se limita ao poder local dos movimentos participativos, tampouco às ações individuais dentro de projetos sociais. Ele deve ser pensado como a marca das vidas desempoderadas, privadas do poder de agir que estabelece a vida humana e lhe confere visibilidade social.

Levar em conta o poder de agir dos excluídos, empoderá-los, corresponde ao reconhecimento do poder que um excluído tem de falar em seu próprio nome. Tal fato supõe uma nova cidade que não inclua somente os sujeitos designados normais que se realizam por meio do trabalho, dos impostos, de um lugar para morar, de uma família, etc. A esfera pública não pode se alargar se a noção de humanidade também não se alargar ao mesmo tempo. O direito de cidade e a versão particular de humanidade têm sempre que funcionar juntos, de maneira articulada (LE BLANC, 2011).

O trabalhador do corte de cana não se encontra na condição extrema de exclusão, mas suas condições de realização como seres plenamente humanos são muito precárias. Por isso, é urgente a promoção de uma conscientização que seja, a um só tempo, cuidadosa, empoderadora e libertária.

4.4.2 Cidadania: uma saída possível

A proposta de Le Blanc (2011) para o enfrentamento da exclusão, bem como da vulnerabilidade, consiste na expansão do exercício da cidadania, ou seja, na expansão do reconhecimento da alteridade, acompanhado da capacidade de conversar (debater sem recorrer à violência) na esfera pública sobre um contexto, com o objetivo de transformá-lo. Tal questão foi tema de minha pesquisa de mestrado, que discutiu o potencial democrático de Conselhos do Direito da Criança e do Adolescente. Apresentamos, naquele trabalho, as principais conclusões a respeito da promoção da cidadania, na tentativa de oferecer subsídios a possíveis ações de emancipação dos trabalhadores em situação de vulnerabilidade.

A sociedade democrática tem, como fundamento, o indivíduo. No entanto, os indivíduos da tradição democrática devem ser cidadãos (empoderados e comprometidos com o bem comum), ou seja, ser capazes de avaliar as consequências não apenas imediatas, mas também futuras de suas ações e, portanto, avaliar os próprios interesses em relação aos dos outros. Por essa razão, Bobbio (2000) propõe despertar neles (nos indivíduos/cidadãos) o interesse pela coisa pública que, consequentemente, gere o interesse de conhecer bem a sociedade em que vivem, uma vez que a democracia sobrevive apenas se contar com um número cada vez maior de cidadãos ativos (RESENDE, 2007).

Nessa perspectiva, segundo Mota (2005), para se chegar à cidadania é preciso criar um ‘berço comum’ aos interlocutores sociais. A política seria a arte de “conversar sobre um contexto com o pretexto de transformá-lo” (MOTA, 2005). A comunidade é, então, o espaço privilegiado, onde a unidade adquire forma. Significa dizer que a “realidade democrática não está dita anteriormente, mas se dá no espaço da negociação” (MOTA, 2005, p.7).

Assim, somos corresponsáveis pelas ações bem como pela capacidade de autodeterminação do governo. A governabilidade não pode, então, limitar-se à ideia de outro ao qual delegamos ou que ele próprio pode delegar para si o direito de decidir por todos os outros. Mota (2005) lamenta que na contemporaneidade estejamos desaprendendo a conversar quando deveríamos estar aptos ao diálogo em todos os níveis da vida cotidiana, desde a individualidade, passando à família, aos espaços semiprivados e semi-públicos (escolas, igrejas, etc.) até chegarmos aos movimentos sociais, civis e parlamentares. As políticas públicas, em geral, segundo Mota (2005), se restringem às esferas civis e parlamentares, quando deveriam urgentemente avançar para as outras esferas (RESENDE, 2007).

Mota (2005) conclui que, mais do que direitos civis, precisamos aprender a negociar nossas angústias e desejos com os outros que nos cercam e com o mundo. Constatamos que,

para essa autora, a cidadania, mais que um caminho, consiste num jeito de se caminhar, de tal forma que a aprendizagem acerca do que é cidadania somente pode ser alcançada à medida que o ser humano descobre, empiricamente, os benefícios de ser reconhecido pelo outro. Isso, por sua vez, implica legitimá-lo enquanto alteridade jamais reduzida ao eu (hegemônico, incluído, dominador) (RESENDE, 2007).

Nesse contexto, a educação cidadã seria emergente da própria prática democrática e do posicionamento ético de cada indivíduo. Para Mota (2005), é através de experiências singularmente vividas que podemos perceber o benefício do bem comum e decidir por certo modo de vida que nos permita ‘negociar’ nossos desejos e angústias pessoais nos diversos espaços sociais. Por essa razão, a educação para a cidadania não pode estar estritamente circunscrita à educação escolar. As instituições sociais contemporâneas – família, escola, empresa, sindicatos - também precisam avançar na perspectiva da pluralidade, aceitando a concomitância de múltiplos valores econômicos, políticos e ideológicos.

Portanto, a dimensão subjetiva também é importante no exercício da cidadania, conforme já ressaltado no campo da psicologia social e, mais recentemente, da psicologia política. Quando apresentamos nossa preocupação com a questão da construção subjetiva de cidadania, estamos falando de uma ideia (experiência reflexiva) construída pelo sujeito no bojo das relações sociais e também das relações de poder. Assumimos, assim, um compromisso com a realidade político-social.

A capacidade de a psicologia responder às demandas sociopolíticas vem sendo objeto de estudo da psicologia política (um ‘braço’ da psicologia social), em especial, desde as últimas décadas do século passado, por meio de autores como Baró (1997) e Sandoval (1999), que propõem uma psicologia engajada que toma partido em favor da emancipação dos oprimidos, que não abstraia os sujeitos dos contextos sociais e políticos nos quais estão inseridos, motivo pelo qual a psicologia política destaca o potencial do trabalho do psicólogo como agente de transformação social.

Mota (2002), por sua vez, apresenta uma análise das implicações psicológicas no processo de participação/negociação política. A autora propõe, então, que a psicologia política aborde a cidadania como objeto de estudo em todas as esferas sociais (íntima, privada, semi-pública, pública e civil) e desenvolva novas estratégias para incrementar habilidades e capacidades de diálogo na vida cotidiana, promovendo assim uma ‘revalorização participativa do cidadão’, articulando consensos inclusivos e alternativos capazes de quebrar a ilusão de hegemonia e transformar a realidade.

No plano da democracia, realizar desejo pressupõe habilidades e competências para argumentação e negociação com seus semelhantes. Um ser humano não passa de indivíduo a cidadão por decreto legal, senão pela experiência singular-cotidiana-lá onde ele vive. Tais condições fazem com que a democracia sobreviva apenas se contar com um número cada vez maior de cidadãos ativos. Porque nós somos cidadãos integrais e, mesmo que nos seja impossível exercer a cidadania todo o tempo, participamos, conscientes ou não, satisfeitos ou não, de todas as esferas da vida política e cotidiana.

Para concluir, Mota (2002; 2005) destaca que, ainda que o equilíbrio, nessa situação, seja sempre instável, há sempre a possibilidade de ser restabelecido segundo a lógica do compromisso, que cria referências identitárias e coletivas, instituindo um NÓS - síntese da identidade e ação coletivas. Por isso a ideia de classe é tão cara aos movimentos sindicais, porque sintetiza um ‘nós-trabalhadores’ que abre espaço para a constituição de uma identidade coletiva que, por sua vez, é premissa fundamental para que a ação coletiva aconteça e instaure um processo político – espaço de negociação e luta de poder (RESENDE, 2007).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Encerramos hoje um trabalho que não se propõe acabado, muito menos “inventor da roda”. Apenas buscamos refletir sobre a vulnerabilidade no contexto do trabalho precário e compreender a complexidade e as múltiplas determinações da relação de dominação empregador-trabalhador. Ao longo deste trabalho de pesquisa, foi possível experimentar a conjunção desafiadora da produção de conhecimento e da participação. No entanto, neste momento, fica difícil distinguir a voz do pesquisador da voz de seu campo. Falamos de um ‘nós’ encarnado no encontro dos pesquisadores com os trabalhadores, com o presidente do sindicato e com os líderes de turma, marcado pelo interesse comum de encontrar saídas possíveis para as injustiças que nos foram apresentadas, compartilhadas e comungadas. Esse ‘nós’, no entanto, possui vários pontos de vista que convergem para um consenso: a urgente melhoria das condições de trabalho e de vida do trabalhador do corte manual de cana-de-açúcar.

Sabemos que, dentro da complexidade não linear da história humana, há espaços infinitos para alternativas de pensamentos e ações. Por isso, julgamos necessário o esforço em sintetizar nossas inquietações e motivações envolvidas nesse processo de investigação. No entanto, este é um propósito nada modesto que implica o abandono da pretensão de neutralidade e a deposição de alguns sistemas de valores, concomitantemente à construção de novos paradigmas afetivos, sociais e políticos.

Vimos que o cenário atual do setor sucroalcooleiro abriga discussões sobre a sustentabilidade, crédito de carbono, trabalho escravo, mecanização e mercado mundial, e a fragmentação das informações e análises dificulta a avaliação crítica dos benefícios e malefícios do cultivo da cana-de-açúcar na atualidade. Por outro lado, os dados apresentados ao longo da pesquisa nos remetem à vulnerabilidade à qual estão expostos os trabalhadores do setor sucroalcooleiro, diante das mudanças tecnológicas e da ausência de políticas públicas que lhes garantam maior proteção social.

Conforme já demonstrado, o ‘clima’ entre os trabalhadores do corte manual de cana é de muita insegurança quanto à estabilidade no emprego, pois eles temem a demissão e o fim de seu posto de trabalho. Temem ainda a não manutenção das condições financeira, pessoal e familiar, uma vez que não acreditam estarem aptos para encontrar outra ocupação com remuneração igual ou superior à que recebem.

Entre os trabalhadores migrantes, a insegurança é ainda maior porque eles já ‘fogem’ da insegurança econômica, em função das adversidades de sua terra de origem, e têm maior

dificuldade de acesso a oportunidades de requalificação profissional.

Vimos também que, apesar de algumas conquistas coletivas e sindicais pela melhoria das condições de trabalho, ainda é visível o cenário de vulnerabilidade do trabalhador, cuja vida é atravessada por vários paradoxos e contradições. O imperativo da racionalização do trabalho e das novas tecnologias de manejo da produção, como a mecanização, mesmo quando são respeitadas as leis trabalhistas relativas a esse setor, não se traduzem, necessariamente, em melhor qualidade de vida para o cortador de cana, seja ele migrante ou residente na cidade onde a usina está instalada. Com efeito, seu trabalho continua marcado pela precariedade, em função das excessivas cargas física e psíquica de trabalho, dos baixos salários, da pouca ou nenhuma escolaridade e do risco de isolamento social em função da segregação.

No caso do setor sucroalcooleiro, embora haja, como já vimos, dispositivos legais que buscam garantir o respeito à legislação trabalhista e à dignidade humana, a emancipação do cortador de cana, agora ameaçado de desemprego em função da mecanização do plantio e do corte da cana, ainda não é uma realidade.

A presente pesquisa ocupou-se da análise dos atravessamentos que apresentam jurisdições híbridas econômicas, políticas e ideológicas para manter a dominação e exploração do trabalhador do corte de cana. Ficou claro que a abolição acabou com a escravidão, no sentido formal. Mas o sistema que a escravidão instalou na vida social prevalece em muitos aspectos da vida do trabalhador do corte de cana. A empresa estudada, se analisada à luz da teoria de Le Blanc (2011), não trata os trabalhadores como plenamente humanos, em especial, os trabalhadores migrantes, na medida em que, entre tantas outras ações de desvalorização do trabalho e indiferença ao sofrimento do trabalhador, não lhes oferece uma comida digna e é negligente quanto às condições de abrigo do alojamento.

Silva (2008), ao analisar o setor sucroalcooleiro do Brasil, denomina-o de ‘Mar de cana’. O compositor Tom Jobim, por sua vez, definiu metaforicamente o mar como o ‘espelho do céu’. Porém, no caso do corte manual da cana-de-açúcar, o espelho parece também ter virado as costas aos trabalhadores. Ao mirá-lo, o trabalhador depara com uma imensidão lisa e desértica, um sertão verde cuja história é marcada pela repetição da desesperança, correlato ao drama dos mulatos (que, mais tarde, vieram a se denominar ‘brasileiros’), os quais, “roubados de sua liberdade e do fruto de seu trabalho, eram desgastados no sistema de produção destinado a adoçar, por meio do sangue e suor africanos, temperados com muito capital [...], o paladar europeu” (ANGELO, 2005, p.5).

Portanto, o trabalhador do corte de cana faz parte da pujança do mar sucroalcooleiro. Porém, para ele, sobrou apenas o papel de ser trabalhador. Martins (2011) destaca que “o ponto essencial da violência no Brasil e que constituiu o próprio país é aquele de alguns contra muitos que são usados como escravos, força de trabalho esvaziada de conteúdo humano e tratada como busca de mais-valia tão somente” (MARTINS, 2011,p.41). Essa violência funciona como um parasita da emancipação do trabalhador do corte manual de cana, alimentando-se de seu vigor físico e fazendo com que esse trabalhador passe pela experiência da privação de empoderamento:

A falta de *empowerment*, o não empoderamento, o não acreditar em ‘um vá em frente’ naquilo que realmente deseja e é merecido é flagrante nas populações que não se sentem fazendo parte, pelo menos um pouco da sua história. É ninguém, aquele que está dormindo, alheado, e que não pode nem se autorizar no exercício da existência (MARTINS, 2011, 44).

Nessa perspectiva, o trabalhador precarizado é aquele sequestrado de sua história e que não tem a quem solicitar o pagamento do resgate. O trabalhador é apreendido e subordinado por força de uma ‘inércia social’ que, como bem analisado por Martins (2011), transforma a exploração do trabalho em uma banalidade. Em nossa pesquisa de campo, num tom de brincadeira, um funcionário da usina fez um comentário irônico, ao nos apresentar o alojamento:

“Pra eles isso aqui (o alojamento) é o paraíso porque tem tudo que eles não têm em casa: tv, banheiro com água quente, energia elétrica, sala de jogos, tem até campo de futebol, uai” (Funcionário da empresa).

No entanto, essa aparente ingenuidade que perpassa tal discurso corporativo encobre a violência que atravessa tal cenário. Por outro lado, vimos que, mesmo sob ameaça de não integração social, o trabalhador existe e insiste em se manifestar, com potencial de inventividade e de afirmação da vida. Nessa perspectiva, “o ninguém é também um forclusivo. Ele, a um só tempo é uma negação e um pronome indicativo da não existência de *quem* ou *quis*, em latim, *alguém*” (MARTINS, 2011, p.52).

No entanto, tal transformação não é automática e depende do engajamento de cada um dos atores sociais, exigindo coragem diante da falta de ‘receitas prontas’ e de garantias de sucesso. O tempo presente é marcado por incertezas, “em que o passado se esquia e o futuro é indeterminado” (CASTEL, 1998, p.21). Nessa perspectiva é importante “mobilizar nossa memória para tentar compreender o presente” (CASTEL, 1998, p.21). É preciso conscientizar-se de si e acerca de sua existência num determinado contexto histórico, numa

tentativa de reconstruir o passado enquanto ele está vivo no presente e tem, portanto, implicações sobre o futuro. Mas, para que esse futuro ‘valha a pena’, é preciso, ainda no presente, arrancar-lhe alguma alegria, algum fio de esperança. É preciso investir no risco de ser, apesar de si mesmo (e de sua história adversa), assumindo o risco de erguer a voz e buscar o reconhecimento, afirmando o direito de existir.

A mudança, ou a transformação social, por sua vez, começa em cada um, individualmente, num nível molecular. Lá onde o não saber pode ser objeto de uma negação adicional (negação da negação), quando o sentimento de exclusão, inerente à nossa angústia de ser ou de não ser, nos remete a essas vidas excluídas. Afinal, nosso *status* de incluído vai até quando? Até onde? “Somente quando reconhecemos que somos vulneráveis é que podemos afrontar a exclusão e compreendê-la, apesar de tudo, como uma possibilidade humana e também como uma possibilidade de vida humana” (LE BLANC, 2011, p.23, tradução nossa)⁴¹. Nesse caso, formamos um nós-vulneráveis em busca de uma emancipação possível. Portanto, o verbo excluir não se limita ao fato de traçar uma linha entre o dentro e o fora, mas contesta a nossa própria humanidade, num processo especular do nosso modo de existir no mundo, de fazer política, de viver a economia e assim por diante.

Nesse contexto, resistir significa identificar e fazer eclodir os processos de controle instaurados pelo capitalismo, criticando os reducionismos da subjetividade e oferecendo ‘brechas’ para se pensar diferente, para se inovar a práxis, de maneira que seja possível a construção (ou invenção) de linhas de fuga do regime de produtividade e consumo hegemônico.

Mas, para que tudo isso faça sentido, há que reconhecer o valor (de uso, de troca e de existência) do seu sentido de vida. O cidadão é a pessoa que se esforça para articular forças e negociar suas incertezas e angústias porque, a despeito do reconhecimento do outro, que o surpreende pelo poder afirmativo, ele cria coragem para olhar para si e ressignificar a sua história, em busca de algo que lhe inspire força e coragem para que seu legado estabeleça uma ligação com o bem comum além da mera repetição da história dos seus antepassados.

Por fim, queremos encerrar este trabalho, (re) afirmando nossa tese de que é preciso promover o empoderamento e o cuidado libertários não somente para os trabalhadores pesquisados. Espero, por ora, ter cumprido o papel de me interessar pelo sofrimento do trabalhador, com o compromisso de oferecer subsídios à sua emancipação e alargar o bem comum em prol de um outro mundo possível.

⁴¹C’est seulement en reconnaissant que nous sommes vulnérables que nous pourrions affronter l’exclusion et la comprendre malgré tout comme une possibilité humaine et aussi comme une possibilité de vie humaine.

REFERÊNCIAS

ABÉCASSIS, Frédéric; ROCHE, Pierre. **Précarisation du travail et lien social**: des homes en trop?. Paris: L'Harmattan, 2001. 348p.

ACOMPANHAMENTO de safra Centro-Sul. Disponível em: <http://www.siamig.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=1732&Itemid=124> Acesso em: 08 ago.2010.

ALESSI, Neiry Primo; NAVARRO, Vera Lúcia. Saúde e trabalho rural: o caso dos trabalhadores da cultura canavieira na região de Ribeirão Preto, São Paulo, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 13(Supl.2): 111-121, 1997.

ALVES, Marília. Absenteísmo e sofrimento no trabalho. In: SAMPAIO, Jader dos Reis (Org.). **Qualidade de vida, saúde mental e psicologia social**: estudos contemporâneos II. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999. p. 217 - 236.

ALVES, Francisco. Por que morrem os cortadores de cana? **Saúde e Sociedade**, v.15, n.3, p.90-98, set./dez., 2006.

ALVES, Giovani. **Desemprego estrutural e trabalho precário na era da globalização**.10 jan. 2003. Disponível em: <<http://www.economiabr.net/2003/10/01/desemprego.html>> Acesso em: 01 jun.2010.

AMADO, Gilles; ENRIQUEZ, Eugene. Psicodinâmica do trabalho e psicossociologia. In: BENDASSOLLI, Pedro F.; SOBOL, Lis Andrea P. **Clínicas do trabalho**: novas perspectivas para compreensão do trabalho na atualidade. São Paulo: Atlas, 2010. p. 99-109.

ANDRADE, A. F. **Cana e Crack**: sintoma ou problema? um estudo sobre os trabalhadores no corte decana e o consumo do crack. 2003. Dissertação (Mestrado)- Universidade de São Paulo. Disponível em: <http://www.livrosgratis.com.br/arquivos_livros/ea000225.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2013.

ANDRADE, Carlos Drummond de. **José**. 2002. Disponível em: <<http://www.algumapoesia.com.br/drummond/drummond14.htm>>. Acesso em: 23 FEV. 2014.

ANGELO, Cláudio. Fusão do povo novo. **Socialismo Moreno**, 29 ago. 2005. Disponível em:< <http://socialismomoreno.blogspot.com.br/2005/08/fuso-do-povo-novo.html>>. Acesso em: 01 dez.2013.

ANTUNES, Ricardo Luís Coltro. **O caracol e sua concha**: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005. 163p.

ARAÚJO, José Newton Garcia de. Qualidade de vida no trabalho: controle e escondimento do mal-estar do trabalhador. **Revista Trabalho, Educação e Saúde**. Rio de Janeiro, v. 7 n. 3, p. 573-585, nov.2009/fev.2010

ARAÚJO, José Newton Garcia de; CARRETEIRO, Teresa Cristina (Org.). **Cenários sociais e abordagem clínica**. São Paulo: Escuta. Belo Horizonte: FUMEC, 2001.

ARAÚJO, Tânia. O olhar do sujeito sobre o trabalho que executa: sua percepção sobre os riscos e tarefas. In: SAMPAIO, Jader dos Reis (Org.). **Qualidade de vida, saúde mental e psicologia social: estudos contemporâneos II**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999. p. 237-260.

ARENDT, Hannah. **Crises da República**. São Paulo: Perspectiva, 1973. 205p.

ATHAYDE, Milton; BRITO, Jussara. Vida, saúde e trabalho: dialogando sobre qualidade de vida no trabalho em um cenário de precarização. **Revista Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 7 n. 3, p. 587-597, nov.2009/fev.2010.

BARÓ, Ignacio Martín. O papel do Psicólogo. **Estudos de Psicologia**, Natal, v.2, n.1 , p.7-27, jan./jun. 1997.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 3. ed. Lisboa: Edições 70, 2004.

BAREMBLITT, Gregório. **Compêndio de análise institucional: e outras correntes - teoria e prática**. 5.ed. Belo Horizonte: Instituto Félix Guattari, 2002, 214p.

BIODIESELBR. **Biodiesel BR 2006 será lançado dia 06**. 3 abr. 2006. Disponível em: <http://www.biodieselbr.com/noticias/biodiesel/biodiesel-br-2006-sera-lancado-dia-03-04-06.htm>. Último acesso: 10 jan. 2014

BIRCHAL, Sérgio de Oliveira; MUNIZ, Reynaldo Maia. A lógica do capitalismo e o trabalho humano. In: GOULART (Org.). **Psicologia organizacional e do trabalho**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002. p. 37 a 55.

BOBBIO, Norberto. **teoria geral da política: a filosofia política e as lições dos clássicos**. Rio de Janeiro: Campus, 2000. 717p.

BOSI, Alfredo. **Dialética da Colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, 3ªed. 412p.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Social. **Bolsa Família**. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>>. Acesso em: 19 mar.2012.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. **Aspectos conceituais da vulnerabilidade social**. Brasília: Unicamp, 2007.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. NR 31: segurança e saúde no trabalho na agricultura, pecuária silvicultura, exploração florestal e aquicultura. Portaria MTE n.º 86, de 03 de março de 2005. Brasília, **Diário Oficial da União**, 4 mar. 2005. Disponível em: <[http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C816A4295EFDF0143067D95BD746A/NR-31%20\(atualizada%202013\).pdf](http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C816A4295EFDF0143067D95BD746A/NR-31%20(atualizada%202013).pdf)>. Acesso em: 23 fev. 2014.

BRASIL. Presidência da República. Decreto-Lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 9 ago. 1943. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm>. Acesso em: 20 fev. 2014.

BRASIL. Programa Nacional de Trabalho Seguro. **Dados Nacionais**, Brasília, 2011. Disponível em: <<http://www.tst.jus.br/web/trabalhoseguro/dados-nacionais>>. Acesso em: 14 jan.2014.

BRASIL. Secretaria Geral da Presidência da República. **Compromisso nacional**: aperfeiçoar as condições de trabalho na cana-de-açúcar. Disponível em: <<http://www.secretariageral.gov.br/arquivos/publicacaocanadeacucar.pdf>> Acesso em: 3 jun. 2013.

BRESSAN, Flávio. O método do estudo de caso. Administração Online, São Paulo v. 1, n.1, 2000. Disponível em: http://www.fecap.br/adm_online/art11/flavio.htm>. Acesso em: 07 dez 2007

CALLINICOS, Alex. Introdução ao capital de Karl Marx. **Revista Espaço Acadêmico**, v.4, n. 38, jul. 2004. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/038/38tc_callinicos.htm>. Acesso: 04 fev. 2014.

CANGUILHEM, Georges. **O normal e o patológico**. 5. ed. rev. e aum. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000. 307p.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. O atual resgate crítico da teoria marxista da dependência. **Revista Trabalho, Educação e Saúde**. Rio de Janeiro, v. 7 n. 3, p. 191-205, nov.2009/fev.2010.

CARVALHO, Horácio Martins de. **Impactos econômico, sociais e ambientais devido à expansão da oferta do etanol no Brasil**. Curitiba. 2007. 17p. Disponível em: <<http://www.landaction.org/spip/spip.php?article190>>. Acesso em: 12 18 ago. 2009.

CASTEL, R.; HAROCHE, C. **Propriété privée, propriété sociale, propriété de soi**. Paris, Fayard, 2001.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998. (Zero à esquerda)

CASTEL, Robert. Des individus sans supports. In: CHÂTEL, Vivianne; SOULET, Marc-Henry (Org.). **Agir en situation de vulnérabilité**. Saint-Nicolas (Quebec): L'université Laval, 2003, p.51-62.

CAVALIERI, Lúcia. Etanol brasileiro está contaminado com exploração de trabalhadores.

CHANLAT, Jean-François. **Ciências sociais e management**: reconciliando o econômico e o social. São Paulo: Atlas, 2000.

CHÂTEL, Vivianne; SOULET, Marc-Henry (Org.). **Agir en situation de vulnérabilité**. Saint-Nicolas (Quebec): L'Université Laval, 2003.

CHATEL, Vivianne. Agir en situation de vulnérabilité: um essai de problématisation?. In:CHÂTEL, Vivianne; SOULET, Marc-Henry (Org.). **Agir en situation de vulnérabilité**. Saint-Nicolas (Quebec): L'Université Laval, 2003, p.1-28.

CHESNAIS, Jean-Claude. **Histoire de la violence**. Paris: Robert Laffont, 1981.

CLOT, Yves. **A função psicológica do trabalho**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2006. 222p.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. Acompanhamento da Safra Brasileira. Brasília: 2012 a. Disponível em: <www.conab.gov.br/conabweb/download> Acesso em: 13 set. 2012.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. **Acompanhamento da Safra Brasileira**: cana-de-açúcar - safra 2012-2013 - segundo levantamento: agosto 2012. Brasília: 2012b. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/12_09_05_09_11_59_boletim_cana_portugues_-_agosto_2012_2o_lev.pdf>. Acesso em: 13 set.2012.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. **Acompanhamento da Safra Brasileira**: cana-de-açúcar - safra 2013-2014 - segundo levantamento: agosto 2013. Brasília: 2013. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/13_08_08_09_39_29_boletim_cana_portugues_-_abril_2013_1o_lev.pdf>. Acesso em: 13 set.2012.

COUTINHO, Luciano. Cerimônia de abertura. **Etanol Summit**, São Paulo, 1,2 e 3 jul. 2009. São Paulo, 2009. Disponível em: <<http://www.siamig.org.br/dmdocuments/RelatorioformatopaisagemEthanolSummitfinal.pdf>> Acesso em: 08 ago.2010.

CRUZ, Letícia. Vício entre migrantes do campo leva crack às cidades pequenas. **Rede Brasil atual**, 13 dez. 2011. Disponível em: <<http://www.redebrasilatual.com.br/temas/trabalho/2011/12/vicio-entre-migrantes-do-campo-leva-crack-as>> Acesso em: 15 ago. 2012.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs**: capitalismo e esquizofrenia. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995- nv. (Coleção Trans). v.1.

DEMO, Pedro. **Pesquisa participante**: saber pensar e intervir juntos. Brasília: Liber Livro Editora, 2004.

DIAS, Maurício Tannus. Pedagogia das Organizações e Saúde do Trabalhador nos Novos Modelos de Gestão. In: SAMPAIO, Jader dos Reis (Org.). **Qualidade de vida, saúde mental e psicologia social**: estudos contemporâneos II. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999. p. 101 – 116.

EID, Farid. Progresso Técnico na agroindústria sucroalcooleira. **Informações Econômicas**, São Paulo, v.26, n.5, maio 1996.

ENRIQUEZ, Eugène. **A organização em análise**. Petrópolis: Vozes, 1997. 302p.

ENRIQUEZ, Eugène. O indivíduo preso na armadilha da estrutura estratégica. **Revista de Administração de Empresas - Organização, Recursos Humanos e Planejamento**. São Paulo, v.37, n.1, p.18-29, jan./mar.,1997.

ETANOL brasileiro está contaminado com exploração de trabalhadores: com informações da Agência USP. **Diário da Saúde**, 23 fev. 2011. Disponível em: <<http://www.diarioda saude.com.br/news.php?article=etanol-contaminado-exploracao-trabalhadores&id=6218>> Acesso em: 01 maio 2013.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968. 275p

FAVORETTO, Flávia Mesquita. Dimensões societárias da modernização da agricultura: estratégias de trabalhadores rurais frente à mecanização do corte da cana em Barrinha – SP. In: ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS, 5, 2011, São Paulo, **Anais...** São Paulo.

FERREIRA, Mario César. **Qualidade de vida no trabalho**: uma abordagem centrada no olhar dos trabalhadores. Brasília: LPA Edições, 2011.

FERRY, Jean-Marc. Éthique reconstructive, justice politique et vulnérabilité sociale. In: CHÂTEL, Vivianne; SOULET, Marc-Henry (org.). **Agir en situation de vulnérabilité**. Saint-Nicolas (Quebec): L'Université Laval, 2003, p. 85-98.

FIERENS, Jacques. La consécration juridique du principe de respect de la dignité humaine est-elle efficace?. In: CHÂTEL, Vivianne; SOULET, Marc-Henry (org.). **Agir en situation de vulnérabilité**. Saint-Nicolas (Quebec): L'université Laval, 2003, p.63-84.

FIGUEIREDO, Sérgio. **Proálcool**: erros e acertos. 2007. Disponível em: <<http://inovabrasil.blogspot.com.br/2007/12/proalcool-erros-e-acertos.html>>. Acesso em: 14 jan.2014.

FISCHER, Rosa Maria. O trabalho na agroindústria canavieira: um processo em mudança. In: Maria Tereza Leme Fleury; Rosa Maria Fischer. (Org.). **Processo e relações do trabalho no Brasil**. São Paulo: Atlas, 1985, 67-80.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 26. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979. 295p.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Petrópolis, RJ: Vozes, 1977. 280 p.

FRANÇA, Ana Cristina Limongi. Indicadores empresariais de qualidade de vida no trabalho: uma proposta de conceitos, critérios e funções para ações e programas empresariais. In: SAMPAIO, Jader dos Reis (Org.). **Qualidade de Vida, Saúde Mental e Psicologia Social**: estudos contemporâneos II. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999. p. 79-97.

FRANÇA fortalece sua parceria com o Brasil no setor de açúcar e etanol. **Jornal Agrosoft Brasil**, São Paulo, 17 ago. 2010, p.1 a 3. Disponível em: <<http://www.agrosoft.org.br/agropag/215265.htm>> Acesso em: 26 mar.2011.

FREIRE, Paulo. **Educação como Prática para a Liberdade**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1959.

FUNDAÇÃO JORGE DUPRAT FIGUEIREDO DE SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO. **O uso dos equipamentos individuais de proteção e das ferramentas de trabalho no corte manual de cana-de-açúcar**. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego, 2002.

FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS E ESTATÍSTICAS DO GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. 2001. Disponível em:

<<http://www.seade.gov.br/>> Acesso em: 14 mar. 2013.

GARON, R. et al.. Résilience et vulnérabilité chez des chefs d'établissement scolaire : une étude exploratoire. **Psychologie du travail et des organisations**, v. 12, 2006, p. 327-337. Disponível em : <www.sciencedirect.com> acesso em : 20 MAR.12.

GAULEJAC, Vicent de. **Gestão como doença social: ideologia, poder generalista e fragmentação social**. Aparecida, SP: Ideias& Letras. 2007.

GAULEJAC, Vicent de. Psicossociologia e Sociologia Clínica. In: ARAÚJO, José Newton Garcia de; CARRETEIRO, Tereza Cristina (orgs.). **Cenários sociais e abordagem clínica**. São Paulo: Escuta; Belo Horizonte: FUMEC, 2001.

GRAMSCI, Antônio. **Concepção dialética da história**. 10.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. São Paulo: Paz e Terra, 1970. 121p.

HAYECK, Cynara Marques. Refletindo sobre a violência. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, Ano 1, n. 1, jul. 2009. Disponível em: < www.rbhcs.com>. Acesso em: 3 jun. 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>>. Acesso em: 3 jun. 2013.

INSTITUTO CARBONO BRASIL. **Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL)**. Disponível em: <http://www.institutocarbonobrasil.org.br/protocolo_de_quito/mecanismo_de_desenvolvimento_limpo_mdl>. Acesso em: 22 jan. 2014

JANK, Marcos S. Etanol e bioeletricidade: a cana-de-açúcar no futuro da matriz energética: ciclo de debates: o impacto do etanol no desenvolvimento de Minas gerais. **ÚNICA**, Belo Horizonte, 2009. Disponível em: <http://www.siamig.org.br/dmdocuments/Matriz_Energetica_MG.pdf> Acesso em: 08 ago.2010.

KAZTMAN, Ruben. **Impacto social de la incorporación de las nuevastecnologías de información y comunicación (TIC) en el sistema educativo**. Santiago do Chile: Nações Unidas, 2010.

KIND, Luciana. **Notas para o trabalho com a técnica de grupos focais**. In: **Psicologia em Revista**. Belo Horizonte, v. 10, n.15, p.124-136, jun.2004.

KUMAR, Krishan. Modernidade e pós-modernidade I: a ideia do moderno. In: KUMAR, Krishan. **Da sociedade pós-industrial à pós-moderna: novas teorias sobre o mundo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997, p. 78-112.

LACAZ, Francisco. Qualidade de vida n(d)o trabalho: um conceito político e polissêmico. **Revista Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 7 n. 3, p. 565-572, nov.2009/fev., 2010.

LAAT, Erivelton Fontana de. **Trabalho e risco no corte manual de cana-de-açúcar: a**

maratona perigosa nos canaviais. 2010. 29f. Doutorado (Tese)- UNIMEP. Resumo em Datashow . Disponível em: <http://www.cerest.piracicaba.sp.gov.br/site/images/maratona_perigosa_nos_canaviais_-_erivelton.pdf>. Acesso em: 06 maio 2013.

Lansdown, G.. **Promoting children's participation in democratic decision-making**. Florence, Innocenti Research Centre.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Porto Alegre: Artmed, 1999. 340 p. (Biblioteca Artmed. Fundamentos de educação)

LE BLANC, Guillaume. **Que faire de notre vulnérabilité ?** Le temps d'une question. Montrouge: bayard, 2011. 213p.

LIMA, Maria Elizabeth Antunes. **A questão do Método em Psicologia do Trabalho**. In: GOULART (org.). **Psicologia Organizacional e do Trabalho**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002. p. 123 a 133.

LINHART, Danièle. **A desmedida do capital**. São Paulo: Bomtempo, 2007.

LOURAU, René. **A análise institucional**. Petrópolis: Vozes, 1975.

LOURENÇO, Edvânia Ângela de Souza. Alienação e agravos à saúde dos trabalhadores no setor sucroenergético. In: LOURENÇO, Edvânia Ângela de Souza; NAVARRO, Vera Lúcia (Org.). **O avesso do trabalho III: saúde do trabalhador e questões contemporâneas**. São Paulo: outras expressões, 2013.

MACEDO, Philippe Andrey Raposo de. Cortadores de cana: o lado amargo da produção canavieira. **Revista da Rede de Estudos do Trabalho**, Ano 1, n. 2, 2008. Disponível em: <www.estudosdotrabalho.org>. Acesso em: 10 jun. 2013.

MACHADO, Marília Novais da Mata. Três cenários da prática psicossociológica. In: ARAÚJO, José Newton Garcia de; CARRETEIRO, Tereza Cristina (Org.). **Cenários sociais e abordagem clínica**. São Paulo: Escuta; Belo Horizonte: FUMEC, 2001.

MACIEL, Maria Regina Alves. **O trabalhador temporário da indústria canavieira de Lagoa da Prata-MG: panorama sobre condições de vida, de trabalho e de saúde**. 2010. 99f. Dissertação (Mestrado) - Universidade do Estado de Minas Gerais, Fundação Educacional de Divinópolis. Disponível em: <<http://www.funedu.br/files/mestrado/dissertacoes/2010/dissertacaoMReginaAlvesMaciel.pdf>> Acesso em: 15 dez. 2013.

MAIA, Alexandre Gori. Pobreza objetiva e subjetiva no Brasil. **Confins: revista franco-brasileira de geografia**, n. 13, nov., 2011. Disponível em: <<http://confins.revues.org/7241>> Acesso em: 18 mar. 2012.

MALDONADO-TORRES, Nelson. **Com Fanon, ontem e hoje**. Disponível em: <<http://www.decolonialtranslation.com/portugues/com-fanon-ontem-e-hoje.html>>. Acesso em: 15 jan. 2014

MARTINS, Francisco. Violência e “ninguenidade”. In: SOUZA, Mériti; MARTINS, Francisco; ARAÚJO, José Newton Garcia (Org.). **Dimensões da violência**: conhecimento, subjetividade e sofrimento psíquico. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011.

MARTINS, José de Souza. A reprodução do capital na frente pioneira e renascimento da escravidão no Brasil. **Tempo Social; Revista Sociologia da USP**, São Paulo, v. 6, n.1-2, p.1-25, 1994 (editado em jun.1995).

MARX, Karl. **A acumulação primitiva do capital**. Porto: Publicações Escorpião, 1974. (Cadernos O homem e a sociedade; 12)

MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo, Ática, 1983.

MECANIZAÇÃO muda empregos no setor canavieiro. 22 abr. 2012. Disponível em: <<http://www.cruzeirodosul.inf.br/materia/381875/mecanizacao-muda-empregos-no-setor-canavieiro>>. Acesso: 19 fev. 2014.

MENDES, Ana Magnólia. Apresentação, Capítulos 1, 2 e 3. In: MENDES, Ana Magnólia (Org.). **Psicodinâmica do trabalho**: teoria, método e pesquisas. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007. p. 23-87. (Coleção trabalho humano / dirigida por Roberto Moraes Cruz).

MENDES, Luiza de Resende. O Trabalho do motorista de ônibus: reflexões sobre as condições de trabalho no transporte coletivo. In: SAMPAIO, Jader dos Reis (Org.). **Qualidade de Vida, Saúde Mental e Psicologia Social**: estudos contemporâneos II. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999. p. 153 – 180.

MERCURE, Daniel. Logiques du capital et vulnérabilités sociales: les effets de l'impartition flexible. In: CHÂTEL, Vivianne; SOULET, Marc-Henry (Org.). **Agir en situation de vulnérabilité**. Saint-Nicolas (Quebec): L'Université Laval, 2003, p. 29-50.

MONTEIRO, Dalva de Andrade. **[Passa]tempo - metáfora da existência**. *Cogito* [online]. 2011, vol.12, pp. 14-20. ISSN 1519-9479.

MORAES, Márcia Azanha Ferraz Dias de. et al. Externalidades sociais dos diferentes combustíveis no Brasil. **Gente/ESALQ-USP**. São Paulo: 2008. Disponível em: <http://www.siamig.org.br/dmdocuments/MoraesMG_1.pdf> Acesso em: 8 ago. 2010.

MOTA, Graciella A.B. Estado del arte: psicología política y colectiva mexicana. **Revista de Psicología Política**, v. 2, n.4, p. 191-208, 2002.

MOTA, Graciella A.B. **Psicología Política**. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE PSICOLOGIA POLÍTICA, 3, 2005, Bauru/SP. No prelo.

MUCCHIELLI, Roger. **O Estudo dos Postos de Trabalho**: conhecimento do problema, aplicações práticas. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1978. p. 1-83.

NITSCH, Manfred. O programa de biocombustíveis Proálcool no contexto da estratégia energética brasileira. **Revista de Economia política**, v. 11, n., 02, abr./jun. 1991.

NOVA CANA. Externalidades do Proálcool. Disponível em: <<http://www.biodieselbr.com/proalcool/pro-alcool/programa-externalidades.htm>> Acesso em: 10 jan. 2014.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Piso de proteção social para uma globalização equitativa e inclusiva**. 2011. Disponível em: <<http://www.oit.org.br/content/piso-de-prote-o-social-para-uma-globaliza-o-equitativa-e-inclusiva>>. Acesso: 19 mar. 2012.

OLIVEIRA, Luis Roberto Cardoso. Prefácio. In: SOUZA, Mériti; MARTINS, Francisco; ARAÚJO, José Newton Garcia (Org.). **Dimensões da violência**: conhecimento, subjetividade e sofrimento psíquico. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011.

OLIVEIRA, Silvério Rocha de. **Como nasceu a usina açucareira de Lagoa da Prata**. Disponível em: <<http://www.netwise.com.br/lagoadaprata/usinahistoria.html>>. Acesso em: 26 set. 2013.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Pobreza e indigência estão em seus níveis mais baixos em 20 anos na América Latina**. 2011. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/pobreza-e-indigencia-estao-em-seus-niveis-mais-baixos-em-20-anos-na-america-latina/>>. Acesso em: 19/03/2012.

PADILHA, Valquíria. Qualidade de vida no trabalho num cenário de precarização: a panaceia delirante. **Revista Trabalho, Educação e Saúde**. Rio de Janeiro, v. 7 n. 3, p. 549-563, nov./fev., 2010.

PELLUCHON, Corine. **Éléments pour une éthique de la vulnã érabilité**: les hommes, les animaux, la nature. Paris: Leseditionsducerf, 2011. 348p.

PEREIRA, Everton. **O que é paternalismo?**. 25 fev. 2011. Disponível em: <<http://evertonpereirablog.blogspot.com.br/2011/02/o-que-e-paternalismo.html>>. Acesso em: 14 jan. 2014.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. Pró-Reitoria de Graduação. Sistema de Bibliotecas. **Padrão PUC Minas de normalização**: normas da ABNT para apresentação de teses, dissertações, monografias e trabalhos acadêmicos. 9. ed. rev. ampl. atual. Belo Horizonte: PUC Minas, 2011. Disponível em: <<http://www.pucminas.br/biblioteca>>. Acesso em: 20 fev. 2013.

POUGAM, Serge. Précarité Professionnelle et Mobilisation Politique. CHÂTEL, Vivianne; SOULET, Marc-Henry (org.). **Agir en situation de vulnérabilité**. Saint-Nicolas (Quebec): L'Université Laval, 2003, p.113-142.

PREÇO da cesta básica sobe em 15 de 17 capitais em abril, diz Dieese: maiores altas foram observadas em Manaus, Fortaleza, Natal e Salvador. Cesta básica mais cara segue sendo a de São Paulo. 7 maio 2012. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/seu-dinheiro/noticia/2012/05/preco-da-cesta-basica-sobe-em-15-de-17-capitais-em-abril-diz-dieese.html>> Acesso em: 14 jan. 2014.

PROCACCI, Giovanna. Exclusion et revendication citoyenne. CHÂTEL, Vivianne; SOULET, Marc-Henry (Org.). **Agir en situation de vulnérabilité**. Saint-Nicolas (Quebec): L'Université Laval, 2003, p. 99-112.

RESENDE, Carolina Costa. **O potencial democrático de conselhos de defesa dos direitos da criança e do adolescente**: um estudo de caso do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Lagoa da Prata/MG. 2007. 98f. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Psicologia

RESENDE, Tomáz de Aquino. **Intersetorialidade e sustentabilidade**: palestra proferida na Escola Judicial Des. Edésio Fernandes do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, em 24 de março de 2009. Disponível em:
http://www.ejef.tjmg.jus.br/home/files/publicacoes/palestras/intersetorialidade_texto.pdf.
 Acesso: 10/12/13

RIBEIRO, Darcy. **Os índios e a civilização**: a integração das populações indígenas no Brasil Moderno. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1970.

RODRIGUES, Gilda de Castro. **Lagoa da Prata**. Disponível em:
<http://www.gildadecastro.com.br/?pag=conteudo.php&id=358>>. Acesso em: 14jan.2014.

RODRIGUES, Roney. Os contrastes da indústria da cana. **Revista Caros amigos**, 16mar., 2011. Disponível em: <<http://www.carosamigos.com.br/index.php/component/content/article/169-revista/edicao-168/1348-os-contrastes-da-industria-da-cana>>. Acesso: 10jan. 2014.

ROY, Shirley. De l'exclusion à la vulnérabilité. In: ROY, Shirley; CHÂTEL, Viviane. **Penser la vulnérabilité**: visages de la fragilisation du social. Québec: Presses de L'Université du Québec, 2008. p. 13-31.

SAMPAIO, Jader dos Reis. Um dedo de prosa. In: SAMPAIO, Jader dos Reis (Org.). **Qualidade de Vida, Saúde Mental e Psicologia Social**: estudos contemporâneos II. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999. p. 13-19.

SAMPAIO, Jader dos Reis; GOULART, Iris Bárbara. Qualidade de Vida no Trabalho: uma análise da experiência de empresas brasileiras. In: SAMPAIO, Jader dos Reis (Org.). **Qualidade de Vida, Saúde Mental e Psicologia Social**: estudos contemporâneos II. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999. p. 19-37.

SANDOVAL. Salvador. A consciência política na participação coletiva: uma contribuição da psicologia política ao campo da psicologia social comunitária. CONGRESSO NORTE-NORDESTE DE PSICOLOGIA, 1, 1999. Salvador, CFP/UFBA. **Anais...** Salvador: UFBA, 1999. Disponível em: <<http://www.ufba.br/~conpsi/conpsi1999/M006.html>> Acesso em: 10 nov. 2013.

SAWAIA, Bader Burihan (Org.). **As artimanhas da exclusão**: análise psicossocial e ética da desigualdade social. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2011. 159 p.

SCHWARTZ, Yves. **Reflexão em torno de um exemplo de trabalho operário**. Rio de Janeiro: DP & A, 2006.

SCOPINHO, R. A. Qualidade total, saúde e trabalho: uma análise em empresas Sucroalcooleiras Paulistas. **RAC**, v. 4, n. 1, jan./abr., p. 93-112, 2000, Disponível em:
<http://www.scielo.br/pdf/rac/v4n1/v4n1a06.pdf>>. Acesso: 10 jun. 2013.

SCOPINHO, Rosimeire Aparecida. Qualidade de vida *versus* condições de vida: um binômio dissociado. In: **Revista Trabalho, Educação e Saúde**. Rio de Janeiro, v. 7 n. 3, p. 599-609, nov.2009/fev.2010.

SINDICATO DA INDÚSTRIA DE FABRICAÇÃO DO ÁLCOOL NO ESTADO DE MINAS GERAIS. **História da cana de açúcar**: perfil da produção mineira. Belo Horizonte, 2003. Disponível em: <http://www.siamig1.com.br/index.php?option=com_content&task=view&id=16&Itemid=61> Acesso: 01 maio 2011.

SINDICATO DA INDÚSTRIA DE FABRICAÇÃO DO ÁLCOOL NO ESTADO DE MINAS GERAIS. **Produção de cana por Estados 1990-1991/2008-2009**. Belo Horizonte, 2009. Disponível em: <http://www.siamig.org.br/index.php?option=com_content&task=blogcategory&id=51&Itemid=129> Acesso: 08 ago. 2010.

SINDICATO DA INDÚSTRIA DE FABRICAÇÃO DO ÁLCOOL NO ESTADO DE MINAS GERAIS. **Acompanhamento de safra 2010/2011 MG**. Belo Horizonte: 2010. Disponível em: <http://www.siamig.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=1735&Itemid=107> Acesso: 08 ago. 2010.

SILVA, Vilson Luiz. **Impactos do etanol no desenvolvimento de Minas Gerais**. Belo Horizonte, 2009. Disponível em: <http://www.siamig.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=835&Itemid=143> Acesso em: 15 ago.2010.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. Mortes e acidentes nas profundezas do ‘mar de cana’ e dos laranjais paulistas. **INTERFACEHS - Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente**, v.3, n.2, abr./ago., 2008. Disponível em:<www.interfacehs.sp.senac.br> Acesso em: 05 out. 2012

SILVA, Marcela Sobreira. **Cotidiano e experiência no trabalho rural da cana-de-açúcar em Lagoa da Prata, Minas Gerais**: as trajetórias de vida e Dona Alzira e Dimas. 2011. Dissertação (mestrado), Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-graduação em Psicologia.

SOUZA, Elaine Maria do Carmo Dias de; PATROCÍNIO, Maria Carmem de Castro. Fatores psicossociais na gênese de atos agressivos de policiais militares. In: SAMPAIO, Jader dos Reis (Org.). **Qualidade de vida, saúde mental e psicologia social**: estudos contemporâneos II. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999. p. 181-216.

SPINK, Mary Jane P.; LIMA, Helena. Rigor e visibilidade: a explicação dos passos da interpretação. In: SPINK, Mary Jane. **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano**: aproximações teóricas e metodológicas. São Paulo: Cortez, 2004.

SYDOW, Evanize. **Resumo do documento “Direitos humanos e a indústria da cana”**. 29 jul. 2008. Disponível em: <<http://imediata.org/?p=22>> Acesso em: 20 fev. 2014.

THOMAS, Hélène. **Les vulnã érables**: la démocratie contre les pauvres. Collection Terra. Paris: Éditionsducroquant, 2010.

VALLE, Arthur Schunder; VIEIRA, Isa Paula Rossi. Qualidade de Vida no Trabalho dos Servidores Técnico-administrativos da Universidade Federal de Minas Gerais. In: SAMPAIO,

Jader dos Reis (Org.). **Qualidade de vida, saúde mental e psicologia social: estudos contemporâneos II**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999. p. 39-78.

VASCOCELOS, Luiz Carlos Fadel; ALMEIDA, Carmem Verônica Barbosa; GUEDES, Dimitri Taurino. Vigilância em saúde do trabalhador: passos para uma pedagogia. **Revista Trabalho, Educação e Saúde**. Rio de Janeiro, v. 7 n. 3, p. 587-597, nov.2009/fev.2010.

WALTON, Richard E. Quality of working life: what is it? **Slow Management Review**. USA: v.15, n.1, p.11-21, 1973.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. 10. ed. São Paulo: Pioneira, c1996. 233p. (Biblioteca Pioneira de ciências sociais)

WICKDICONÁRIO. Paternalismo. Disponível em:
<<http://pt.wiktionary.org/wiki/paternalismo>>. Acesso em: 26 nov.2013.

YIN, R. **Case study research: design and methods**. 2nd ed. Thousand Oaks, CA: Sage. Publications, 1994.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Roteiro de entrevista

1ª PARTE: identificação/dados sóciodemográficos

Nome:

Idade:

Escolaridade:

Estado civil:

Filhos:

Família de origem:

Família atual:

Naturalidade:

Moradia: (aluguel; própria; outro)

Tempo de trabalho no canavial:

História de vida:

2ª PARTE: qualitativa/dialogada

Estou realizando uma pesquisa para conhecer melhor a vida do cortador de cana. Sei que muita coisa tem mudado e gostaria saber mais sobre essas mudanças, principalmente sobre as dificuldades que você encontra no dia-a-dia do seu trabalho.

Como é a vida do cortador de cana?

O que mudou nos últimos anos?

Quais são as maiores dificuldades do trabalho?

Sobre acidente ou doença relacionada ao trabalho, já aconteceu com você? Você conhece algum caso (que tenha acontecido com algum colega) de acidente ou doença relacionada ao trabalho?

Como você se sente em relação ao trabalho?

Você tem medo de perder o emprego? Por quê?

Como e por quê você veio trabalhar aqui?

O que você planeja para o seu futuro?